



· **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

· **ESCOLA DE ARTES**

· DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

· **Tavira, Patrimónios do Mar**  
· **- da Ribeira à Casa Nobre de Quinhentos -**  
· **o caso dos Telhados de Tesouro**

· **Ana Isabel Nascimento Santos**

· Orientação: Prof. Arq. Pedro Lagrifa Carvalhais de Oliveira  
· Prof. Dr. João Rosa Vieira Caldas

· **Mestrado Integrado em Arquitetura**

· Dissertação

· Évora, 2015

Esta dissertação não foi redigida segundo o novo acordo ortográfico.  
Todos os desenhos originais do autor foram elaborados com base em cartografia cedida pelo gabinete técnico da CMTavira, Arqueo Tavira, ortofotomapas, cartas militares e cartografia histórica.

Agradeço aos professores Pedro Oliveira e João Vieira Caldas pela disponibilidade e entusiasmo revelado em todo o decorrer da orientação desta dissertação.  
Aos arquitectos locais Pedro Mestre, Silvério Mendes e Ruben Martins pelas agradáveis conversas sobre este e outros patrimónios.  
E ainda um agradecimento especial ao Município de Tavira e todos os organismos que participaram, proprietários das casas nobres que visitei e a todos os outros que de uma forma activa ou passiva devo a minha investigação.

Dedico esta dissertação ao Mestre João, carpinteiro e avô que me inspira todos os dias.  
Aos meus pais, irmã, colegas e amigos pela paciência e apoio incondicional.

TAVIRA, PATRIMÓNIOS DO MAR  
- da Ribeira à Casa Nobre de Quinhentos - o caso dos Telhados de Tesouro

ANA ISABEL NASCIMENTO SANTOS | ORIENTADOR: ARLINDO OLIVEIRA | CO-ORIENTADOR: DR. JOÃO ROSA MEIRA CALDAS  
UNIVERSIDADE DE ÉVORA | MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | 2015



# ÍNDICE

I Parte

INTRODUÇÃO

8 Resumo

10 Apresentação

12 Estado da Arte

I AS RIBEIRAS DA COSTA PORTUGUESA (SÉC. XV - XVI)

16 A vida litoral

18 As cidades-porto : designios do urbanismo quintentista

25 A construção naval

26 As Ribeiras da Costa Portuguesa (Séc. XV - XVI)

30 A Ribeira de Tavira

II OS TELHADOS MÚLTIPLOS PORTUGUESES: OS TELHADOS DE TESOURO

Genealogia

34 Da arquitectura militar à arquitectura civil: a Casa-Torre

36 Os Telhados Múltiplos

38 Os Telhados de Asnaria Portugueses

40 Os Telhados de Tesouro

42 Da Estrutura, da Técnica e da Função

44 Detalhe Telhado de Tesouro

46 Materiais e Técnicas Tradicionais

52 Incidência

54 Dispersão

II PARTE

III CASO DE ESTUDO: TELHADOS DE TESOURO DE TAVIRA

64 Análise territorial e morfológica

66 Cronologia histórica e construtiva

68 As Cartas e o Crescimento urbano

72 Evolução Urbana

Actualidade

92 Hidrografia e Sistema Viário

94 Aglomerado Urbano

94 Análise do edificado

102 Dispersão Geral Telhados de Tesouro

104 Dispersão Telhados de Tesouro na Ribeira

Casas Nobres da Ribeira de Tavira

112 Casa Nobre Portuguesa (Séc. XV-XVI)

114 Funções e Significado

116 Ambiente Social

118 Casas Nobres da Ribeira de Tavira

122 Organização do Lote

124 5 Casos de Estudo: Análise tipológica

Considerações Finais

IV CAIS DAS ARTES: PROJECTO DE REABILITAÇÃO EM CASA NOBRE DA RIBEIRA DE TAVIRA

187 Bibliografia

181 Fontes

#### RESUMO

A Expansão Marítima implica o avanço da linha de defesa para a costa. Os principais aglomerados convergem para arrabaldes ribeirinhos e à vida feudal sucede a vida de contacto com centro no espaço da Ribeira. Ocorrem construções rápidas mas robustas que respondem a programas diferenciados e construídas "ao romano"

Tavira, terceira cidade costeira do século XVI, que o terramoto de 1755 poupou, tem no movimento do porto e consequente deslocação da corte para auxílio às praças-marroquinas o motivo principal para a expansão urbana iniciada em 1415. Constitui-se nesta altura uma tipologia de habitação cumpridora dos designios da nobreza caracterizada pelos telhados múltiplos de tesouro. Construções modulares com estruturas paralelas e espaços perpendiculares ao rio de coberturas com inclinação superior a 45°, por compartimento dão resposta ao espaço diminuído anterior da malha islâmica e aplicam à frente urbana uma coerência nobiliária denunciadora de normas urbanísticas modernas.

PALAVRAS-CHAVE

TELHADOS DE TESOURO

TAVIRA

RIBEIRA

CASA NOBRE

#### ABSTRACT

Tavira, Sea's Heritages - from the Riverside to the sixteenth Noble House - the "Telhados de Tesouro"

The Maritime Expansion implies the advance of the defence line to the coast. The main clusters converge to riverside suburbs and to the feudal life succeeds the contact life centered in the Riverside area. Quick but sturdy construction arise answering different programmes being built with classic norms. Tavira, third coastal city in the sixteenth century, spared by the earthquake in 1755, has in its harbor activity and consequent dislocation of its court in support of the Moroccan plazas the main reason for its urban sprawl initiated in 1415. At this point is established an housing typology fulfilling the nobility designs featuring the multiple treasure roofing. Modular constructions with parallel structures and perpendicular spaces towards the river with inclinations above 45 degrees, each compartment resolve the diminished space preceding the Islamic wall and implies to the urban front a noble coherence denouncing modern urbanistic regulations.

KEYWORDS

TELHADOS DE TESOURO

TAVIRA

RIVERSIDE

NOBLE HOUSE



[2] Ribeira de Tavira, 1960

As coberturas, parte relevante do património urbano servem a salvaguarda da imagem de uma cidade, vila ou aldeia histórica. Passa pela conservação destas um conjunto de características que distinguem o recorte do seu perfil inconfundível no céu.

Várias condicionantes actuam sobre este elemento do edifício, entre outras: o clima, o material disponível na região, a configuração do edifício e ou o sistema de economia local. Nas construções antigas, os elementos estruturais de madeira desempenha, em conjunto com as alvenarias, uma função importante, vencendo vãos entre paredes e suportando as coberturas.

Entenda-se que a perfeição da arte de construir e conservar depende da conjugação de duas partes, a teórica e a prática. Sendo a prática mais antiga, quer na arte de extrair os materiais, de os transportar, de os fabricar e de os colocar na obra. A teoria é a ciência que dirige as operações da prática, sem ela não é possível investigar acerca da evolução dos modelos construtivos no tempo.

O "telhado de tesouro", correntemente denominado de quatro-águas quanto à tipologia ou de tesoura quanto à estrutura interior resulta num elemento arquitectónico/construtivo/espacial largamente presente na estrutura urbana da cidade de Tavira.

Com maior incidência em cidades portuárias, tem no caso de estudo desta dissertação a sua maior dispersão dada muito possivelmente à resistência às catástrofes de 1755 que assolaram o país e arruinaram especificamente grande parte das cidades da costa do Algarve. Associa-se ao facto do seu estranho aparecimento a relação quase natural com a posição económica e estratégica das cidades-porto do séc. XV/XVI ligadas à Expansão Marítima. A necessidade de ampliação das habitações era clara. As anteriores cidades medievais tinham apenas pequenos portos de pesca junto às linhas de água e a abertura do país ao comércio internacional exige uma expansão inevitável do aglomerado para os arrabaldes o que motiva a expansão do edificado urbano intra-muros. Com um cadastro bastante consolidado, necessita de gerar possibilidades para obtenção de espaço também a partir da cobertura.

O facto da tensão entre os alinhamentos edificados junto ao rio e centro urbano em conjunto com o traço regularizado das margens, ou a repetição dos telhados de tesouro por toda a matriz urbana, como que de uma estrutura modular se tratasse é razão para cada edifício ser parte integrante de um todo de extrema coerência.

Na sua fase inicial seriam aplicados apenas nas "casas da frente" das principais artérias da cidade e replicados pelas divisões da habitação (telhados múltiplos). Ao deixar adivinhar a dimensão e número de divisões da habitação foi factor nobilitário através da afirmação do poder do seu encomendador, bem como imagem de uma burguesia mercantil em ascensão com grande ligação aos negócios do Além-Mar.

São coberturas que respondem a exigências espaciais, programáticas e formais decorrentes das evoluções construtivas da época, materiais disponíveis e qualidade da mão-de-obra designada para a elaboração dos trabalhos que resultaram em factor de novidade e inovação para a época de quinhentos, apenas possível pelo grande conhecimento da "arte de trabalhar a madeira" possivelmente ligada à existência de um grande estaleiro naval e do aproveitamento das matérias excedentes da construção naval.

Estruturalmente são lhe atribuídas normas construtivas que pressupõem inclinação superior a 45° e o facto de assentarem sobre paredes-mestras, o que permite, no interior das salas nobres, a existência de um tecto de caixão do tipo "maseira".

Este estudo pretende, tendo em conta as influências sociais e económicas relevantes para o seu aparecimento caracterizar uma tipologia arquitectónica desenvolvida no período em estudo presente no passado em muitas cidades-porto do país e do além-mar. Assiste-se ao seu desaparecimento progressivo e necessidade de inventariação através de um estudo arquitectónico para poder ser transmitida às gerações vindouras.

A investigação assenta na reunião dos elementos associados a este tipo de coberturas relativos aos princípios técnicos da arte de construir coberturas de telhado de tesouro, fazendo a interface com as técnicas construtivas actuais através do pensamento arquitectónico e projectual.

Neste sentido, foi desenvolvida uma metodologia de trabalho, tendo por base um caso de estudo edificado envolvendo três momentos distintos. Numa primeira fase o contacto com a bibliografia existente reunião de cartografia actual e histórica que permita fazer uma ponte entre o aparecimento e as actuais construções com telhados de tesouro. Seguidamente procede-se à sintetização da informação de forma a chegar a uma tipologia comum entre os casos de estudo levantados e no final procede-se à elaboração de um pequeno projecto que tenha em conta as suas características base e vise a reabilitação de um edifício inserido na área da Ribeira que contemple ainda a tipologia de casa nobre do século XVI que tem nos telhados de tesouro a sua característica principal.

## ESTADO DA ARTE

Ao tentar caracterizar a arquitectura algarvia já é hoje possível utilizar dados adquiridos de história social e económica, graças sobretudo aos estudos de J. Romero Magalhães, não só para o séc. XVI, de há muito divulgados, como para os séculos XVII e XVIII, de aparição recente. José Eduardo Hora Correia o primeiro autor a tentar uma síntese das características da arquitectura algarvia, na articulação com a história e o valor do património construído no Algarve, referiu-se ao contributo da arte e arquitectura Manuelina da região, explicando que "... é já hoje aceite pacificamente a originalidade do "Manuelino" algarvio de Alvor e Estombar à Luz de Tavira ou de Monchique a Loulé." (Correia, 1989); a formação das escolas decorativas de pedreiros locais, com a escola de Tavira, Moncarapacho e Cacela, para além da arquitectura religiosa, Horta Correia destacou a arquitectura de habitação urbana e rural algarvia, procurando ler características tradicionais dominantes e originais neste tema. Num enquadramento mais próximo às tipologias de arquitectura civil de Tavira, ainda José Eduardo Horta Correia, destaca, principalmente na obra Algarve em Património a coerência presente nas casas nobres de Tavira nomeadamente na tipologia de "casa fundada apartir do séc. XVI de que a presença do telhado de tesouro é a característica principal". Carminda Cavaco no volume II - Vilas e Cidades da obra Algarve Oriental destaca o papel da "principal" do Algarve do Séc. XVI como porto difusor e receptor das novidades bem como a arquitectura civil que surge ligada ao passado nobiliário da cidade que recebeu a corte para mais facilmente controlar as praças-forte de Marrocos e que reúne no seu centro paradigmas de um passado construtivo de grande valor poupado pelo terramoto de 1755.

O Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, 1985, do Atelier José Lamas e Carlos Duarte faz um estudo abrangente sobre a cidade e destaca a relação entre território, arquitectura e a as técnicas construtivas tradicionais como base para uma completa integração das novas construções na envolvente próxima. Dedicar ainda parte do estudo à compreensão das tipologias arquitectónicas existentes e a sua caracterização dependente da morfologia do lote onde se implantam bem como lançam uma tentativa de dispersão dos telhados de tesouro pela cidade mas que apenas são considerados os que têm interesse notável interesse concelhio.

Alvo de estudos continuados de diversos investigadores nas áreas da história, património, arquitectura ou geografia, os telhados de tesouro foram objectos de estudo em diversas ocasiões embora que a inexistência de referência a estes nos volumes referentes à Arquitectura Popular Portuguesa omitam o seu carácter vernacular pela sua génese nobiliária.

O arquitecto Victor Mestre dedica um esquiço sobre a estrutura do mesmo no seu volume referente à Arquitectura Popular dos Açores fazendo a ponte entre os exemplares praticados no Algarve e com exemplares construídos em territórios insulares.

O geógrafo Orlando Ribeiro, redige um capítulo a propósito de Tavira ("Açoteias de Olhão e telhados de Tavira (Influências orientais na arquitectura urbana)" in Geografia e civilização, 1992 (1961), pp.53 - 146) Nesta visão Ribeiro convida a relacionar os Telhados de Tavira com exemplares de arquitectura oriental pelas características semelhantes dos exemplares de cobertura existentes nos territórios do sul português e na Índia. Isabel M. V. Alonso (Telhados de tesouro em Tavira, 2004 e "Telhados de tesouro em Faro" in Monumentos nº 24, Março 2006, pp. 50-55) interpreta que telhados de tesouro são "coberturas múltiplas de quatro águas muito inclinadas cujo beiral assenta quase horizontalmente na parede". Aqui destaca as diferenças em relação aos outros telhados múltiplos existentes em Portugal que residem no facto de aqui haver, de preferência, um telhado por cada divisão e de a inclinação das quatro águas ser mais acentuada, o que transforma a transição suave até ao beiral, vulgar noutras zonas do país, numa curva quase angular. Quanto às relações orientais abordadas por Ribeiro na sua obra, a autora redige: "Pensamos, assim, que os telhados algarvios não foram inspirados nos pagodes da Índia e da China, mas antes importados da Índia, onde nasceram como criações indo-portugueses, fruto do encontro de culturas. No Algarve, recebem o encurvamento dos perfis, embora este já existisse em telhados anteriores ao conhecimento do caminho marítimo para o Oriente(...)". "Telhados de Tesouro em Faro" in Monumentos nº 24, Março 2006, pp. 51, 52. A mesma autora, em Telhados de Tesouro em Tavira, 2004, pp. 29, 32 e 33, pretende estabelecer um elo, ainda pouco fundamentado, entre a presença muçulmana e os lugares onde apareceu este tipo de telhados.) À mesma influência seria devido o costume de usar asnas muito próximas umas das outras nos telhados de tesouro algarvios.

Mas Isabel Alonso contesta, a inexistência de qualquer funcionalidade nos telhados de tesouro defendida por Orlando Ribeiro que diz "(...) os telhados múltiplos não têm qualquer função de recolha de água, e não correspondem portanto a nenhum fim utilitário." Geografia e Civilização, 1992 (1961), p.97. João Viera Caldas no decorrer da sua investigação de doutoramento sobre Arquitectura Rural do Antigo Regime do Algarve dedica parte do seu estudo aos exemplares que se encontram ainda hoje em montes agrícolas e de que destaca construções em que ainda são visíveis telhados de tesouro, destacando a sua originalidade no panorama nacional e contrariamente a Orlando Ribeiro defende o seu carácter funcional pelo facto destas coberturas, ao perder calor pela cobertura, gerarem espaços mais frescos pelo pé direito elevado, daí aplicados a zonas mais quentes como o Algarve.







[3] Carta de Lázaro Luis, 1513.

#### A VIDA LITORAL

As implantações junto ao mar privilegiaram e estimularam desde tempos idos uma vida de relação quase vital. Completas civilizações abraçaram o mar e os braços de água que se desenhavam pela sua entrada no território, que, ao invés disso estariam condenadas a rotina e à morte pela estagnação caso um fermento de vida geral não as animasse.

Foi assim nas costas e ilhas do mar Egeu, onde os primeiros navegadores fenícios, gregos e púnicos encontraram uma massa de povos mal distintos, perdidos no isolamento e na barbárie ou tocados já por influências mediterrâneas remotas. Tartessos, cidade rica, algures junto à foz do Guadalquivir, juntava turdetanos e levantinos, que se opunham à rudeza dos celtas e celtoberos.

Ao longo do mar caminharam ideias e produtos, estabeleceram-se correntes de civilização e lugares de permuta, fundaram-se centros de domínio, talassocracias de vida brilhante mas fugaz. O próprio Império Romano, que realizou, pela única vez, a unidade política e económica das margens do Mediterrâneo, fundou-a na organização das suas estradas e cidades interiores.

Quando ruuiu o Império Romano, a vida geral viu-se a cada passo travada pelas rivalidades locais, desenvolveu-se por toda a parte a pirataria, a insegurança, o retraimento das populações que abandonaram ao sezónismo as planícies litorais e retornam, nas terras altas, os modos de vida primitivos.

A invasão muçulmana veio ainda aumentar a instabilidade e só quando as cruzadas reanimaram os caminhos marítimos e à fúria do ódio religioso sucedeu a convivência económica. O Mediterrâneo conheceu outra era de prosperidade, essa porém fugaz e disputada.

As grandes rotas oceânicas, da Índia, da África, da América, que se enfeixam em Lisboa e em Sevilha, arruinaram, por séculos, estas construções frágeis." (Ribeiro, 1993).

As dinâmicas da história da vida litoral, assim como o domínio costeiro é curto e limitado no tempo tal como a sua relação com a o mar pela sua inconstância. A própria tradição da navegação quando evoluída à larga escala atingia e balizava novos horizontes terrestres. Estas evoluções ficaram a dever-se em muito à experiência e cultura mediterrânea. "Só se tornou possível quando os portugueses resolveram, de maneira segura, os problemas da navegação contra o vento, da posição das terras e do conhecimento das rotas, e se inventou no Mar do Norte, o leme de cadaste: fixado por complicadas ferragens que só podem ter sido construído entre povos dados há muito à metalurgia." (Ribeiro, 1993).

Este litoral resultou em grande medida para o homem ensaiar as primeiras rotas de navegação e elemento favorável à eclosão da vida marítima.

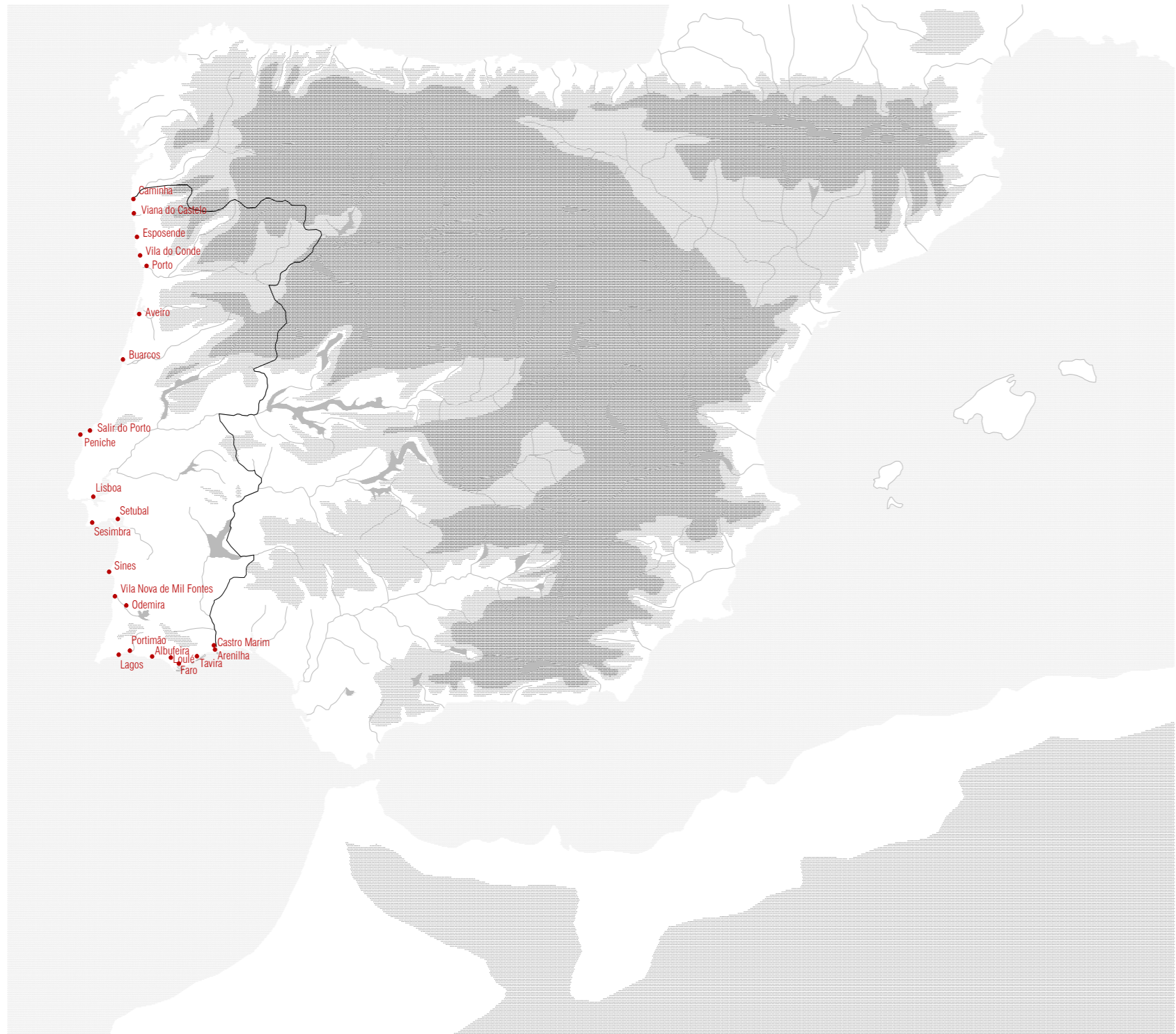
O recorte da costa, as penínsulas, arquipélagos e golfos faz do litoral e da sua proximidade um local de difícil trajeto naval devido aos recessos e perigos, mas por outro lado, capaz de oferecer à navegação de cabotagem limites nos seus promontórios e abrigo nas suas enseadas.

Era tão importante o estudo do mar como o da linha de costa e das condicionantes naturais. A curiosidade ampla e aprofunda o conhecimento do meio envolvente e passam a descrever-se com regularidade os ventos ou as brisas da terra e mar.

A vida marítima e o papel de relação dos povos e unidade do mundo mediterrâneo atrai a necessidade de explorar a económica comercial e todas as suas potencialidades para o fomento de riqueza das povoações conferindo-lhes assim também mais poder. Foi ao longo das costas sinuosas que progrediram correntes de civilizações e caminharam produtos. As feitorias fenícias e as colónias gregas são como excrescências marítimas na orla do continente: as cidades abertas para o mar mas estabelecidas em sítios isoláveis da terra firme, promontórios escarpados, ilhas rochosas ou acrópoles inacessíveis, donde se dominam o porto e os caminhos que lá conduzem. "Quando a navegação moderna dispensou as escalas inúmeras e exigiu fundos amplos e seguros, muitos destes portos decaíram da sua antiga função, mas outros, apetrechados para as necessidades da vida marítima dos nossos dias, continuam, no mesmo lugar, uma antiquíssima tradição: Marselha, Génova, Pireu..." (Ribeiro, 1993).

Os povoados litorais na sua maioria implantavam-se sob a forma de aglomerados. E têm na explicação clássica a sua concentração pela proximidade com as nascentes de água que as protegiam muitas das vezes através da construção de um perímetro amuralhado. A coesão das habitações fez-se por motivos de defesa, contra os piratas do litoral, as hordas de saqueadores, os pastores da montanha. Esta mesma razão presidiu à escolha do sítio: grande número de povoações antigas ergue-se no alto de montes, em cabeços fáceis de defender, donde se dominam os campos e caminhos. As bandas de casas fazem-se coesas e separadas apelas pelas ruas estreitas e íngremes que as atravessam, protegendo os vãos da exposição solar que vêm ao clima soalheiro do sul e animadas pela vizinhança, fomento da vida urbana, que aqui se desenvolverá primeiro que no resto da Europa. Estes sítios alcançados encontram-se aqui com mais frequência e significado que em quaisquer outros lugares. Indicam-no os próprios nomes, grego e latim, *acropolis* e *oppidum*.

Por outro lado a disseminação pelos campos liga-se à fertilidade da terra, à cultura intensiva e a uma maior intimidade da casa com o campo. Esta fundação progride muitas das vezes ao longo dos caminhos, que são animados pelo tráfego e pelas trocas comerciais enquanto no cimo dos montes as antigas povoações se arruinam.



| Portos da Costa Portuguesa no Séc. XII

#### AS CIDADES-PORTO: DESIGNIOS DO URBANISMO QUINHENTISTA

A anterior cidade medieval portuguesa, herança de períodos anteriores ou criação nova, desenvolve-se a partir de uma posição topograficamente saliente, para depois descer para os terrenos menos acidentados, o que acontece vulgarmente um pouco por toda a Europa. (Gaspar, 1969, pp.198-215).

Os requisitos defensivos, aplicados a funções religiosas, comerciais ou militares representaram um elemento estruturante na sua evolução. Quando a posição alcandorada ainda era fundamental, o seu crescimento implicou o aumento das edificações em função de factores de natureza económica apesar dos tempos de confrontação bélica.

A relação estreita entre a topografia e o desenvolvimento da estrutura morfológica vem atestar aspectos como a valorização e integração na malha primária de espaços abertos, propícios à eclosão de manifestações comerciais (como é o caso dos largos junto às alcáçovas islâmicas ou das catedrais). A densificação comercial promove o aparecimento de pequenas actividades comerciais como o artesanato ao longo dos principais eixos viários, que conferiam para portas principais ou se dirigiam para o campo, povoações vizinhas ou noutra hipótese aos locais de porto.

Na sua génese primária resumiam-se a um só eixo, herança de um caminho pré-urbano, que atravessa a cidade e se prolonga para fora, já como caminho rural - a chamada rua direita (ou mais direta) -, elemento urbano que atrai variadas atividades e constitui com os espaços abertos (rossios ou praças), locais de contacto entre as populações urbana e rural. Os largos, desenhados para múltiplas actividades são ocupados por mercados, feiras e outros acontecimentos que incluíam a maior parte da população local e a que se fazia deslocar das aglomerações vizinhas. Com o desenvolvimento do papel funcional das cidades estes dois elementos da estrutura morfológica, largos e ruas, expandem-se para a periferia e para os arrabaldes dos perímetros amuralhados, que se desenvolvem para lá dos núcleos urbanos iniciais.

Com o terminar do período da Reconquista, a partir de meados do século XIII, as cidades assistem a um extravasamento dos seus limites. Na sua variedade tanto do ponto de vista físico, funcional, social ou até mesmo racial os arrabaldes multiplicam-se pelas encostas dos cabeços e, aos espaços onde existia maior densidade comercial correspondiam-lhe na mesma proporção os estratos sociais mais elevados, que ocupavam posições centrais na cidade. Paralelamente e como consequência da Reconquista passam a instalar-se em locais menos atrativos tanto do ponto de vista ambiental (clima, topografia), como funcional (afastados dos principais acessos á cidade) os estratos mais débeis, por vezes com coincidência com atividades mais poluentes e degradadoras do ambiente, como a indústria dos curtumes ou as cerâmicas (olarias): as judiarias e as mourarias.

Com a evolução e atracção de mais povoação surgem as casas conventuais e mosteiros, estruturas suburbanas que vêm reorganizar a cidade em função dos limites das suas cercas, focos aglutinadores de

povoamento periurbano que no caso das urbes mais dinâmicas acabam por ser engolidos pelas novas construções provocando muitas vezes descontinuidades no tecido urbano.

A aleatoriedade da expansão urbana tornou muitas das antigas cidades, que emigraram dos seus núcleos primitivos para os arrabaldes em estruturas radiais que se desenvolvem em função dos antigos caminhos rurais de acesso à urbe. Com as novas ideologias modernistas, mudança das condições económico-sociais, e a consolidação das fronteiras altera-se a tradicional economia agrícola do país para dar lugar a uma economia de base comercial que em muito contribuiu à vocação marítima e a política expansionista.

O crescimento económico estimula a atracção de população fazendo aumentar os centros urbanos o que implica muitas das vezes a ampliação do território a proteger sendo necessária a construção de novas cercas que passam a envolver as novas actividades e amplos espaços, muitos deles que serviam para a subsistência da população.

As ordens religiosas passam a agir também como agentes privilegiados envolvidos no financiamento e apoio às grandes obras juntamente com o rei e os grandes senhores, a que passa a juntar-se um próspero grupo de homens que fez do comércio o advento das suas riquezas e do seu estatuto - a burguesia.

O aumento da circulação concorda com o desenvolvimento económico e comercial, o que torna necessário dotar as aglomerações medievais mais importantes que eram dominadas por ruas estreitas de vias em que o atravessamento e escoamento do trânsito se fizesse naturalmente e atraísse o comércio dos novos produtos vindos dos territórios recém-conquistados.

Damião Góis em 1554 descrevia as "ruas novas" de que a mais famosa seria a de Lisboa dizendo: " É muito mais ampla que as outras ruas, ornada de ambos os lados com belíssimos edifícios. Aqui se juntam à compita todos os dias, comerciantes de quase todas as partes e povos do mundo, com extraordinária concorrência de gentes".

O aumento da comunicação tanto por terra como por mar leva à atracção do povoamento para a orla litoral a que se conjugava a menor altitude, que facilitava os acessos bem como a fertilidade dos solos. Estas facilidades levam ao conhecimento de outras realidades exteriores e ao primado espírito racional.

Com o advento do Renascimento e com a emergência de novas concepções estéticas começa a olhar-se com desagrado para as cidades medievais de ruas sujas e apertadas o que faz desplotar uma série de na reajustes forma de pensar e projectar a cidade e a sua expansão.

A acumulação de riquezas faz desenvolver muitos dos centros portuários o que leva à afirmação do poder através da arquitectura passando a construir-se novos edifícios emblemáticos e ao gosto da época.

É nas centúrias de Quinhentos e Seiscentos que se encontram as primeiras intervenções com base em planeamentos urbanísticos regrados que foram sendo exportados para outras cidades de domínio português.

O desenho base da cidade da modernidade incluía uma grande praça terreiro quadrada que se identificava como o centro dessa mesma povoação. Daí definiam-se as restantes ruas e quarteirões segundo uma malha tradicionalmente ortogonal. As áreas de habitação respeitavam regras arquitectónicas e urbanas em que as fachadas teriam o mesmo aspecto. Na praça implantavam-se o pelourinho, e habitualmente eram edificadas a igreja, a Casa da Câmara, a Cadêia e quando houvesse necessidade disso a Casa da Guarda e a Allândega quando a cidade era dominada pela economia comercial. Nestas acções os engenheiros militares desempenham o papel central. São eles que organizam e regulam a expansão urbana com recurso à geometria, frequentes vezes quadrada e tradicional dos acampamentos militares.

No caso dos aglomerados litorais ou na proximidade de rios com foz no mar, a rede urbana estrutura-se e completa-se em função da cabotagem das embarcações e dos portos que melhores condições ofereciam para a ancoragem e desembarque. A navegação nas suas três vertentes (fluvial, cabotagem e longo curso), foi durante séculos o meio de transporte mais rápido, barato e seguro, visto que as comunicações por terra eram difíceis, morosas e perigosas. Por estas razões as cidades aproximam-se das linhas de água.

Ainda actualmente, apesar do transporte marítimo ter perdido a importância que outrora detinha, continua a ser o mais significativo para o tráfego de mercadorias, pela sua capacidade e baixo custo. Isto justifica à partida que quase todas das grandes cidades do mundo sejam servidas por um porto.

“Do conjunto das cidades-porto podem-se distinguir as que apoiam a navegação transoceânica e o comércio externo, os portos situados junto à foz dos rios, onde o comércio, a pesca, a extracção do sal, e por vezes, também a tradição da construção naval tem um grande papel, assim como a indústria de conservas e, por último todos os outros portos fluviais que com variadas escalas podem representar também as mais distintas actividades. São cidades com porto as cidades de Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Porto, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Lisboa, Sesimbra, Sines, Lagos, Portimão, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, embora em poucos casos e sempre graças à pesca (Póvoa de Varzim, Espinho, Nazaré, Peniche, Sesimbra e Sines), se tratem de portos de mar.

As antigas noções de defesa do território da linha de costa fizeram a par dos portos de mar resultar em portos onde a rebentação é menos batida e onde este está mais recuado no rio como é o caso das cidades de Lagos, Tavira, Viana, Vila do Conde e Setúbal que foram portos eminentes na época dos Descobrimentos. As cidades de Viana do Castelo, Figueira da Foz, Lisboa e Setúbal possuem uma grande tradição de construção naval e por isso mantêm ainda importantes estaleiros.” (Salgueiro, 1992).

As condições destavóráveis do litoral, acumulam-se preocupações com a defesa que explicam a implantação das cidades com funções comerciais ligadas à navegação afastadas da foz dos cursos de água, mas que se apresentam recuadas no seu estuário ou curso, como sucede em Lisboa, Silves e Tavira.

Evitavam-se os ataques imprevistos dos navios corsários que entravam pelas linhas de água próximas dos aglomerados importantes. Com a introdução da artilharia, as cidades aproximam-se da foz ou expandem-se para o litoral, já protegidas dos ataques feitos por mar. Através dos fortes construídos nos pontos mais avançados passam a cobrir-se as passagens de navegação obrigatórias para entrar no porto e alcançar as cidades. A decadência da cabotagem (actualmente extinta), a melhoria da rede de estradas e a expansão do tráfego rodoviário origina transformações no desenho do povoamento e no sistema de lugares.

Lisboa, afasta-se cada vez mais das restantes cidades do país em termos demográficos, o que se deve à vantagem da posição comercial pelo estuário do Tejo, depois reforçada com a instalação do poder político em definitivo no Terreiro do Paço. Porto natural e de grande dimensão, junto ao mar mas ao abrigo dos temporais, veio gozar das potencialidades do seu extenso *hinterland* pois a navegação no rio colocava a cidade em contacto com vastas áreas do interior do país.

“Com a expansão marítima os portugueses viajam até regiões com níveis de povoamento muito diferentes. Nos locais onde já se encontravam cidades primitivas ocuparam-nas mantendo as construções iniciais, como são os casos do Norte de África, Diu, Goa, Malaca e vão por acabar mais tarde por instalar feitorias, por vezes abrigadas por um forte, como em Cananor e Cochim. Aqui os potugueses deixaram testemunhos da sua presença, principalmente pela edificação de muralhas, fortes, igrejas e palácios na maioria dos casos, boas construções e feitas com materiais de excelência. Ainda no século XV, surgem os primeiros actos de colonização. Estes, eram da responsabilidade dos donatários e dos colonos que eles levavam ou enviavam para povoar as terras.

A reprodução de modelos e linguagens arquitectónicas continentais na dualidade topográfica vieram dar resposta às características do sítio e à existência de normas que se faziam corresponder às da capital - Lisboa. Adoptou-se uma estrutura de circulação semelhante à de outras cidades portuguesas da época em que a equivalência à “Rua Direita”, a adaptação de malhas geométricas não necessariamente regulares nem rectangulares contribui para dar um certo “ar de família” Às povoações das ilhas atlânticas e noutras fundações portuguesas presentes ao longo da Rota do Cabo e mais tarde no Brasil.

É no reinado de D. Manuel I (r. 1495-1521) que se dá a emergência do urbanismo moderno em Lisboa, estendendo-se depois ao restante país e possessões ultramarinas. Nesta altura observa-se que a documentação passa a dar grande importância ao espaço público, designadamente no que respeita à regulação e traçado de ruas, utilizando um padrão funcional já de natureza mensurável, do qual resulta uma expressão bem documentada: traçar “de cordel” ou “por cordel” (Pereira, 2006).

Nesta altura, e em Portugal tentava-se definir os limites de um território dominado por um rei comum. Com isto, aos habitantes da península hispânica seguidores de um rei soberano que se intitulava “de Portugal e

dos Algarves, d’Aquém e d’Além Mar em África” era recebido nas terras onde estava, ou a onde se deslocava, com as maiores honras e celebrações.

“Na transição do século XV para o século XVI a grande maioria da população crescia e morria nos estreitos limites do local de onde era natural e dentro da área de soberania da sua nação (“terra de nascimento” ou grupo humano de origem”), cujos horizontes imediatos estavam marcados por um relevo e acidentes naturais, que dificultavam a circulação e a mobilidade. E os limites do território do reino geralmente abrangiam talvez a circulação da própria moeda e a linguagem em que se exprimiam os seus habitantes” (Mattoso, 2006).

Para lá dos limites continentais, as terras que o rei também senhoreava apelavam à descoberta e ao engrandecimento do que viria a ser o reino impulsionador da expansão marítima. Primeiro em África, depois no Oriente e mais tarde na América. “Á expansão dos limites territoriais equivale em mesmo grau uma expansão do pensamento, o que veio a conferir ao português quinhentista uma realidade também diferente dos seus antepassados medievais: o ponto de partida e nascimento não viria a ser muitas vezes o seu ponto de chegada e morte” (Mattoso, 2006).

Assim, e pela primeira vez, em 1416, é avançada uma fuste descrição de Portugal que tenta aquilatar a grandeza dos senhores pela prosperidade dos seus domínios, domínios esses que já se inscrevem num quadro de motes e de rios, de cidades e de vilas (Daveneau ,1977; Ribeiro,1986, pp.1041 -1060). Restrita a pequenos grupos da sociedade, ligados directamente à coroa esta descrição antecipa a revolução que os restantes ainda esperavam no princípio do séc. XV e que só se torna possível pelo que seria o grande instrumento que virá no final do século: a imprensa.

D. João II vira-se para a reforma dos forais, que só D. Manuel conseguirá simplificar através das ordenações do reino, respeitando, embora, a diversidade e a heterogeneidade social dos privilégios, têm uma aplicação geral em todo o território. No entanto só depois da grande reforma manuelina e da sua impressão (em 1514 e em 1521) as ordenações poderão ser lidas, estudadas e executadas por todos procedendo assim à delimitação do território, de confinamento e apreensão do espaço em que deve actuar o poder político resultando numa apropriação e construção de um espaço singular e não partilhado.

Mas, só em 1527 haverá meios burocráticos e suficiente força política para o rei determinar a contagem dos vizinhos do território. Só depois dele fazem sentido as divisões das comarcas que a partir de 1532 alteram a velha divisão anterior.

Na tentativa de definir melhor os limites do reino, questão política da maior relevância, publica-se em Roma (1561), em gravação veneziana, a carta de Fernando Álvares Seco, a primeira que fixa o território completo de um país numa só folha (Alegría, 1977/Magalhães, 1980).

A noção de fronteira não tem, nos séculos XV e XVII, o sentido preciso e concreto que posteriormente assinala a mudança dos territórios com diferentes soberanias. A fronteira é uma deliberação militar, aduaneira, a que se atribui uma carga simbólica, confrontando-se bandeiras no topo das torres que defendem a passagem dos caminhos.

Em 1559 são formalmente criadas por Filipe II novas alândegas entre Castela e Portugal, com o seu regimento e modos de cobrar os dizimos dos valores transitados: os portos secos como se reforça a delimitação fronteiriça (Cruz, 1938, pp. 143-144).

*Portugal vai responder, em 1563, com uma minuciosa regulamentação, havendo respeito que “ El-Rei de Castela ordenou novamente, que pagassem outra tal dizima de todas las cousas, que entrassem dos reinos de Castela nas de Portugal, por terra, rios, e mar, que os dividem” (Leis extravagantes, 1569, parte V, Lei XV, fls, 186-187).* Decerto que o aspecto bélico dos castelos da fronteira é o mais aparatoso e exigente em meios e homens, mas o mais rendoroso e que melhor define a fronteira toca para o lado das alândegas e do pagamento de direitos. A realeza confessava mesmo, em 1581, que não podia dispensar os rendimentos que cobrava nas alândegas entre os dois reinos, que não deixavam de estar separados por terem o mesmo rei. Durante o século XVI começa a sentir-se em perigo a outra fronteira de Portugal: a marítima. Franceses e Ingleses, como também os Castelhanos, eram desde sempre, tidos por suspeitos para as fronteiras marítimas. Porém no século XVI um perigo mais persistente e mais cruel se levantava: a pirataria moura. A pirataria é, em simultâneo, uma forma de guerrilha e um modo de contornar dificuldades legais, que afectavam a desejada normalidade comercial. É também uma aprendizagem da actividade mercantil (Godinho, 1990, pp. 459-475).

A sua intensificação vai exigir que a fronteira marítima seja marcada e bem delimitada. A conquista de praças fortes no Norte de África e a colonização das ilhas do Atlântico introduzem novos limites, menos precisos do que as praias e arribas. Por 1509-1512, acerta-se com Castela que a Portugal caberia a conquista da fachada atlântica do Magreb (Gavetas, 1967, tom. VI, pp. 641-682), onde a progressão para sul se processa até à conquista de Azamor, em 1513.

O domínio português em Marrocos provoca uma reacção religiosa e política. O que dá origem a uma defesa mais dura e exigente em homens, armas, munições, abastecimento e construção de novas fortalezas. Ameaçada a fronteira marítima portuguesa vai obrigar à montagem de defesas, que sobretudo, delimitam o espaço pelas fortalezas, fortes e atalaias que se erguem nas pontes de maior contacto (Tratado de Tordesilhas, 1494).

O estado da fazenda, tanto quanto novas concepções militares, a isso força: novos edifícios defensivos se erguem entre 1541 e 1546 (Moreira, 1986, pp. 139 - 140; Guedes, 1988 e 1989).



[4] Carta de Portugal, Alvaro Seco, 1561.

Do outro lado do espaço fronteiriço onde o perigo cresce também, construções modernas se erguem na defesa do Algarve (Vila Nova de Portimão, Lagos e Tavira).

Refaz-se a habitação junto das costas do Algarve, diminuem os tratos e a pequena navegação de cabotagem é severamente abalada, as armações de pescam entram numa profunda depressão. Marinheiros-piratas alteraram o monopólio peninsular como tinha ficado partilhado entre os reis hispânicos em Tordesilhas, em

1494. Às fronteiras abertas à descoberta e conquista do Mundo, substituem-se as fronteiras defendidas e restingadas.

Em fins do século XV e princípios do século XVI o reino encontra-se dividido em comarcas Entre o Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve. A partir do numeramento geral de 1527-1532.

A partir do numeramento geral de 1527-1532, provavelmente resultado da apreensão do real que essa contagem permitiu inicia-se um processo de subdivisão dessas agora províncias ou regiões em comarcas (Oliveira, 1620, fls. 1-3v).

Em 1599, Duarte Nunes do Leão arruma as 27 comarcas do reino dentro das províncias ou regiões: Entre o Conjugando história, geografia, corografia, economia, administração pública, genealogia e hagiografia, ponto de chegada da descrição possível de Portugal, que pode ser ligeiramente emparelhada com o mapa Douro e Minho, 4 - Porto, Guimarães, Viana de Foz de Lima e Ponte de Lima; em Trás-os-Montes, 4 - Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Vila Real e Pinhel; na Beira, 6 - Coimbra, Aveiro, Viseu, Lamego, Guarda e Castelo Branco no Alentejo, 5 - Évora, Estremoz, Portalegre, Elvas e Beja; na Estremadura, 6 - Santarém, Leiria, Tomar, Alenquer e Setúbal, a que acrescenta Lisboa, que depois diz ser "um reino só por si", no Algarve existem apenas 2, as de Tavira e Lagos (Leão, 1610. Fls 3v-II).

De conquista em submissão os portugueses foram-se instalando em Santa Cruz do Cabo Guer (1505), em Safim (1508), em Azamor (1513), em Mazagão (1514). Ainda outros pequenos fortes, por vezes pouco mais que feitorias, vão permitindo abastecerem as praças e até participar em tráficos longínquos.

Em 1541, a expansão portuguesa atinge o seu ponto máximo de extensão, e revela fraquezas, em homens e em finanças, que exigem o repensar e o rearmar. Os encargos em homens, armas, em abastecimentos, em socorros tornam-se um fardo insuportável para a Fazenda Régia.

D. João III decide então o abandono de Safim e Azamor, em 1541, evitando assim a pressão xerifiana pelo sul, seguindo-se em 1549 - 1550, Alcácer Ceguer e Arzila, aliviando a presença que agora tem de confrontar-se com a força do novo poder de Fez (Lopes, in Peres, 1931- 1933, vol. IV, pp. 78 - 129).

D. João III decide então o abandono de Safim e Azamor, em 1541, evitando assim a pressão xerifiana pelo sul, seguindo-se em 1549 - 1550, Alcácer Ceguer e Arzila, aliviando a presença que agora tem de confrontar-se com a força do novo poder de Fez (Lopes, in Peres, 1931- 1933, vol. IV, pp. 78 - 129). Ficavam prestes para a defesa dos interesses vitais da Península e das ilhas do Atlântico, as praças-fortes então reformadas de Mazagão, Tânger e Ceuta. A pressão moura, conjugada com a dos Turcos no Mediterrâneo - em simultâneo, Carlos V não conseguiu tomar Argel - faria impor profundas e radicais alterações geopolíticas (Richard, 1955, pp. 357-381). E Alcácer Quibir marca o fim de uma expansão (Mattos, 2006).

A atracção pelas Índias de Castela também trás a este mundo atlântico uma vitalidade diferente da violência e da ganância mercantil do Oriente.

À turbulenta Goa contrapõe-se a pacata Salvador. A proximidade de Lisboa, a facilidade de transporte, a organização de uma sociedade de base escravocrata de grande estabilidade permitem que o império português do Atlântico venha a resistir com vigor aos ataques que mais tarde os Holandeses lhe virão a desferir e os portugueses criam um domínio perdurável no Atlântico Sul (Boxer, 1973). " Os reinos de Sofala, Quíloa, Mombaça, Ormuz, Goa, Malaca, Maluco com todas as ilhas do seu Reino de Cambaia, e adiante Chaul, Baticlá" a que se somam as terras de Santa Cruz e de África, eis os reinos e os senhorios imensos do soberano português." (Barros, 1974 - 1990, Década I, Livro VI, cap. I, p.220).



[5] Cavername de barco em construção nos estaleiros de Santo Amaro (Ilha do Pico)

## A CONSTRUÇÃO NAVAL

Na abertura da Europa ao Mundo, o mar torna-se cenário de estratégias de poder. A atenção que os Estados voltam à construção naval reflecte a importância atribuída ao navio e ao aparato de uma frota dinâmica e numerosa.

Fernando Oliveira, no Livro da fábrica das naus, lança os dados do problema com clareza e simplicidade: "Para a arte de navegação os mais necessários instrumentos são navios [...] e [...] os navios são necessários para a arte de navegação e a navegação para a gente desta terra de Portugal [...] não somente as do povo, mas também a do estado real, que pelo mar munta ilhas e terras e conquistas: as quaes se não podem conquistar nem governar sem navegação" (Mendonça, 1898, p.149).

O navio asseguraria uma parcela representativa da circulação de mercadorias e, como tal, contribuía para avolumar as receitas do Estado. Mas as inovações no seu traçado, dando-lhe capacidade de fogo, revestem-no de novos atributos que o transformam numa arma poderosa, num bem de apropriação violenta (Godinho, 1985, p. 15). Neste processo, uma indústria se configurava fundamental: a construção naval.

Graças a incentivos de vária ordem, nomeadamente a isenção de dizima das matérias-primas importadas e prémios para a construção de navios de grande porte, estimular-se-ia o crescimento da frota mercante.

Em 1530, o pinhal de Leiria ocupava já "quatro léguas de comprido e uma de largo" (Neves, 1983 - 1990, vol. IV, pp. 74-75). Mas a espécie aí dominante, *Pinus maritima*, o pinheiro bravo, estaria longe de satisfazer o essencial das madeiras requeridas para a construção de uma nau da Índia, visto que só era aplicado em obras mortas.

As obras vivas e a estrutura do navio - quilha e cavernas - demandavam a utilização de outras duas espécies e abundantes em território português: o pinheiro-manso, para o tabuado do casco, o sobreiro, para a estrutura. O carvalho, tanto o nacional como o de importação das florestas do Norte da Europa, era também utilizado, embora em menor extensão.

O corte da madeira para as partes fundamentais da estrutura do navio - as cavernas e as balizas - obrigava os mestres carpinteiros a deslocar-se à florestas, a escolher as árvores cujas curvas naturais melhor respondiam às particularidades do navio a construir (Neves, 1990, vol. II, pp. 150-151).

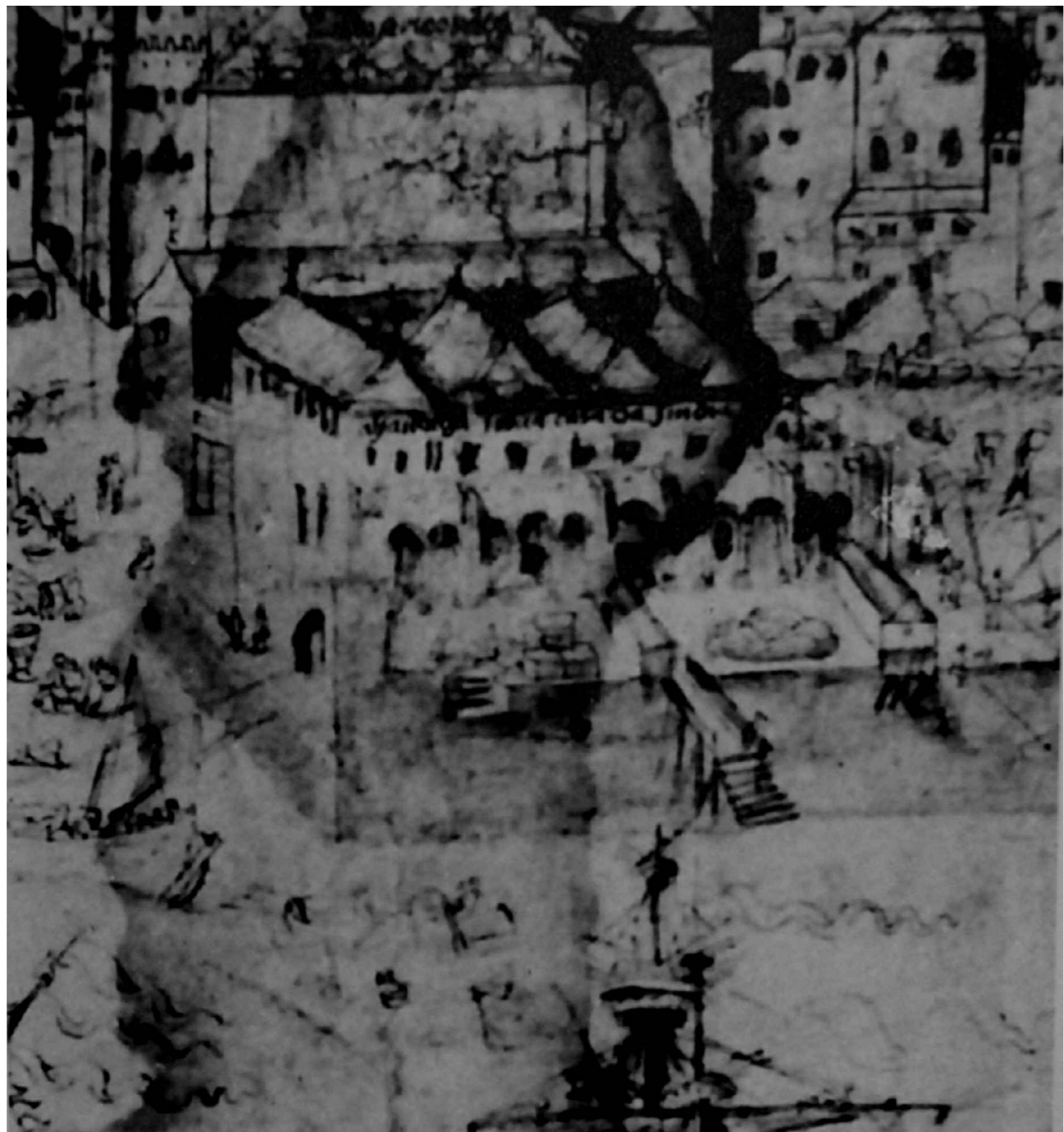
Uma excepção, contudo fundamental, a este condicionalismo geográfico para o sítio dos estaleiros e que acabou por se revestir de uma considerável importância para a estreita articulação entre Lisboa e o Norte da Europa: os mastros. Sendo formadas por peças únicas, só o pinho nórdico comportava tais requisitos.

Lisboa ergue-se como o grande estaleiro no contexto nacional, porque se encontrava próxima de assinaláveis reservas florestais, que, até meados do séc. XVI eram de tal forma luxuriantes que D. Manuel I concedia licença para se utilizar o carvão de sobreiro dos concelhos de Santarém, Abrantes e Torres Novas nas saboarias do barão de Alvíto (Neves, 1990, vol. V, pp. 219 - 220).

Ora, a liberdade com que se explorou este recurso, nas faixas do litoral ou nas manchas do interior vizinhas das mais importantes vias fluviais, contribuiu para o seu esgotamento, de que as provisões acima mencionadas, respeitantes à protecção do sobreiro para a construção naval, são já o primeiro sintoma. Outros estaleiros nacionais encontram idênticos obstáculos, nascidos da escassez de madeira. Já em 1561, o juiz de fora de Tavira protestara junto do monarca pelo desbravamento dos sobrais da terra, "donde se fazem cadano muitos navios em este porto". Os seus moradores destruíram a floresta para conquistar novas terras de lavoura e nisso muito prejudicavam o estaleiro, pois era "já muito custoso fazerem-se navios na cidade". (ANTT, C. C, parte I, m. 104, doc. 68). Problemas que não são especificamente nacionais e que patenteiam uma crise generalizada de madeira, fruto da sobre-exploração desse recurso, graças à proliferação de unidades transformadoras e ao crescimento urbano, fenómenos sensíveis nas mais dinâmicas regiões da Europa de Quinhentos. No último quartel do século XVI, a indústria naval era prioritária, a bem da manutenção de uma rota marítima, que, em tempo, havia projectado o reino para um lugar de destaque no espaço europeu e que, apesar de ameaçada por farsas de vária ordem, se revelava ainda das mais representativas fontes de receita da Fazenda Régia.



[6] Iluminação da Ribeira de Lisboa. 1530-1534.



[7] Secção da Panorâmica de Lisboa posterior a 1535.

#### O ESPAÇO DA RIBEIRA

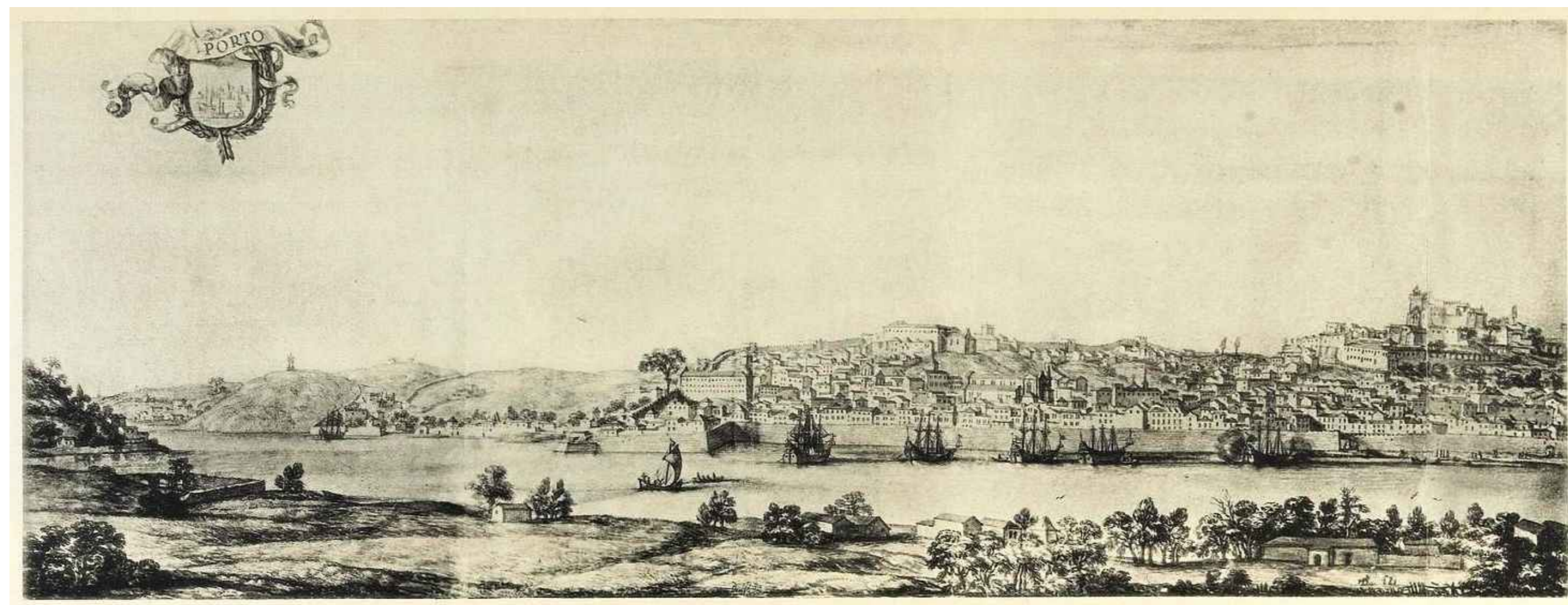
As denominadas "Ribeiras" de todas as cidades do reino, das quais Tavira é a mais meridional, começaram por ser espaços, sempre na margem de um rio ou à beira-mar, onde acontecia tudo o que se preferia na zona "nobre". Eram arrabaldes, fora da cerca, logo desprotegidos, onde ocorriam aterros muitas vezes provocados por despejos de lixo do interior e habitados, nas proximidades, por gente humilde ligada às actividades do mar. A Ribeira era também um local dessacralizado onde não existia uma igreja ou capela.

Dada a sua vocação marítima, as cidades-porto expandem-se para fora das muralhas na direcção do rio e do mar. Alguns equipamentos portuários foram sendo aqui implantados, permanecendo numa zona considerada menos protegida até à construção das sucessivas fortalezas na barra do rio e na costa.

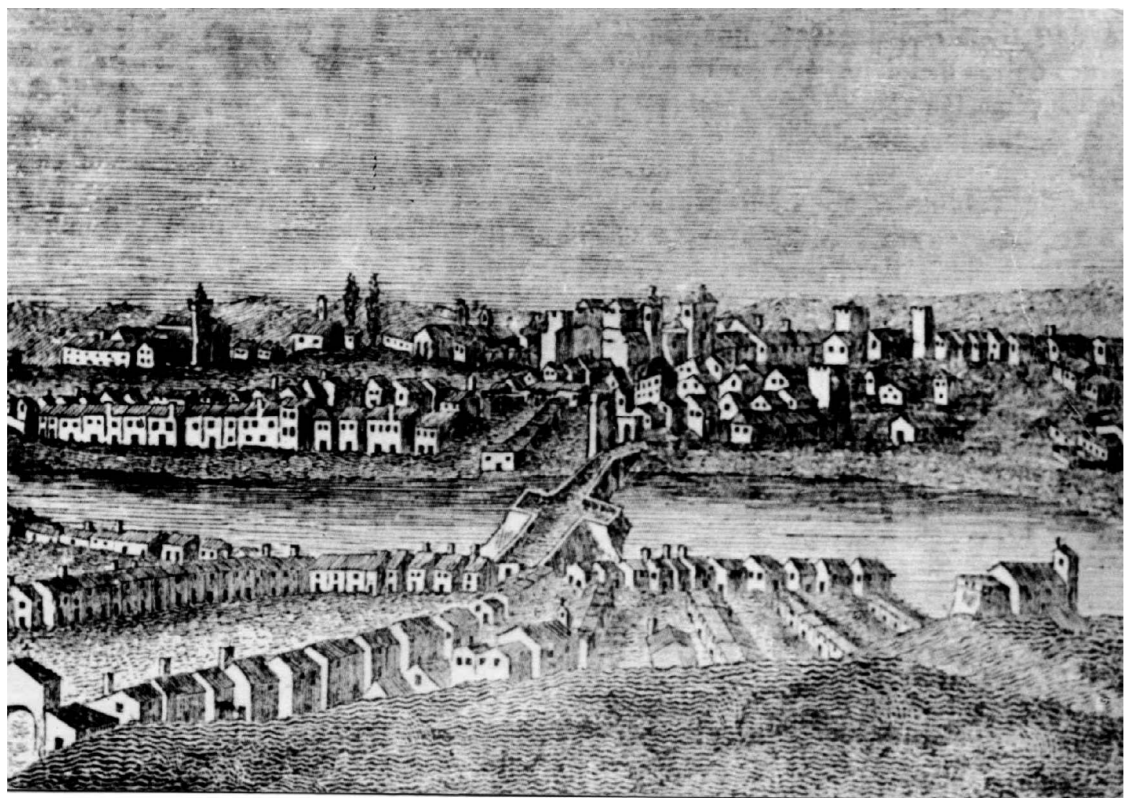
A zona ribeirinha, uma área de quarteirões perfeitamente estabilizada e conservada após o século XVI, de tal modo que ainda hoje podemos seguir perfeitamente o seu percurso através da cartografia desta época como se de uma planta actual se tratasse, apresenta um traçado de uma clara intenção ortogonal, definido em relação à margem de rio, que é, naturalmente, o seu eixo gerador. Estamos assim perante mais um claro e paradigmático exemplo do modelo de cidade marítima portuguesa que se afirma a partir dos finais do séc. XV, e tem o seu auge nas transformações ocorridas em Lisboa durante o reinado de D. Manuel I, de onde é, a partir daí, exportado para todas as novas situações coloniais. Com efeito, tal como na Ribeira de Lisboa, modelo para as restantes quer no Reino quer no Império Ultramarino, verifica-se em Tavira a associação dos vários equipamentos portuários ao espaço do mercado quotidiano.



[8] Ribeira de Lisboa



[9] Ribeira do Porto



[10] Imagem de Tavira do Século XVI.

Tavira mostra-se precoce na instalação, fora das muralhas, de uma série de edifícios-tipo que, na capital do reino, se manterão até mais tarde intra-muros. É o caso das fangas (celeiros públicos) que só na época de D. Manuel I passam para o Terreiro do Paço, enquanto que em Tavira já se apresentam na Praça da Ribeira, como um paço mui nobre, na época de D. João I. As tercenas, podemos localiza-las em 1338, fora das muralhas (motivo pelo qual foram saqueadas pelo rei castelhano), sendo que as tercenas medievais lisboetas (as novas), se localizavam na Baixa, entre as muralhas de D. Dinis e D. Fernando (paralelas entre si e face ao rio).

Contudo, é importante salientar que as tipologias adoptadas em Tavira apresentam um carácter generalista e pragmático próprios de um modelo que é exportado: “arcarias de volta perfeita assentes sobre pilastras ou meias pilastras, aduelas e pilastras largas e lisas com arestas chanfradas; coberturas de madeira, eventualmente abobadadas, muitas vezes de tijoleira”.

A Ribeira de Tavira, foi crescendo e consolidando as suas estruturas, durante os séculos XV e XVI, tendo como referência a margem sul do rio Gilão. Deve-se não só ao facto da aproximação da cidade ao rio e ao mar se ter devido ao desenvolvimento da sua actividade portuária de cariz comercial, mas também devido ao apoio de Tavira às Praças do Norte de África, dado que era a povoação portuguesa mais perto desta região recentemente “conquistada”.

Acresce a estes factos, o ter-se verificado que, a área da Ribeira de Tavira, circunscreveu, na generalidade, este lado da cidade até à segunda metade do séc. XX, o que nos faz compreender que o início da Época Moderna foi, com efeito, “esplendoroso” para a “Ribeira” mais meridional do Reino. Na verdade, a noção de Ribeira, tendo como exemplo Lisboa, é um conceito que se consolida com a Expansão e que se vai multiplicando, por todo o Império Ultramarino (Carlos Caetano, 2004).

É interessante observar tanto na cartografia como na documentação de Tavira, a apropriação desta realidade (a Ribeira) que se vai complexificando e consolidando durante os séculos XV e XVI. Assim, de um conceito generalizado de “ribeira” enquanto espaço ainda à margem, onde se doam pardieiros (casebres/choupanas) em 1287, passamos à afirmação de um espaço identificado na cidade, a “(...) praça da ribeira(...)” onde, em 1415, já se formalizavam testamentos e, finalmente, à expansão habitacional da zona, agora privilegiada, confirmada pela estadia, em 1573, de D. Sebastião nas Casas da família Corte Real no bairro da Ribeira. (Alberto Iria, Da Importância Geo-Política do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976, pág. 114)

A relação intra/extra muros torna-se inversa ainda no primeiro quartel do século XVII conforme a Descrição do Reino do Algarve feita por Alexandre Massay, entre 1617 e 1618, na qual este refere que dentro dos muros de Tavira não moram mais do que 100 vizinhos e que fora dos ditos muros existem 900.

São já do reinado de D. João I, provavelmente do princípio do século XV, as notícias que temos sobre os equipamentos que este monarca mandou construir na Ribeira, para substituição e melhoramento de outros anteriores aí existentes; estes são descritos na Sentença da Rellação de Boticas da Praça Assougues e Fangas. Serem do Concelho, outorgada por D. Manuel I no ano de 1504, na sequência de um longo processo de acerto de contras entre o Concelho e o Contador do Rei.

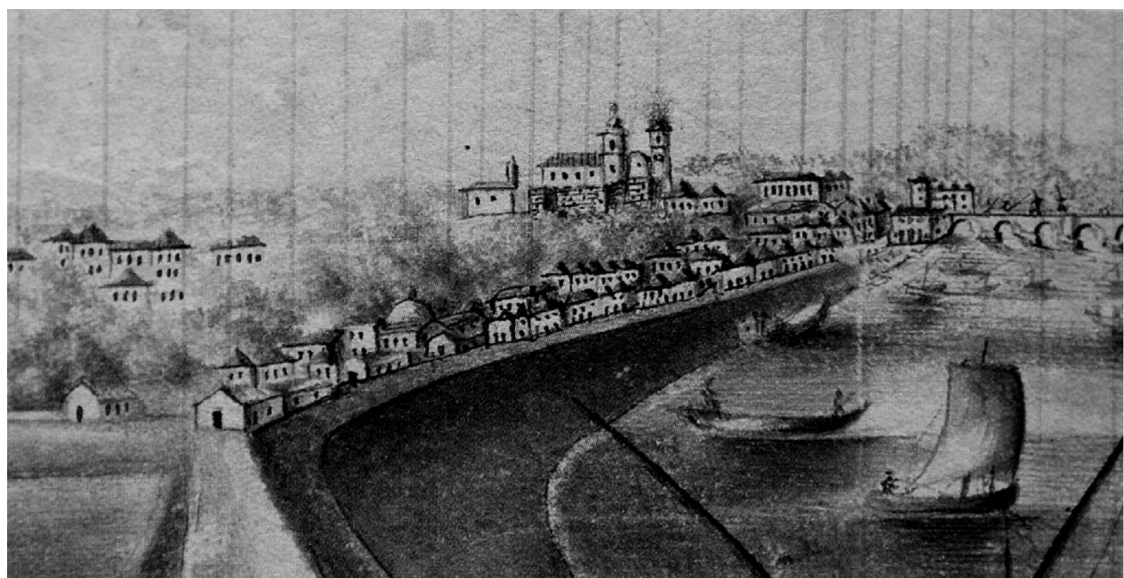
O novo Foral que Tavira recebe em 1504 dá-nos, a certa altura, um claro testemunho da realidade da construção naval e da multiplicidade de materiais necessários para equipar um navio, objectos estes que se guardavam nestes edifícios e/ou que povoavam a paisagem ribeirinha: “E quaisquer pessoas que fizerem navios ou naus de cento e trinta toneladas para cima, não pagarão dizima nem algum direito de portagem de mastros, madeira, ferro, armas, velas, remos, mantimentos, breu, cevo, e de quaisquer outras coisas que, para fazimento das naus e navios e reparo e armação sua, lhe forem necessárias, posto que venham pela foz. E se os vizinhos da dita vila fizerem naus ou navios, caravelas ou barcas, menos da dita quantia, não pagarão os ditos direitos, solto das coisas que lhe vierem pela foz do dito reino do Algarve, ou sejam pessoas, que tenham, por ofício de fazerem alguns dos ditos navios para vender e não para seu uso”.

Já em relação ao urbanismo na zona ribeirinha, a planta de Tavira de meados do século XVI é bem eloquente. Nela podemos aperceber-nos de que a cidade se encontrava perfeitamente estabilizada à volta da sua Ribeira, tendo a malha urbana se estendido e consolidado ao longo da margem direita do rio, para jusante da ponte onde, para além da “via pública” de ligação à “Corredoiira”, se abrem agora mais três ruas paralelas ao rio (a Rua Direita do Corpo Santo, a Rua dos Sapateiros e a Rua de Francisco de Acosta) e que, com as suas travessas, definem uma área urbana de quarteirões perfeitamente consolidados que se estendem até aos limites das hortas do rei e do bispo e à zona de sapais que se desenvolvem na direcção da foz do Rio Gilão.

Este conjunto viário articula-se entre si através de largos e praças que, dentro de uma matriz de carácter geométrico, procuram as melhores condições construtivas assim como a melhor adaptação à topografia do vale. Com efeito, Pedro Barão fez a análise algebrico-gemétrica do alçado de um quarteirão da Ribeira virado para o Rio onde registou uma tendência regular da fachadas, tendo como matriz, que se vai multiplicando, a medida de 15 palmos.

Esta regularidade é ainda pressentida de outra forma: ao observarmos o interior de vários edifícios que deitam para o Gilão, é importante salientar que se verificou existir um sistema corrido de dois arcos, paralelos entre si e com o rio que, atravessando os pisos térreos onde hoje se localizam lojas (numa relação de uma arcada por loja), apresentam como arcos torais do assentamento da zona habitacional, actualmente no piso de cima, ilustrando mais uma vez o ancestral carácter pragmático e funcional desta zona da cidade.

Em relação à cêrcea que, na generalidade da Ribeira, não ultrapassa o primeiro piso, já nos referimos anteriormente a alguns indícios para a formação desta altura. Tal é o caso da já citada doação por parte de Filipe I ao alcaide-mor de Tavira das “(...) casas por cima das Tercenas (...)” em 1583 ou das lojas sobradadas referidas na Sentença manuelina (duas das quais já do tempo de D. João I), que se foram multiplicando na área que passou a ser a Alfândega. A construção de edifícios nobres, como o palácio dos Corte Real, que deverá ter sido erguido poucos anos da visita de D. Sebastião a Tavira, ou a construção da referida Igreja do Compromisso Marítimo, associada ao alto patrocínio do rei, seguem-se as outras obras de valorização neste espaço. Todos estes factores constituem, quanto a nós, indícios decisivos da importância que a zona da Ribeira vai adquirindo ao longo do tempo e que terá o seu expoente máximo durante o século XVI, altura em que Tavira atinge ela própria, também, a sua máxima importância.



[11] Pormenor do Prospecto da Cidade de Tavira tirado do pé da casa do registo.







[12] Casa de Tavira com torre.

#### DA ARQUITECTURA MILITAR À ARQUITECTURA CIVIL: A CASA-TORRE

A casa-torre com papel semelhante à atalaia assinalavam a presença dos povos invasores. Elevadas e colocadas em sítios de fácil controlo visual eram por vezes maciças e geralmente de pequenas dimensões. Edificadas com dimensões e expressão comparáveis às das torres habitacionais nortenhas assemelham-se ainda mais na medida em que por serem rebocadas e caiadas. Estas habitações eram incluídas n muitas das vezes incluídas no sistema de defesa do litoral algarvio desenvolvido por D. Dinis no final do séc. XIII e eram destinadas provavelmente a famílias nobres com funções militares.

O modelo da casa-torre ou casa forte, enquanto paradigma da casa nobre, influenciou claramente algumas casas rurais quinhentistas da nobreza algarvia (Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve. João Vieira Caldas) o que leva a querer que terá partido de uma influencia primeiramente urbana devido ao êxodo da população em tempo de crise para o campo. Surgem algumas habitações nobres que, não se confundindo com o modelo, terão dele herdado a planta quadrangular, o aspecto compacto e o desejo de construir em altura (dois pisos mais os elevados telhados de tesouro já é construção em altura, numa região em que a construção rural corrente corrente tem apenas um piso atarracado e um telhado baixo de duas águas).

As torres serviram durante um tempo instável por motivos militares como base às casas nobres primitivas e irromperam um pouco por toda a parte. "Os primeiros solares eram simples torres quadrangulares, extremamente pesadas nos seus grossos muros, com poucas aberturas (...) tratar-se-iam de novos edifícios destinados a suprir um determinado número de solicitações, nomeadamente como fortalezas e casa de habitação". (Azevedo, 1988, p.8)

A casa-torre possuía normalmente vários pisos de apenas uma sala e sem divisões internas, apresentando dois ou três pavimentos soalhados. A entrada era feita através de um destes pisos por uma escada basculante de madeira, que era retirada em situações de emergência assim como as ligações entre os pisos também tinham escadas em madeira. Outro exemplo paradigmático da casa-torre é o caso da Torre de Azevedos, já do século XVI em que as escadas são inscritas na caixa murária da torre.

Nem sempre a torre servia de habitação do senhor e, com o correr dos séculos, ela perde mesmo essa função, desenvolvendo-se à sua volta uma ou mais altas residências e de serviços, como outrora em redor das torres de menagem dos castelos surgiam as casas que serviam de residência. Devido às suas exíguas dimensões, em nada comparáveis com as enormes que no mesmo período foram levantadas no resto da Europa, torna-se necessária uma dependência, geralmente mais confortável e em anexo comunicante com esta, destinada a habitação, passando a torre a ser utilizada como lugar de assembleia. Assemelhavam-se estes primitivos solares a grandes cubos ou paralelepípedos, geralmente de silhueta ou mais raramente de alvenaria, de altura modesta, sendo a sua planta por vezes quadrada, outras vezes rectangular. (Azevedo, 1988, p. 8)

### III TELHADOS MÚLTIPLOS : OS TELHADOS DE TESOURO

No século XV os andares principalmente os pisos térreos começam a ser dotados de abóbadas de pedra, em substituição da anterior divisão por estruturas de madeira. As primeiras torres eram em geral mal iluminadas, sendo a pouca luz de que dispunham proveniente de frestelas, com rasgamento para o interior. Com a perda da função castrense, estas deixam de ter sentido, começando a ser rasgadas por janelas, primeiro de arco quebrado, aparecendo mais tarde, as de dois lumes. De uma disposição interior mais simples transita-se para soluções monumentais, de planta mais elaborada, com vários panos de pedraria, dispondo mesmo de chaminés de aquecimento, de capela privativa e de torredões-terraço.

O tipo de traça, que revelava já um compromisso entre a torre medieval e o gosto renascentista, tem sido designado "palácio-fortaleza". Estas tipologias revelam influências do gosto e das tipologias construtivas renascentista e a tendência híbrida, que, apesar da falta de estudos aprofundados sobre o tema, parece ser maioritária na arquitectura civil de Portugal quinhentista, terá sido interrompida com os "palácios-bloco" construídos por certos nobres mais cosmopolitas e eruditos, que usaram modelos já despojados das evocações militares, apresentando fronteiras contínuas em vez de somatórios de acrescentos modulares, e onde se detecta influência romana. (Mattoso, 2011, pp. 202-228).

Estas casas nobres de dois pisos, planta quadrangular e aspecto compacto que aparecem, com variantes, em regiões muito diversas do território português, no Algarve incluem-se na tipologia dos primários solares medievais. A sua planta quadrangular compacta, derivada da casa-torre, combina-se aqui com as coberturas múltiplas de quatro águas - telhados de tesouro.

As mais antigas, do século XVI, conservam a divisão em quatro compartimentos com um telhado individual por cada compartimento e uma escada exterior para acesso ao segundo piso. O piso térreo era destinado às dependências de apoio à habitação, sujeita à mobilidade funcional característica da casa nobre ou abastada da Idade Moderna.

A sensação de bloco quadrangular mantém-se mas perdeu-se a ideia de construção fechada e compacta ainda referenciável ao arquétipo da torre. A dimensão destas habitações e a utilização de um vocabulário construtivo/formal também visível, por exemplo, nas casas urbanas de Lisboa, são alguns dos factores que as aproximam do casarão seiscentista. Os telhados de tesouro e a persistência de um grande balcão/terraço que acompanha a fachada posterior ao nível do pavimento do segundo piso, regionalizam a edificação e reconduzem-na ao modelo inicial. (Caldas, 2007)

Referidos por alguns autores com origem numa criação indo-portuguesa, resultando da necessidade de afirmação dos portugueses quando, na Índia, encontram uma sociedade milenar com uma tradição e hierarquia bem definidas, por encomenda portuguesa, a que se junta a mão-de-obra hindu com larga experiência em marcenaria. A utilização de telhas era, anteriormente, restrita aos pagodes e casas dos reis (as restantes utilizavam olas correspondente a folhas de palma), mas com utilização destes telhados ou portugueses reclamam para si uma marca de poder e de domínio. Para além de uma resposta às necessidades de afirmação, consideramos serem, também, uma solução para adaptação ao clima. Como refere Hélder Carita (Palácios de Goa, Modelos e Tipologias de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa), as casas com grandes janelas utilizavam carepas (reixas/gelosias) encaixilhadas em portas e janelas que permitiam a entrada do ar. Com a diferença de temperatura, o ar quente subia para os altos telhados, e saía pelas telhas colocadas em escama, passando pelas tectos em reixa, solução perfeitamente adequada à circulação do ar.

Assim eram também cobertas as casas de Goa; depois da conquista, Albuquerque mandou fazer um hospital e, junto dele, uma capela de Santa Catarina, "que era de taipas e coberta de palha, o que assim eram as outras casas porque não havia telha" (Gaspar Correia, Lendas da Índia, tomo II, Lisboa, 1860, p. 158). Ao lado destas construções humildes estava o núcleo da "nobre cidade de Goa, não tão polida como agora, porém bem arrumada e de boas casas altas de sobrados de pedra e cal e cercada de muros baixos" (Castanheda, ob. cit., liv. 3º, p.24).

Assim, trabalhando na construção gente vinda de Goa, tanto Portugueses como naturais, eram as recentes casas desta que se imitavam, e, ao lado da aglomeração muçulmana e das aldeias da ilha, ainda hoje cobertas de açoteias, desenvolveram-se, ao abrigo das fortes muralhas, uma povoação "ao modo de Portugal": entre os telhados de duas águas, que predominavam, vêem-se alguns em pirâmide, e mais aguçados. O mesmos e nota nos desenhos, mais frustes e esquemáticos, do Roteiro de Goa e Diu (1538-1539), de D. João de Castro (Edição da Fontura da Costa, Lisboa, 1940), da mesma época: em Goa, alguns telhados curtos, de quatro águas, outros em pirâmide e cobrindo corpos independentes; em Diu, longas fiadas de casas, pegadas nas paredes e nos telhados de duas águas, com aparência de aquartelamentos, mas algumas coberturas independentes, piramidais e de quatro águas.

Nas aldeias cristãs, por influência portuguesa, usam-se amplas janelas, de dois batentes ou de três elementos de correr (como nos Açores), entre ripas de pau e nas bandeiras, encaixilham-se as valvas interiores planas de um lamelibrânquio (a que se dá o nome de "ostra"), cortadas quase em quadrado (6x5 cm), que dão aos interiores uma luz amortecida; ao conjunto chama-se "carepa", que em Tavira, em modelos semelhantes ganham o nome de reixas.

Em poucos decénios, a conquista transformou o aspecto de Goa: o perímetro duplicou, nela viviam Portugueses "misturados com os naturais", como em todas as cidades do Oriente a eles sujeitos. Com o aumento da tonelagem já as grandes naus portuguesas não subiam o rio além de Bardez - e esta será uma das causas do declínio de Goa e da fortuna de Pangim. "A cidade é alta e levantada nuns sítios e baixa noutros, como Lisboa", com "belos edifícios construídos à maneira de Portugal, não porém tão altos por causa dos calores", abrindo nas traseiras para jardins e pomares onde os habitantes passavam o tempo, gozando o fresco da tarde. (Histoire de la Navigation de Jean Hugues de Vinschot Hollandois, aux Indes Orientales, la edição, Amsterdão, 1619, pp. 54-57 (o autor esteve em Goa em 1582)). Uma gravura da Rua Direita, aqui como em todos as cidades portuguesas centro da vida e do movimento, mostra um tipo uniforme de casas de andar, com telhados de quatro águas, inclinados mas pouco altos, cobertos de ladrilho e não de telha curva.

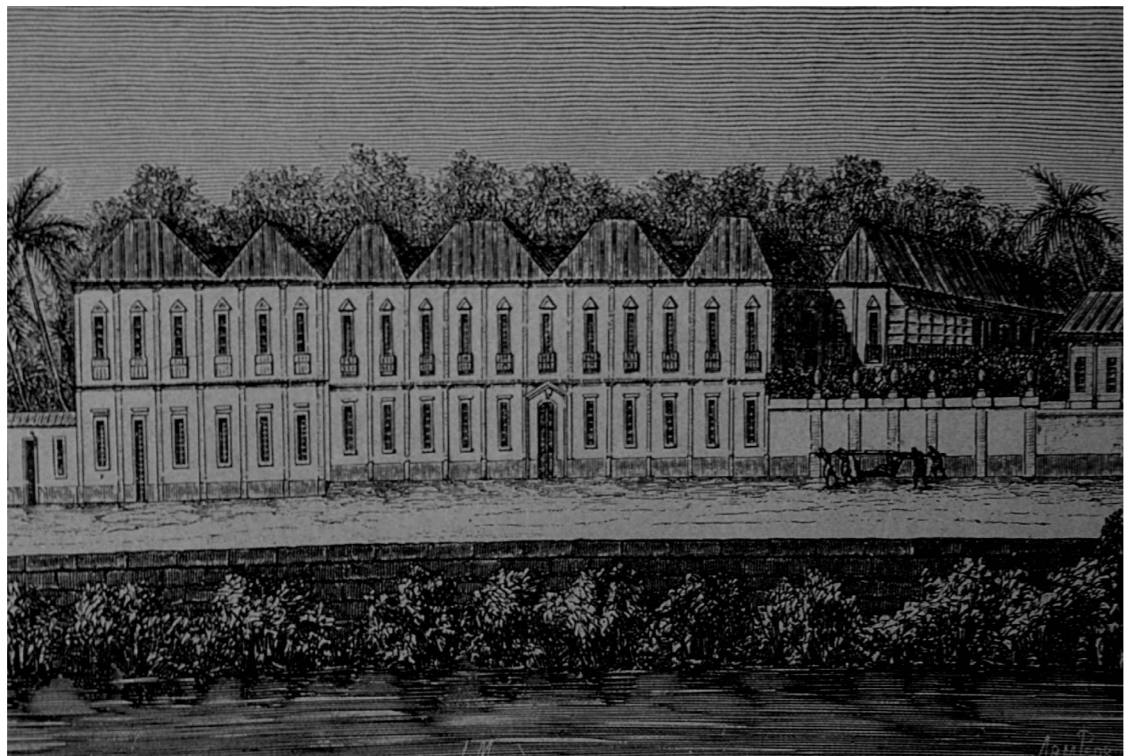
"Nesta ilha os Portugueses têm fabricado uma mui bela cidade do mesmo nome da ilha, chamada Goa, que tem quase uma légua e meia de círculo, não contando os arrabaldes, e encerra quantidade de fortalezas, igrejas e casas fabricadas a modo de Europa, de mui boa pedra e cobertas de telhas. Há quase cento e dez anos que os Portugueses se senhorearam nesta ilha de Goa; e muitas vezes me espantei de como em tão poucos anos os Portugueses têm podido levantar tantos e tão belos edifícios de igrejas, mosteiros e palácios, fortalezas e outros ao modo da Europa; e outros sim da boa ordem, regimento e policia que têm estabelecido, e do poder que aí têm adquirido, pois tudo ali se guarda e observa como se fora na própria Lisboa. Esta cidade é a metrópole de todo o Estado dos Portugueses nas Índias e a que lhe dá tanto poder, riquezas e celebridade... (...) os edifícios destas igrejas e palácios, assim públicos como particulares, são muito sumptuosos e magníficos e feitos por canarins, tantogentios, como principalmente cristãos. As casas são fabricadas com cal e areia. A cal faz-se de conchas de ostras e outros mariscos; a areia é de terra e não do rio. Cobrem as casas de telhas, não usam de vidraças, mas em vez delas servem-se de cascas de outras mui delgadas e lisas, que encaixilham em grade de madeira, e deixam passar a luz como se fosse papel ou chavelho, porque não são transparentes como o vidro. Tiram a pedra de cantaria na ilha, mas a de que fazem colunas e outras obras primorosas, mandam-na vir de Baçaim, onde saem muito compridas e rijas; assemelha-se ao granito e é ainda melhor; e não vi nestas terras de cá colunas de pedra de uma só peça tão grandes e compridas como lá vi. Os edifícios são muito amplos, mas com poucos andares e pintam-nos de encarnado e branco, assim por fora como por dentro. As escadas são mui largas, feitas em parte de pedra e de cimento. Quase todos têm jardins e quintais, mas não grandes com poços dentro. Quanto aos arrabaldes da cidade, há sete ou oito mui grandes e todos os seus edifícios, e de todo o resto da ilha, são do mesmo feitio que os da cidade. Todavia as casas das boticas não são tão magníficas e soberbas como as outras". (Francisco Pyrdar de Laval, Viagem (1601-1611), tradução de Cunha Rivara, Porto, 1944, vol. II, pp. 26-27 e 47-48)

Este precioso testemunho mostra como; por influência portuguesa se generaliza, na metrópole do Oriente e nas aldeias do seu aro, o uso de telhado. Nos edifícios construídos "a modo de Europa" trabalhavam contudo os artífices da terra. Demonstrativo por se tratar da integração, num templo cristão, de um elemento de arte "gentílica"; ela seria mais fácil, em edifícios profanos como palácios e casas alfidalgadas.

Podem ver-se telhados múltiplos nas seguintes cidades (todas as gravuras no volume 3º, os respectivos números entre parêntesis): Diu; Baçaim;Chaul; Goa; Barcalor; Mongalor; Cananor;Cochim; Colombo; Negapatão; Malaca; Solor. O seu uso seria portanto bastante geral em cidades do Oriente, onde a dominação portuguesa durou algum tempo ou sem as quais Portugal manteve relações frequentes de navegação e comércio nos séculos XVI e XVII.

Em Luanda, alguns núcleos de telhados múltiplos surgiram, salvos da "sistémica destruição" (Fernando Batalha, A arquitectura Tradicional de Luanda, Luanda, 1950). Aqui, todos os estabelecimentos portugueses foram autênticas criações, ao mesmo tempo feitorias e fortalezas, em locais escolhidos pelas vantagens defensivas e facilidades de comunicação (V. Ilídio do Amaral, Luanda, Estudo de Geografia Urbana, Lisboa, 1968).

Os telhados múltiplos continuaram a reproduzir-se, como o principal modelo das poucas dúzias de casas que possuíam esta cobertura. Como em Tavira, e um pouco por análogas razões, eles presistiram num porto africano - único e por isso precioso e significativo testemunho da sua longa viagem entre o Oriente e o Algarve. Atribui-se o uso dos telhados múltiplos em Luanda à falta de boas madeiras, uma vez que as tesouras que os sustentam apenas requerem barrotes curtos; mas sabe-se que no Brasil vinham não só as que se empregavam para as grandes construções mas até o tabuado (Elias Alexandre da Silva Correia, História de Angola (1782), Lisboa, 1937, vol. I, p.147); a telha supõe-se que era importada de Portugal (F. Batalha, ob. cit., p.14).



[13] Corte do Palácio da Fortaleza. Residência dos Vice-Reis em Goa.



[14] Corte do Palácio da Inquisição, Primeira residência dos Vice-Reis em Goa, Desenho segunda metade do século XVII.

#### OS TELHADOS DE ASNARIA PORTUGUESES

Ao longo de séculos a madeira - como material leve, abundante, adaptável e de fácil manuseamento - tem sido utilizada em aplicações estruturais nas coberturas. As coberturas tradicionais de madeira, possuem uma estrutura principal de asnas, que pode ter inúmeras configurações geométricas. Estas diferenciam-se na sua tipologia através de vários factores que podem traduzir-se: no vão a cobrir, a natureza das acções a considerar (como o clima a que estão expostas), a inclinação da cobertura, a arquitectura e as operações de montagem e execução. (Revista Portuguesa de Engenharia de Estruturas - Artigo - Asnas Tradicionais de Madeira: Evolução, Comportamento e Reforço com Materiais Compósitos - Jorge Branco, Ana Santos, Paulo Cruz - Universidade do Minho).

O grau de complexidade da sua geometria aumenta com o vão a cobrir. O espaçamento normal entre as asnas, de eixo a eixo, é da ordem de 3 a 4 m. Entre as espécies de madeira mais usadas nas coberturas em Portugal destacam-se o Pinho bravo (*Pinus pinaster, Ait.*), o Eucalipto (*Eucalyptus globulus, Labill.*), o Castanho (*Castanea sativa, Miller*) e o Carvalho (*Quercus robur, L.*). Os principais tipos de asnas de madeira são: de tesoura, de mansarda, de lanternim, de alpendre, de nível, fabris e composta.

As asnas simples, do período do Renascimento, são de geometria elementar, constituídas por linha e pernas e em alguns dos casos pendural. Estes elementos têm sofrido ao longo dos séculos inúmeras transformações muitas das vezes de acordo a acompanhar soluções mais sofisticadas e que fazem aumentar também a qualidade e segurança no interior dos espaços que se pretendem desenhar. A elementar triangulação dá lugar a sistemas mais complexos e assiste-se à duplicação dos elementos constituintes de ligação entre eles deixando de parte as técnicas tradicionais de encaixe simples.

O comportamento estrutural de uma asna simples é equivalente a um arco de 3 rótulas: o esforço actua sobre as pernas, que trabalham à compressão e a linha absorve a componente horizontal deste esforço. A componente vertical é compensada pela reacção vertical do apoio. O elemento vertical (pendural) surgia posteriormente, para facilitar a união entre as pernas.

No caso das asnas de tesoura, de que fazem parte os telhados de tesoura, a linha passa a estar carregada a meio-vão e sujeita para além da tracção, à flexão e ao esforço de corte nesta zona, o que vai fazer com que se agrave a sua deformação ao longo do tempo conferindo-lhe o seu perfil hiperbólico quando colocado na união de outro telhado com as mesmas características.

Mais tarde com a descoberta do aço, altera-se o sistema estrutural das coberturas tradicionais e estas passam a estar complementadas com braçadeiras ou cavilhas na ligação linha-perna, tês na ligação perna-escora e ainda pés de galinhas na ligação perna-pendural-escoras. Construções dispendiosas e complexas como as coberturas em madeira exigem uma grande manutenção e por outro lado a prevenção

da eventual inversão dos esforços devido a acções dinâmicos, daí que estes elementos também desempenhem um papel preventivo na segurança dos edifícios.

Forçando a evolução destas estruturas de coberturas pela necessidade de cobrir vãos superiores a 8 metros as asnas geram tipologias mais complexas de asnas compostas o que se vai traduzir em maiores comprimentos para as pernas e a necessidade de mais escoras. As dimensões destas asnas exigem que as madeiras estejam bem secas e desempenadas, atingindo a proximidade da completa resistência, para além de ser indispensável a perfeição das samblagens e ferragens (Costa 1930).

Apesar da elementaridade das tesouras apresentam ligações nos vários elementos que as constituem. As originais ligações ou tradicionais ligações eram feitas por samblagem, este método exigia que a transmissão de esforços fosse feita por atrito e compressão na interface entre os elementos a unir. Normalmente a união era feita por dentes e em certos casos complementados pela execução de respiga e mecha. Estas ligações asseguram a perfeita conexão entre as peças e previnem os deslizamentos laterais das mesmas. Os inconvenientes são a mão-de-obra que exigem por ser um trabalho equiparado ao artesanal e a redução das secções que representam. Com a descoberta do aço (século XIX) e simultaneamente com a necessidade de se construir em larga escala, as ligações por meio de samblagens passaram a ser substituídas por ligações usando elementos metálicos.

## TELHADOS DE TESOURO

Com efeito, este tipo de cobertura de quatro águas, que se caracteriza por cobrir cada divisão da casa (o que permite com que de fora adivinhemos o seu interior), tendo sido criada pelos portugueses ligados à expansão marítima e transportada para o reino. Os altos e inclinados telhados permitiam que o ar quente e húmido subisse fazendo com que a zona frequentada da casa se mantivesse fresca. O ar abalado era exteriorizado através de uma estrutura de reixa do interior do telhado (no Algarve normalmente substituído por caniço) e sequevemente pelas telhas em forma de escama (Hélder Carita, 1995), que os portugueses logo adaptaram a "canudo". Em Portugal, o uso deste tipo de cobertura era principalmente uma forma de ilustrar o estatuto social do encomendador, visto que o clima não justificava tal opção. O uso dos telhados de tesoura, iniciado numa época em que o lote da casa, por ser maior, se adequava a tal cobertura (Correia, 1992), persistiu em Tavira sendo que temos conhecimento de documentos do século XVIII nos quais é explicada a sua encomenda, existindo a condição de que somente fossem construídos nas "casas da frente". Os telhados de tesouro são construídos durante os séculos XVI-XVII, período de desenvolvimento urbanístico em Tavira, estando presentes na maioria das casas então edificadas. Podemos, assim encontra-los nos denominados centros históricos da cidade de Tavira: em algumas casas da Vila-a-Dentro, Alagoa, Bairro de São Lázaro e Bairro da Ribeira. São de referir: o Palácio da Galeria, as casas do Bairro da Ribeira e da Alagoa, bem como do lago da Corredoura e antiga rua nova grande (Actual Rua da República). No século XVIII começam a verificar-se mudanças nas formas das coberturas, passando a ser utilizados grandes telhados de quatro águas que cobrem todo o edifício. Esta alteração ter-se-à dada pela necessidade de uma forma de cobertura mais rápida de construir e com menos material, à qual se terá aliado, igualmente uma mudança de gosto.

O Palácio da Galeria, em Tavira, recebeu no séc. XVIII uma grande cobertura de quatro águas que cobriu os telhados de tesouro. Nas obras realizadas em 2001 foram refeitos antigos telhados, tendo isto sido possivelmente porque, tal como no seminário se mantiveram os arranques, permitindo entender como eram. O mesmo aconteceu em Alcantarilha, nas obras efectuadas na Quinta de Santa Cruz (Isabel, 2006).

Este tipo de cobertura, que, na sua versão mais simples, não apresenta qualquer tipo de tecto ficando a estrutura de suporte à vista, permite que o ar quente suba e active a circulação das massas de ar. A versão mais sofisticada e mais próxima do modelo indiano (goês), mas de utilização rara no Algarve, com um tecto plano de reixas, faz exactamente o mesmo efeito. Em ambas a capacidade relativamente isolante do forro de caniço colocado entre a armação de madeira e a telha, complementa a contribuição para o conforto térmico dos telhados de tesouro. (Caldas, 2007) Pelo contrário, os tectos de masseira usados nas melhores casas urbanas e nalgumas casas solarengas algarvias, à semelhança do que acontece nas habitações nobres e abastadas da Idade Moderna por quase todo o país (onde não há telhados de tesouro), ao reduzirem alguma porosidade do forro e o volume interior da cobertura, diminuem o potencial efeito de equilíbrio térmico.

Apesar do nome proferir certamente das asnas ou tesouras utilizadas na sua construção, a escolha da designação popularizada e aliterada de tesouro. Primeiro porque quase todos os telhados de duas ou quatro águas (e seus derivados) utilizam asnas ou tesouras na sua estrutura, e, portanto, essa designação não estabelece a diferença entre os telhados de tesouro e os restantes telhados de quatro águas. Segundo porque os telhados de tesouro nem sempre utilizam asnas ou tesouras paralelas, absolutamente independentes e perceptíveis como tal à vista (como acontece em telhados com o mesmo perfil dos de tesouro mas mais extensos e de construção "contemporânea").

Os telhados algarvios têm geralmente os níveis ou linhas (traves horizontais que ligam as pernas da asna ou tesoura) implantados a cerca de dois terços da altura interna dos telhados (asna francesa). Nos que cobrem um só compartimento, as linhas integram frequentemente uma armação horizontal atravessada por uma trave que as une pelos pontos médios e as liga às "pernas" axiais das tacaniças (as duas águas do telhado mais pequenas). Há ainda quatro traves que unem os últimos cruzamentos da armação aos barotes dos rincões. Nos telhados verdadeiramente piramidais que cobrem divisões quadrangulares, essas armações, simplificadas, ficam reduzidas, a dois Xx cruzados a 45º e perde-se completamente a noção de asna ou tesoura. A esses elementos é que se pode chamar, com rigor, as aspas.

Há ainda uma terceira razão para preferir a expressão telhados de tesouro a telhados de tesoura. É que a primeira designação remete para o maravilhoso da sua aparência insólita e do seu hipotético percurso levantino, parecendo encerrar ainda alguma coisa do mistério das suas origens, apesar do aviso de OrlandoRibeiro aos mais resistentes à tese orientalizante: "Ao leitor a quem qualquer das provas, tomadas isoladamente, se não atigire decisiva, pede-se que as considere em conjunto e recapitule os caminhos desta laboriosa argumentação: notará assim que não lhe resta outra saída."

Os telhados de tesouro começaram a aparecer nas cidades algarvias do século XVI como um elemento da arquitectura de prestígio e logo se estenderam às casas de campo da nobreza.

Todas estas casas, como aliás as verdadeiras casas-torre, foram sendo rodeadas de anexos e dependências com coberturas de uma ou duas águas e, finalmente, com um corpo em açoteia mas, na origem, teriam um único tipo de cobertura. Quanto muito teria havido um ou outro pequeno corpo de um piso e telhado de uma água encostado nas traseiras. Os telhados de tesouro continuaram depois a ser utilizados nas casas nobres de dois pisos construídas na periferia dos centros, sobretudo no século XVIII.

Pode, pois, concluir-se que os telhados de tesouro e a respectiva técnica construtiva, sendo característicos da Idade Moderna, persistiram muito para além deste período histórico chegando mesmo ao século XX. E persistiram não apenas por atavismo construtivo mas porque cumpriam duas importantes funções, uma climática, outra simbólica.

A primeira, embora de um modo diverso, era cumprida também pelas coberturas em abóbada cuja inércia térmica permitia conservar temperaturas agradáveis no interior dos compartimentos. Portanto tanto os telhados de tesouro como as abóbadas são formas de cobertura que cumprem uma função prática embora, evidentemente, não constituam uma resposta unívoca a um problema climático (tanto que são duas respostas completamente diferentes) e que dependam de outros factores entre os quais o factor cultural é determinante. É a função simbólica que leva à sistemática escolha dos telhados de tesouro como cobertura para as salas enquanto as abóbadas são remetidas para as alcovas ou para compartimentos com função vestibular. É ainda o valor simbólico dos telhados de tesouro que influi na construção de coberturas com o mesmo perfil. Os respectivos tectos planos e estanques não estimulam da mesma forma a subida do ar quente e a circulação do ar, mas os telhados não deixam, por isso, de formar uma caixa de ar com propriedades isolantes.



| 15 | Casas de telhados múltiplos em Tavira.



| 16 | Estrutura de telhado de tesouro das casas acima.



| 17 | Estrutura de madeira de um telhado de tesouro, Palácio da Galeria, Tavira.

#### DA ESTRUTURA, DA TÉCNICA E DA FUNÇÃO

O termo tesoura terá tido origem nas asnas que o compõem, enquanto que o termo tesouro terá surgido por uma mudança de género, como aconteceu com outros vocábulos. A escolha do termo tesouro teve apenas em conta distingui-los dos telhados que na sua estrutura utilizam as mais conhecidas asnas de tesoura.

Trata-se de telhados de quatro águas com inclinação igual ou superior a 45°, o que lhe confere uma altura pouco comum. Uma das principais características distintivas é o facto de cada telhado corresponder a uma divisão da casa, ficando claro, desta forma, logo do exterior, o número de divisões que compõe cada construção. Tradicionalmente cada divisão era denominada por "casa" que compunham a construção revelando a dimensão e a nobreza da habitação. Não têm uma altura fixa, mas aquela que é dada pela dimensão das casas que cobrem, pelo que como a sua inclinação é sempre igual ou superior a 45°, são tão mais altos quanto maior for o espaço a cobrir. Quando uma divisão é quadrangular não é possível construir telhados de forma trapezoidal, nestes casos a cumeeira é inexistente e as asnas são suprimidas, tornando um telhado em forma piramidal quadrangular. Como vimos, a altura de cada telhado é dada pela dimensão em planta de cada espaço a cobrir, conferindo a cada construção uma cobertura muito dinâmica. Esta diversidade de formas e de tamanhos visíveis por toda a cidade cria uma linha de horizonte muito especial.

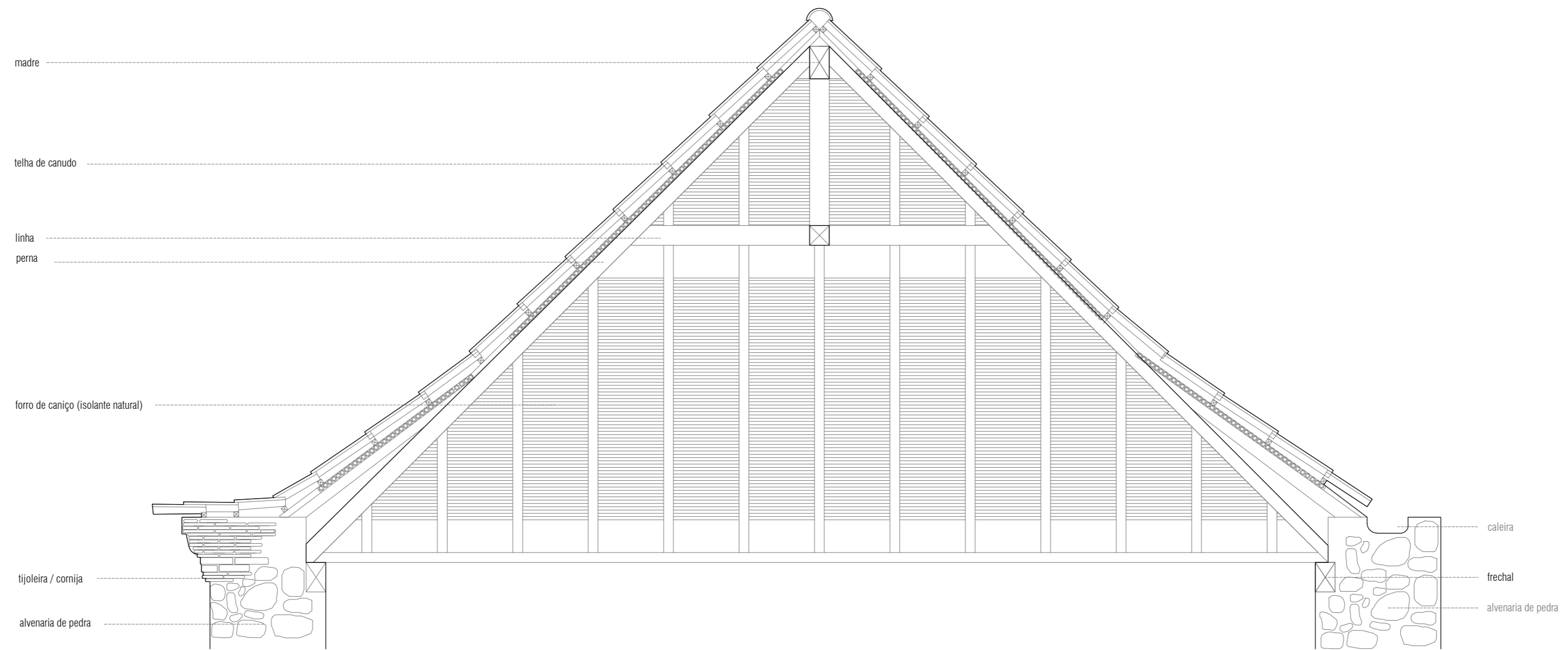
Estruturalmente, um telhado de tesouro é formado por pernas que sustentam a madre ou cumeeira. As travessas, a meia altura das pernas "amarram-nas". A principal especialidade destes telhados é o grande número de travessas existentes em cada um destes, tantas quantas as pernas da água maior. Sobre as pernas são colocadas algumas tábuas e uma esteira de canas, sobre estas, as telhas. Para uma maior durabilidade, resistência e fixação da telha era colocada ainda, sobre a esteira, palha e argamassa.

Orlando Ribeiro atribui à influência chinesa o que ele chama (...) uma quebra a pouca altura (...). Na realidade não existe nenhuma quebra, mas apenas um encurvamento dos perfis da tradição portuguesa de construir, o que se verifica por todo o país, parecendo nos telhados de tesouro, mais acentuado devido à grande inclinação dos telhados. O encurvamento resulta do facto de a estrutura do telhado estar assente na extremidade interna das paredes-mestras, sendo esta inclinação criada para cobrir as paredes. O encurvamento é igualmente acentuado pela utilização de beirados formados por telhas com pouca inclinação e ainda, pela telha de bico revirado ou ornato em barro de forma lanceolada que remata os ângulos exteriores. Importa também referir que entre cada telhado, sobre as paredes existem canteiras que recolhem a água para tubos de queda internos que abrem para a rua, perto do nível do chão.

Na maioria dos telhados existentes não é possível ver a sua estrutura por esta se encontrar tapada por um forro de madeira, que pode ser um tabuado ou um tecto de tipo masseira, neste caso, com vantagem de aumentar a altura da divisão, aproveitando o espaço conseguido pelo telhado.

Como revestimento, a telha utilizada nestes telhados é a telha de canudo, de Santa Catarina de Tavira, que apresenta uma cor esbranquiçada, cuja tonalidade resulta do processo de fabricação e da matéria-prima utilizada, como o barro retirado das barreiras localizadas junto das pequenas fábricas.

Como acabámos de ver estes são telhados com características únicas que os distinguem dos comuns telhados múltiplos, muito mais regulares, sem a correspondência entre divisão e telhado, sem a grande inclinação e principalmente sem esta estrutura de asnas muito unidas (Isabel, 2006).





| 18 | Materiais construtivos: pedra, tijoleira e madeira.

#### Materiais Construtivos

A arquitectura vernácula da região oriental da serra do caldeirão caracteriza-se por um vínculo fortíssimo ao território, aproveitamento e maximizando os recursos existentes, revelando um conhecimento profundo dos ciclos vegetativos das espécies vegetais, interpretando os seus ciclos de vida, e das transformações associadas aos materiais minerais como o xisto, o calcário ou o barro.

Mestres construtores e habitantes desenvolveram um conjunto de técnicas construtivas ao longo dos tempos através da sua experimentação continuada, tendo por base o conhecimento profundo dos recursos disponíveis, da extracção e transformação das matérias - primas constituintes, da aplicação e da utilização empírica da compatibilidade entre os materiais.

#### Dos calcários à cal branca e à cal parda

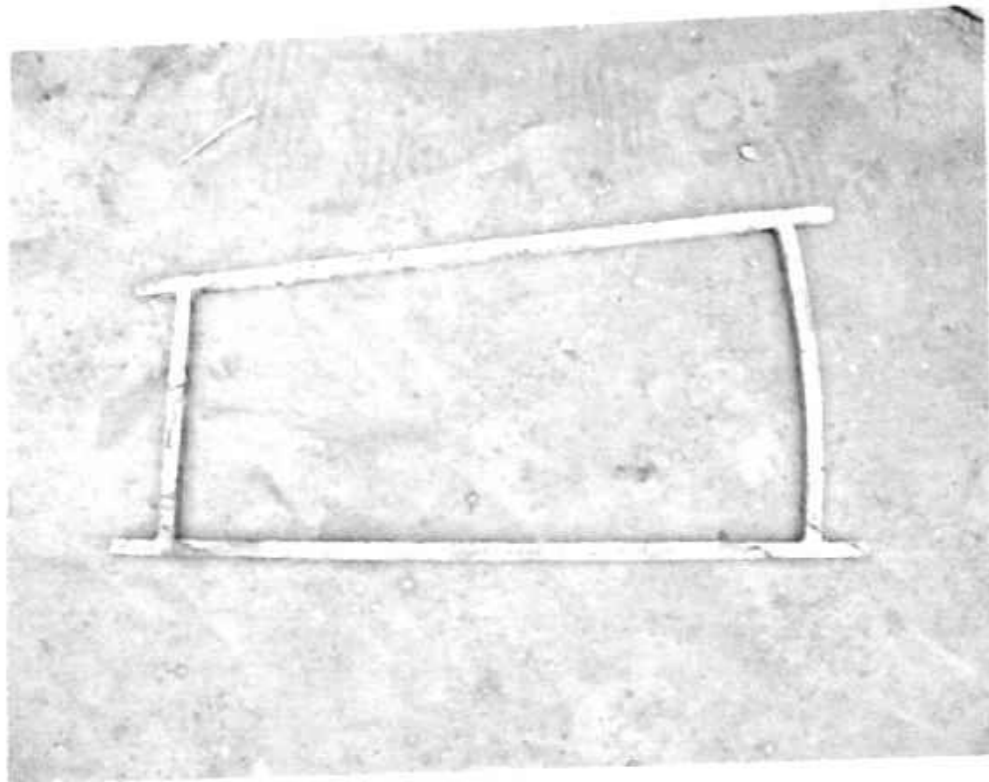
A rocha calcária da qual constitui a matéria-prima para a produção de cal, é composta maioritariamente por carbonato de cálcio, com maior ou menor grau de pureza, que quando submetidas no forno de cal a uma temperatura aproximada de 800 °C, se transformam em cal, o ligante privilegiado na execução de argamassas, revestimentos e caiações da construção.

Estes calcários duros existem numa estreita faixa longitudinal que atravessa todo o Algarve e que se estende até Espanha. Será nessa faixa onde se localizariam os fornos de cal, tratando-se em geral de fornos de exploração em terrenos familiares ou arrendados, localizando-se na proximidade da matéria - prima e da lenha para a combustão, e que garantiam a produção de cal branca (utilizadas preferencialmente para os revestimentos) e de cal parda (utilizada preferencialmente em argamassas de assentamento), que depois de transformada e devidamente ensacada, seria comercializada.

Após o processo de cozedura, a cal seria ainda submetida ao processo de hidratação - referido como apagar a cal ou abrir a cal - realizado por diferentes técnicas - hidratação espontânea, imersão, fusão e aspersão - sendo o método selecionado pelo mestre construtor de acordo com a sua aplicação em obra.

A adição de agregados à cal, através da selecção criteriosa de areias de diferentes granulometrias, recolhidas preferencialmente em leitos de ribeiras, e a introdução de pigmentos naturais (extraídos de terras corantes locais) ou artificiais, resultariam em argamassas de cal na execução de diversos revestimentos como barramentos, fingidos, esgrafitos e grafitos, trabalhos de massa, caiações e pinturas.





| 19 | A manufatura das telhas.

## BARREIRAS, BARROS E PEÇAS DE CONSTRUÇÃO: AS TELHAS

Nas faixas de transição entre a Serra e o Barrocal que predominam os solos com teores de argila elevados, e que favoreceu o aparecimento de pequenas indústrias artesanais de telheiros, marcando a dinâmica económica de alguns povoamentos, como Santa Catarina da Fonte do Bispo, privilegiada pelas relações com o Barrocal e com a proximidade aos núcleos urbanos do Litoral como Tavira e Faro. Também na Serra existiram um conjunto de telheiros, menos abundantes, na proximidade de alguns povoamentos, que foram gradualmente desaparecendo no início do século XX, quando começou a ser mais recorrente a comercialização de produtos cerâmicos vindo do Baixo Algarve.

Estes fornos permitem a fabricação de peças essenciais nos sistemas construtivos da arquitectura vernácula: as telhas de canudo, para a execução de coberturas, remates de chaminés; os ladrilhos para os pavimentos, revestimentos de poiais e remates de cobertura; o tijolo maciço para o guarnecimento de vãos e construção de arcos, abóbadas, chaminés e fornos de pão.

### TELHA CERÂMICA CANUDO

Desde a pré-história, a tradição indígena dita a cobertura em palha em telhados inclinados com argamassa de barro, palha e junco. Também as lajes de pedra e - mais sofisticadas - as telhas em madeira eram usadas como cobertura para telhados.

Foram os romanos que adoptaram a técnica grega de produção de telhas de cerâmica e que a introduziram em todo o seu império. Embora este material, muito dispendioso, possa não ter tornado muito popular, por só ter sido usado em sumptuosos edifícios coloniais, a palavra em latim para telha, tegula (pl. Tegulae), de tegere = cobrir, acabou por entrar nas várias línguas europeias. De tegula derivaram as palavras telha (português), teja (espanhol), tuille (francês), tile (inglês), tegel (holandês) e ziegel (alemão). No entanto o que hoje vemos como coberturas de telhado comuns, nas regiões do sul europeu, não são propriamente herança romana. A tegula original era uma laje bastante grande, plana e oblonga, normalmente com cerca de 42x33 cm e 2,5cm de espessura, mas também, ocasionalmente, muito maior, com saliências nos lados para formar um canal. As tegulae eram dispostas horizontalmente ao lado umas das outras e ligeiramente sobrepostas no sentido da inclinação. Os espaços entre as saliências eram cobertos com peças semi-cónicas sobrepostas de nome imbrices (vulgo Imbrex), de imber = chuva. Estas imbrices correspondem às telhas actuais e são exclusivamente usadas para colunas convexas e côncavas sobrepostas. A antiga cobertura de telha greco-romana pode facilmente ser disposta em traves, sendo suficientemente à prova de água e ao vento sem recorrer a grande quantidade de argamassa. O uso exclusivo de imbrices necessita de uma base de ripas (ou canas, como é prática no Algarve até aos dias de hoje) e não fica firme nem estável se não se juntar argamassa. Mas obviamente, o ponto crucial é o peso. Uma cobertura em tegula/imbrex é 40% mais pesada do que uma cobertura de puro imber, e um peso e espessura menores requerem menos material, menos tempo de secagem, menos combustível e menos volume de transporte, assim resultando num corte de custos considerável.

Há indícios de que esta técnica de cobertura de telha já era usada no período romano tardio, mas não era prática comum cobrir os telhados de telha sob influência germânica, e na época de menor prosperidade no princípio da era medieval. No entanto, deve ter-se tornado popular durante o período islâmico visto que o anterior imberx é agora conhecido como teja árabe em Espanha e como telha mourisca em Portugal. Não foram só o custo mais baixo e a crescente riqueza geral, mas também as restrições para a prevenção do fogo nas populosas cidades medievais, que promoveram o uso dos telhados de telha naqueles tempos.

No concelho de Tavira estas telhas ainda são manufacturadas pelo modo tradicional sob o nome telhas de Santa Catarina. A aparência de um imberx ou telha mourisca não mudou muito durante os últimos dois milénios. Uma telha romana tinha cerca de 15mm, enquanto aquelas do período islâmico até aos nossos dias têm só 10 mm de espessura, embora exemplares de 15 mm também possam ser encontradas hoje nos telhados antigos. O compartimento/largura varia entre 37/15 a 48/21cm, provavelmente desde sempre. Supõe-se que as anteriores telhas islâmicas eram mais pequenas do que as posteriores, mas as peças contemporâneas diferenciam-se desde os séculos XII/XIII. As telhas actuais manufacturadas medem 41/17 cm. A cobertura de barbotina não aparece nas telhas romanas ou islâmicas mas o tratamento da superfície da telha de Santa Catarina remonta pelo menos ao século XVI, como pode ser mostrado por objectos datados. Talvez esta decoração seja uma marca da oficina como sucede com as telhas e tijolos militares romanos que costumavam ser marcados com selos da legião. Duas ou três linhas paralelas atravessando a telha na borda frontal foram frequentemente encontradas em telhas islâmicas de Tavira. Como estas telhas não sustentam outras decorações e como as mesmas linhas podem ter uma função técnica - talvez para estabilizar a borda frontal.

### A MANUFACTURA DAS TELHAS

A manufatura das telhas é um ofício arcaico que tem sobrevivido nalguns lugares, um deles sendo a área de Tavira. Pouca coisa mudou desde os primeiros tempos: o local de produção é sediado onde se encontra o melhor barro. Depois de extrair o material em bruto ele é esmagado, embebido em água, amassado com os pés intensamente e deixado assentar. Depois, um bocado de barro é espremido à mão numa armação simples denominada *gaveira*, para se obter a forma de um cone truncado longitudinalmente. Usualmente, é mencionado que este processo é executado em cima da coxa do artífice, mas tal não parece ser muito viável dadas as diferenças das formas corporais e o comprimento das telhas que podem medir até 46 cm. Depois da dorma ter sido dada, a superfície convexa de uma telha típica de Santa Catarina é coberta à mão com barbotina branca (as pontas dos dedos deixam as riscas paralelas visíveis após a cozedura) antes de deixar a peça secar. Após 2 dias (no Verão) as peças estão suficientemente secas para serem empilhadas no forno, que é alimentado a lenha, e também com cascas de amêndoa, pinhas ou bagaço de azeitona, que é o combustível de alto valor energético. O processo de cozedura dura cerca de 24 horas.

À excepção do trabalho duro e pouco rentável de preparar o barro, que foi deixado para os moinhos de martelos e as feiras, o mesmo procedimento tradicional de fabrico de telhas foi mantido vivo ao longo do vale entre Tavira e Santa Catarina da Fonte do Bispo, através dos tempos, pelo menos até aos finais do século XX. Embora desde então, nalguns lugares, equipamento moderno como máquinas de extrusão e fornos a óleo tenham vindo a substituir os antigos, muitas fábricas tiveram de fechar devido à falta de competitividade. No entanto, de quando em vez, o fumo negro de um forno mostra que o velho ofício de cozer ladrilhos e telhas ainda não desapareceu no concelho de Tavira e esperamos esteja a sofrer uma regeneração dado que cada vez mais construtores são atraídos para a atmosfera mais calorosa que rodeia os ladrilhos e telhas manufacturados e estão dispostos a pagar o preço adequado pelo duro trabalho de manufatura.

## MATERIAIS DE ORIGEM VEGETAL

A matéria-prima de origem vegetal tinha a vantagem de ser em grande parte, recolhida nas proximidades do território habitado e, por isso, de envolver um menor esforço de aquisição e aplicação, em comparação com matérias-primas de origem industrial ou distante. Assim, nas cabanas construídas no litoral utilizavam-se canas, juncos e tabuas de espécies diferentes das da Serra, e nos montes próximos de linhas de água o uso frequente da palha de centeio nas coberturas era menor, beneficiando da abastada vegetação ribeirinha que era toda aproveitada.

Ao longo do ano, as gentes da Serra faziam uma gestão inteligente e entrosada das suas tarefas e dos recursos disponíveis, garantindo os modos de habitar que caracterizavam esta paisagem. Até nas pequenas coisas punham em prática princípios subjacentes à sustentabilidade e à reciclagem.

Os materiais vegetais, tal como os troncos e ramos, resultantes de cortes e de podas realizadas junto das linhas de água, dos limites de propriedade, das zonas de mato ou das zonas cultivadas, garantiam a limpeza e manutenção dos espaços agrícolas e forneciam material reutilizável na construção. O pinheiro (bravo ou manso) e o eucalipto, para obter madeira, e o centeio, para aproveitamento da palha esguia resistente. O construtor tirava partido da vegetação adequando os seus componentes de forma a serem usados como matéria-prima - os troncos, as varas ou ripas, os freixes de herbáceas e os elementos de atar - na resposta às diversas funções inerantes ao espaço construído - estruturais, de revestimento, de remate, de fixação, de impermeabilidade.

## AS MADEIRAS

Das árvores e arbustos maiores obtinham-se os ramos e os troncos com que se preparavam os caibros usados em funções estruturais nas coberturas e nas vergas de vãos e as tábuas empregues em sobrados, caixilharias e no forro interior das coberturas.

Com o desaparecimento progressivo do coberto vegetal arbóreo característico, decorrente do avanço significativo das áreas arroteadas para a criação de zonas agricultáveis, e antes da introdução generalizada do eucalipto na paisagem, a disponibilidade de árvores e o acesso a madeiras para a construção eram limitadas.

A escolha estava condicionada às espécies arbóreas mais comuns - a azinheira, o pinheiro, a oliveira - e arbustos que adquirissem grande porte - tais como o carrasco, o loendro e a esteva - de onde se conseguia, por vezes, aproveitar os ramos e os troncos maiores para os caibros - o azinho tinha outras utilidades. O pinho era a madeira que se utilizava em quase tudo antigamente: paus de casas, madeiras para casas. O carrasco debaixo de telha também resultava.

Há registos, na memória dos mais antigos, do uso mais raro de outras madeiras, tais como o álamo ou choupo, o freixo, o amieiro e o castanheiro, entre outras. Actualmente, estes exemplares, na sua maioria característicos dos sistemas húmidos, são bastante invulgares ou mesmo inexistentes na região oriental da serra do Caldeirão, o que poderá ser, em parte, decorrente da degradação das galerias rípiculas para a criação de hortas. Era boa madeira, mas só para debaixo de telha.

Embora a escolha não fosse muito alargada, procurava-se adaptar o tipo de madeira e a forma disponível ao uso pretendido. Nas situações mais exigentes o azinho era a madeira preferida, porque era uma madeira dura, de grande resistência, sendo aplicada na definição dos vãos de portas e janelas.

Já na estrutura das coberturas era mais comum o emprego da madeira de pinho e de eucalipto, de onde se conseguia obter facilmente toros compridos e regulares. De entre os dois, o pinheiro era referido como sendo mais resistente aos agentes biológicos, tolerando melhor o uso no exterior, e o eucalipto por ser uma árvore de crescimento rápido.

A madeira utilizada não sofria tratamentos de protecção contra os agentes exteriores, como é comum nos dias de hoje. O mestre sabia que, fosse qual fosse a árvore, a época de corte era muito importante para garantir a maior durabilidade - toda a madeira tem melhor corte em Janeiro. O corte fora da época afecta a coesão do material, fica "mais tenro" e a casca separa-se facilmente da circulação activa da seiva. Outra técnica usada, mais pontualmente, para prolongar o tempo de vida da madeira cortada era alagá-la em água. "Faziam além na Fonte Férrea, em Cachopo, num tanque grande, onde cabiam os paus de pinheiro. Enchiam de água, que aproveitavam lá da Fonte Férrea, punham lá os paus inteiros, talvez descascados... e estavam lá dois, três, quatro meses, e depois é que saíam de lá. O corte era feito em Janeiro e depois iam pondo lá para dentro, às camadas."

A remoção da casca e o corte da madeira em peças mais pequenas eram realizados de forma artesanal e raramente em serrações - houve aqui em Cachopo uma serração de madeiras para fazer tábuas, foi quando fizeram um corte grande no pinhal. Era uma serração manual. Quando a dimensão e o tipo de madeira o permitia, os troncos podiam ser rachados com cunha. O tronco, com cunha, rachava e abria em linha direita, linha recta, não havia serra nem nada, rachavam à cunha.

## AS VARAS OU RIPAS

Da ramagem dos arbustos e das canas aproveitavam-se as varas ou ripas para funções estruturais, de revestimento, de remate e de fixação. De entre as canas, foram mencionadas a cana vulgar, mais grossa e mais alta, que ocorre em cursos de água e nas linhas de drenagem, e o chamado carriço ou caniço, mais fino (com cerca de 1cm de diâmetro) disponível nas linhas de água salobra. Os arbustos mais referidos para este fim eram o saiço (da família do salgueiro); o loendro, que tal como as canas, cresce espontaneamente ao longo das linhas de água e pequenas linhas de drenagem, e o marmeleiro, muitas vezes plantado nos limites das propriedades. As varas dos arbustos eram escolhidas de entre as mais compridas e grossas, quando se pretendia garantir uma maior resistência, adequando-se, por exemplo, à execução da estrutura de ripas das coberturas e, no caso do loendro, quando cortado ao meio, à fixação das canas do telhado de caniço.

Talvez por permitirem uma vara de maior comprimento ou por haver disponibilidade considerável, as canas eram muito utilizadas nos forros das coberturas das habitações - nos chamados telhados de caniço - onde eram colocadas lado a lado, segundo uma esteira, e ainda na construção de tabiques.

Depois de colhidas, as varas eram limpas das folhas. Ficando as canas cortadas no Inverno, muitas vezes, à espera do tempo sem chuva para serem empregues na construção ou reparação de telhados. Nesse período, as canas estavam também a secar, melhorando a flexibilidade e durabilidade.

## OS ELEMENTOS DE ATAR

Os elementos de atar - os chamados baraços ou baracinho, fios, atilhos, cordéis, sisal, tamissa ou varinhas para dar pontos - estão presentes nos sistemas de fixação e remate da construção tradicional sendo também usados nos trabalhos agrícolas e na produção de objectos de uso quotidiano.



[20] Carroça para transporte de canas destinadas à construção.



[21] Estrutura em asrama de telhado de tesouro.



[22] Luanda, Angola. A Cidade Alta Vista da Fortaleza.

#### INCIDÊNCIA

Telhados deste tipo faltam por completo no Norte e no interior do País. Nas áreas confinantes com o Algarve eles apenas se encontram em portos marítimos. Castro-Marim conserva-os, como vimos, em velhos palácios ou moradias, mas são desconhecidos em Alcoutim ou Mértola, não distante a importância da navegação ao longo do Guadiana - antes o camiho de ferro e da estrada, a principal porta do Algarve (ainda hoje o único rio onde houve, até uma dezena de andos entre a última vila e a foz, carreiras regulares de passageiros).

Nas humildes vilas da plataforma litoral do oeste, dominam os telhados berberes de uma só água. Sines e Alcácer do Sal nada revelam, já porque conservam poucos edifícios antigos, já porque não parecem ter sido, no apogeu da expansão portuguesa, portos consideráveis.

Setúbal, com a importância comparável aos portos algarvios, sofreu muito com o terramoto de 1755: casas destruídas pelo abalo e pela invasão do mar, incêndios, em 1858, o maior sismo posterior àquele, que se supõe ter tido o epicentro próximo desta cidade, provocou outra vez grandes demolições (Pereira Sousa, ob. cit., vol. III, Lisboa, 1928, pp. 887 e seg.).

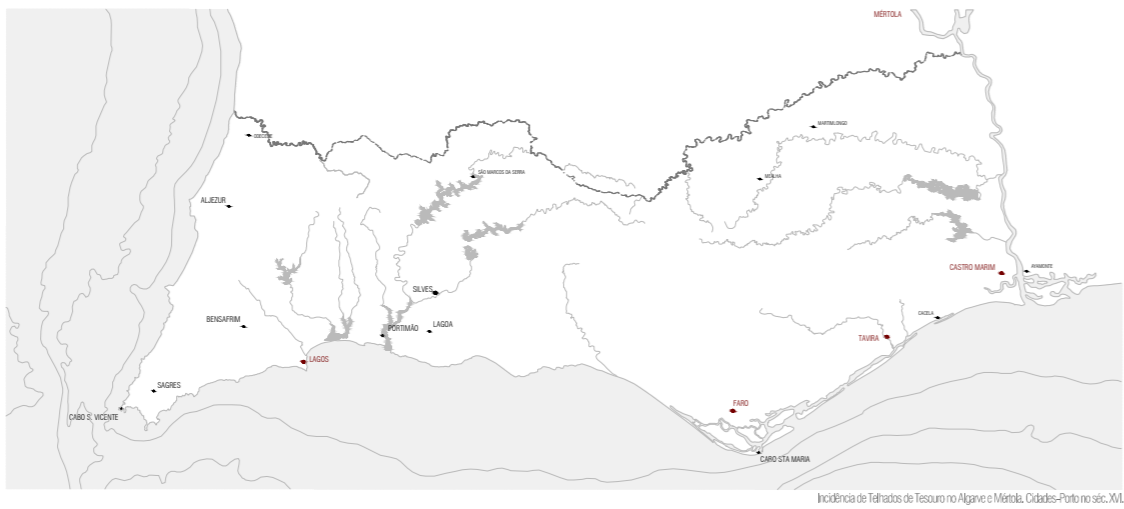
Em Palmela descortinam-se alguns, donde podemos inferir que os tenha havido no porto próximo e que daí fossem imitados. Sesimbra é uma humilde vitória de pescadores, que nunca teve frota comercial: os beirais revirados e os ornatod de ângulos predominam nas casas velhas, mas, por motivos diversos, não são estes os ambientes próprios à programação dos telhados múltiplos.

As numerosas gravuras de Lisboa antes do terramoto também não indicam frequência deste tipo de telhado: predominam os de duas águas, ou de quatro mas pouco inclinados e a cobrirem o conjunto da construção: alguns se vêem, ou porque não se generalizaram o seu uso, ou porque já haviam deixado de estar em favor.

Uma moda exótica, trazida pelo acaso de contactos marítimos, pode ter-se propagado em pequenas cidades portuárias, onde os seus armadores ou navegadores mandaram imitar o que os impressionara. A capital, necessariamente mais ligada à vida europeia do seu tempo aceitaria com dificuldade um elemento desta origem. Ainda assim, os beirais revirados e os ornatos dos ângulos dos telhados, tão frequentes em casas velhas lisboetas, parecem filiar-se em influências orientais.

Tomando como modelo um tipo de casa urbana ou de subtipo, não admira que, esporadicamente, possam aparecer em construções de certo relevo social em qualquer lugar do país.

Repetidos com frequência, chegaram ao estilo de casa moderna "à antiga portuguesa" que se serve em profusão, mas sem a sobriedade tradicional, desde elemento decorativo por influência, especialmente, do architecto Raúl Lino. No interior do Alentejo, da Estremadura ou no Ribatejo, assim como em todo o Norte, não se encontram telhados múltiplos.



[23] Ribeira de Tavira, 1960.

**DISPERSÃO**

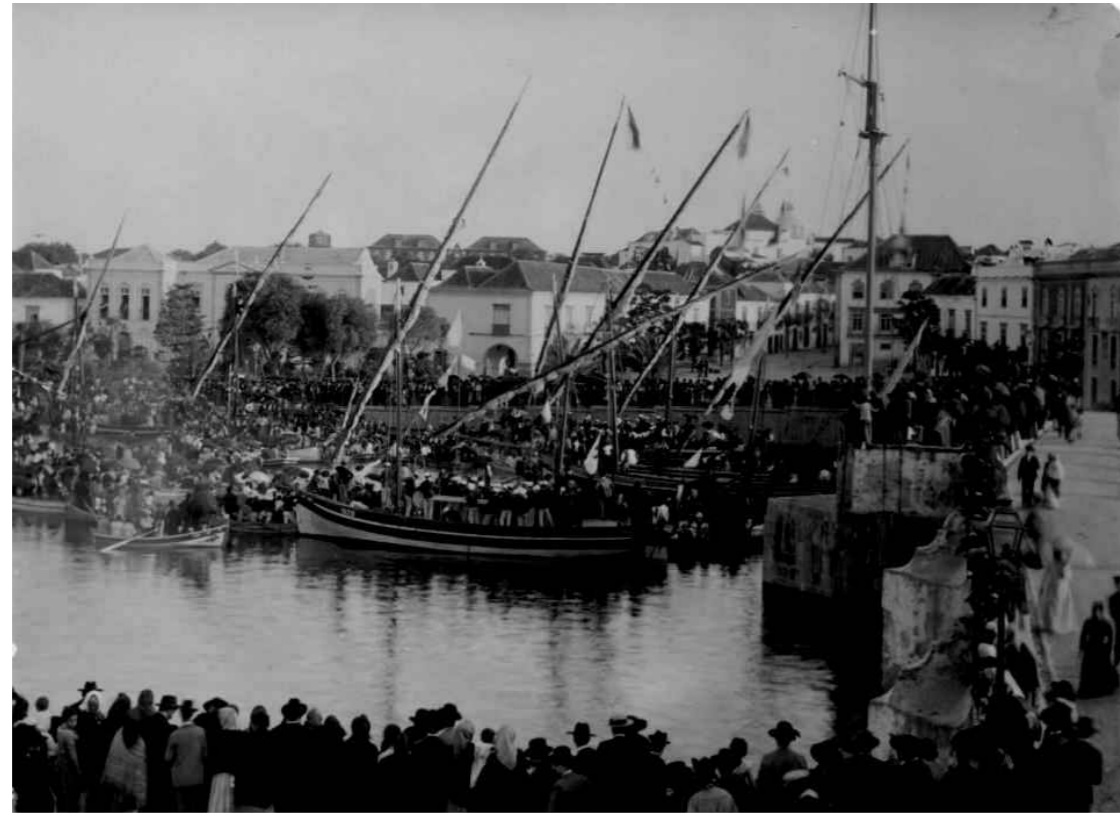
Tavira, como outrora Faro, Lagos e outros portos importantes do século XVI. Os telhados de tesouro fazem parte do património prestigioso das cidades, mantido num lugar de tradição, graças à decadência de um porto e à imobilidade do aglomerado que vive nele, mas sujeito a variar ao sabor da moda, e, por isso, desaparecido com a renovação e o progresso, tanto em Lagos como em Goa.

Tavira guarda os derradeiros vestígios da época das grandes navegações, em cujos primórdios o Algarve largamente participou: ela e Luanda mostram como a civilização portuguesa foi, ao mesmo tempo, receptiva e difusora. Em contactos com gente de lugares diversos, espalhou entre eles os seus paradigmas urbanos: não apenas as correntes na Metrópole mas os que, no mundo aberto à sua expansão, fosse qual fosse a sua origem se revelou capaz de integrar harmoniosamente um património comum.

Telhados idênticos aos de Tavira devem ter coberto, pela mesma época, os primeiros portos do Algarve, pelo menos os que armaram navios de alto bordo e comerciaram directamente com o Ultramar português. No entanto, existem poucos em Faro e faltam quase por completo em Lagos. Em Vila Real de Santo António também muito raros se vêem; os edifícios da praça principal, a que se desejou dar certa grandeza, imitaram as mansardas da Baixa de Lisboa, mas este outro modelo prestigioso, utilizado numa fundação oficial, não quadrava aos gostos locais e não teve, por isso, qualquer tipo de difusão. Em todo o caso, ao tempo em que esta povoação se edificou (1774), os telhados múltiplos não foram usados; pode pensar-se que tanto por estarem já fora de moda, como porque a complexidade da sua construção não convinha à rapidez com que se ergueu a vila, no espaço de cinco meses. (A explicação é tanto mais provável quanto é certo que Castro Marim, conserva nalgumas casas velhas e palácios meio arruinados, telhados de tesouro. Com a função da vila na foz do Guadiana, a antiga sede do mestrado de Cristo perdeu totalmente a importância, mas ainda nos meados do séc. XIX possuía alguns barcos “viageiros” que navegavam para Mértola e Gibraltar (Silva Lopes, ob. cit. pág. 391). Embora muito danificada pelo terramoto, o restauro respeitou, nesta vitória imobilizada, o tipo de telhado em alguns edifícios notáveis.

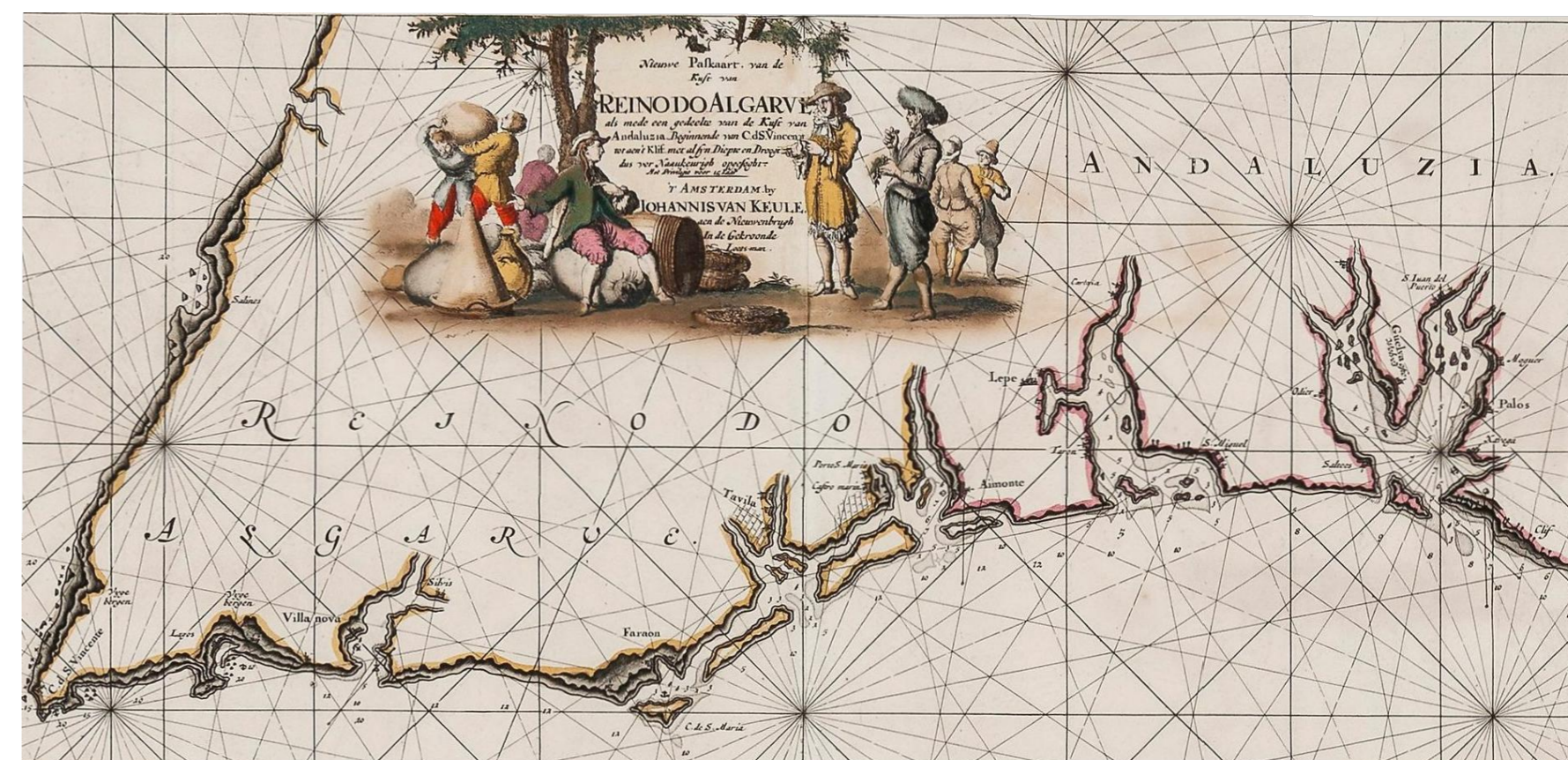
Creio que se pode imputar as ruínas dos terramotos do séc. XVIII o desaparecimento deste pitoresco elemento das casas de Faro; de Lagos e porventura de outros portos do Algarve, de menor importância; como Portimão ou Silves. ( Silves, na época muçulmana, pelo seu porto saía muita madeira das montanhas mais próximas e provavelmente também figos secos, reputados pelo excelente sabor. Ainda no meado do século XX se carregavam em lanchas, na preia-mar, os produtos agrícolas dos arredores e grande parte da cortiça do Sul do país (Silva Lopes, ob. cit. p. 220), com destino a Portimão, por onde eram esperados.





[24] Visita a Tavira do Rei D. Carlos I e D. Amélia, 1888

"Silves e Tavira, na margem de ribeiras que a maré sobe sem dar calado a embarcações modernas, Lagos, debruçada na baía sem abrigo, decaem entre lembranças de uma prosperidade acabada. A mais sugestiva é Tavira, poupada pelo terramoto de 1755, que arruinou Lagos e danificou bastante todas as outras; as reixas das janelas, os telhados de beiral revirado que recordam o perfil de pagodes chineses, o apinhado das casas, as ruas claras e silenciosas, os pátios do interior das habitações, as cúpulas das igrejas, criam-lhe um ambiente quase oriental, mais evocativo talvez do que em nenhuma outra cidade portuguesa, que só a importância do seu antigo porto permite explicar" (RIBEIRO, 1955, p.255)



[25] Costa do Algarve de Andaluzia ao Cabo de São Vicente, XVII

O ALGARVE: O LITORAL DO EXTREMO SUL DE PORTUGAL

O Algarve, uma região aberta a influências mediterrânicas e por isso desenvolvida e organizada quando o resto do país permanecia perdido no isolamento da barbárie, pela abundância de vestígios romanos, que deixam adivinhar uma vida económica elevada no período da sua ocupação, quer pela existência de importantes aglomerados na época muçulmana, alguns com autonomia política (Silves, o principado da família que deu o nome a Faro, o reino taifa de Mértola, o “forte castelo” que foi a porta principal do Algarve e tao ligado à sua história).

Nesta região, aberta assim a contactos marítimos e à ressonância de relações distantes, distinguem-se três faixas “naturais” onde foram diferenciados os destinos humanos: o litoral e a orla adjacente, animado ao mesmo tempo pela vida costeira (pesca, salinas, navegação) e por intensa circulação interior, que liga entre si todas as cidades e grandes aglomerações do Algarve povoações com mais de 2000 habitantes, sete com mais de 5000, duas com mais de 10000 (Dados de 1940); apenas Loulé, entre as maiores fica num circo de colinas calcárias, mas exportou noutras épocas por um porto desaparecido, os produtos da horta e do sequeiro que fizeram a sua fortuna.

Das oito maiores povoações algarvias (Lagos, Portimão, Silves, Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António), apenas Loulé não é ou não foi porto de mar ou de estuário, mesmo assim tinha, no fim da Idade Média, um porto por onde exportava fruta e açúcar da sua horta.

O Algarve através do tempo e do espaço surge como um pequeno mas coerente espaço geo-cultural: “Nenhuma outra região portuguesa possui uma rede urbana tão antiga, tão densa e tão importante (15,6% da população). Pode ver-se aqui a última riviera mediterrânea e a influência de todas as colonizações marítimas da Antiguidade; uma profunda organização romana e muçulmana (esta passou quase intacta no domínio português); Silves com as suas poderosas defesas, o rico bazar, a horta abundante, os habitantes, originários do lémene que falavam um árabe muito puro, constitui um pequeno reino, Faro um principado independente (...) à excepção de Olhão e Vila Real de Santo António, fundados no séc. XVIII, e Portimão, antigo porto romano de que nada resta, todas se constituíram em torno de um núcleo muralhado muçulmano, salvo Lagos, poderosamente fortificada no séc. XVI para constituir o governo militar da província; todas também extravasaram em amplos arrabaldes.” (Ribeiro, 1947)

E numa distinta exposição ao mar surge por vezes afastado do restante território também dado à sua geografia, não só dos ventos mas das influências do Norte: “ O sistema de montanhas que o separa do Alentejo, a relativa autonomia do seu conjunto de cidades, com uma subsistência imediata assegurada por recursos agrícolas suficientes e com amplos contactos marítimos orientados para leste, leva a atribuir-lhe uma identidade própria: foi considerado um reino unido mas não confundido, com a coroa portuguesa, sua titular” (José Mattoso, 1989)

A Reconquista Portuguesa foi descendo de Norte para Sul e com o domínio desta faixa , uma espécie de “Colónia do Algarve”, veio a afirmar-se e progressivamente unir-se ao resto do país. Porém, o seu processo de afirmação e identidade marca incontornavelmente a vida do restante país sobretudo na época da Expansão (Séc. XV - XVIII).

Para o século XVI, Romero Magalhães (1970, p.147) precisa: “é na fruta, no vinho e no azeite que se baseia a economia do Algarve litoral e das colinas calcárias do barrocal. Economia agrária, é bem de ver, mas sobre a qual se ergue uma economia de mercado. Do mais pobre, que faz a empreita para embalar o figo, ao mercador que o leva a longes terras, toda a sociedade tem interesse na fruta, em troca da qual o Algarve recebe pão, os panos, a moeda estrangeira.”

Daí os Reis também passaram a ser distinguidos e nomeados pela posse dessa parte do território que significada “um reino dentro do próprio reino” conferido dignidade e distinção através dos títulos atribuídos. D. Alfonso III tomou o título de “Rei de Portugal e do Algarve”, D. João I de “Rei de Portugal e dos Algarves de aquém e de além-mar em África”, o que mostra como era viva, pelo menos na linguagem dos letrados o sentido de ocidente aplicado ao Magrebe. Até ao séc. XVII persistiu a consciência desta individualidade nas fórmulas oficiais e o povo ainda diz, ir a Portugal quando atravessavam os limites do seu “reino”. (Orlando Ribeiro, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico)

Estas dinâmicas e diferenças culturais vêm auxiliar a afirmar a sua posição de porta de entrada do mundo mediterrânico e culturas inerentes o que “(...) significa apenas que na distribuição das forças económicas que resultam da predominância do Atlântico Norte sobre o Mediterrâneo, era natural que o Algarve pertencesse à mesma unidade que a área Atlântica centrada em Lisboa. Mas forças dominantes não podem fazer esquecer os circuitos secundários, nem as afinidades culturais, nem as condições regionais que marcam os comportamentos das unidades menores. A prosperidade de um país resulta, creio eu, de conseguir rentabilizar todas estas realidades por meio de uma integração que aproveite todas as forças e recursos sem as neutralizar, atrofiar nem destruir”. (José Mattoso, 1989)

No entanto quando se atingem regiões mais distantes, produtoras da grande variedade de artigos raros que afluem a Portugal onde os mercadores europeus os vêm buscar, torna-se necessário defender o monopólio do comércio marítimo. A empresa passa então a ser um negócio de Estado, no qual o rei interfiere directamente. Assiste-se a partir daí ao declínio dos portos algarvios e à afirmação de Lisboa como sede privilegiada do império comercial, pois o seu porto oferecia também muito boas condições.

“Depois o destino favoreceu umas e quase imobilizou outras: Lagos na extrema de uma ampla baía mas derrogada pelo bom porto de Portimão; Silves, cujo bispado se transferiu para Faro no séc. XVI, por o sítio ser insalubre, e donde emigrou a indústria da cortiça que lhe deu vida; Tavira, que se cobriu de “telhados de



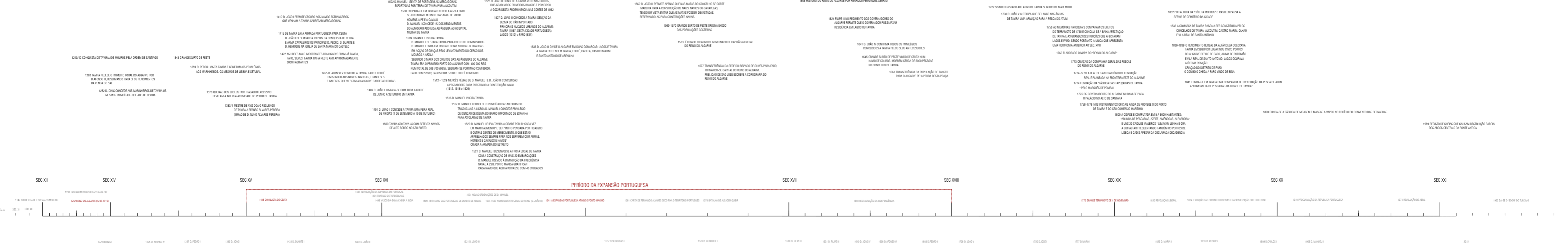




PÁGINA 64  
ENQUADRAMENTO

PÁGINA 65  
ENQUADRAMENTO

CRONOLOGIA HISTÓRICA



CRONOLOGIA HISTÓRICA

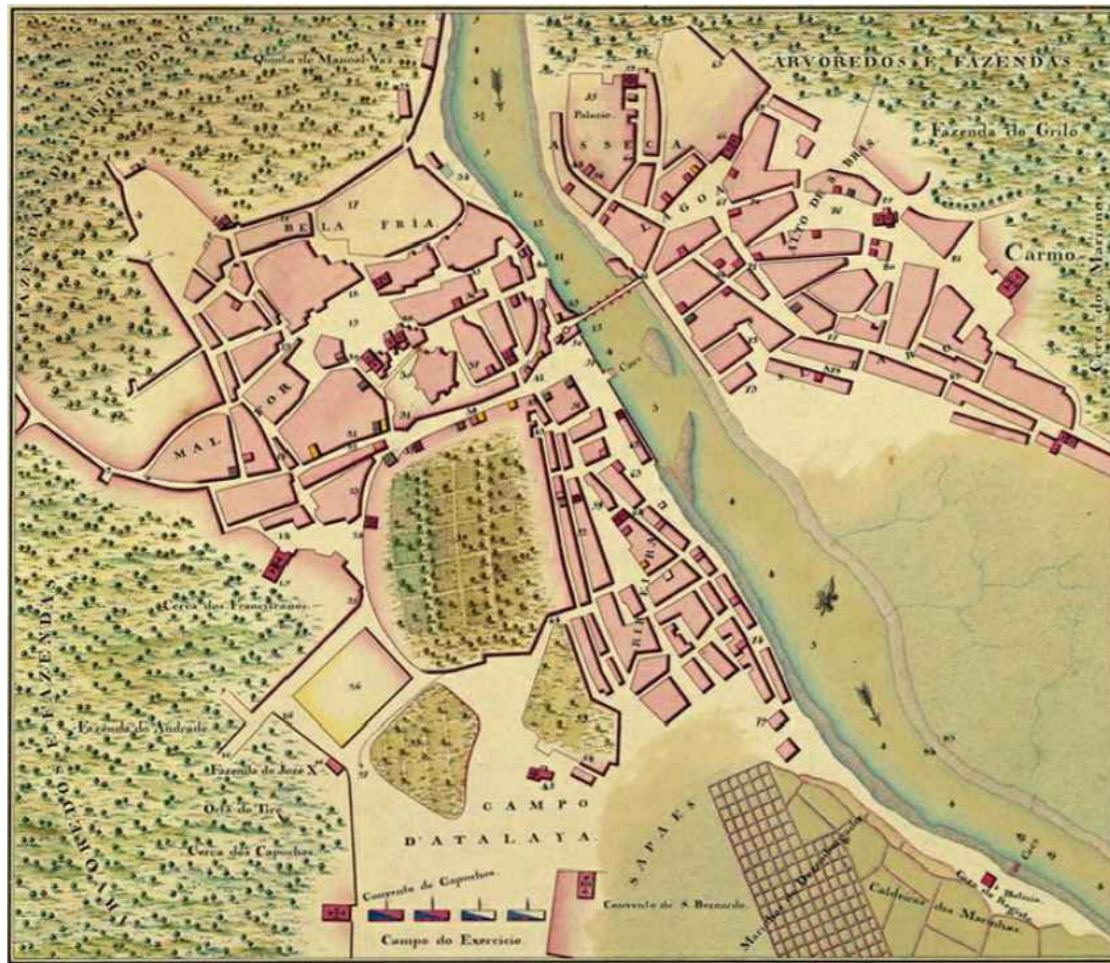
CRONOLOGIA CONSTRUÇÃO



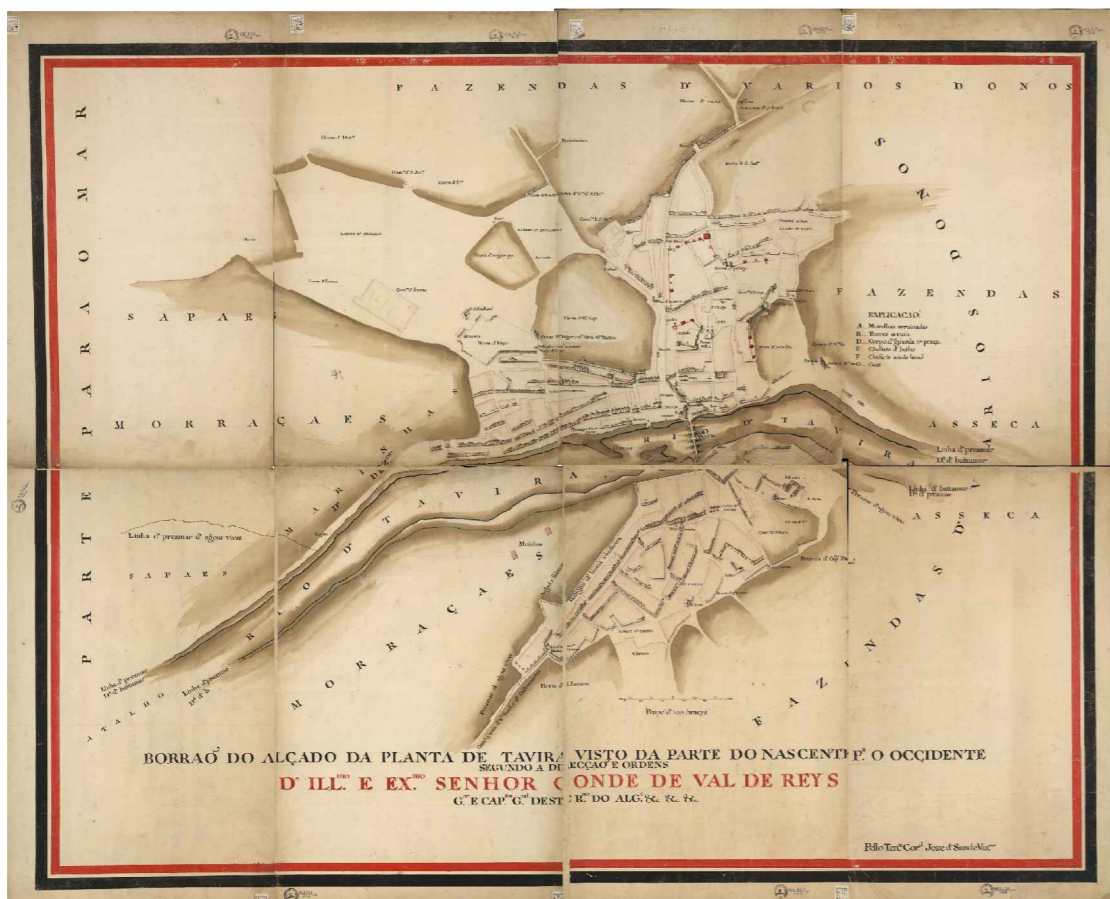
CRONOLOGIA CONSTRUÇÃO



[26] Planta de Távira, 1548/70



[27] Planta Távira, Séc. XVII



[28] Planta Távira, Séc. XVII

#### AS CARTAS E O CRESCIMENTO URBANO

Em síntese parece possível estabelecer para Távira cinco fases de crescimento:

- Até ao século XIII, o perímetro era delimitado pela muralha, o que se liga à predominância da função defensiva;
- Do século XIII ao início do século XVII, assiste-se a um grande crescimento urbano marcado pelo desenvolvimento comercial dos séculos XV e XVI;
- Do século XVII a meados do século XX é um período de estagnação e de declínio, certamente devido à recessão comercial;
- De 1955 a 1974, aparecem as primeiras habitações de carácter social e a construção em altura. Esta fase de crescimento prende-se certamente com a melhoria das condições sócio-económicas de certos estratos da população que procuram então a aquisição de casa própria;
- A última década é caracterizada por um certo dinamismo urbano, bem como pela participação cada vez maior dos organismos públicos nos processos de urbanização, dotando a cidade de infraestruturas e construindo habitação social para os estratos mais desfavorecidos da população.

#### TAVIRA FENÍCIA ( SÉC. VIII - VI a.C.)

O primitivo povoado fenício localizava-se no morro de Santa Maria, onde existiu entre os séculos VIII e VI a. C, altura em que foi violentamente destruído. O sítio chamar-se-ia originalmente BLS [...], correspondendo ao nome de uma divindade fenícia (Balsa).

As necessidades defensivas obrigavam a um posicionamento alcançado e amuralhado contemplando no seu interior o centro político e habitacional. Na sua envolvente, ocupando as vertentes, ditada pelos valores de riqueza criando uma certa hierarquia surgiam estruturas de vocação mercantil e marítima que originavam o fenómeno de expansão urbana para o sopé e margens do rio. Aqui desenvolviam-se as actividades portuárias, comerciais e de transformação dos produtos de origem marinha. São exemplos elucidativos desta ocupação de espaços ribeirinhos, as salgas de peixe e armazenamento de ânforas do período turdetano, (MAIA, M. G. P (2004), Távira, Turdetana. Porto do "Círculo do Estreito" nos finais do séc. V a. C, in: Associação Campo Arqueológico de Távira).

O fim da ocupação fenícia provocou um abandono temporário do local, que voltou a ser ocupado em meados do séc. V, transformando-se então num florescente povoado piscatório, conserveiro, metalúrgico e comercial ligado ao apogeu do "Círculo do Estreito" e ao período tartéssio. Esse povoado é designado "Távira Turdetana" pelos arqueólogos e correspondeu à fase histórica de Balsa Tartéssia.

Na 2ª metade do século IV o sítio sofreu uma série de ataques e profundas destruições, acabando por ser de novo abandonado. Esta fase de violência, que atingiu todo o Golfo de Cádiz, marca o fim do período Tartéssio e início da influência cartaginesa.

Após o abandono, o centro do povoamento transfere-se para o sítio do Cerro do Cavaco, um pouco a Norte de Távira. Neste local, que foi amuralhado, encontram-se os indícios mais significativos dos séculos III e II a. C., nomeadamente alguns dos vestígios romanos mais antigos do território português (recentemente destruída).

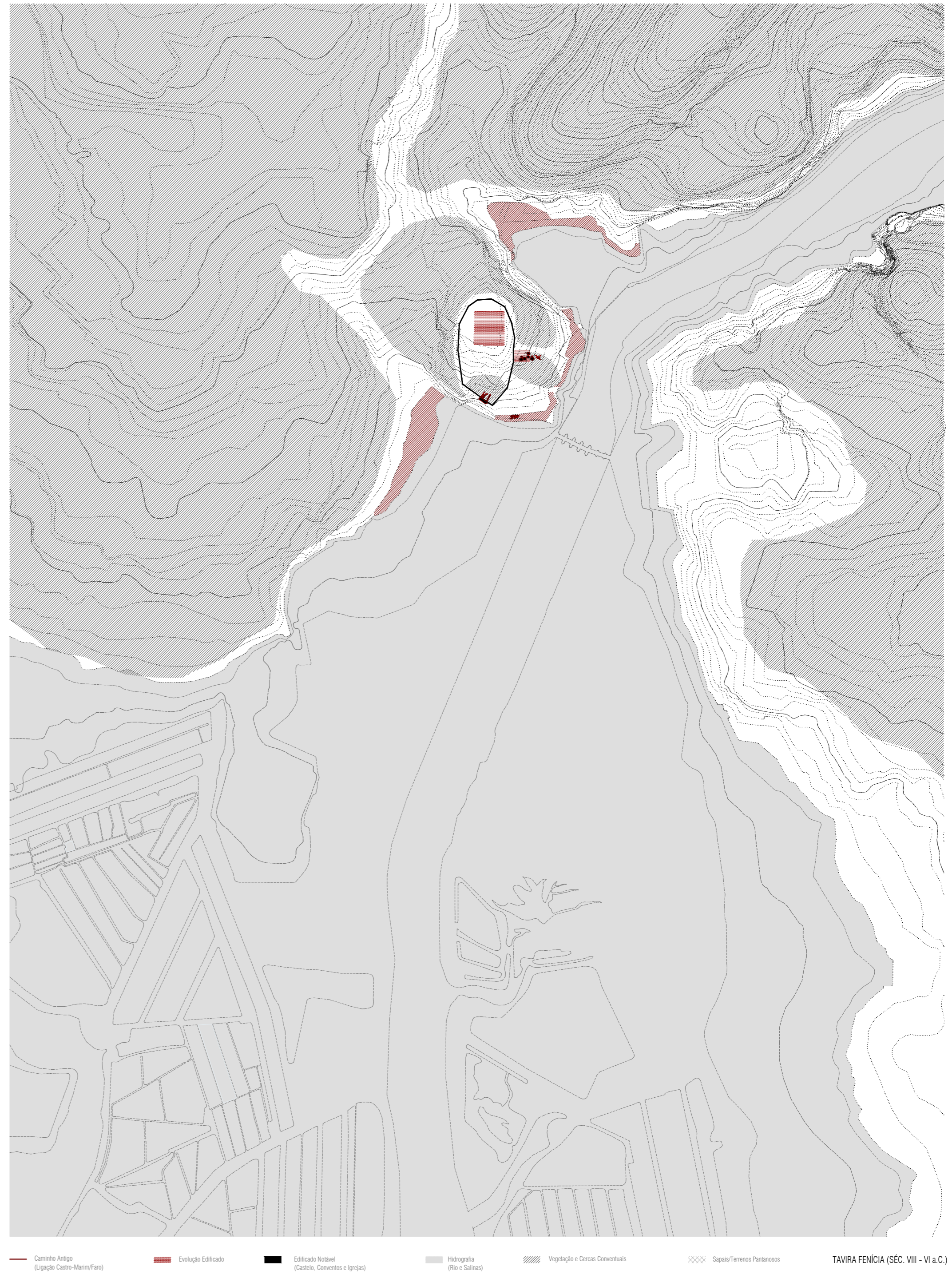
Ali passava a principal via romana do Algarve, integrada no Itinerário Antonino XXI, no seu troço Baesuris-Ossonoba, que passava por Cacela, pela ponte romana de Almagrem, e pelo vau do rio Gilão e por Balsa. Outra via importante dirigia-se a Aracannis (Santa Bárbara de Padrões) e Pax Iulia (Beja), desde Balsa e Ossonoba, com um troço comum desde Moncarapacho, prosseguindo então para Norte que atravessava a Serra do Caldeirão.

No último quartel do século passado, Estácio da Veiga localiza as ruínas romanas de Balsa, nas Quintas das Antas e da Torre d' Aires, situadas na faixa litoral entre as actuais povoações de Santa Luzia e Luz Távira. Balsa, cidade de pescadores e navegadores, estava naturalmente ligada nove ou dez meses por ano às outras margens do golfo, com povos semelhantes e com uma tradição cultural fenício-púnica comum, manifestada na tecnologia naval, na indústria conserveira nas crenças religiosas e, muito provavelmente, nas relações sociais e instituições políticas pré-romanas de que hoje já não existem vestígios significativos. A localização de Balsa (Sítio da Torre, Luz de Távira) e Ossonoba (Faro) na orla portuária do sul da Lusitânia contribuiu grandemente para o crescimento destas cidades e para o estabelecimento de importantes vias terrestres e da via fluvial do rio Guadiana, que ligavam os portos litorais com as cidades interiores de Myrtilis (Mértola) e Pax Iulia (Beja).

O sítio notabilizava-se então pela presença de um grande campo de ruínas tartéssias na colina de Santa Maria, abandonadas já há séculos, por uma domus ou villa (que ficou na toponímia como Villa Frigida, evoluindo posteriormente para Bela Fria) e por uma ocupação agrícola no Campo da Alaláia, de que apenas se conhece a necrópole. Destacava-se ainda o vau do rio, sítio de passagem da referida via, onde se pensa ter existido um santuário fluvial junto da nascente aí existente, dedicado a uma divindade desconhecida.

Séculos mais tarde, provavelmente já durante o domínio visigótico, o sítio do vau terá sido cristianizado com uma dedicação a São Juliano. O hagiónimo Sancti Iuliani passaria a designar um pequeno povoado na margem esquerda (hoje colina de Sant'Ana) e a parte terminal do rio.

Ai se localizaria uma alcaria de nome Gilla de que terá possivelmente resultado o nome do Rio Gilão, assim como, do mesmo povo poderá vir o rio Asseca que prossegue em direcção à Serra (as-sica, o caminho ou a via).



#### RECONQUISTA E CONSOLIDAÇÃO CRISTÃ SÉC. XIII - XIV

Durante a Reconquista cristã dá-se a fundação de Portugal. A passagem para sul do Alentejo dá-se a partir de 1238. E o estudo da Crónica da Crónica da Conquista do Algarve, nas suas várias cópias, leva a aceitar que, em 1242, Tavira é conquistada aos mouros, por D. Paio Peres Correia. Dois anos depois, Tavira era doada por D. Sancho II à Ordem Religiosa de Santiago. Assinalando a importância que lhe era atribuída, D. Afonso III concede-lhe foral de vila em 1266. A importância de Tavira derivava já então da posição privilegiada do seu porto, a que aliás é confirmado em 1282, por D. Dinis, quando concede ao alcaide e aos homens do mar de Tavira foros e privilégios iguais aos dos marinheiros de Lisboa.

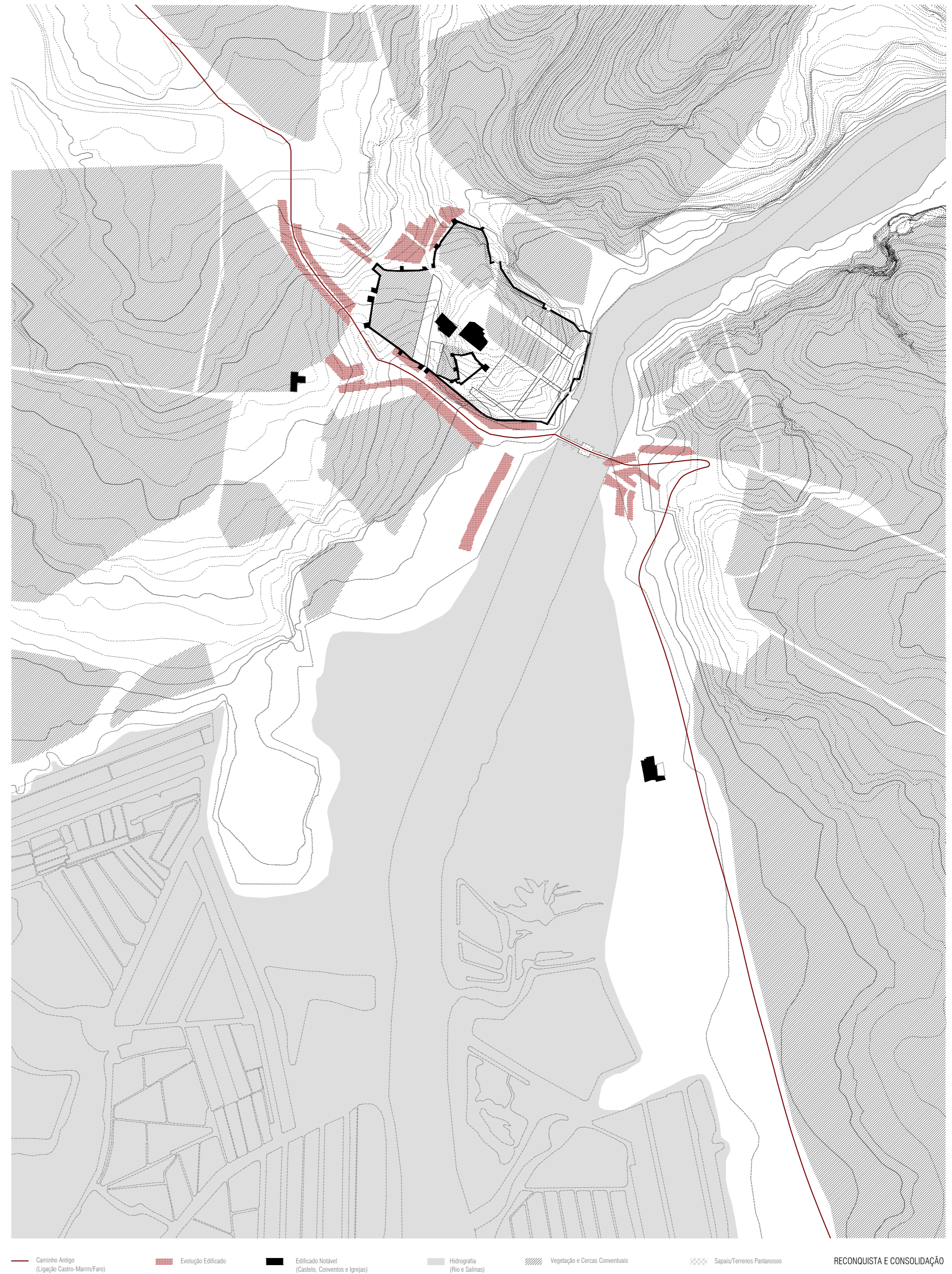
A Horta d'el Rey - talvez a que "foi de Abenlabilia", governador mouro passou à posse da coroa com a Reconquista - constituiu um persistente vazio no interior da aglomeração, com pomar e talhões de rega quase completamente rodeadas de construções.

O Rossio da Atalaia seria o logradouro excêntrico e semi-rural, tão característico das aglomerações do Sul do País; no seu vasto chão de ladeira assistiam feiras de gado três vezes por ano e um mercado mensal. Não é propriamente um largo mas um campo (também assim designado), que se encosta, por dois lados, às últimas construções da cidade mas se abre, pelos outros, para as hortas e sequeiros que a rodeiam.

Nesta época tudo foi ampliado como indica a lápide sobre a porta do Castelo de Tavira, com esta legenda: "D. Dinis pela graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves em era de 1331 mandou fazer o portal da Alcáçova do Castelo de Tavira. E Pero Peres d'Alamonte seu almoraxarife em Tavira."

O século XIII marca apenas o aparecimento do primeiro bairro extra-muros, a Mouraria e as Taracenas (armazéns do porto onde se guardava o material e se fazia a salga do peixe, localizadas na margem direita a jusante da ponte), e com o século XIV, iniciam-se as construções que constituem os bairros do Malforo e Santana, o primeiro entre a Mouraria e o Convento de S. Francisco e o segundo entre a Alagoa (actual Praça Dr. António Pires Padinha) e a margem do rio. Surgem também as primeiras construções entre a entrada da ponte e a então ermida de S. Lázaro, hoje do Livramento.

D. Fernando, para desafogar a muralha, mandou demolir as casas que se encostavam a ela (1359), com prejuízo para os moradores do concelho e que eles pagavam foro (Gama Barros ob. cit., III, p.578), com a intenção de traçar uma via de comércio principal (Rua Nova).



#### TAVIRA ISLÂMICA SÉC. VIII - XIII

Sobre Tavira, as primeiras notícias são do séc. XI e referem-se ao movimento do seu porto. Em meados do séc. XI, Tabira era, como Santa Maria al Harum (Faro) e Silb (Silves), uma das principais povoações do Al Garb. Ainda árabe, a cidade de Tavira já se expandira para além das muralhas, descendo em direcção ao rio, ao longo do qual se vão enformando novos quarteirões, que albergariam construções ligadas às actividades económicas.

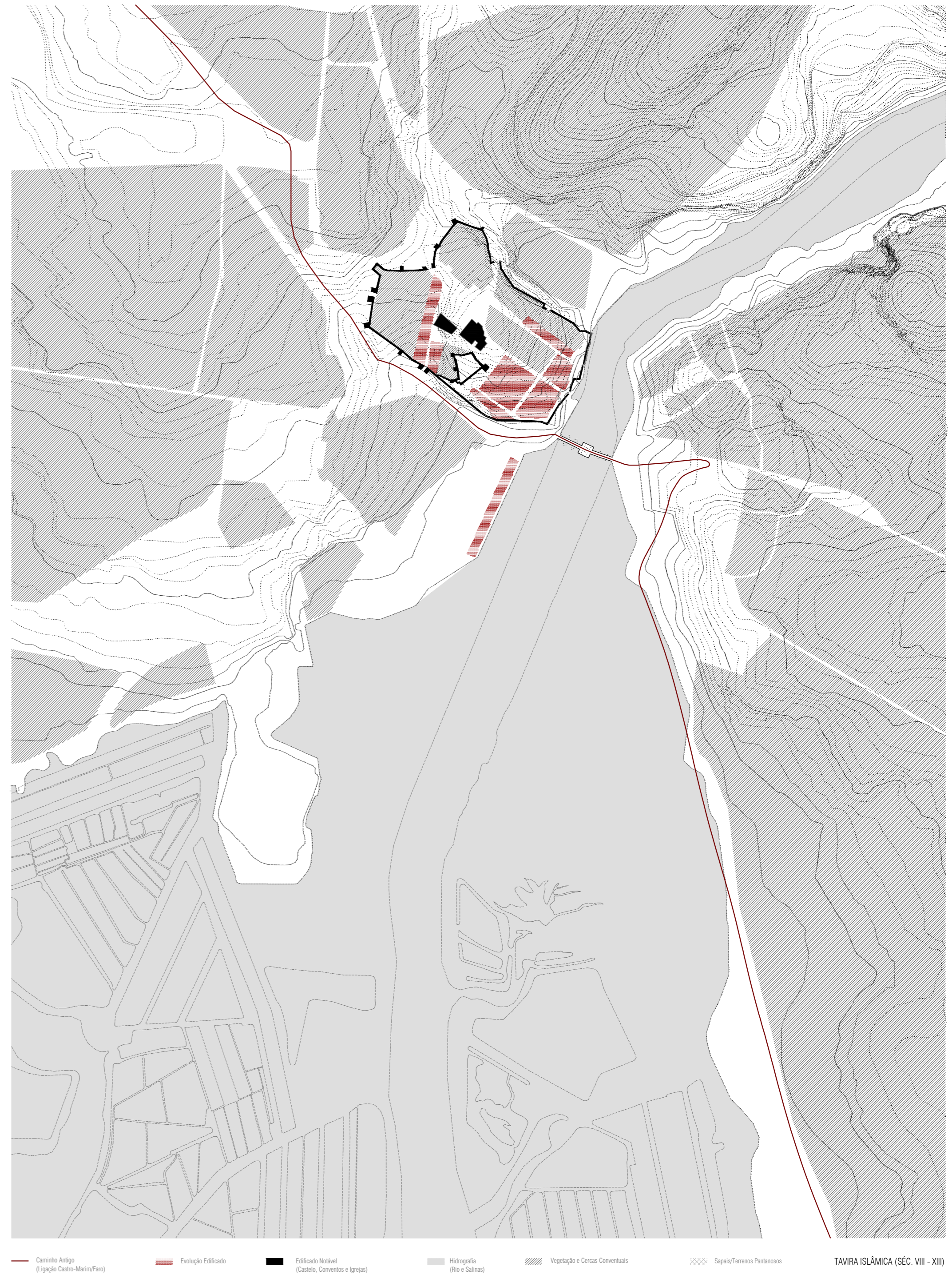
Neste período o comércio marítimo, bem como uma série de outras actividades ligadas ao mar: a pesca, as conservas e a extracção de sal, serem já um factor de peso na economia da cidade. Diz-nos Abdallah Khawli que, desde o século X, a posição estratégica da cidade e seu termo possibilitou que esta adquirisse uma importância como centro produtor e exportador de produtos diversificados e que o seu porto, "(...) foi o elemento dinâmico e central do desenvolvimento económico e social da cidade(...)", com os seus "(...)jarrabaldes de pescadores e comerciantes, certamente implantados a jusante da ponte, junto aos areais onde abicavam as pesadas barcas de mercadorias e os rápidos veleiros de corso". Este movimento de extravaso da muralha terá começado ainda durante o período almorávida quando, por factores políticos, se dá um fenómeno de migração de opositores ao novo regime almóada para a cidade de Tavira.

Situavam-se aqui os armazéns e tercenas navais na margem direita, a jusante do período amuralhado e, imediatamente a montante da ponte, o Terreiro da Vila, espaço de trocas comerciais, localizado na sombra da cerca amuralhada.

Balsa não é mais referida. Contudo, a ponte da via romana sobre o rio, no sítio de Tavira, leva a presumir neste local uma presença efectiva de que a povoação muçulmana de Tabira seria a continuidade.

São desta altura o núcleo amuralhado como hoje se conhece e a Torre do Mar que se ligava a esta por meio de uma arcaria que foi demolida naquele ano (1883). Tinha a função das torres albarás, isto é, a de permitir bater zonas difíceis de atingir de cima da muralha. A sua planta era octogonal, tal como é a da outra albará, felizmente poupada, que liga directamente ao Castelo.

Nos campos da Atalaia, existiam também duas torres de vigia: uma grande com ameias, e outra pequena, de onde vêm os nomes Atalaia Grande e Atalaia Pequena. A edificação da ponte antiga é atribuída ao período islâmico substituindo uma primitiva de madeira.



TAVIRA ISLÂMICA (SÉC. VIII - XIII)

## EXPANSÃO E APOGEU SÉC. XV - XVI

Nas descrições que se conhecem do Algarve do século XVI - a Corografia do Reino do Algarve de Frei João de S. José (1577) e a História do Reino do Algarve de Henrique Fernandes Serrão (cerca de 1600) - a imagem que nos surge de Tavira é a de uma cidade opulenta, de uma riqueza que advém de três ordens de razão: "(...) é, ao presente, e foi sempre a principal de todo o reino do Algarve, não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio, mas também na nobreza dos moradores dela, que são as três excelências que trazem uma terra nobre e que com razão se pode gloriar delas".

Durante o período inicial da expansão portuguesa e sobretudo a partir da ocupação de posições no norte de África, a situação de Tavira e do seu porto - o mais fronteiriço à costa de Marrocos tornou-se fundamental para um apoio eficaz, não só às guarnições das praças africanas, como da armada que actuava no mar próximo, desde o Cabo de S. Vicente ao estreito de Gibraltar, em discussão de acções de pirataria, ou de flagelação das nossas costas.

Alcança um inestimável valor político, económico e militar, dotando-se neste período de equipamentos qualificados patrocinados pelo mecenato da coroa, de nobres, de burgueses e clérigos empreendedores e com suficientes recursos para construir e ornamentar obras de valor artístico e, no século XV e XVI dá-se o preenchimento dos espaços vazios e a construção do Convento das Bernardas (como recompensa pelo auxílio na guerra), a Igreja da Misericórdia e o Palácio da Galeria, ocupando estas duas últimas construções "espaços da vila-a-dentro que iam vagando pela saída de população para o arrabalde, ou mesmo para fora do país, como foi o caso dos Judeus (Anica, 1983, p.6).

Abrem-se nesta altura uma porta para o Rossio (porta da vila), transformando-se este na praça principal e lugar de mercado dos produtos alimentares, a Rua Nova, que contorna exteriormente a muralha, e também a Rua Nova Pequena, que se prolonga pela Rua Direita da Ribeira, reunindo mercados e ligando a vila medieval à sua Ribeira comercial. A Rua Direita, um dos traços essenciais da morfologia urbana tradicional, tanto nas aglomerações portuguesas da Metrópole, como do Brasil e do Ultramar, surge muitas vezes tortuosa e resulta numa via directa que liga elementos essenciais da estrutura da cidade, às vezes através de toda ela, outras pondo em contacto uma praça central com o logradouro periférico onde se fazem as feiras (Rossio, Campo da Feira...)

O período de maior prosperidade foi também aquele que experimentou maior crescimento. E neste período que se esboça uma tipologia social das ruas de Tavira. Enquanto a "velha nobreza de Tavira possuía os seus palácios no núcleo medieval ou além da ponte, a nobreza criada pelos feitos da expansão portuguesa e os fidalgos fizeram construir - moradas de casas nobres - na Rua Nova e na Corredoura, os dois eixos mais elegantes de Tavira de quintentos" (Cavaco, C., 1976, p.54).

Encostada à Torre do Mar o edifício da "Principal", assim chamado por nele se alojar a guarda principal à cidade, que servia ainda de calabouço militar e de poial da pólvora da Guarnição. O Pelourinho Velho estaria na retaguarda da Igreja da Santa Maria, na frente da Porta do Castelo, não dizendo a planta onde se situava a Casa da Câmara.

De Junho a Setembro de 1489 D. João III residiu em Tavira e é no contexto de expansão que D. Manuel I irá, em 16 de Março de 1520, elevar Tavira a cidade, através de carta régia em que enaltece e engrandece a urbe, seus habitantes e enumera os seus feitos na Expansão, de modo muito elogioso, respondendo assim às expectativas dos seus moradores que lho vinham requerendo desde à anos. Esta eleição trará certamente à cidade um novo impulso de desenvolvimento urbano que se terá manifestado sobretudo na zona da Rua Nova Grande; aí, cerca de 1522, será construído um novo edifício para onde se muda a câmara; de acordo com uma imagem ainda existente, podemos observar neste a tipologia usual das "Casas da Câmara e Cadeia" que se construíam durante o século XVI por todo o espaço português.

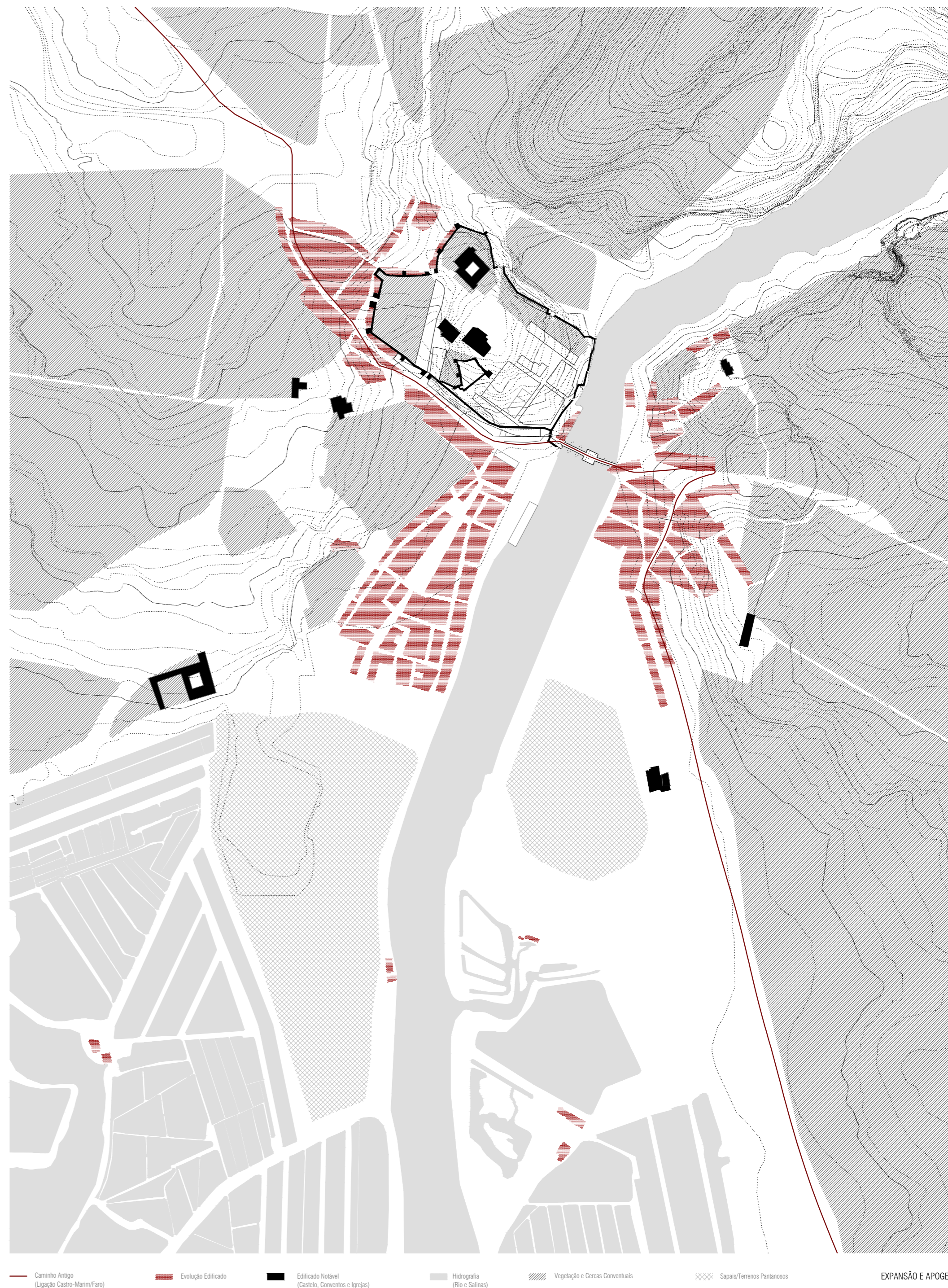
Uma outra praça que se desenvolverá, mas já deslocada do antigo Rossio e do rio - a Corredoura, que se pensa constituir o caminho de passagem do gado para os pastos dos sapais, próximo das salinas, ou ser mesmo um dos lugares das mais antigas feiras de gado.

Acompanhando o crescimento da população é visível o peso da presença religiosa dos conventos e igrejas que vão erguendo, aqueles mais vincadamente na zona periférica. O elevado número de templos (21, ainda hoje), marca significativamente a forte influência da Igreja no local exercida durante longo período.

A colina de São Francisco acentua o seu perfil urbano, devido à construção do Hospital do Espírito Santo (1454), sucessor de uma antiga albergaria.

Cerca do ano de 1570, apesar de já se constatar a decadência iminente daquele que foi, no início desse século, a principal cidade do Algarve, ordenou D. Sebastião que se construísse, para defesa das "naus grossas" que entrassem dentro dela, frente à barra de Tavira, um forte, alegando que a cobiça de corsários e piratas espreitava a costa. Junto à foz do Gilão, à distância de um tiro de canhão da dita barra e numa ilha insalubre foi construído o Forte de Santo António, cujas obras o próprio D. Sebastião veio visitar aquando da sua passagem por Tavira, em 1573.

Ampliando a acção natural conjuga-se a acção antrópica e com isso, nos períodos de maior prosperidade, o crescimento urbano e expansão marítima, o abate de árvores para a construção civil e naval e para a exportação também foi muito significativo.



## DECLÍNEO SÉC. XVI - 1ª METADE SÉC. XVII

É ponto assente que a partir da segunda metade do século XVI começa a ser indistigável a decadência económica e estratégica da cidade, agravada pelo abandono de algumas praças norte africanas, pela dominação filipina e pelo progressivo assoreamento do rio. O movimento comercial vai abruptamente finando o porto de Tavira, por completo, por volta de 1600 (Magalhães, 1993, p. 107). Esta conjuntura reflecte-se na progressiva ruralização da sociedade e abandono da urbe que por volta de 1573, segundo o discurso de recepção do Rei D. Sebastião pelo Padre António Mimoso - já apresentava sinais de quebras, faltas, ruína e perdição. A nova lógica militar tornaria obsoleto o antigo sistema defensivo da cidade que, nos séculos XVI e XVII, era palco de investidas de piratas e corsários, obrigando à construção de uma cintura costeira de novas fortificações e à adaptação do velho castelo arruinado.

A função civilizadora dos mosteiros exercia-se em: acção económica (exploração agrícola, desbravamento dos incultos, comércio, melhoria das condições das servas, e dos campónios, assistência, hospitalidade, etc.); cultura literária (conservação e multiplicação de manuscritos, instituições de bibliotecas, ensino, bibliografia...); e cultura artística (arquitectura e artes plásticas).

Os seis conventos fundados em Tavira, entre o início do século XIV e meados do XVIII, constituíram a estrutura conventual da cidade que formalizou um anel em torno do espaço urbano. Os conventos definiram assim o limite entre o espaço urbano e o mundo rural e apesar de, muitas vezes, funcionarem, como pólos de atracção para o crescimento urbano, promovendo o desenvolvimento de novos bairros na sua proximidade, a forma como se distribuíram em torno da cidade, teve posteriormente, o efeito contrário, obstruindo o desenvolvimento da urbe. Estes edifícios, e muito especificamente as suas hortas, construíram, na sua maioria dos casos, barreiras à expansão urbana. Em Tavira, este facto é evidente tanto a sul - com as hortas muradas de São Francisco e dos Capuchos - como a norte, onde a horta de São Paulo e, particularmente, a do Carmo, constituíram um claro limite à expansão da cidade. Por outro lado, as casas regulares funcionaram também como estruturador do tecido urbano. A sua implantação, na malha consolidada ou na envolvente à cidade, provocou a reorganização dessas áreas.

Finalmente as hortas definem, através dos seus muros, os novos limites ou novas orientações para o crescimento urbano e representam o campo dentro da cidade. Em Tavira, as hortas conventuais constituíram - juntamente com as hortas Del Rei, Bela Fria e do Bispo - uma importante parcela do espaço urbano, que tinha características de espaço rural.

Em 1617/1618, no seu levantamento para a "Descrição do Reino do Algarve" (1620) já Alexandre Massai informava da insalubridade do forte, pois a barra já não se situava ali, mas mais a Nascente. Decide-se assim pela construção de um novo forte à nova entrada da barra 3km para nascente em 1656, por D. Pedro II. O novo forte, baptizado de S. João, foi de facto de maior utilidade na defesa da barra que o anterior, no entanto, a migração da barra de Tavira, não se ficaria por aí.

O núcleo urbano de Tavira, que já se encontrava em dificuldades nas últimas décadas do séc. XVI, até ao séc. XVII. O séc. XVIII será tempo de algumas melhorias, porém sem que a posição de Tavira no Algarve lhe devolva a primazia que tivera. Nem as praças de Ceuta e Tanger permanecerão portuguesas, deixando de ter alguma ligação com o Algarve. São perdas decorrentes da Restauração. Mas como a transferência da população de Tanger em 1661 vai a região beneficiar. A Tavira coube receber 130 casais, com 452 pessoas.

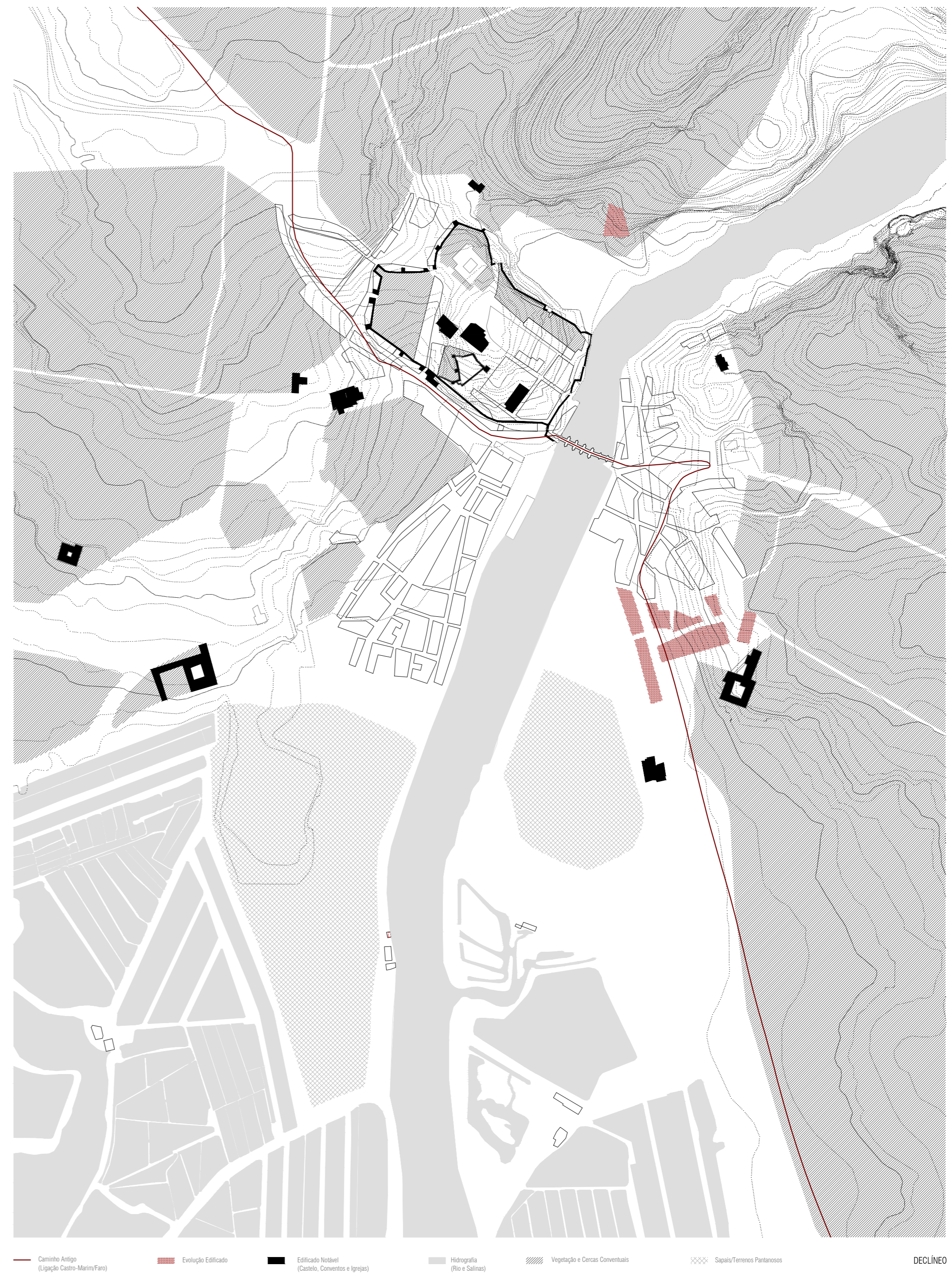
À perda de população do núcleo urbano há que contar com as grandes epidemias. A peste de princípio do século XVII não parece ter tocado Tavira, ao contrário de Faro que muito sofreu.

A população acaba por estagnar em volta dos 1500 fogos no centro urbano. Toda a região sofre com as alterações estruturais do comércio europeu e mediterrâneo, em especial a partir de 1620.

O comércio de Tavira ligara-se tão intimamente à Andaluzia que sofrerá uma quebra notória com a Guerra da Restauração (1640 - 1668).

No ano de 1645, instalou-se a vereação no edifício que ainda hoje ocupa, na antiga Praça da Constituição, antigo Rossio de Tavira e actual Praça da República. Tempos depois, as barracas foram demolidas, e o mercado passa a fazer-se na arcada. Próximo da ponte existia um bom edifício, mandado construir por D. João I, para venda do pão, e, a seguir, para os lados da barra 5 açougues e 6 lojas de fruta, seguindo-se os estaleiros.

O declínio da cidade começa a acentuar-se a partir de meados do século XVI, com a perda das praças do Norte de África, de que Tavira era o porto e cidade de contacto mais directo e sobretudo pelo assoreamento progressivo do rio Gilão e da sua barra, Lagos passa então a ser o principal porto do Algarve, por razões também de desenvolvimento da exploração da costa Africana e do comércio com a Índia.





## ESTAGNAÇÃO 2ª METADE SÉC. XVII - 1ª METADE SÉC. XIX

É denunciado o rico património da cidade construído na época barroca. Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1747), Remodelação do Convento de Nossa Senhora da Graça (1749), Reconstrução da Igreja de S. José do Hospital (1752 -1768).

Neste capítulo da arquitectura taviense é de destacar a actividade exercida pelo mestre canteiro e escultor farense Diogo Tavares de Ataíde, responsável pelas referidas intervenções setecentistas no Convento de Nossa Senhora da Graça e na Igreja de São José do Hospital, e ainda pela reconstrução da igreja de São Pedro Gonçalves Telmo (1756).

Durante o século XVII são ainda efectuadas importantes obras de reconstrução na ermida de São Sebastião (1745), na Igreja do Convento de Nossa Senhora da Piedade (1751), na Anclá Igreja Matriz de Santiago (após o terramoto de 1755), na fachada da igreja do Convento de Santo António, na Ermida de São Brás, na Ermida de Santa Ana e na Ermida de São Roque, conferindo a todos estes edifícios o aspecto barroco que actualmente têm. Na Atalaia constrói-se o quartel militar em 1795.

À margem do rio fizeram-se modernamente grandes demolições que alteraram por completo a sua aparência: a entrada na ponte era guardada pela "torre do mar"; depois seguiam-se os açougues (no sentido geral de locais de venda, uma vez que havia nelas tantos talhos como lugares de fruta e as tercenas ou estaleiros navais. Também existiam moinhos e lagares de azeite, movidos pela corrente da maré. No seu lugar traçou-se o jardim público e levantou-se o mercado, que dantes se fazia debaixo das arcadas da praça. Foi aqui que o terramoto de 1755 (e os anteriores) fizeram sem dúvida maiores destruições, embora se não tenha alterado nem o traçado das ruas nem a fisionomia das casas.

No primeiro quartel do séc. XVII, Tavira é assinalada como a "principal do reino do Algarve", muito embora documentos de época anterior venham revelando já sintomas locais de decadência. Dera-se entretanto o progressivo abandono das praças africanas, a que se seguia ainda a perda de independência do país. Sevilha e outras partes do sul de Espanha, téminos das rotas das Índias (ocidentais), concentravam mercadores e homens ricos.

Os efeitos de uma peste devastadora (1645 - 1646), associados à longa campanha da Restauração e conjugados ainda com o assoreamento da barra, contribuíram progressivamente para a perda da importância de Tavira e acentuada decadência do seu porto, verificadas no final do séc. XVII.

Em meados do séc. XVIII, a actividade do porto de Tavira relacionava-se quase exclusivamente com a pesca e a cabotagem, reduzida esta a contactos com áreas geográficas próximas e sendo visível a dependência económica exterior. O terramoto de 1755, embora menos doloroso que noutros pontos do país não deixou de causar-lhe alguns estragos.

No âmbito de uma política nacional de recuperação económica, o Marquês de Pombal funda em Tavira uma fábrica de tapeçarias (1776), mas a produção desta foi efémera, como precária a sua existência. Por iniciativa tomada no reinado de D. Maria I, nesta terra de forte tradição militar foi entretanto erguido um amplo aquartelamento, edifício construído a partir dos últimos anos do séc. XVIII na periferia da cidade e sítio da antiga Atalainha.

Durante o período da guerra civil, em 1833, comandando uma expedição liberal de Tavira, daqui iniciando o movimento para a capital, que acabaria pela tomada de Lisboa às tropas miguevistas.

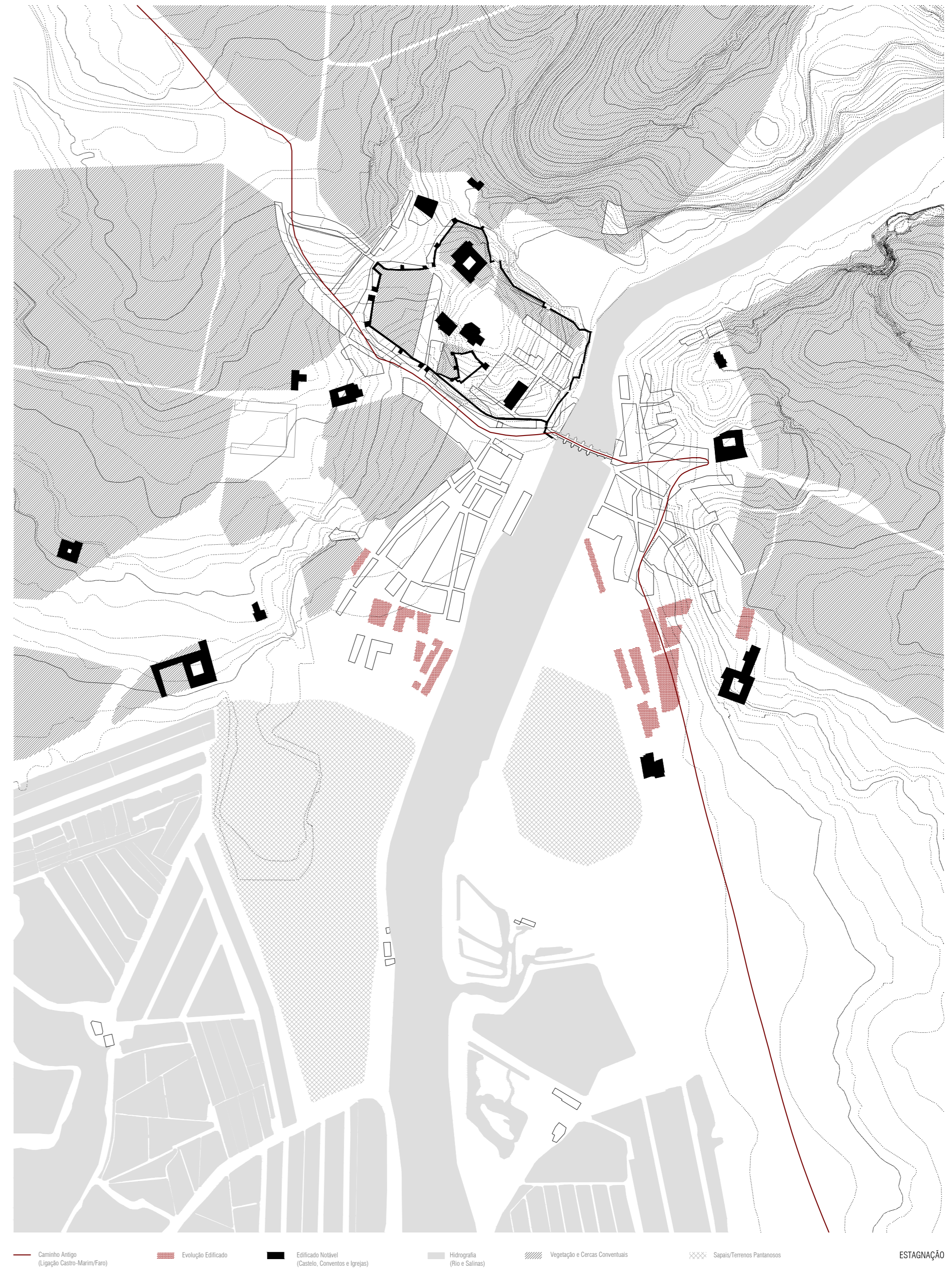
A actividade económica da cidade e do seu porto, muito ligada à faina piscatória, foi sensivelmente afectada já na segunda metade deste século, por terem deixado de lançar-se no mar as tradicionais armações de pesca do atum (antigas almadras), em virtude do quase total desaparecimento desta espécie das áreas onde habitualmente surgia. Das cinco armações que ainda lançavam no litoral do Algarve, 4 eram lançadas na costa de Tavira: Abóbor, Medo das Cascas, Barril e Nova; e uma em Faro: a do Cabo.

Nos dias de hoje, para a cidade, manifestamente carente de estruturas produtivas e tentando ultrapassar um apagamento de séculos, o aproveitamento turístico de factores naturais e culturais, acaso insuficiente, parece ser apesar de tudo, mais que sobrevivência, uma alternativa possível (ao menos de contribuição) para o resurgimento almejado.

De qualquer modo, a evolução histórica de Tavira, marcada por factores de natureza local, não deixa de reflectir de forma mais ou menos evidente, as incidências de um todo mais vasto, nacional e não só em que se enquadra.

Quanto ao seu rosto visível, e excluindo os efeitos devastadores de alguns sismos, ou algumas edificações recentes, Tavira mantém, na generalidade, um aspecto próximo do que teve em épocas recuadas: com um núcleo, inúmeros pormenores, volumes, formas que testemunham a permanência de elementos não só medievais, como de épocas posteriores, embora já distantes. Marcas e símbolos de um notável passado histórico, património cultural que importa defender e preservar.

FIGURA 80 | 81  
EVOLUÇÃO URBANA



— Caminho Antigo (Ligação Castro-Marim/Faro)    ■■■ Evolução Edificada    ■ Edifício Notável (Castelo, Conventos e Igrejas)    ■ Hidrografia (Rio e Salinas)    ▨ Vegetação e Cercas Conventuais    □ Sapais/Terrenos Pantanosos

ESTAGNAÇÃO

0 50m 200m

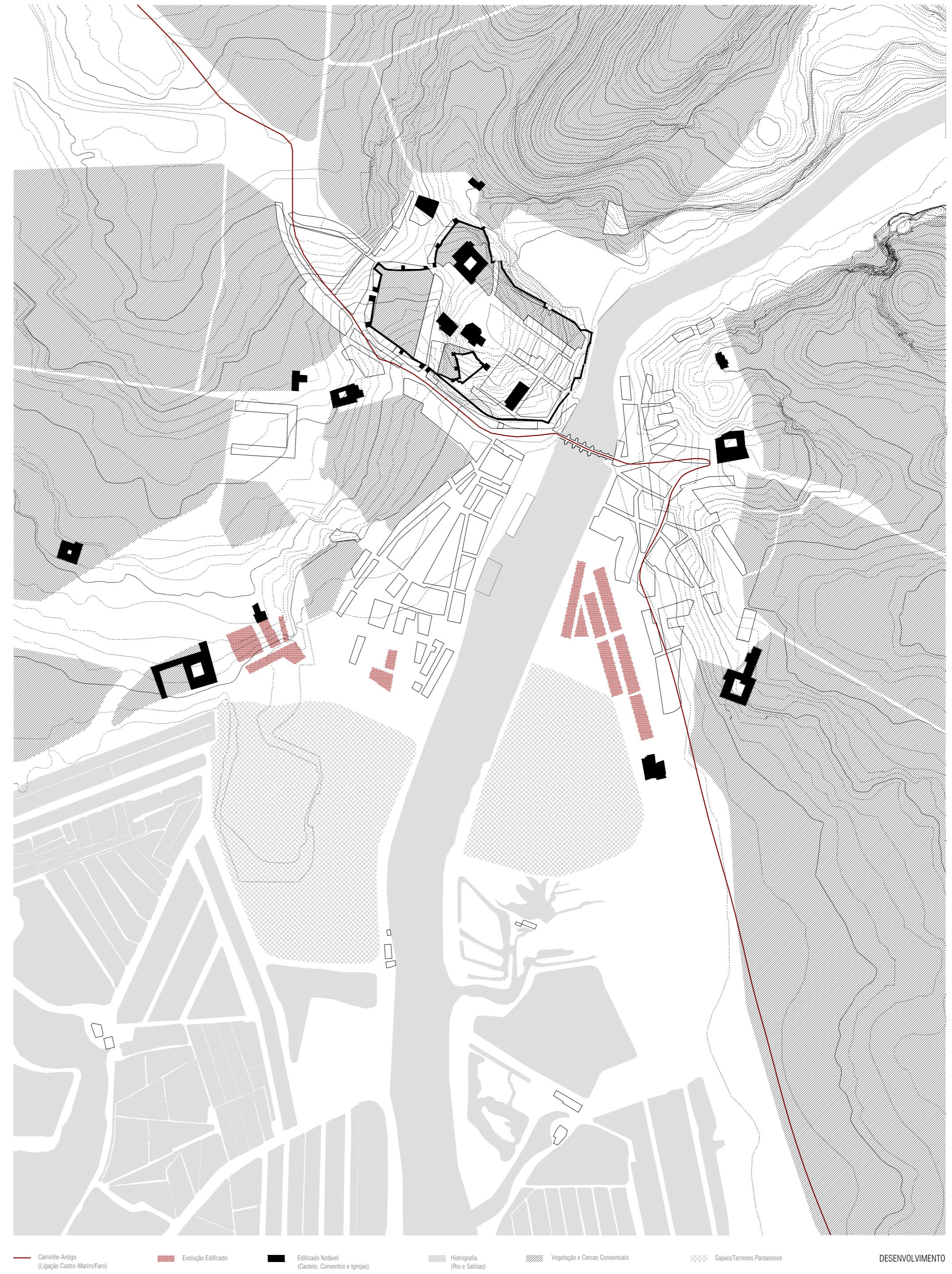
#### DESENVOLVIMENTO 2ª METADE SÉC. XIX

No séc. XIX, aumentam as exigências para os serviços públicos levando à construção do Mercado da Ribeira (1885), do Jardim Público (1889) e simultaneamente dos muros de suporte para a regularização das margens do rio Gilão, valorizando-se uma margem ribeirinha tradicionalmente assumida como zona de trabalho, dos armazéns, dos açougues, dos estaleiros, distinta da margem oposta onde a relação com o rio é sobretudo cenográfica, devido ao alinhamento de vários edifícios apalaçados.

Segundo a planta de Tavira de 1800 se vê que o Pelourinho novo levantava-se na Praça da República, entre os Paços do Concelho e a Ponte. Este monumento foi demolido em 1864.

Na Carta Corográfica do Reino do Algarve, publicada por Silva Lopes em 1841 mas baseada em levantamentos cartográficos militares da década de 20, já a designação "barra de Tavira" surge no extremo oriental da ilha de Tavira, frente a Cacela, onde também se tinha construído um forte no século XVI, enquanto a barra frente ao forte de S. João, muito assoreada e inutilizada para a navegação surge com a designação de "barra perdida". Com o fecho total desta, a Ilha de Tavira constituía-se como um corpo contínuo entre a Fuzeta e Cacela e completava-se um ciclo migratório.

Um período de estagnação caracterizou todo o século XIX, construindo-se apenas e por iniciativa da Câmara (a donativo de um particular) o Bairro Jara, para alojar famílias mais destituídas, o mercado e o jardim público.



SÉC. XX

Na primeira metade do século XX, a expansão urbana foi muito localizada acompanhando sensivelmente os principais eixos de saída da cidade. Surgiram assim as construções entre a Rua dos Fumeiros de Trás e a área de expansão recente da Porta Nova, as habitações periféricas da Atalaia (compreendidas entre o quartel e o convento das Freiras), a construção de Borda D'Água de Aguiar, da estrada de Santo Estêvão, da rua do Alto do Cano e ainda a Avenida Mateus Teixeira de Azevedo, que cresceu com a chegada do comboio a Tavira em 1905.

Alterações significativas na época foram a instalação das principais infraestruturas: a inauguração da luz eléctrica (1916), o começo da rede de esgotos (1917), no fim dos anos vinte a água canalizada, e por último o aperfeiçoamento da recolha do lixo (1931).

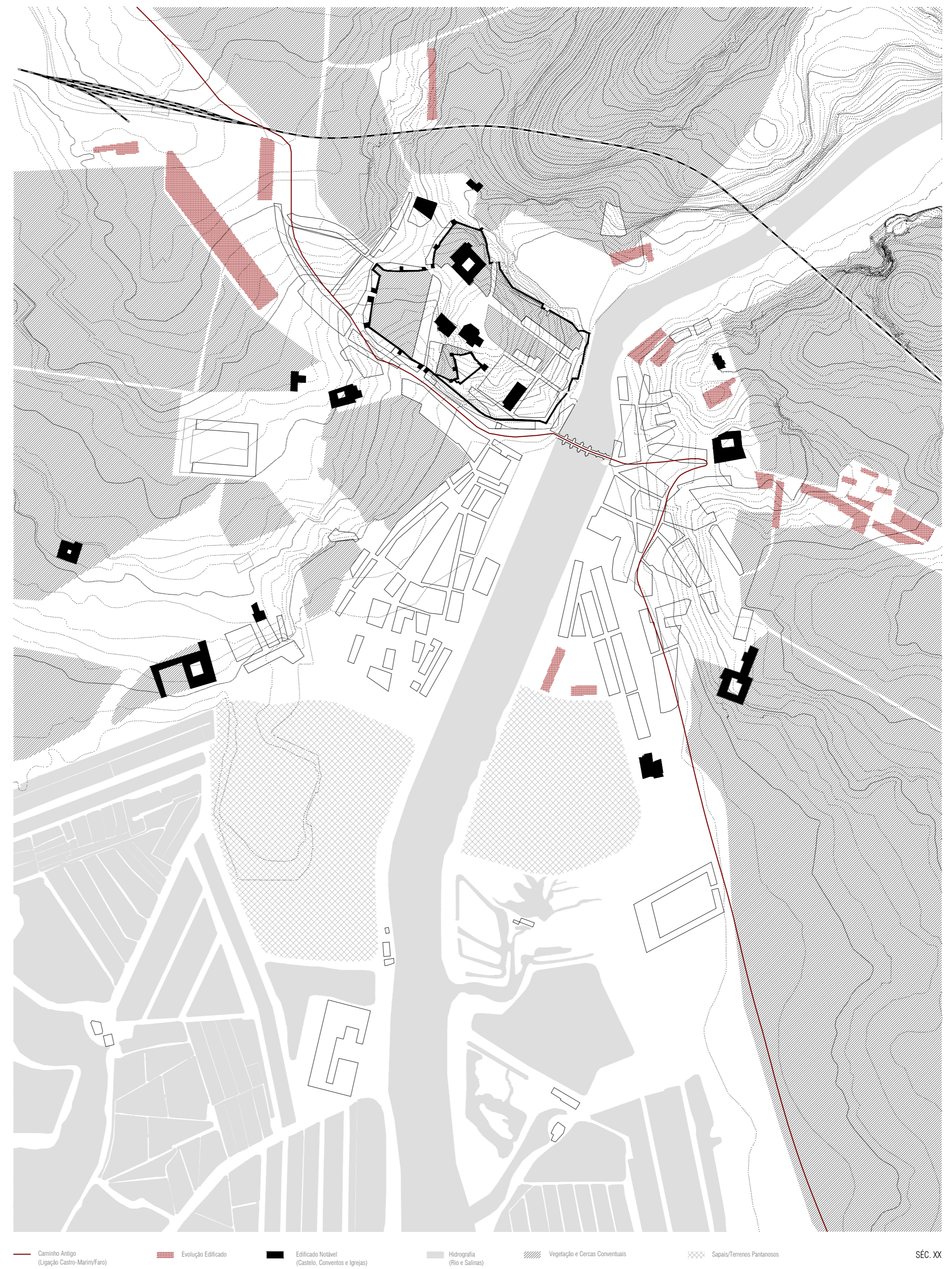
A segunda metade do século XX caracterizou-se, em termos de crescimento urbano, pelo aparecimento das primeiras construções em altura na Horta d'El Rey, em 1960, e das habitações de carácter social no bairro da Porta Nova, propriedade das Caixas de Previdência; coexistiam assim no mercado da habitação um sector público e privado. Este processo continuou nos anos setenta com a urbanização do Campo da Atalaia (anterior recinto da feira), promovida pelos serviços sociais da Guarda Fiscal, Exército e Fundo de Fomento à Habitação, e da Horta da Bela Fria (projecto S.A.A.L.), pela associação de moradores. Iniciam-se também nesta altura as construções na área da Porta Nova, por iniciativa própria (mais concretamente ao longo da estrada que dá acesso à Fonte Salgada), cujo loteamento foi clandestino.

Em 1926-27, foi finalmente aberta uma barra artificial, no mesmo local onde existiu a primitiva barra que o forte de Santo António, ou do Rato, era suposto ter defendido (Tavira, Patrimónios do Mar). Tavira tinha finalmente facilitado o acesso ao mar por um canal navegável em frente da foz do Gilão porém com algumas dificuldades nos anos seguintes devido às dinâmicas naturais destas ilhas e pela acção do mar na linha de costa.

Outras transformações antrópicas importantes, vindas do antigo povoamento do território e agravadas em pleno século XX, são os aterros progressivos das margens e a artificialização das margens, sobretudo nas áreas urbanas.

Estes fenómenos têm fortes impactos sobre o meio e são responsáveis por repercussões negativas, nomeadamente riscos acrescidos de cheias e consequentes inundações periódicas catastróficas, que não são mais que o rio a reclamar o seu espaço natural.

O mercado diário foi transferido daqui para o Mercado Municipal quando da construção deste, em 1887, seguiram-se lhes aterros preliminares à criação do Jardim Municipal. Não tardou, porém a criar nela um mercado semanal, mas a sua importância é reduzida, reúne-se um ao outro comercial ambulante e excepcionalmente alguns lavradores).

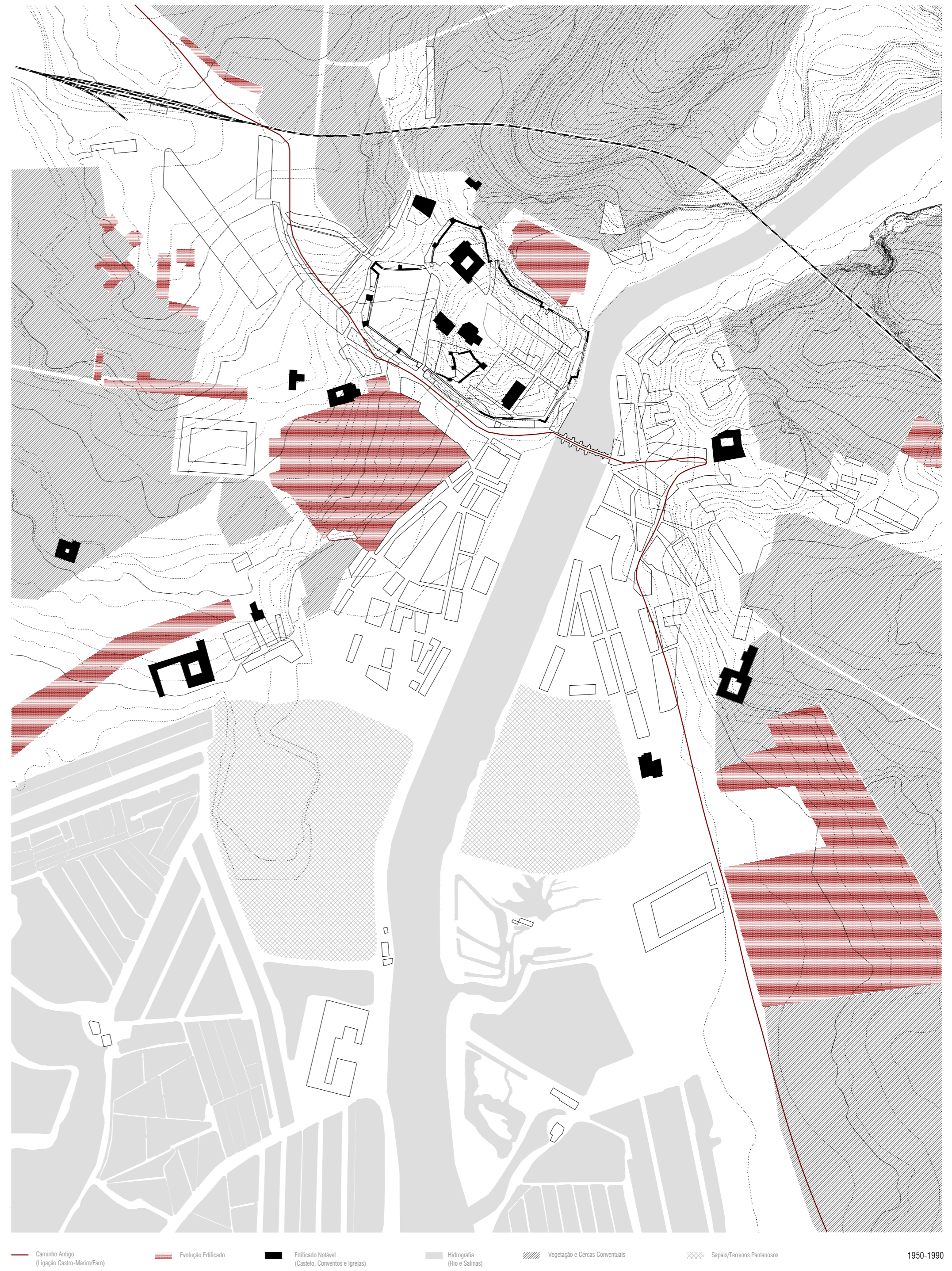


1950-1990

Pode referir-se a aplicação de formas românticas, por exemplo no mirante "achalezado", superior à cobertura fechada do edifício Pensão Mirante (Rua da Liberdade). As soluções que caracterizam este momento são sobretudo decorativas e não tanto estruturais, uma vez que a estrutura das habitações manteve o seu carácter tradicional, pelo menos até à introdução do betão armado a partir da década de trinta do século XX. Deste período destaca-se a antiga Casa do Capitão José Inácio da Conceição (Rua 1º de Maio, nº 15), iniciada por volta de 1930, impondo-se pela criatividade decorativa das fachadas - a lembrar a arte nova -, onde os vários elementos (formas dinâmicas das varandas, pilares, platibanda, balaustradas, friso, azulejar, caixilharias...) concorrem para animar e solenizar exteriormente o edifício. Com a introdução do caminho-de-ferro expande-se a actual Rua da Liberdade até à estação, surgindo novas habitações ao longo da nova via de comunicação. Surgem aqui as duas vivendas gémeas projectadas pelo arquitecto Raul Lino (1879 - 1974) em 1932.

Ainda nos anos 80 e apesar do declínio do porto, viam-se alguns barcos encostados aos cais ou ancoradouros no meio do rio e ainda existem estaleiros de construção naval; das casas térreas e humildes do fim da Ribeira saem pescadores e marinheiros que recordam o tempo em que este bairro nasceu e as funções que lhe deram origem.

Alguns edifícios industriais (celeiro, fábrica de moagem) instalaram-se neste espaço vazio e, precisando os seus contornos, não obliteraram completamente o primitivo aspeto de logradouro aberto para o campo. O lado esquerdo desenvolveu-se como o oposto, em torno de igrejas e conventos, com adros espaçosos e tem também, como eixo de crescimento, a Carreira de São Lázaro, que se prolonga pela estrada de Vila Real de Santo António. Duas ruas de casas baixas, paralelas a esta, constituem à margem do rio e limitadas também por marinhas, uma réplica da Ribeira, aumentada no século XIX.



## ACTUALIDADE

A cidade de Tavira teve ao longo da sua história diferentes fases de crescimento a que se associam, de forma mais ou menos directa, as funções que a mesma desempenhou. A tal diversificação de actividades foi notável e através dela pode-se inferir a amplitude do desenvolvimento económico e demográfico. A planta de Tavira exprime vicissitudes da sua evolução. O casco antigo, ainda individualizado, ocupa a colina coroada pelo castelo e esta cingida por muralhas cujo perímetro é fácil de reconstruir. Aí ficam as igrejas matrizes das duas antigas freguesias, actualmente unidas formando a cidade, alguns conventos e a Igreja da Misericórdia, construção notável renascentista.

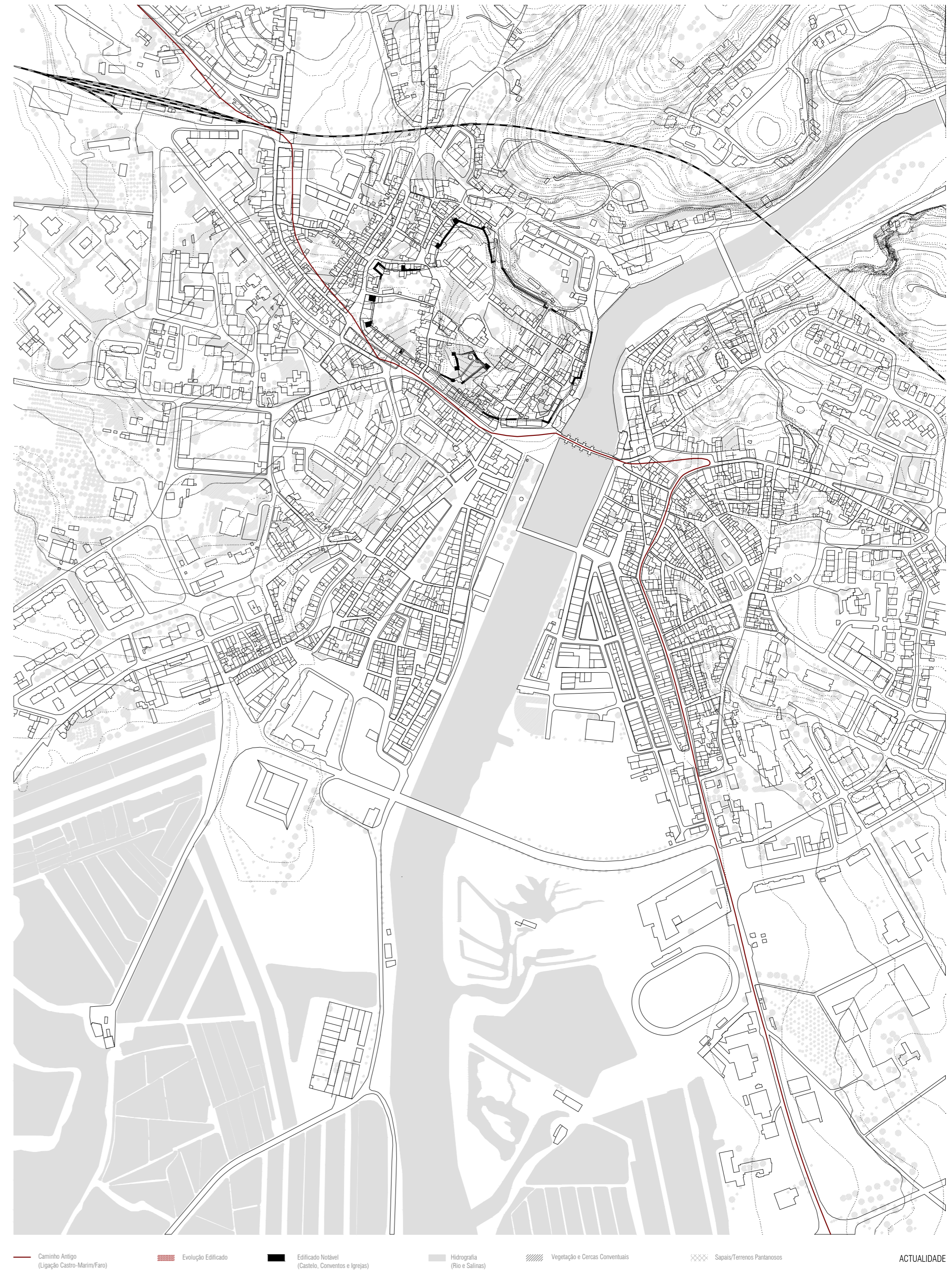
Muitas ruelas são tortuosas, algumas em escadaria, todas estreitas, apenas a Igreja de Santa Maria e abre para um adro espaçoso, alargado pela antiga cerca do Convento da Graça, mais tarde transformado em quartel e hoje em Pousada.

O centro moderno de Tavira é a Praça em frente da Câmara Municipal, famoso palácio sobre arcarias onde a vereação se instalou em 1645. Daí partem as artérias principais: rua em escadaria que através da porta dita "de D. Manuel" - elegante arco da cerca encimado pelo escudo nacional e pela estera armilar - penetra no núcleo medieval; estrada moderna de Faro, calçada sobre o caminho exterior da muralha, oculta pelo casario que se encosta a ela (Rua Nova Grande continuada pela Rua do Malfor) - principal eixo de crescimento da aglomeração para ocidente; avenida da estação (a única recente); bairro da Ribeira, edificado nas terras baixas da margem do rio entre as ladeiras rochosas e as marinhas que, para jusante, limitam a expansão da cidade. Constituem-no quatro ruas que divergem de uma única boca, a Rua Nova Pequena, em frente da porta da muralha, e depois se tornam paralelas; as principais são a Corredoura - larga via pecuária (hoje ajardinada) por onde passava gado para a feira - que se abre para os salgados, e a Rua Direita, estreita mas rectilínea, que conduzia aos armazéns do porto - elemento vital da cidade.

No lugar mais eminente, o Largo ou Alto de São Brás, onde se levanta uma modesta ermida, foi chamado Rossio de São Brás, embora sem as funções do espaço logradouro do outro lado. Ao longo das ruas empinadas, que se transformam em caminhos rurais, correntezas de casinhas modestas com telhados de duas águas indicam a humilde dos seus moradores. O seu apogeu parece ter sido o século XVII. À parte elementos góticos da matriz de Santa Maria; e o admirável pórtico do Renascimento a igreja da Misericórdia, construída em 1541.

No alto das suas ladeiras recortam-se a céu claro as silhuetas das torres e cúpulas das igrejas ou a mole dos edifícios monásticos. Treze igrejas e capelas, seis com conventos anexos e uma com o hospital, alguns palácios e umas dezenas de casas onde se adivinha a prosperidade dos seus moradores evocam a época aurea da cidade.

Quer nos edifícios religiosos, quer na sobriedade das molduras das portas e janelas, quase nada recorda a época manuelina que anuncia o Barroco. Antes do terramoto de 1755 existiam já a Ribeira, com as suas ruas actuais e os conventos do Outro Lado. Apenas as ruas paralelas à Carreira de São Lázaro e algumas casas da periferia semi-rural serão posteriores, edificadas quer nos sapais, à orla das marinhas de sal, quer junto às hortas e pomares que rodeia a aglomeração pelos outros sectores. Algumas ruas traçadas com desalogo e principalmente os largos situados em frente aos edifícios religiosos mais importantes, às vezes sombreados com árvores seculares, dão a Tavira uma dignidade urbana que falta tanta vez no casco antigo das cidades constringidas pelas muralhas. Uma tranquilidade quase opressiva transpõe a imaginação para a história; mas esta vê-se e toca-se no estranho remate das casas desta cidade do passado. Áreas empresariais e núcleos habitacionais que servem as populações mais jovens na envolvente da cidade, um grande edifício comercial numa das saídas para a estrada nacional, uma nova ponte na proximidade do terminal rodoviário, arranjo da marginal e ligação entre o centro e o cais de embarque.



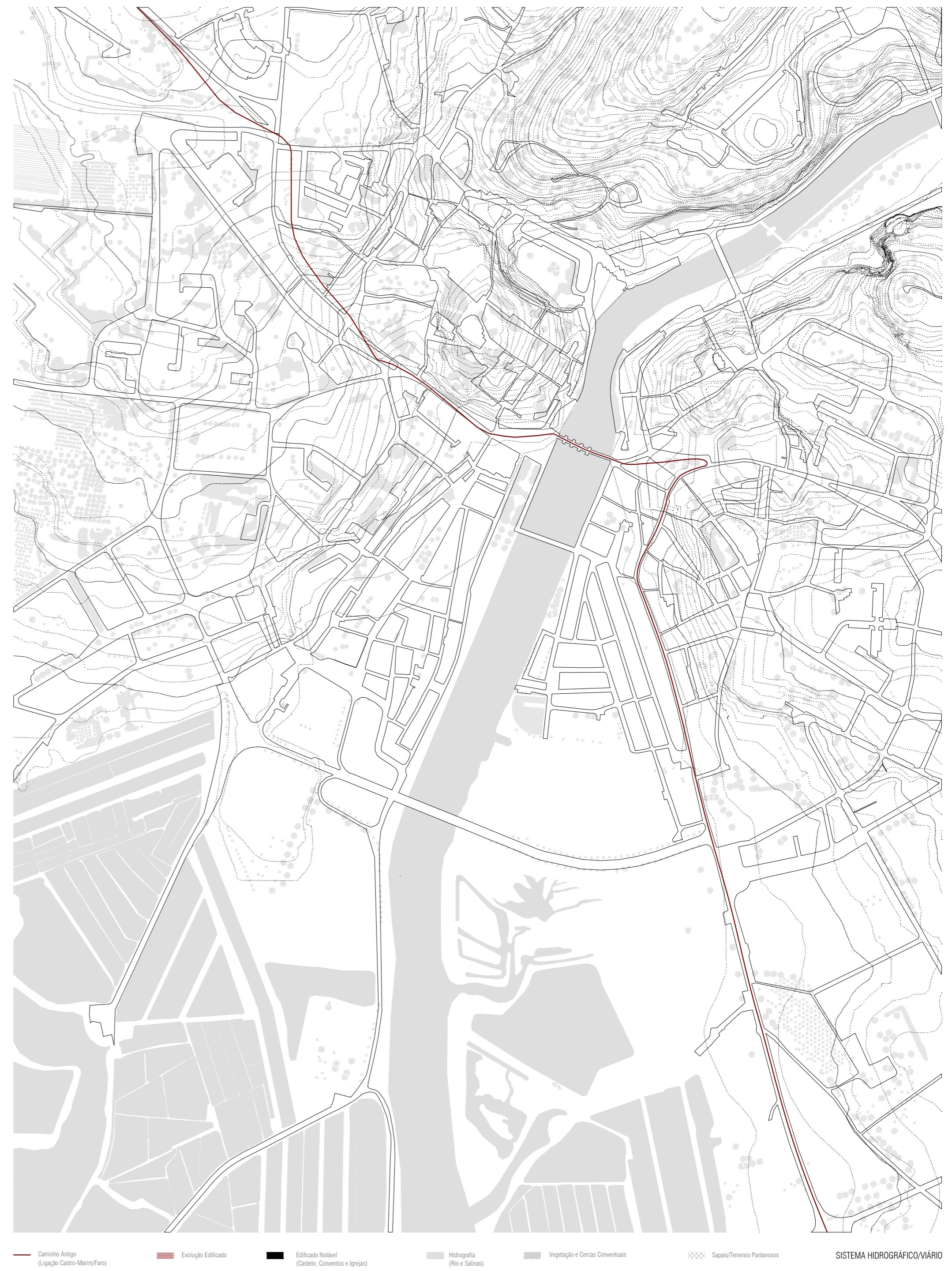
— Caminho Antigo (Ligação Castro-Marim/Faro)    ■■■ Evolução Edificada    ■ Edifício Notável (Castelo, Conventos e Igrejas)    ■ Hidrografia (Rio e Salinas)    ▨ Vegetação e Cercas Conventuais    □ Sapais/Terrenos Pantanosos

ACTUALIDADE

0 50m 200m

#### ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO

A área urbana de Tavira distribui-se e é condicionada morfológicamente por elementos elevados como as colinas/morros de Sta Maria; S. Brás; Santana; as zonas de vale e linhas de água que correspondem aos eixos viários principais da Rua da Liberdade; Alagoa; Fonte Salgada; Bela Fria, os bairros tradicionais das zonas ribeirinhas: da Ribeira e da Carreira de São Lázaro e por um sistema geomorfológico, associado às condições que cria de declive e orientação solar o que provocou a diferenciação, quer em termos de densidade, quer em termos de época de ocupação da estrutura urbana geral da cidade.



#### AGLOMERADO URBANO

O rio é o eixo mais marcante da cidade e define nas suas margens dois planos; frentes de rio que são o espelho uma da outra; a metade da cidade que duplica perante a sua outra metade.

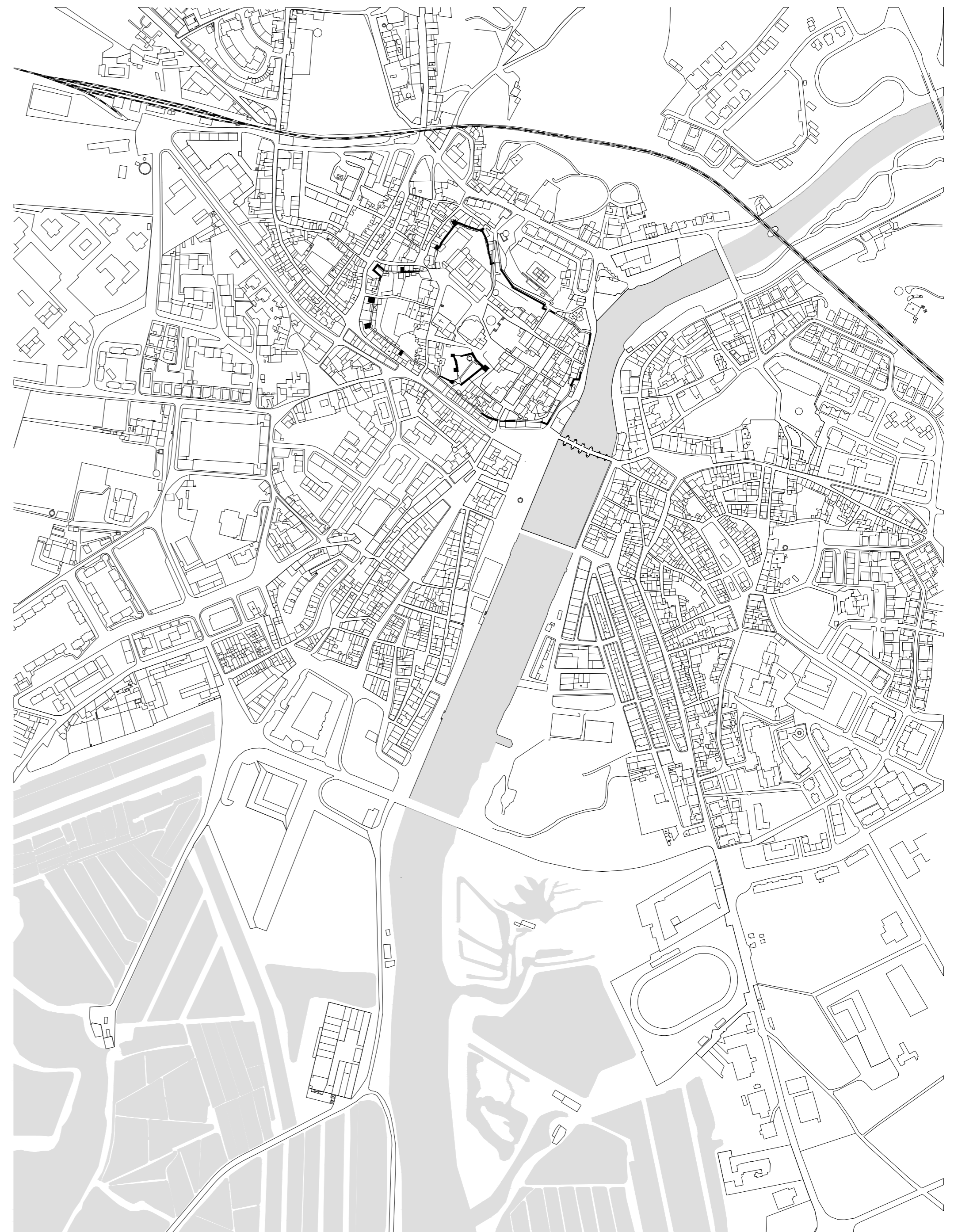
As elevações pontuam visualmente o perfil da cidade ao se localizando os pontos de referência mais importantes.

O caminho antigo que atravessa a cidade é a antiga estrada de Castro Marim a Faro que funciona como segundo eixo, perpendicular ao primeiro, em volta do qual se estrutura todo o aglomerado.

O castelo é o núcleo histórico da cidade, situado na elevação contida no recinto muralhado correspondente à cidade medieval; esta contém, por essa razão, elevado número de elementos significativos histórica e visualmente, (igrejas, convento, palácio, etc...)

Os telhados de tesouro definem o perfil característico da cidade. Pelo seu desenho - 4 águas muito inclinadas - a cor - barro da telha de santa catarina - são elementos de extrema importância.

As frentes urbanas são definidas pela sucessão de fachadas da casa - tipo de Tavira e suas variantes - dois pisos, portas e janelas de peito no 1º e sacada no 2º, paredes caiadas, beirado com cornija e telhado de tesouro - assim se compõem conjuntos muito homogêneos que pela sua extensão, dão um carácter monumental ao perfil das ruas.



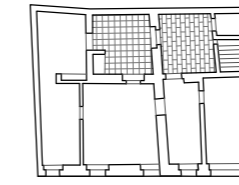
--- Bairros Urbanos    ■ Edifício Notável    □ Aglomerado Urbano    ■ Hidrografia (Rio e Salinas)

AGLOMERADO URBANO

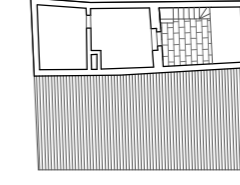


ÁREA DA "VILA-DENTRO"

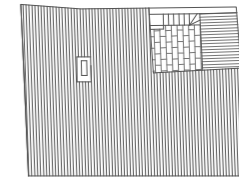
Nos quarteirões localizados intra-muros e zonas limítrofes encontram-se sobretudo lotes pequenos ou médios, estreitos, apertados entre outros ou encostados à muralha e onde se desenvolvem as habitações num ou dois pisos com um pequeno logradouro ou pátio a meio ou atrás da construção. Este tipo de ocupação é característico da zona medieval da cidade. As coberturas são geralmente em uma ou duas águas de pequena inclinação.



PISO 0



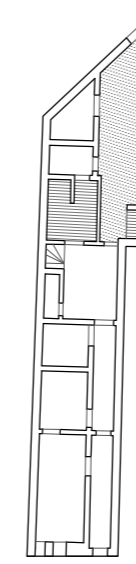
PISO 1



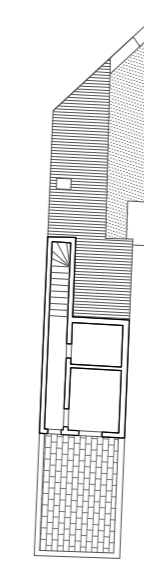
COBERTURAS

ÁREA DA ALAGOA

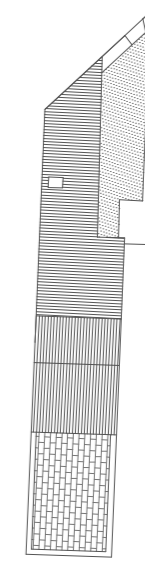
Surtem reunidas as duas características principais da forma de ocupação urbana de Tavira: os lotes estreitos e profundos predominantes nas zonas de encosta (como na zona intra-muros) e os lotes de dimensões mais razoáveis que encontramos na zona baixa (como na Ribeira). No primeiro caso a ocupação dá-se em profundidade com um ou dois pisos organizados ao longo de uma circulação longitudinal que atravessa toda a habitação desde a entrada até ao logradouro. Nos lotes maiores a construção desenvolve-se à volta do logradouro numa série de volumes de dois pisos interligados por galerias ou terraços exteriores.



PISO 0



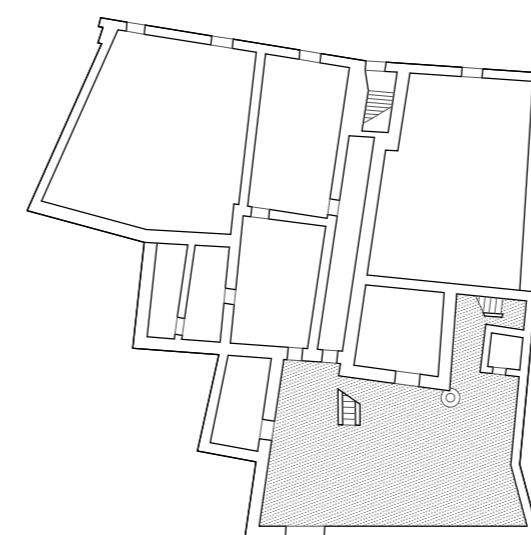
PISO 1



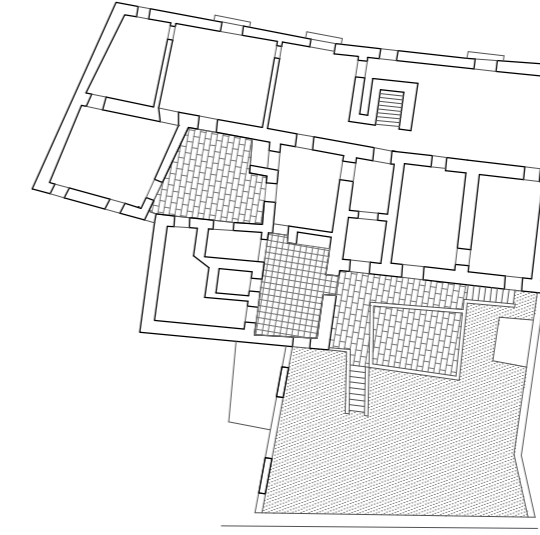
COBERTURAS

ÁREA DA RIBEIRA

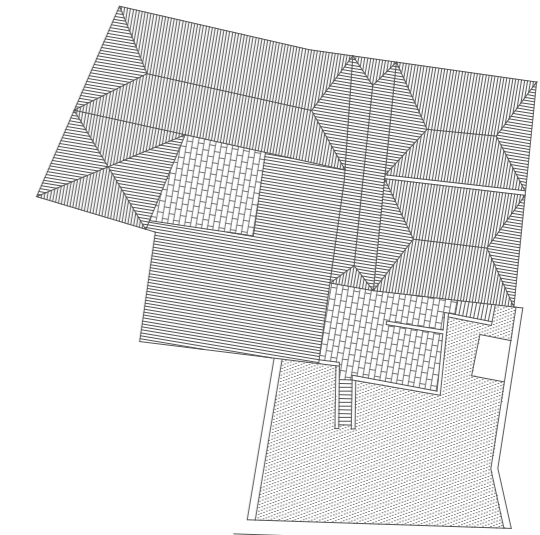
Uma das primeiras zonas de expansão da cidade (séc. XVI e XVII). Os lotes têm maior dimensão e as habitações desenvolvem-se em dois pisos, dos quais o primeiro é destinado a ocupação comercial ou armazém. Normalmente os pátios são áreas de passagem em volta dos quais se organizam os volumes da habitação e em muitos casos há também logradouros com árvores situados na parte posterior das casas e dando para a rua das traseiras. As coberturas são geralmente em telhado de tesouro.



PISO 0



PISO 1

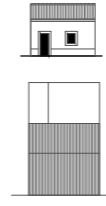
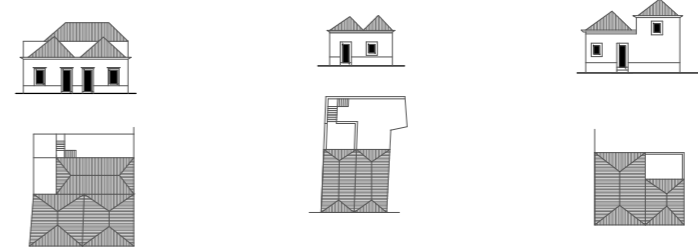
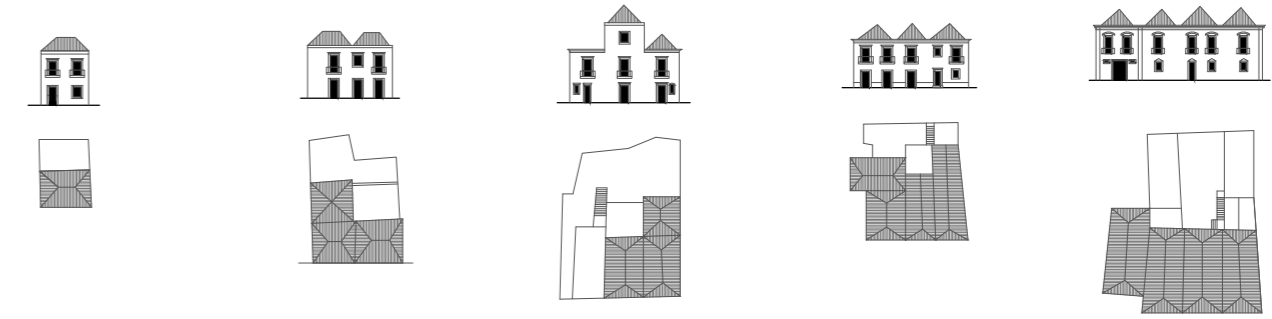
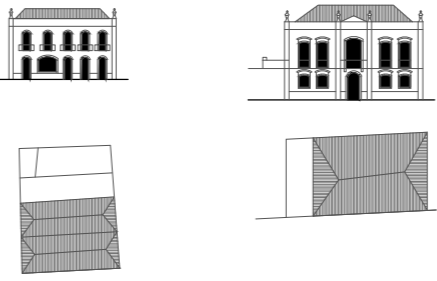


COBERTURAS

LEGENDA

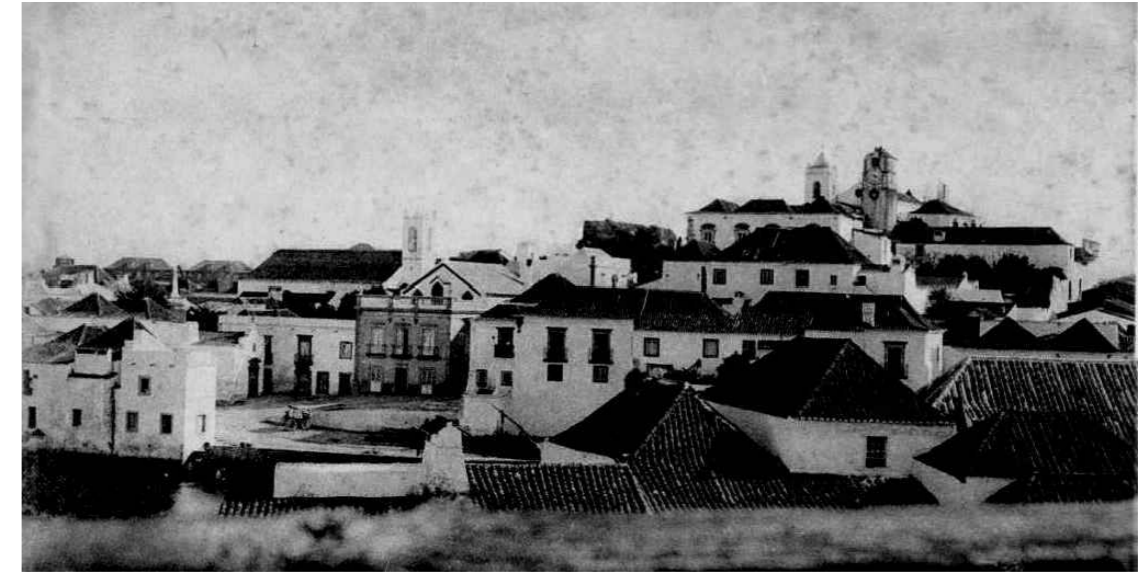
-  LOGRADOURO
-  PÁTIO
-  COBERTURA
-  SALA/QUARTO
-  COZINHA



1 PISO TELHADO DE 2 ÁGUAS	
1 PISO TELHADO DE TESOURO	
2 PISOS TELHADO DE TESOURO	
2 PISOS TELHADO DE 4 ÁGUAS	



[29] Tavira, lado oriental.



[30] Colina de Santa Maria, Tavira.



#### DISPERSÃO TELHADOS DE TESOURO

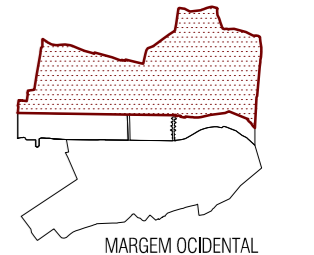
Dispõem-se ao longo do antigo limite da linha de água que estrutura a cidade e pelos principais eixos viários as construções que incluem telhados de tesouro marcam desde o seu aparecimento o perfil e a paisagem urbana da cidade de Tavira.

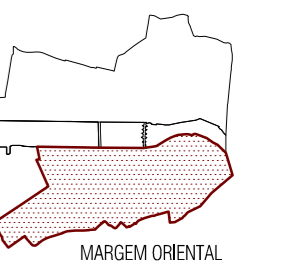
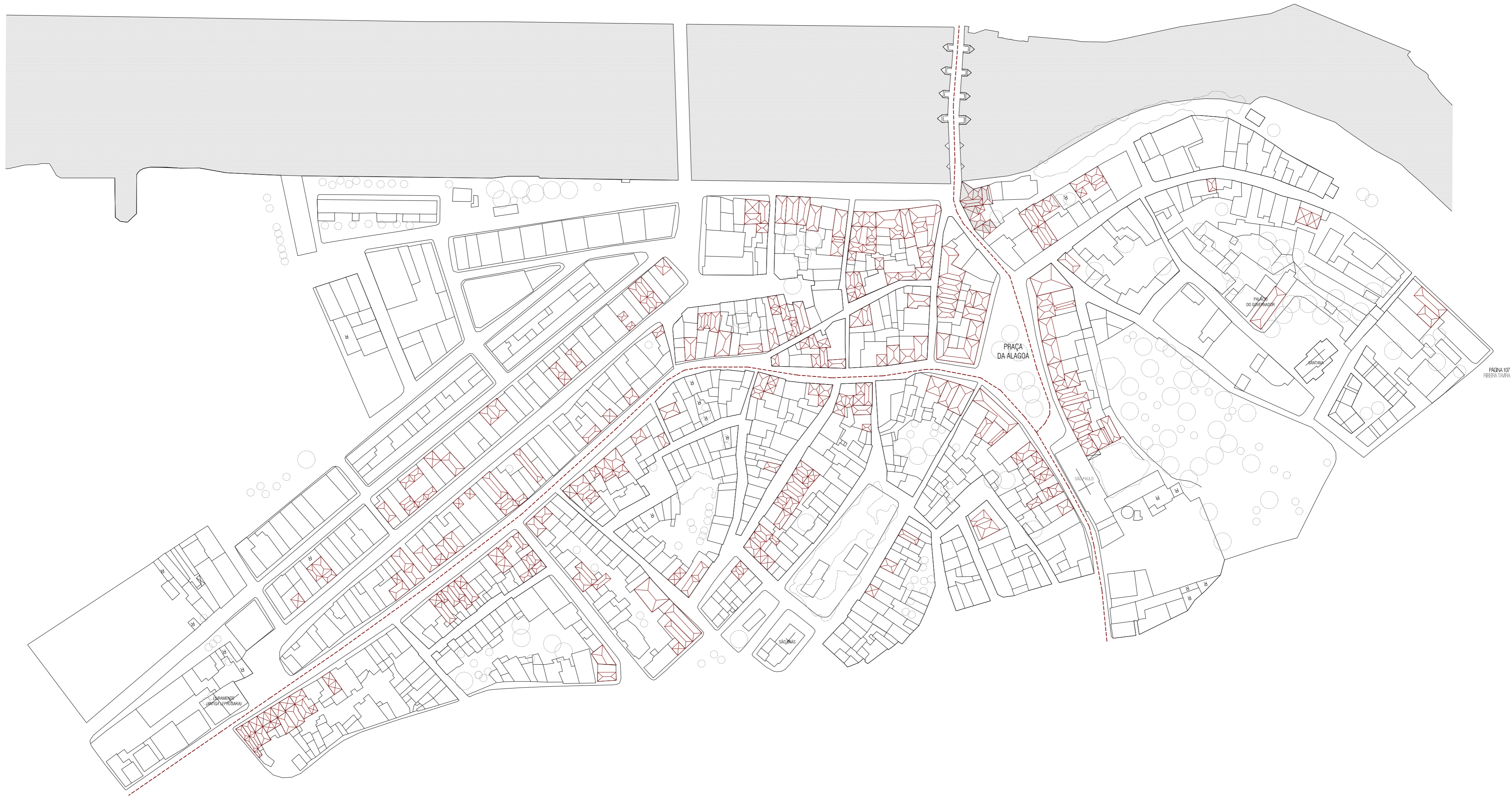
A sua dispersão confunde-se com a evolução da cidade o que indica o que provavelmente terá sido a primeira grande expansão do edificado para a zona baixa da cidade, ou seja, a planta quinhentista. Conferem à cidade uma grande coerência pela regularidade do desenho das fachadas através da sua aplicação às frentes urbanas e a sua posição em adaptação à estrutura parcelária em que se inserem. Podem observar-se ainda hoje em grande número nas duas margens do rio, ligando-se aos bairros antigos da Ribeira, na extensão na antiga Rua Nova Grande e Rua Nova Pequena, na Corredoura, no largo da Alagoa e ao longo da antiga Carreira de São Lázaro com o bairro do mesmo nome. Em geral estas construções estão associadas a ruas de grande tráfego e muito particularmente ao Caminho Antigo que seguia de Castro Marim, passava o rio e se dirigia para Faro. São raros os casos em que existe uma ocupação interior ao perímetro amuralhado, pelo difícil acesso e por se considerar no séc. XVI uma zona insalubre e muitas vezes sujeita a afectação de epidemias. É excepção o Palácio da Galeria, onde se situa actualmente o Museu Municipal, que, com uma relação privilegiada com o rio controlava com alguma facilidade a chegada de novidades à cidade.



— Caminho Antigo (Ligação Castro-Marim/Faro)  
— Telhados de Tesouro  
— Hidrografia (Rio e Salinas)

DISPERSÃO TELHADOS TESOURO







[32] Casas junto ao rio, lado ocidental.



[33] Casas junto ao rio, lado oriental.





## CASAS NOBRES DA RIBEIRA DE TAVIRA

PÁGINA 113 CASAS NOBRES

constituindo verdadeiras residências onde se começaram a destacar aquelas que sediavam nas vilas que davam nome aos senhores com títulos, nobiliárquicos, com direitos jurisdicionais completos ou em que possuíam importantes bens patrimoniais.

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a maior parte dos titulares e senhores de terras com jurisdição não residia de forma permanente na corte do rei, a qual, de resto, não obstante a edificação em tempos de D. Manuel I do Paço da Ribeira em Lisboa, manteve uma apreciável itinerância até ao advento da dinastia dos Braganças.

Articulando a importância do controlo efectivo do território com a projecção senhorial, a grande maioria destas casas interessou-se ao longo do século XVI, em enobrecer os seus senhorios com "edifícios grandes", como diria depois Manuel Severim Faria.

Constituíam marcas edificadas do seu patrocínio, fosse ele de cariz religioso ( igrejas, capelas, ermidas, conventos ou mosteiros), assistencial (hospitais e Misericórdias), da administração senhorial (cadeia, casa da ouvidoria e açougue) ou simplesmente para o enobrecimento das vilas (fontes, chalarizes, calçadas, casa da câmara).

Os autores parecem concordar que a emulação senhorial que marcou esta grande multiplicidade de construções senhoriais tendeu a combinar formas medievais com as novidades de época. O ethos militar e a invocação da gesta da Reconquista prevaleciam ainda como fundamento de status da fidalguia. Por isso aproveitaram-se (ou forjaram-se) estruturas fortificadas anteriores, que antes poderiam ter uma função militar, às quais se acoplaram as alas laterais com mais divisões e datadas de elementos decorativos mais ao sabor do tempo. Formas manuelinas ou mudéjares nas janelas rasgadas amaciaram as novas fachadas; usaram-se mármoreos e cantarias lavradas a rodear janelas e portas, abriram-se sacadas, fizeram-se pátios interiores e jardins com tanques. (Mattoso, 2011, pp. 202-228)

Na região de Azeitão surgem os mais importantes monumentos renascentistas no campo da arquitectura civil: a Quinta da Bacalhoa e a Quinta das Torres; se a primeira que data do séc. XIII, é de raiz gótica, com profundas modificações posteriores, a segunda é uma construção de raiz. A Quinta da Bacalhoa é adquirida em 1528 por Brás de Albuquerque, filho do vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque que devido ao seu gosto italianizante, lhe faz introduzir profundas alterações.

No séc. XVI, a grande inovação tinha sido a planta em L, que aliás substituiria no séc. XVI, um tipo de casa de linhas simples e modestas, tendo geralmente a capela num extremo; no século XVII, a grande inovação foi a metamorfose que as casas sofreram com a introdução da planta em U que implica a intenção de uma teatralização da fachada, criando forte efeito cenográfico, com o estabelecimento de uma continuidade espacial entre o interior e o exterior.

Aplicada à arquitectura portuguesa a planta em U é fechada através da adopção de um muro, onde se encontra o portão, geralmente corado com as armas da família proprietária, a qual destrói toda a relação interior/exterior, anulando toda a lógica entre a fachada e o programa arquitectónico em que esta solução é baseada.

Por um lado, o Renascimento e o maneirismo tiveram no Sul de Portugal, um peso muito maior do que no Norte. O exterior dos solares é muito rico em comparação com o seu interior. Os tectos são de madeira, nos casos mais ricos de maceira, em forma de gamela invertida, com uma decoração de caixotões, por vezes pintados.

Independentemente do tipo de plantas, os solares apresentam determinadas características, sendo de salientar: a importância da fachada, embora essa fachada possa ser encoberta por um muro altamente ornado de esculturas; a grande horizontalidade, tendo o andar nobre janelas mais altas e decoradas do que os restantes; a tendência para enfatizar a parte superior do edifício com elementos decorativos que coroam a cornija; e a importância do portal central, por vezes, no alto de uma escadaria.

Porém, nada é mais representativo do solar do que um eixo central construído pela porta, pelo balcão e janela principal, tendo por cima o brasão de família, eixo este onde a decoração se afirma exuberante e corta, assim como a utilização de pilastras nas zonas laterais; a horizontalidade básica dos edifícios.

“Como resultado de uma longa evolução, tais casas resumem, em plena época setecentista, toda a tradição que entronca no período medieval. É sempre fácil de surpreender, a par das inovações, aquilo que ficou de tempos passados e revela o espírito conservador do português (...) mais característicos e revelado uma expressão mais autêntica são, por vezes as pequenas residências, simples e despretensiosas, duma arquitectura rústica mas de grande carácter e em cuja simplicidade se adivinha melhor um estilo de vida.” (Solares Portugueses)

Nos séculos XV e XVI os lugares de edificação dos paços disseminavam-se pelos territórios senhoriais,

Neste sentido, a “genealogia espacial” do tempo cerimonial obedecia à “geometria da autenticidade”, assim explicando as decisões sobre a escolha de lugar de edificação dos espaços residenciais e sobre o próprio léxico arquitectónico que utilizam. (Mattoso, 2011, pp. 202-228)

Talvez seja redundante estabelecer uma diferença entre nobreza e aristocracia, a primeira ligada ao sangue e a segunda aos cargos na corte. De um modo prático, pelo menos a partir da dinastia brigantina, nobreza a um sustentáculo para a governação e esta é um elemento fundamental do “establishment”.

Nesta altura constroem-se também inúmeros palácios de Verão, junto a Lisboa, como o palácio dos Cunha, a Xabregas, e o dos Duques de Cadaval. Grande parte destes edifícios foram apanhados pela malha urbana e tinham outrora um envolvimento diferente, muito menos citadino. Segundo testemunho de uma ilustre senhora da Casa Cunha, que morreu com mais de cem anos, ia-se, no seu tempo, para o palácio de Xabregas de falua, ficando este muito mais próximo do Tejo que hoje.

Na noção de solar misturam-se vertentes socioeconómicas e vertentes formais arquitectónicas, o que confunde quem pretende abordar esta questão. Na casa nobre a sua génese de solar confunde-se com a fundação da nacionalidade portuguesa, características que à partida os portugueses que fundaram muitas das vezes a segunda residência no algarve quiseram manter.

Este tipo de casa primeiramente construída em ambiente rural na idade média só poderá ser compreendido num ambiente de reconquista de terras aos mouros, num período conturbado que será continuado por décadas de lutas fratricidas, entre grupos de fidalgos constituídos em partidos, pela posse das terras e alargamento dos feudos, cenário este tão característico da Idade Média. (Solares Portugueses, pp.7)

Na época pós-manuelina começam a surgir novas solicitações ao nível da arquitectura doméstica. No Norte há uma estagnação, devido à não necessidade de novas casas nobres, o mesmo não se passará no Centro e no Sul, particularmente em dois núcleos distintos: Sintra e Azeitão.

Sintra era já dada como centro de veraneio da Corte e com a campanha de obras manuelina do Palácio Real, as alargadas estradas do Rei nesta vila vão levar à necessidade de construir novas casas pela nobreza com cargos na Corte. O mesmo se vai dar na região de Azeitão, zona eleita para a vilegiatura da alta nobreza, que através dos séculos aí construirá magníficos solares.

A nova forma de construir caracteriza-se por um esforço de simetria na fachada e na regularização da planta abandonando-se esquemas onde a interdependência faz os volumes arquitectónicos valerem por si.

Em Sintra são de referir como paradigmáticos na transição do gótico para a renascença: a Casa dos Riba-frias, do segundo quartel do século XVI, notável pela sua galeria em L, abrigando uma fonte da Renascença. Construída por D. João Castro, vice-rei da Índia.

#### CASA NOBRE PORTUGUESA DO SÉC. XV-XVI

Estudar as grandes casas da época moderna portuguesa implica interrogar e discutir em que medida se podem considerar como um ambiente favorável à manifestação da dimensão de uma vida privada.

Como bem recordava Bluteau no primeiro dicionário português do início de setecentos, “casa” significava uma “morada de casas, edifício em que vive uma família”, mas também queria dizer “geração”, família (...) Ilustre e Antiga Casa”. Naqueles a que nos reportamos confundiam-se, pois, os dois sentidos do termo, sempre associados à sua intrínseca grandeza. O estatuto nobiliárquico das grandes casas, no segundo dos referidos significados, ou seja, o de núcleo dos mais importantes grupos familiares da monarquia, devia traduzir-se na imponência das suas residências, pelo menos desde meados do século XVI. (Mattoso, 2011, pp. 202-228)

Acresce que as grandes casas correspondiam também a grandes famílias, uma vez mais, no múltiplo e diversificado sentido que a palavra comportava na época, ou seja, de que a “família” era “as pessoas de que se compunha a casa, pais, filhos e domésticos”, embora pudesse também significar a “família nobre”, ou seja, “parentela ou linhagem”, ainda segundo o mesmo dicionarista.

Quando adjectivamos as casas deste modo aproveitamos de imediato a polissemia da palavra através da implícita conexão entre a grandeza das casas, no sentido do seu elevado estatuto, e a imponência dos edifícios, que remete para a subsistência de uma forte dimensão e representação exterior. (Mattoso, 2011, pp. 202-228)

O solar ou casa nobre é uma construção arquitectónica mais ou menos importante, residência principal onde, em princípio, os senhores de uma propriedade rural habitavam. Por vezes ficaria no centro da propriedade, outras vezes próximo da estrada ou caminho, consoante as zonas, as épocas e o gosto dos proprietários, para que fosse mais simples o escoamento dos produtos agrícolas e também para mostrar ao viandante a riqueza e a nobreza do dono das terras.

A relação da família com a casa é importante. Casa significa habitação, termo genérico usado desde o apartamento ao palácio, e também família nobre, sendo utilizadíssima a expressão “casa real”.

A pedra de armas, na qual o brasão de família é envolto em cartelas mais ou menos complicadas, é um elemento fundamental do solar. Casas há em sóbria habitação se tornou solar pela afixação de uma pedra de armas, que, nestes casos, era normalmente de grande exuberância decorativa.

A centúria de quinhentos foi o período em que o grupo, embora mais reduzido numericamente, foi socialmente mais aberto e com mais acesa competição pela entrada nesse universo. Já no período final, depois de 1640, essa elite cimeira era muito fechada, pelo que a dinâmica da concorrência se fazia sobretudo sentir no seu próprio interior.

#### FUNÇÕES E SIGNIFICADOS

A função primeira e fundamental do paço é a habitação. Casas de morada, de reis, nobres, altos dignatários do clero, todos recebiam como já ficou demonstrado, essa designação. O paço assume-se, por conseguinte, como a habitação por excelência da nobreza.

O seu aspecto eminentemente civil distingue o paço, sem margem para dúvidas, do castelo e mesmo da casa-forte ou casa-torre que, inclusive, antecede.

A situação específica de um país em formação e cuja expansão territorial era feita à custa essencialmente da guerra contra os muçulmanos, terá determinado a necessidade de um poder militar cuja coordenação competia ao rei e, desta forma, não só a posse ou a construção dos castelos ficaria sempre pendente da autorização régia como, pela função activa a que eram chamados, desaconselhava o seu uso como habitação normal da nobreza. Este aspecto é bem patente da autorização régia como habitação normal da nobreza. Este aspecto é bem patente, aliás, no abandono a que eles são votados à medida que a linha divisória entre cristãos e muçulmanos avançava para sul.

Entre todos sobressaem os paços régios, quer pela quantidade quer por se tomarem simbolo máximo do poder. Nas cidades importantes, os paços das alcáçovas, com toda a carga simbólica a eles inerente, pertenciam ao rei, espalhados um pouco por todo o país, em função das necessidades de recolha das prestações devidas ao monarca e da caça.

É no entanto, ao longo do século XV e nos princípios do século XVI que a construção de paços que do rei quer da nobreza irá conhecer um ritmo acelerado, como resultado de novas condições que emprestam importância e significado acrescido à posse de uma habitação nobre. Seja nas cidades, mais intensamente procuradas pela nobreza apartir do séc. XVI, seja no campo, redescoberto dentro de um novo enquadramento cultural, a posse de paços é um dos sinais mais esclarecidos da mudança que, a todos os níveis, o fim da Idade Média traz consigo. Não é por acaso, aliás que, como ficou dito, são precisamente deste período os únicos paços que chegaram conservados até aos nossos dias.

Paço, nesta acepção, equivale claramente ao poder de exercer o direito e a justiça, atributos régios que, por neste caso serem em parte delegados nos conselhos, autorizam a que o edifício concreto onde tais funções se realizam se denomine também de paço.

Esta íntima ligação entre paço e poder, sobretudo o que deriva da autoridade do rei, que explica a persistência desta associação até tão tarde. De acordo com J. Leite de Vasconcellos, "ainda nos últimos tempos da monarquia, quando o rei ia de visita a uma cidade ou vila, se chamava momentaneamente paço à casa particular em que ele estava hospedado".

"Quando o Infante D. Henrique escolheu Sagres para a sua escola náutica, muitos fidalgos e estrangeiros e do norte de Portugal vieram domiciliar-se em Lagos e Tavira. Os grandes privilégios concedidos a Tavira fizeram com que a gente fidalga a preferisse para residência. Parece que a cidade de Tavira timbrava em ser a primeira a prestar serviços ao reino. A grande fama que acompanhava o valor dos fidalgos de Tavira fazia atrair todos os fidalgos que naqueles tempos andavam em procura de feitos heroicos. Estes fidalgos, nacionais uns, estrangeiros outros, escolheram Tavira para sua residência, naturalmente atraídos pelo clima e muito principalmente pelo exemplo que lhe deram ilustres fidalgos que faziam parte da Ordem de Santiago, de que foi Grão Mestre, o célebre D. Paio Peres Correia. Como é sabido, tanto nesta Ordem militar, como entre os fidalgos nacionais e estrangeiros, D. Paio era tido como santo. (...) A gente fidalga que, n'esses tempos residia nesta cidade e seu termo, e que então se esforçava em criar nome e em honrar os seus pergaminhos, deveria imprimir autoridade e brilho a todo o movimento bélico em que os povos viviam naqueles tempos. Muitas famílias fidalgas residiam, como vimos nesta cidade e termo e sendo muitos de fora do país é de supor que aqui concorressem para se notabilizar pelas armas, em todos os feitos da história da pátria e nas descobertas." (Política Moral e Civil - Aula da Nobreza Lusitana, 1751, Damião António de Lemos Faria e Castro p.551 a 577)

A sociedade era então composta não apenas pelos mareantes, que se afirmaram como "burguesia mercantil", mas também pela velha nobreza das alcaidarias-mores que residiam em Tavira ou no seu termo, e pelos pequenos fidalgos (escudeiros e cavaleiros) com o poder económico de base agrícola. A camada mais alta da população compunha-se, pois, "(...) de toda ou da mais fidalguia do reino e nela se acham pessoas de todas as gerações nobres de Portugal, porque, como da conquista dos lugares de África, em que os reis trabalharam muito tempo, esta fosse a escala, onde todos acudiam, achando-se homens nela favorecidos da natureza, fizeram nela seu assento. Há nela Melos, Cunhas, Corte-Reais, Peçanhas, Barretos, Pantojas, Correas, lchoas, Viegas e outra muita gente nobre que nela mora e que está derramada por suas quintas e fazendas.

Mas não esqueçamos os mercadores. Os mareantes, ou "almocreves do mar", que tal como os "de terra" asseguravam o comércio ambulante, detinham uma das actividades mais importantes na circulação inter-regional, já que podiam mais facilmente fugir ao espartilho das posturas concelhias.

Habitava na cidade e arredores, distinta fidalguia (segundo as "pautas" de 1590 contavam-se na cidade e no seu termo, 22 famílias nobres; segundo os "assentos" da câmara de 1605 a 1666, 49, a maior parte oriunda do lugar mais algumas aqui fixadas; rara era a família que não participasse, com vereações na administração municipal. " E daqui em diante começou a nobreza de Tavira, uma a abater-se outra a aniquilar-se" acompanhando provavelmente o declínio o porto. V. Damião António de Lemos Faria e Castro, Política Moral e Civil etc. tomo IV, Lisboa, 1751, pp. 576 e segs.); mas a "gente o geral" era tida em muita conta e participava nos negócios importantes do concelho; os mestres receberam regimento em 1539, a requerimento do povo e oficiais mecânicos, "havendo respeito à dita cidade ser a mais principal do reino do Algarve e de tão grande povoação como é".

A elevação de Tavira a cidade surge numa altura em que era necessário exercer a administração e controlar os territórios do Norte de África, pelo que a sua arquitetura acompanha também essa expansão do território português para Além-Mar e representa nas paredes das suas casas a consolidação e opulência de um Estado que se dizia de Portugal e do Algarve, de aqui e d'Além mar.

Assim Tavira explica a sua elevação à categoria de cidade como uma recompensa dada aos senhores donatários ou feita à elite local e ao povo por serviços prestados ao país e à coroa. Num primeiro período estes serviços relacionam-se com o esforço de guerra, "com prejuizo inclusive de suas fazendas", contra os mouros ou travadas no norte de África. (Tavira e o seu termo P.263-264)

João Silva Lopes em 1841 descreve a entrada em Tavira pelo rio:

*"Oferece a cidade a quem entra pelo rio o mais lindo paise! avistão-se de ambos os lados bem cultivadas fazendas de vinhas, e arvoredos, semeadas de casais mui calados, entre-cortadas de vários regatos que as aguas tem formado; marinhas, moinhos, palhoças de pescadores à margem; segue-se a cidade áquem, e além da ponte com edificios bastante branqueados, grandes quintas verdejando entre eles; no fundo a serra em amfiliteatro coberta de alfarrobeiras, oliveiras, e medronheiros que todo o anno conservão a folha, figueiras, amendoeiras e vinhas que a despem, maltzando entre ellas as searas e relvas na primavera e verão."* In João Silva Lopes, *Corografia ou Memoria Económica, Estatística e Topografia do reino do Algarve*, p. 355



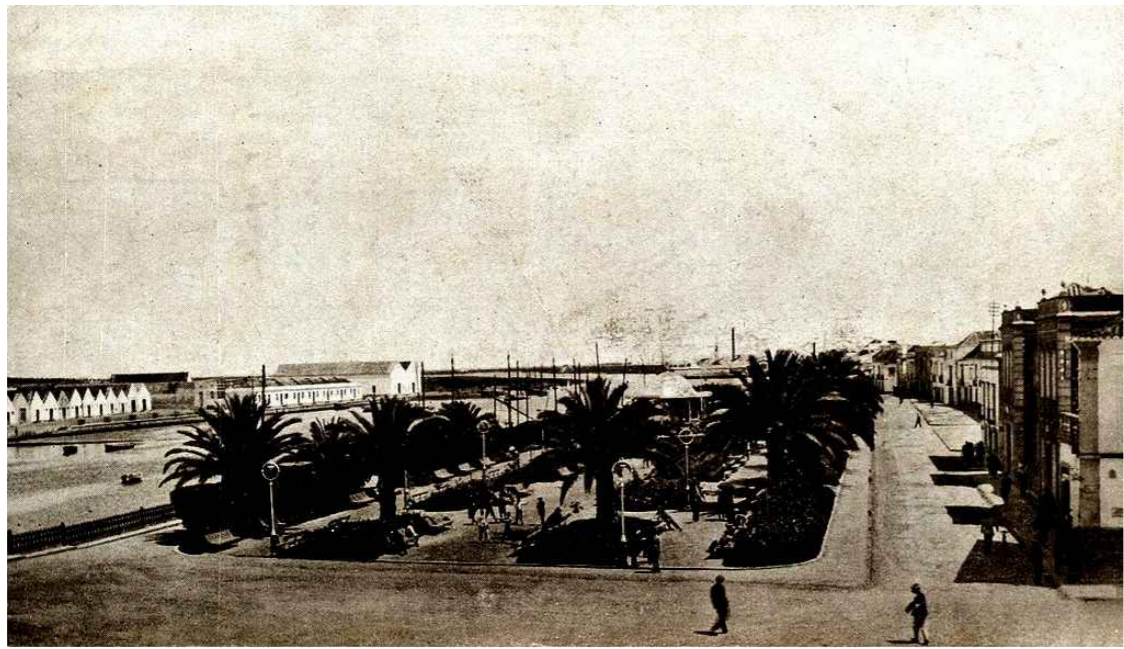
[34] Antiga Rua Nova Grande, Tavira (Actual Rua da República)



[35] Ribeira de Tavira



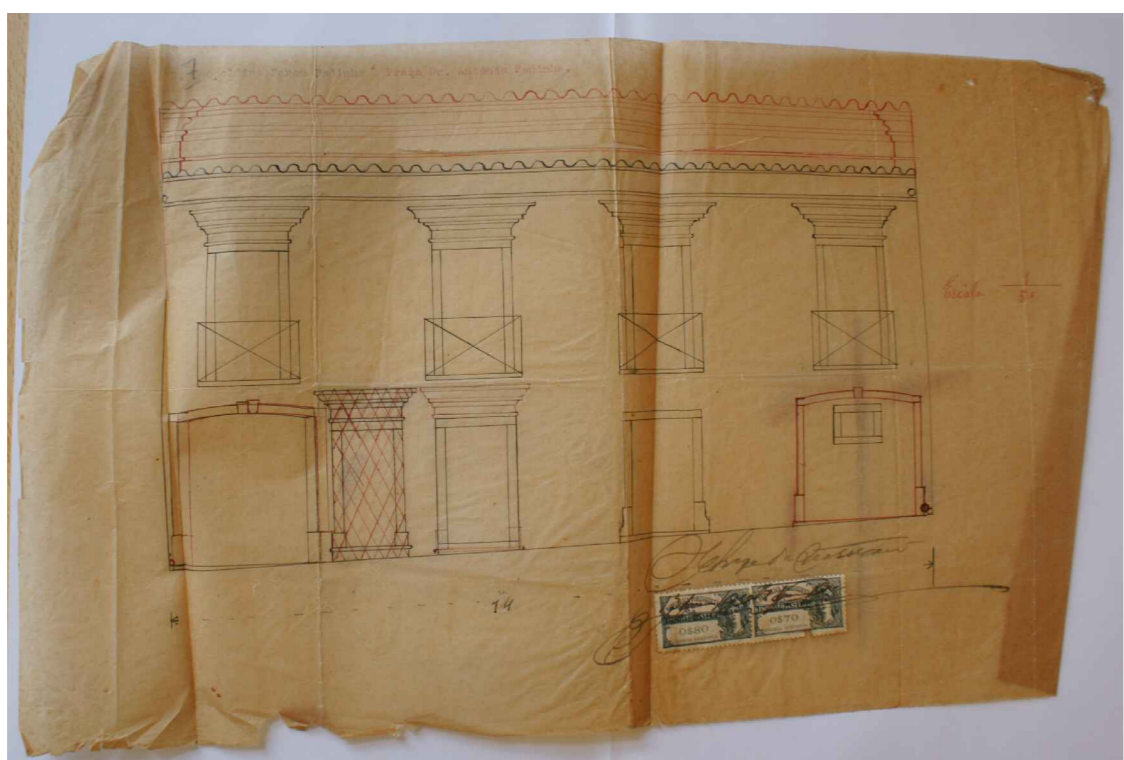
[37] Ribeira de Tavira, 1885/1888



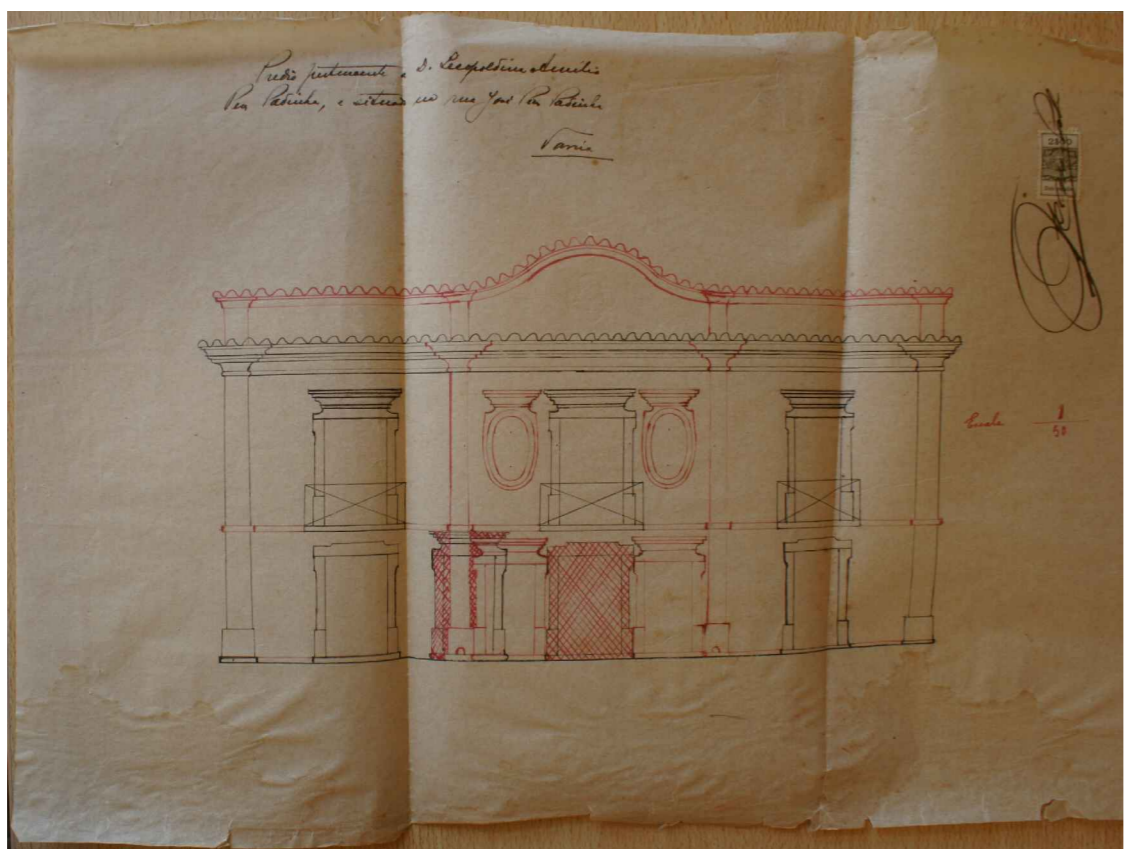
[36] Jardim Público.



[38] Ribeira de Tavira, 1960



| 39 | Pedido de alteração da fachada.



| 40 | Pedido de alteração da fachada.

#### EVOLUÇÃO DA TIPOLOGIA DE CASA NOBRE DE TAVIRA

##### SÉC. XVI E ANTERIORES

As várias condicionantes naturais e antrópicas como os terramotos de 1531 e 1551, assim como o desenvolvimento e expansão da cidade quinhentista contribuíram para a irrelevância do número de exemplares de arquitectura anteriores ao séc. XVI. E apesar da existência de monumentos importantes (muralla, castelo, igrejas) e casas de habitação da época medieval, não existe hoje a certeza de uma cronologia segura para os portais ogivais dispersos pela cidade, podendo muitos deles ser já datáveis do séc. XV.

Tavira como cidade, com as suas três grandes áreas urbanas, data do séc. XVI. É ao longo deste século que se fixa um tipo de casa que perdurará até ao séc. XIX: 2 ou 3 pisos, sendo o 2º nobre, telhados de tesouro e duplo beiral.

As molduras quinhentistas, continuando uma tradição gótica, apresentam-se geralmente com ângulos chanfrados não só na época manuelina como até aos meados do século.

Da fase renascentista subsistem exemplares de grande qualidade quer em janelas de peitoril, que em janelas de sacada. De ambos os tipos se geram e fixam no fim do século os modelos que vão ser correntes durante todo o séc. XVII: moldura lisa e cornija saliente, quer em sacada, quer em peitoril.

##### SÉC. XVII e 1ª METADE DO SÉC. XVIII

Neste período assiste-se a uma estandardização do tipo de casa existente em Tavira fixado nos finais do século precedente ao que corresponde em termos nacionais a um "período longo" que poderemos genericamente integrar no "estilo chão" nacional.

Generaliza-se o telhado de tesouro como sistema de cobertura da casa tipo, que é reduzida em pisos (2) e alargada em largura de lote, estabelecendo-se um alçado com grande espaçamento dos vãos geralmente de sacada.

Correspondendo à época de estagnação da cidade, a manutenção das tipologias avança, pela rotina, ainda durante o séc. XVIII.

##### 2ª METADE DO SÉC. XVIII

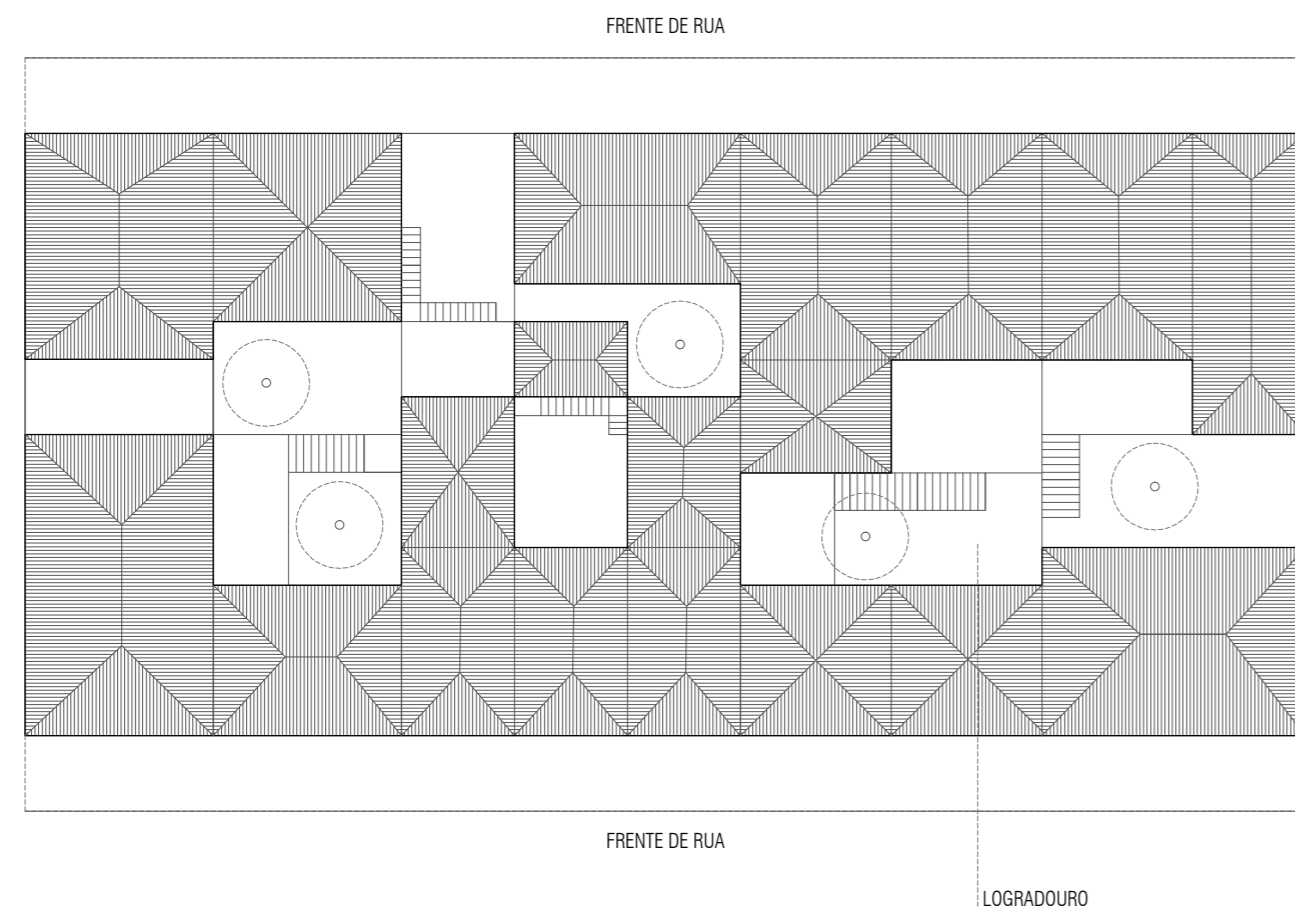
O aparecimento do barroco foi tardio, podendo em Tavira estar relacionado com as reconstruções subsequentes dos terramotos de 1722 e 1755 (relativamente benignos para a cidade em comparação com outros núcleos urbanos algarvios), e sobretudo o desenvolvimento (relativo) da cidade no fim da 1ª metade do século. Dá-se a introdução de novas morfologias nos vãos, com espaçamentos definidos e alternando-se o remate dos beirais, mas mantendo-se o mesmo sistema de cobertura.

##### 1ª METADE DO SÉC. XIX

A 1ª metade do séc. XIX corresponde a uma continuação do essencial das tipologias anteriores. A arquitectura vernacular é base do tipo de casa de Tavira que sublinha as mutações morfológicas nos desenhos dos vãos (operadas aliás em todos o Algarve), a que corresponde ao desenvolvimento de tipologias regionais de qualidade oriundas de morfologias eruditas dos séculos anteriores.

##### 2ª METADE DO SÉC. XIX

Na 2ª metade do século assinalam-se transformações importantes, com origem no exterior, mas onde ao lado de uma arquitectura de importação e de cunho marcadamente oitocentista, se desenvolve no desenho das molduras um "neo-barroco algarvio" de cunho vernacular, muitas vezes continuado do princípio do séc. XX.

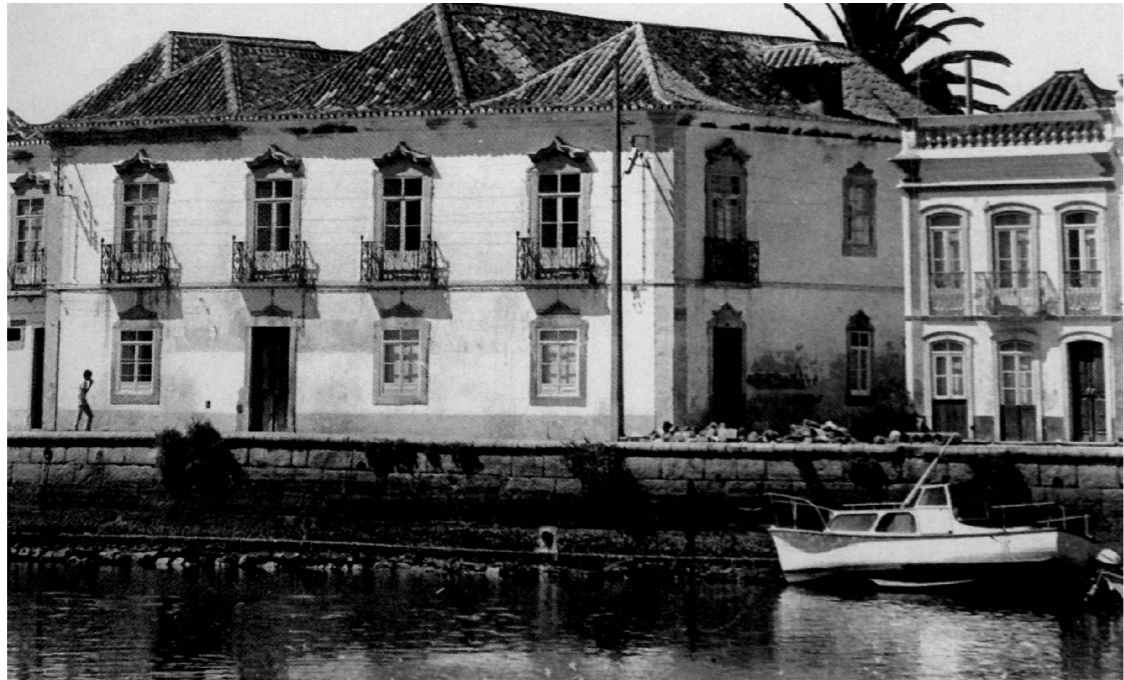


#### OCUPAÇÃO DO LOTE E ORGANIZAÇÃO DA FACHADA

A forma de ocupação do lote procede, geralmente, de acordo com o princípio de aproveitar toda a extensão da frente do lote, que corresponde à fachada, e progredir para o interior do lote ocupando uma maior ou menor área conforme as necessidades, salvaguardando sempre alguma área para logradouro. A organização da fachada fixa-se num modelo característico de Tavira; um ou dois pisos, às vezes três, cobertos por telhados de tesouro ou de 4 águas, em que o 1º piso, quando existem outros, é utilitário (comércio, armazém, etc.), e os restantes de habitação. Assim, os vãos são de porta e janela, no 1º piso, e no segundo, de sacada na generalidade dos casos. Ao longo do tempo assinalam-se duas tendências: a conformação mais regular do lote e da área ocupada e a multiplicação do número de vãos que se tornam mais estreitos e diminuem o espaço entre si. E, ao mesmo tempo duas permanências: a fachada que conforma o espaço da rua e o logradouro que é definido no interior do lote, pela área edificada.

#### VOLUMETRIA

A volumetria das habitações é caracterizada por pequenos volumes, de um piso ou articulados com outros de um ou mais pisos. - A frente é estreita e de grande profundidade, com coberturas em telhado de tesouro ou de duas águas. Vários volumes articulados em um ou dois pisos cobertos com telhados de tesouro e terraços. Grandes volumes de 2 pisos, telhados de 4 águas (únicos ou múltiplos) e um terraço anexo. Grandes volumes, muito profundos, com telhado de duas águas perpendiculares à fachada, característicos de armazéns.



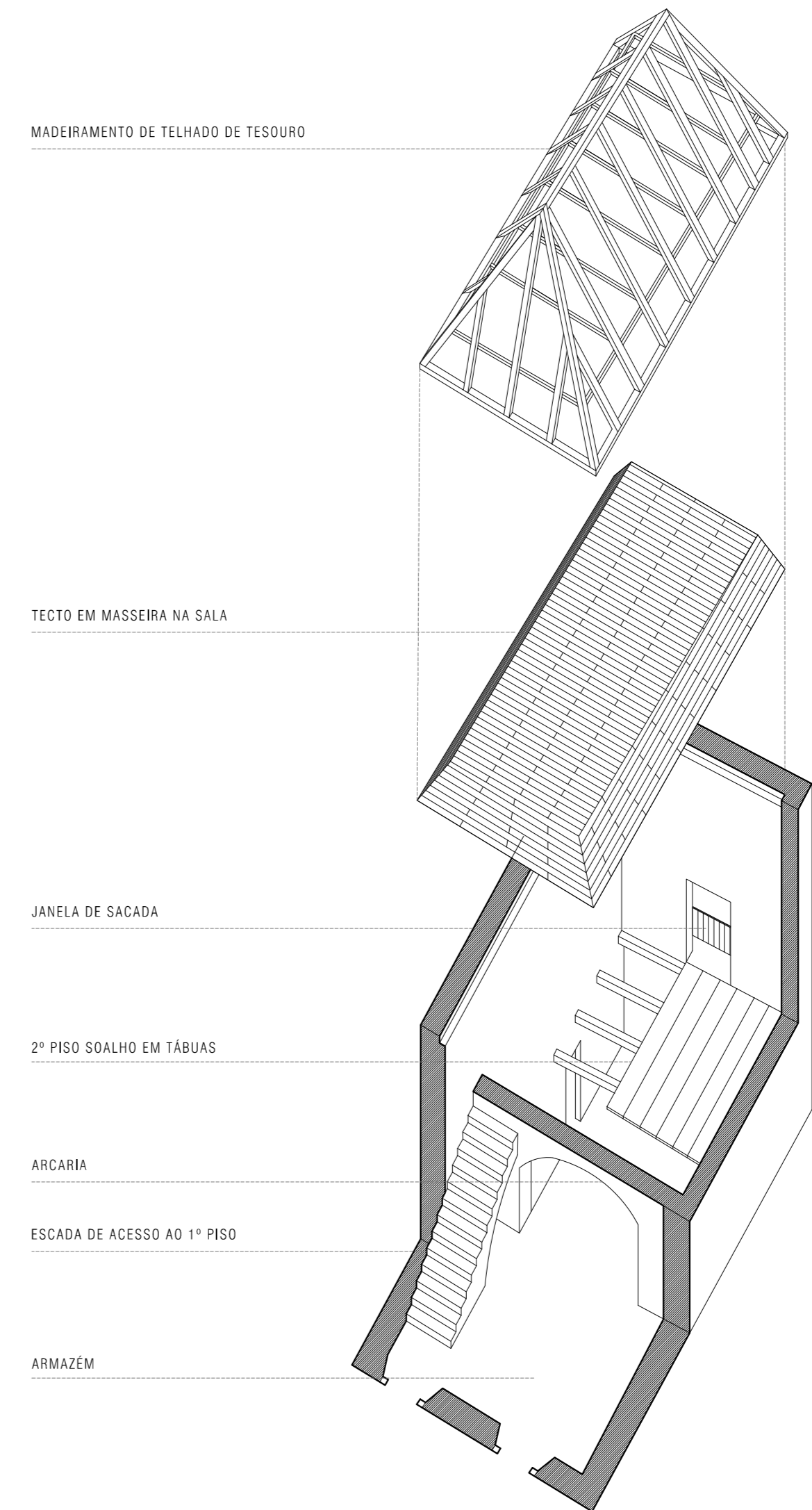
[41] Casa Nobre na Ribeira de Tavira (caso-estudo 4).

#### TIPOLOGIA DE CASA NOBRE DE TAVIRA

O Séc. XVII representa a generalização e estandardização do tipo de casa formada nos finais do século anterior, o que corresponde em termos de arquitectura portuguesa a um "período longo", que poderemos genericamente integrar no chamado "estilo chão" nacional. Consolida-se então o uso do telhado de tesouro sobre duplo beiral e alarga-se a frente urbana do lote, estabelecendo-se um alçado com grande espaçamento nos vãos, geralmente de sacada.

É o tipo de casa urbana, ou mesmo de casa nobre cuja morfologia se mantém até finais do séc. XVIII e que marcou de uma forma indelével a paisagem urbana das nossas principais cidades e vilas, constituindo no fundo, uma adaptação, com escala, proporções e volumetria especificamente algarvias, de um modelo corrente no seiscentismo em Portugal.

Nas coberturas apartir do séc. XVIII vão desaparecendo os telhados múltiplos, substituídos por telhados uniformes de quatro águas, sobretudo nos centros urbanos mais atingidos em 1755, enquanto a escala e a volumetria igualmente se alteram. As maiores mudanças operam-se no desenho dos vãos. (Eduardo Horta Correia, o Algarve em Património - Arquitectura Algarvia do Séc. XVI ao Séc. XIX (tentativa de caracterização) "4º Congresso do Algarve - Racat 1986" P.71)







| 42 | Vão de Sarzedá (caso-estudo 1)

#### CONSTITUINTES DO ESPAÇO

Muitas das vezes estes paços dispunham de adegas e lagares, cozinha e arrecadações no piso térreo que usava reafirmar o carácter autossuficiente da estrutura. As cozinhas situavam-se primeiramente a nível do piso térreo com as câmaras destinadas ao armazenamento dos alimentos visto ser mais fresco em contacto com o solo e de fácil acesso.

Os espaços organizavam-se sucessivamente por salas do mais exterior para o mais interior de acordo com o seu tamanho e intimidade. Significava que há uma gradação oposta de tamanhos e funções na sistematização interna das dependências: as maiores, as mais externas, são as menos íntimas; as menores, as mais interiores, são pelo contrário, as mais reservadas e íntimas, culminando no espaço totalmente privado do oratório.

#### SOBRADO

Joseph M. Piel, refere a relação ao sentido de "casa de dois andares" que rapidamente evoluiu para "casa importante".

A palavra sobrado terá de ser associada a paço e sala com a outra designação das habitações da nobreza, distintas das residências comuns não só pelas dimensões maiores e número maior de dependências como também pela elevação em dois pisos: o térreo e o sobrado.

Conjugação da tradição romana (palatium) e germânica (sala) na formação de um modelo de habitação que desde cedo é comum ao rei e à nobreza. A aula ou sala é que identifica nominalmente o palácio, mas a sua forma ("habituaculum porticibus quattuor conclusum") deriva claramente da tradição de casa romana. Mais do que com características tipológicas e arquitectónicas bem definidas, o paço medieval parece assumir-se simplesmente como uma habitação maior do que as demais, elevando-se sistematicamente em dois pisos (o térreo e o sobrado), em que sobressai a importância da sala, a dependência maior, na sua definição e imagem.

O lugar alto dado pelo primeiro piso e oculto dos olhares dos súbditos, incutindo expressamente a ideia de um imperador elevado acima do comum dos mortais, parece ter sido sequência em estruturas semelhantes, quer em igrejas quer de paços medievais.

#### AS CÂMARAS

Nas grandes casas nobres existia uma duplicação das câmaras, onde o homem e a mulher dispõem cada um deles, de um conjunto similar construído por antecâmara, trancâmara. A inexistência de corredores faz com que se acrescentem módulos sucessivos, havendo que passar progressivamente por cada uma delas, ou pelo menos, a partir da primeira câmara, até se atingir a mais recuada.

Desta forma também tornar-se-á mais compreensível o ordenamento dos paços do final da Idade Média e, ao mesmo tempo, a maneira como a sua ampliação era muitas vezes feita, isto é, por acrescentamento sucessivo de módulos essenciais constituído pela sequência sala-câmaras.

#### O ORATÓRIO E A CAPELA

A última dependência do paço a ser enumerada é o oratório, a mais reservada e íntima de todas. Destinado à oração individual, o oratório é, sobretudo, um lugar de recolhimento propício também para "ler bons livros, e pensar em virtuosos cuidados".

Se o oratório é um lugar de oração individual, demonstrativo de uma religiosidade íntima e pessoal que se manifesta mais intensamente a partir da segunda metade do século XIV, atingindo o seu expoente máximo ao longo do século XV, o lugar religioso por excelência do paço é a capela.

Na origem, a capela era exclusivamente privilégio real, de qualquer modo, a existência em paços de capelas privadas para uso exclusivo dos seus possuidores parece ter-se mantido, até ao fim do século XV, um privilégio quase exclusivamente real. As capelas palatinas são habitualmente exteriores.



|43| Câmara da entrada (caso-estudo 2).



|44| Arcaia do piso térreo (caso-estudo 4).



[45] Sala (caso-estudo 1).

#### SALA

A raiz germânica desta palavra indica a habitação dos povos bárbaros cuja vida nómada, não necessitando de casas sumptuosas e cómodas, sublinhavam apenas a importância de uma grande tenda ou da maior cabana para o chefe se reunir com os seus guerreiros e anciãos ou administrar a justiça, "valoriza-se assim,

o hall" que se irá revelar o elemento característico dos palácios germânicos. Muitas vezes existe uma sala que ocupa a quase totalidade do piso nobre, numa demonstração clara, tratando-se de um pequeno palácio de campo, da importância desta divisão na casa nobre de divisão germânica.

A sala é o grande espaço de recepção de eleição. A sala parece ser, portanto a dependência que mais excelentemente caracteriza a casa nobre, pelas suas dimensões acrescidas em relação às restantes divisões e pela multiplicidade de usos que permite: banquetes, recepções, festas, reunião de cortes, encontram na sala o espaço por excelência de representação.

É por isso que ela é, no paço medieval, a primeira dependência a estruturar o espaço, em contacto com o exterior para o qual se abre por amplas janelas ou varanda corrida que lhe amplia as dimensões. De certa forma, resume em si mesma a ideia de paço, correspondendo à importância que a análise etimológica deixara já antever.

À sala seguem-se as câmaras, dependendo o seu número da grandeza da própria habitação. A sequência modelar, indicada seria a câmara do paramento ou ante-câmara, a câmara de dormir e o guarda-roupa ou transcâmara, colocadas progressivamente por esta ordem umas após outras e com ligação directa entre si, de modo a que a transcâmara seja a mais interior e de acesso mais privado. A esta progressão de intimidade corresponderia também a diminuição nas medidas desses apartamentos, por serem precisamente mais reservados e, como tal com acesso permitido a um número gradualmente mais restrito de pessoas. De qualquer modo, a câmara mais importante e que, como se afigura evidente, teria de existir em qualquer paço, é a de dormir: situada no meio, é a ela que as outras duas se subordinam, como a própria designação deixa transparecer - ante-câmara e trás-câmara. É, afinal, a câmara por excelência, onde só "os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada". Por isso, esta dependência pode resumir, como por antonomásia, toda a habitação, seja em casas simples ou nas maiores. É por esta razão que aos paços do concelho se vão habitualmente só chamando câmaras, isto é, o nome da dependência onde só entra a vereação ("os mais chegados da casa").

Apesar das dificuldades de análise já apontadas, poder-se-á, contudo, sublinhar a importância da contribuição árabe na definição de um paço de cariz essencialmente urbano, inserido em recinto fortificado - a alcáçova, "que seria de residência ao governador da civitas e simbolizava o poder político e a ordem social estabelecida".

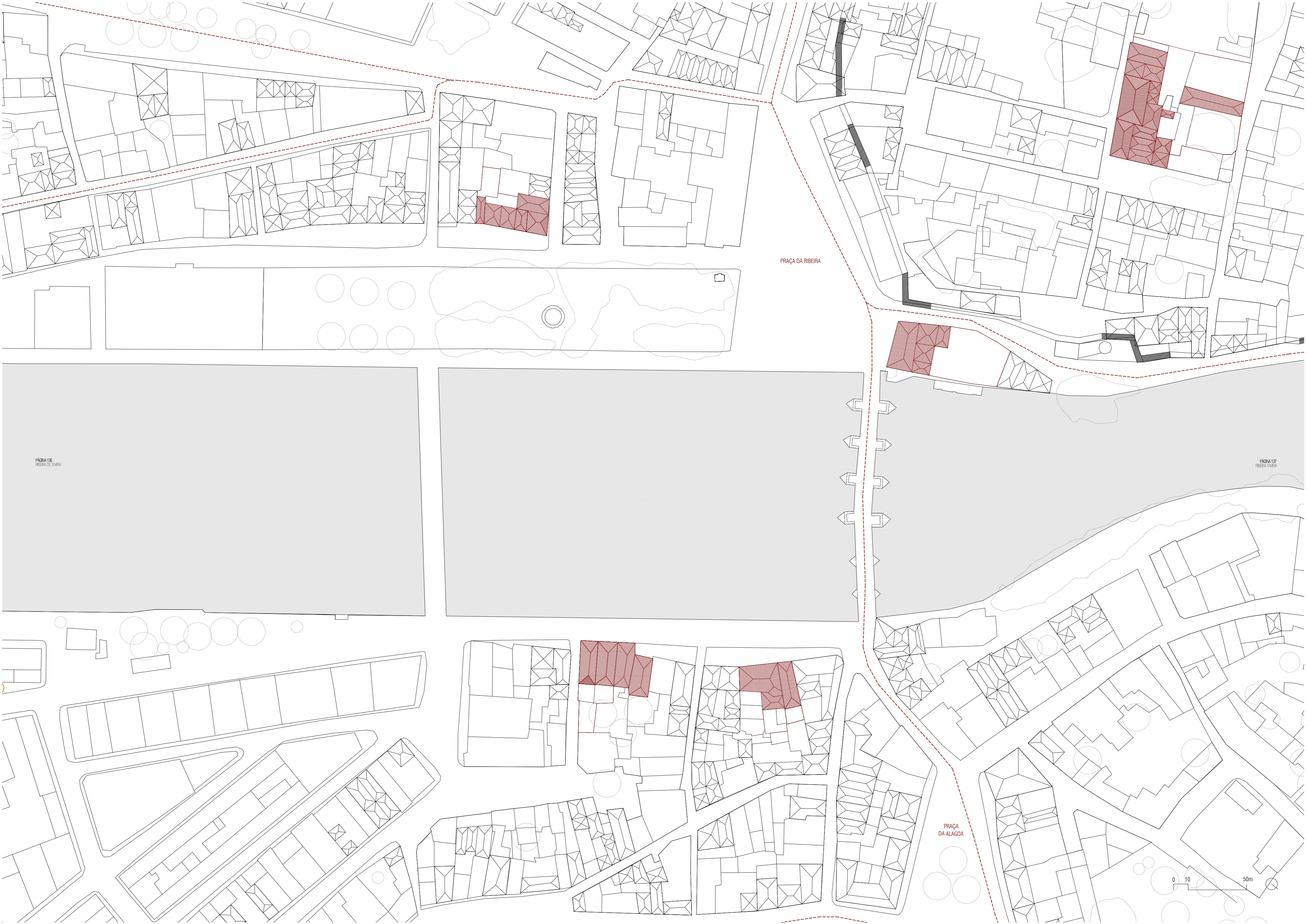


|46| Logradouro (caso-estudo 4).

#### O PÁTIO E O HORTO

Um elemento, apesar de tudo, parece ser notório: a ausência de escadarias exteriores. Os acessos ao piso nobre processam-se sempre pelo interior, através de escadas de madeira ou, em casos mais excecionais, de pedra, embora sejam também já tardias.

Significa que o paço medieval se fecha ao exterior e se estrutura para dentro, numa concepção que tem tanto de intimidade quanto de necessidade de defesa, numa época em que a segurança era reduzida.



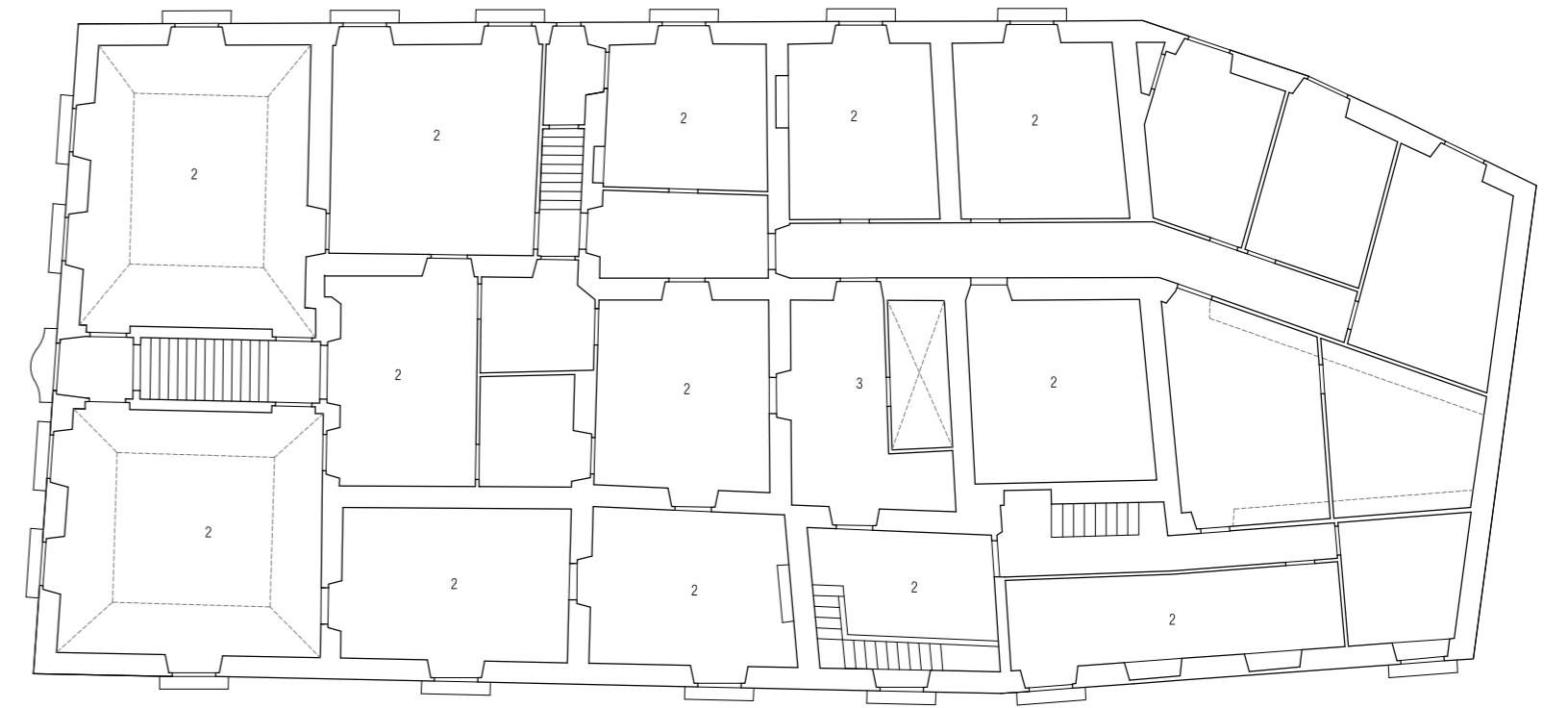
PRAÇA DA ALAGOA

PRAÇA DA RIBEIRA

0 10 50m



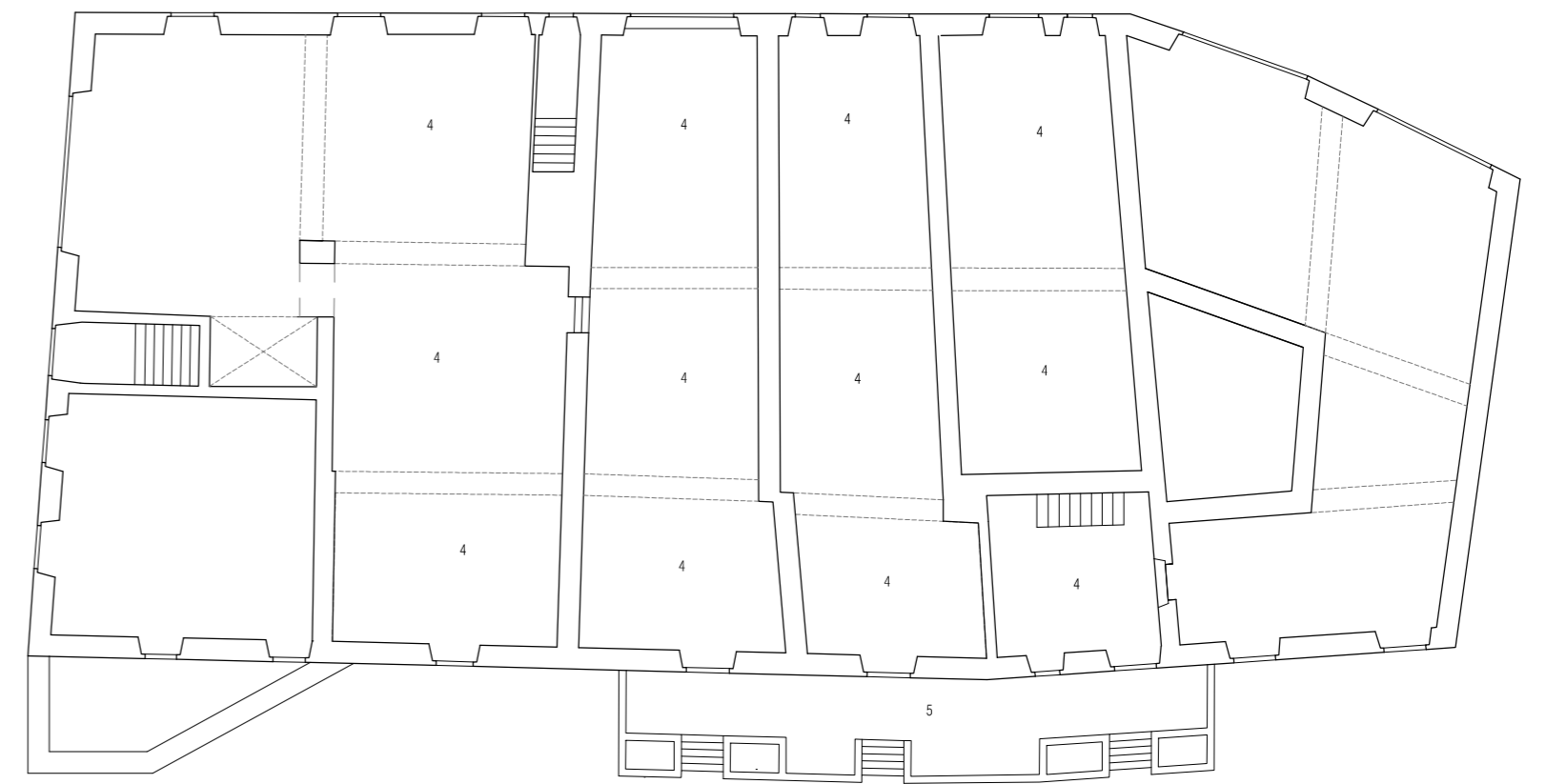
ALÇADO 1



PISO 1



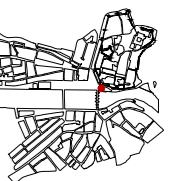
ALÇADO 2



PISO 0

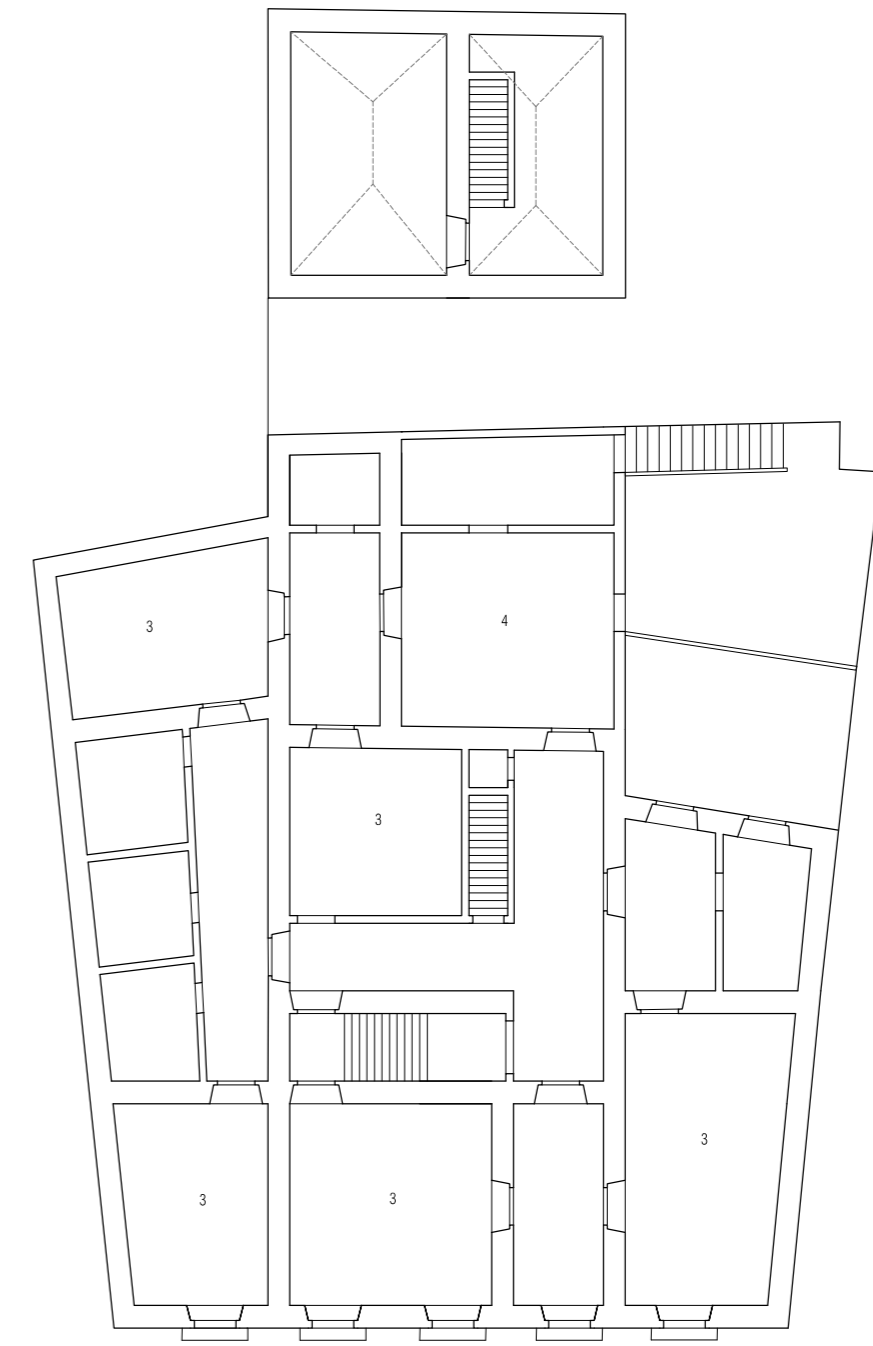
LEGENDA

- 1 CÂMARA DE ENTRADA
- 2 CÂMARA (SALA/QUARTO)
- 3 COZINHA
- 4 CAVE/LOJA
- 5 TERRAÇO
- 6 LOGRADOURO

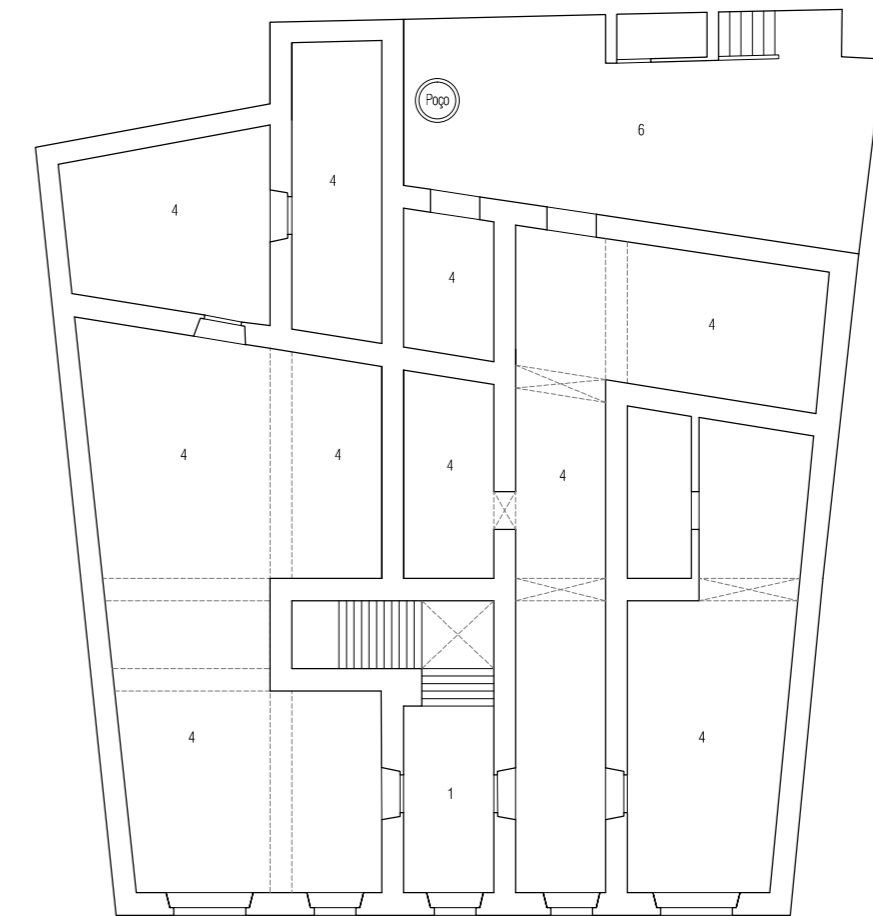




ALÇADO PRINCIPAL



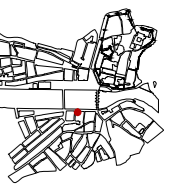
PISO 1

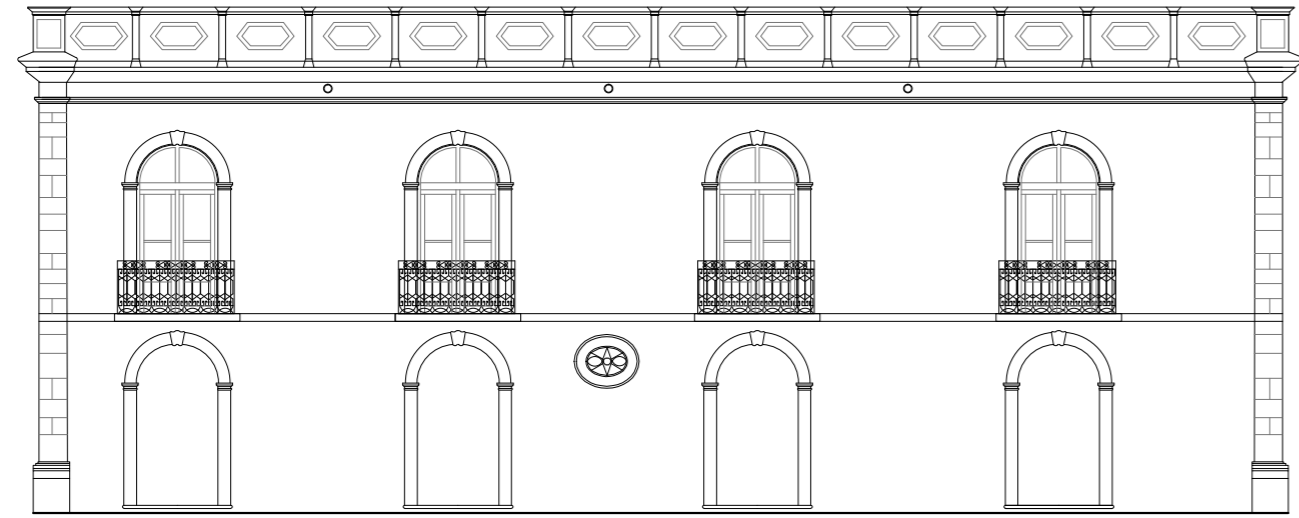


PISO 0

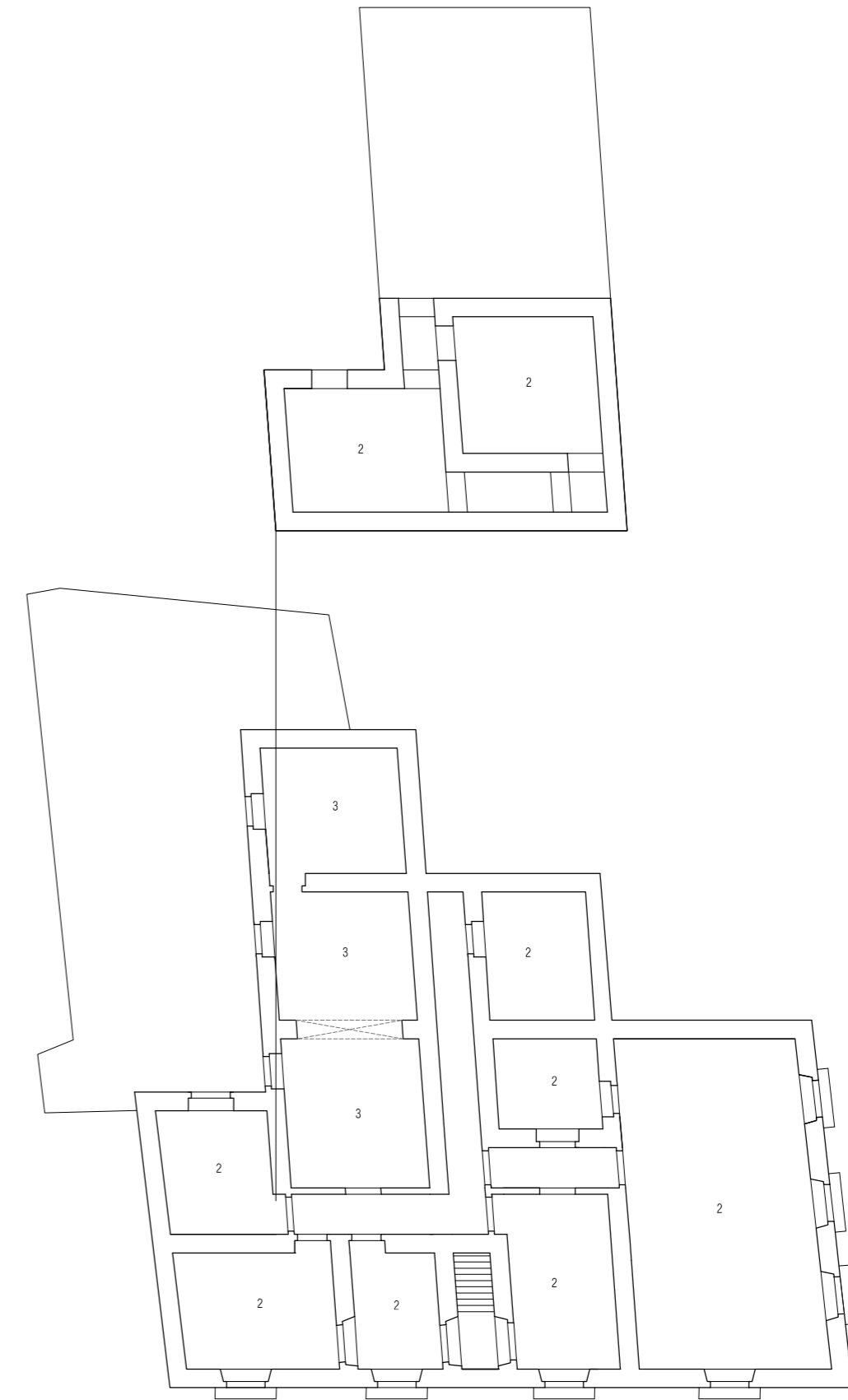
LEGENDA

- 1 CÂMARA DE ENTRADA
- 2 CÂMARA (SALA/QUARTO)
- 3 COZINHA
- 4 CAVE/LOJA
- 5 TERRAÇO
- 6 LOGRADOURO

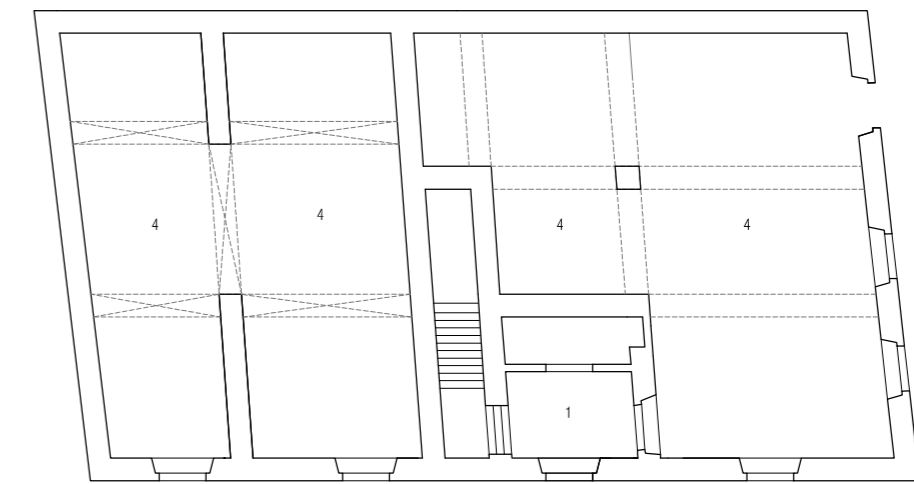




ALÇADO PRINCIPAL



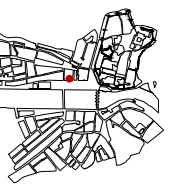
PISO 1



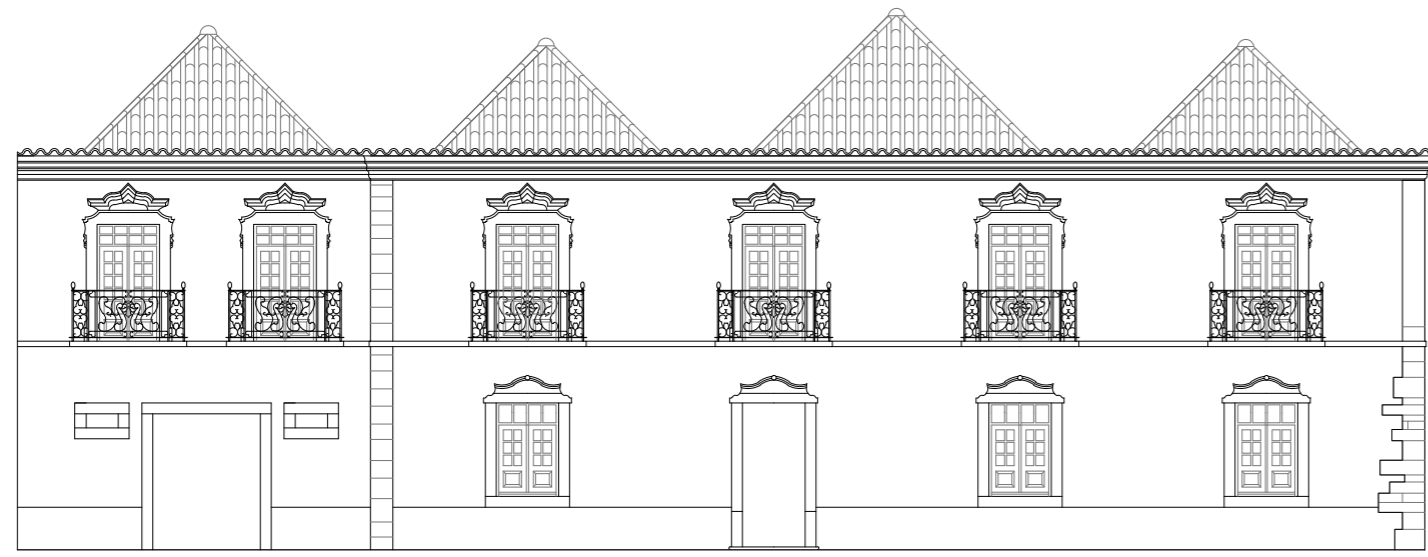
PISO 0

LEGENDA

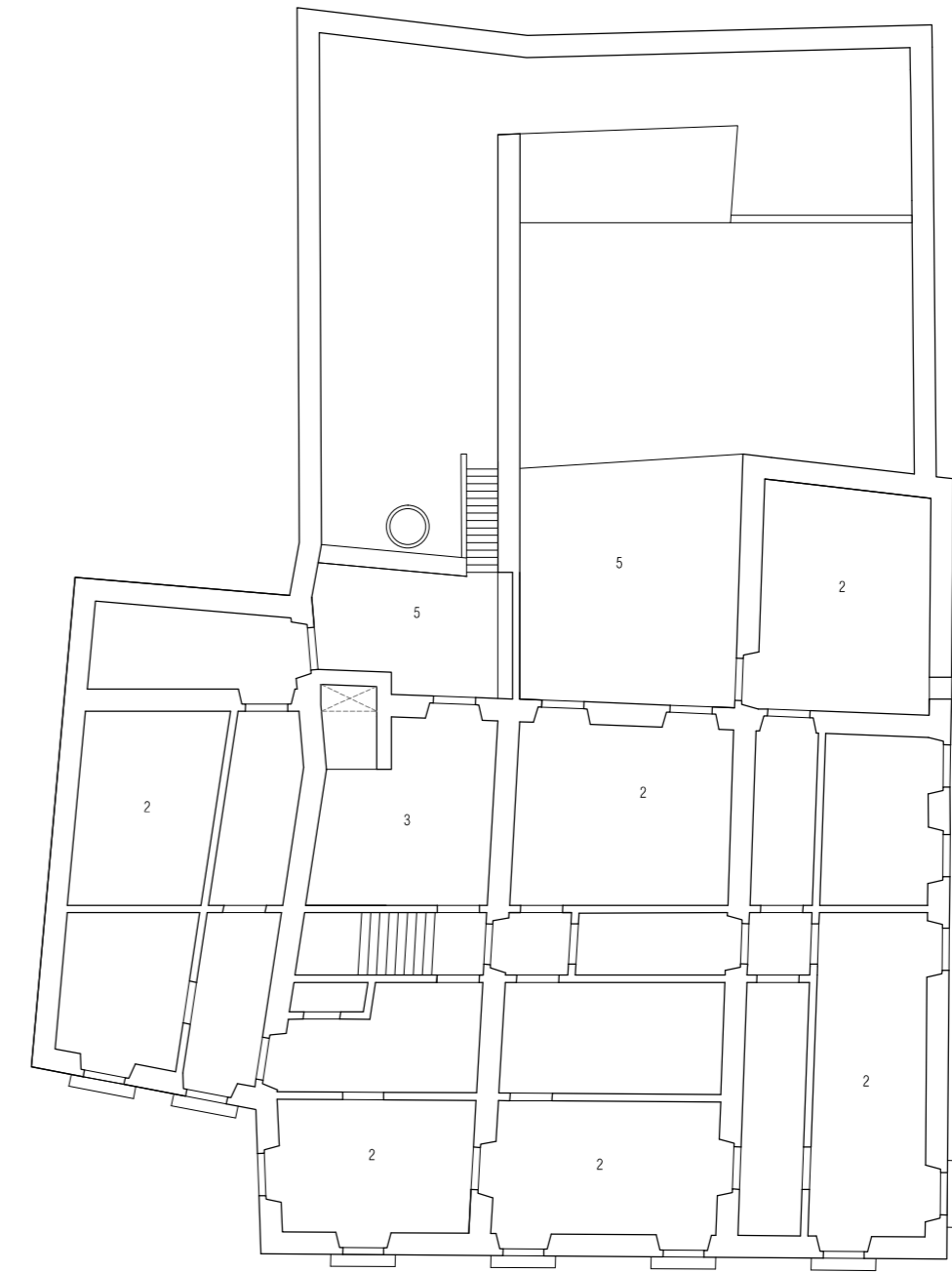
- 1 CÂMARA DE ENTRADA
- 2 CÂMARA (SALA/QUARTO)
- 3 COZINHA
- 4 CAVE/LOJA
- 5 TERRAÇO
- 6 LOGRADOURO







ALÇADO PRINCIPAL



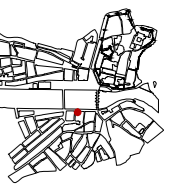
PISO 1



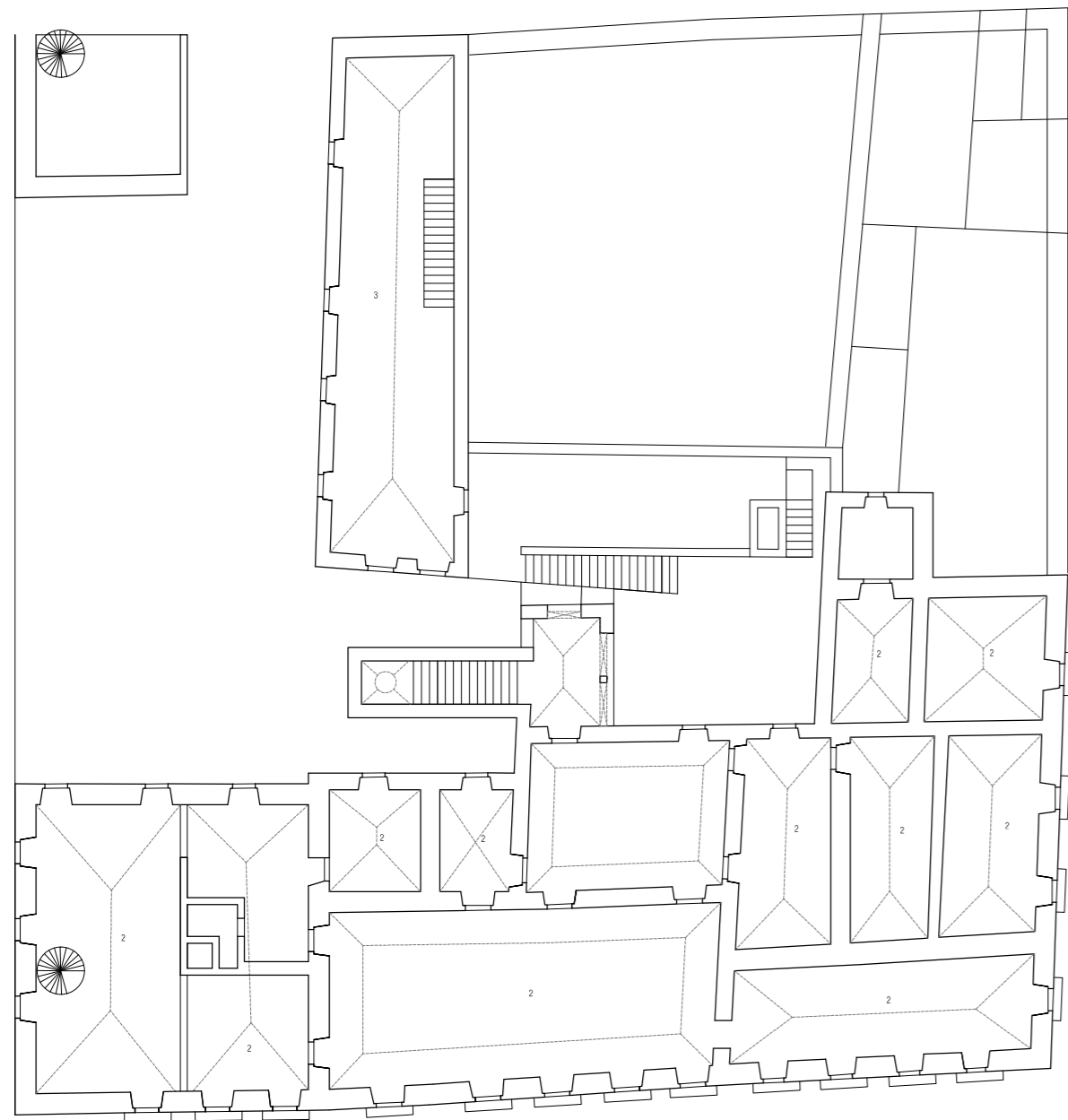
PISO 0

LEGENDA

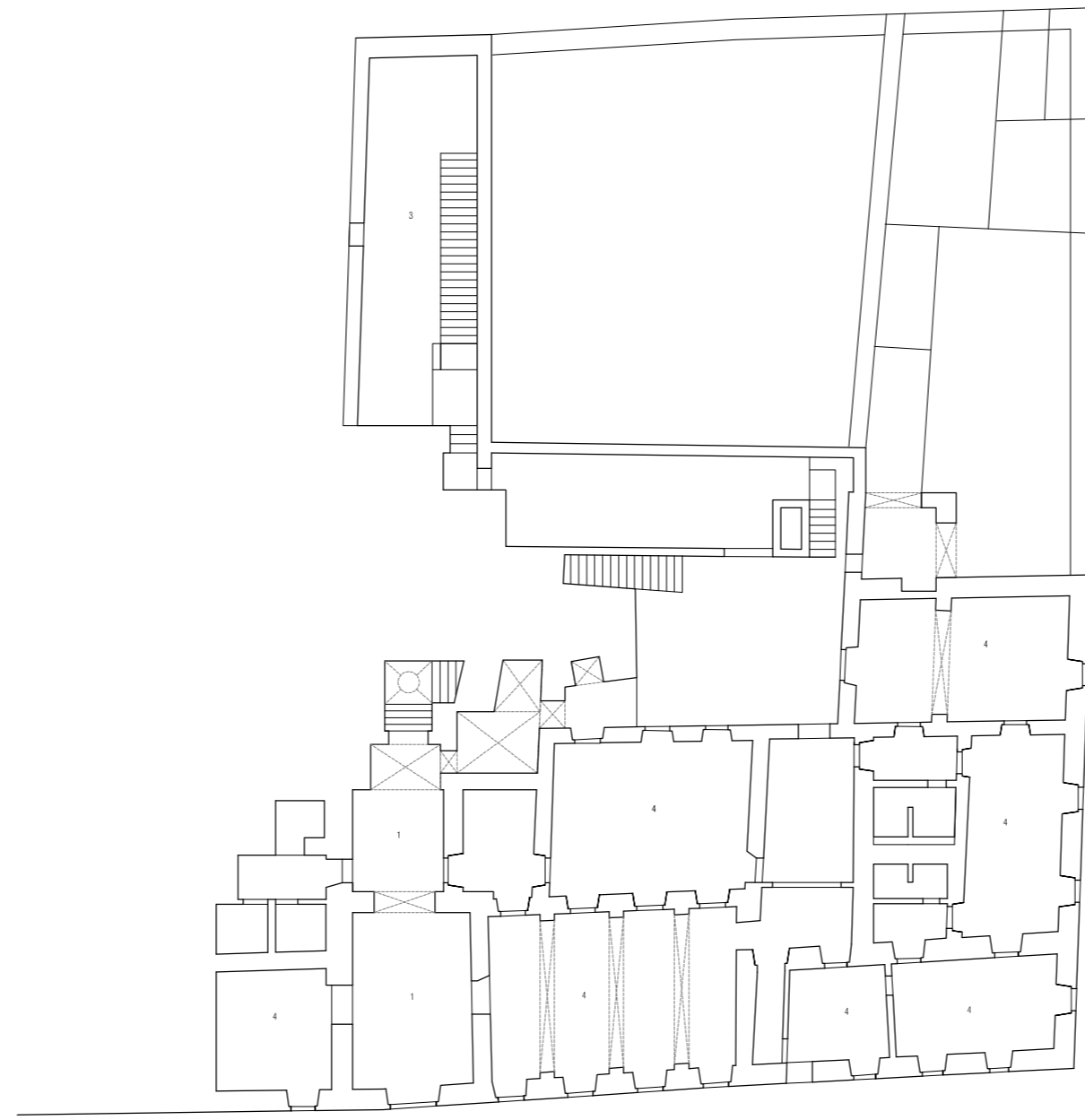
- 1 CÂMARA DE ENTRADA
- 2 CÂMARA (SALA/QUARTO)
- 3 COZINHA
- 4 CAVE/LOJA
- 5 TERRAÇO
- 6 LOGRADOIRO



FICHA Nº  
0000000000



FIS01



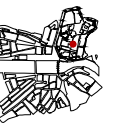
FIS00

- LEGENDA
- 1 CÁMARA DE ENTRADA
  - 2 CÁMARA (SALA/QUARTO)
  - 3 COZINHA
  - 4 CÂMARA
  - 5 BANHEIRO
  - 6 LADROUÇO

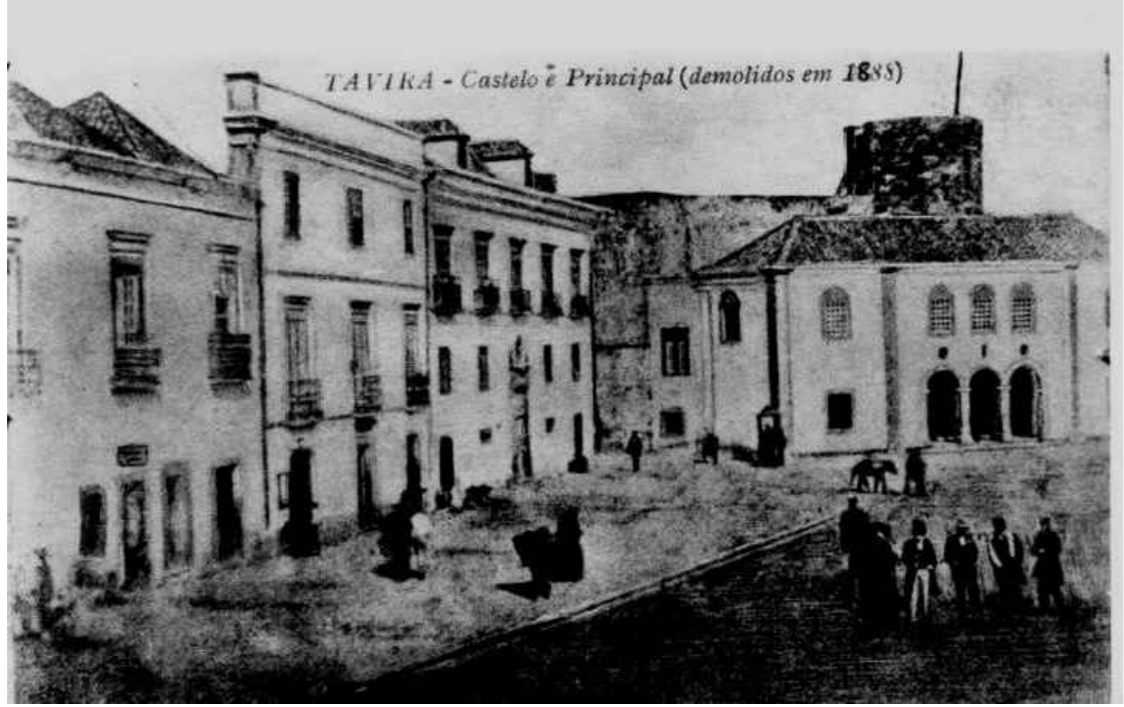


ALÇADO PRINCIPAL

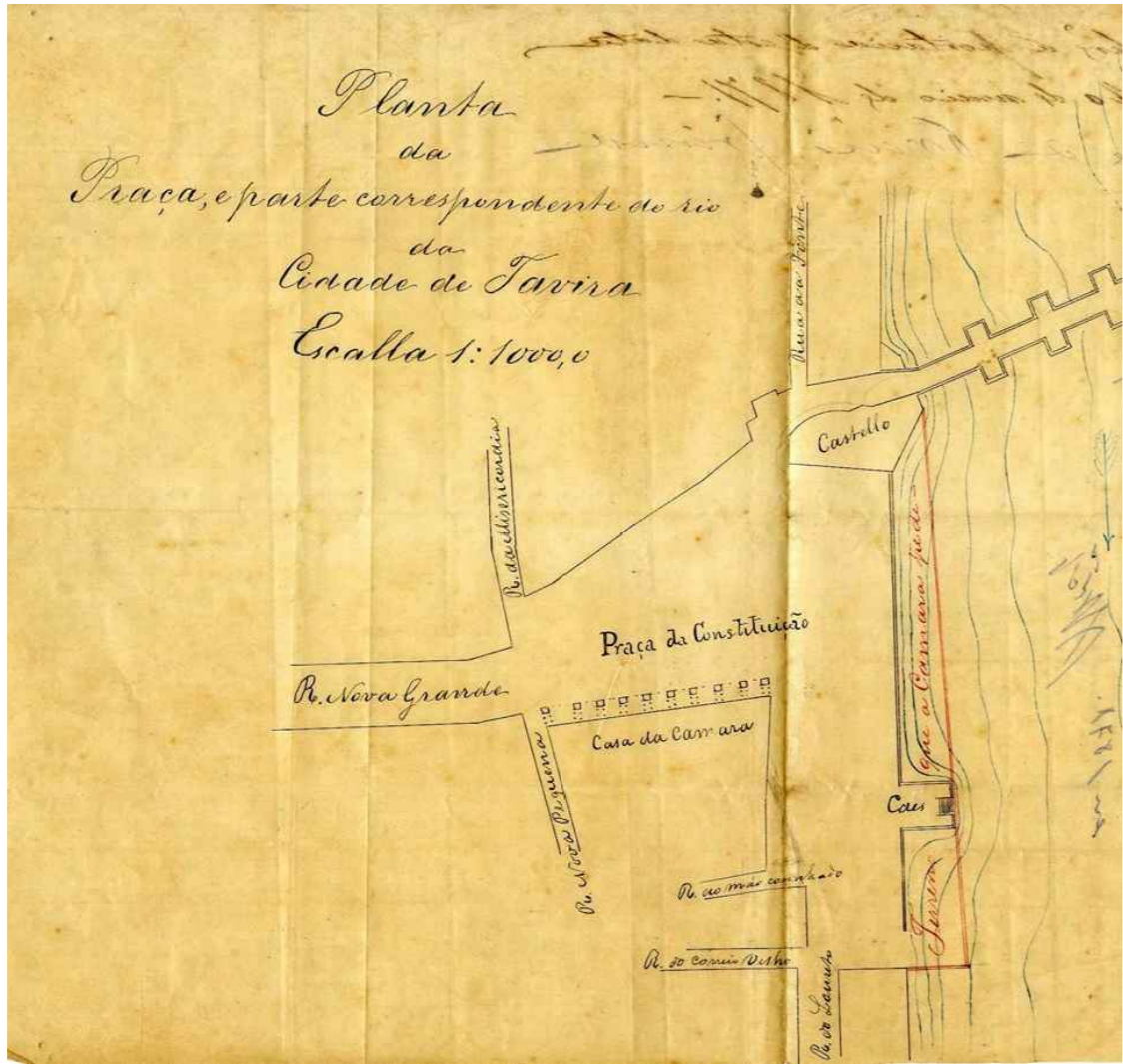
FICHA Nº  
0000000000







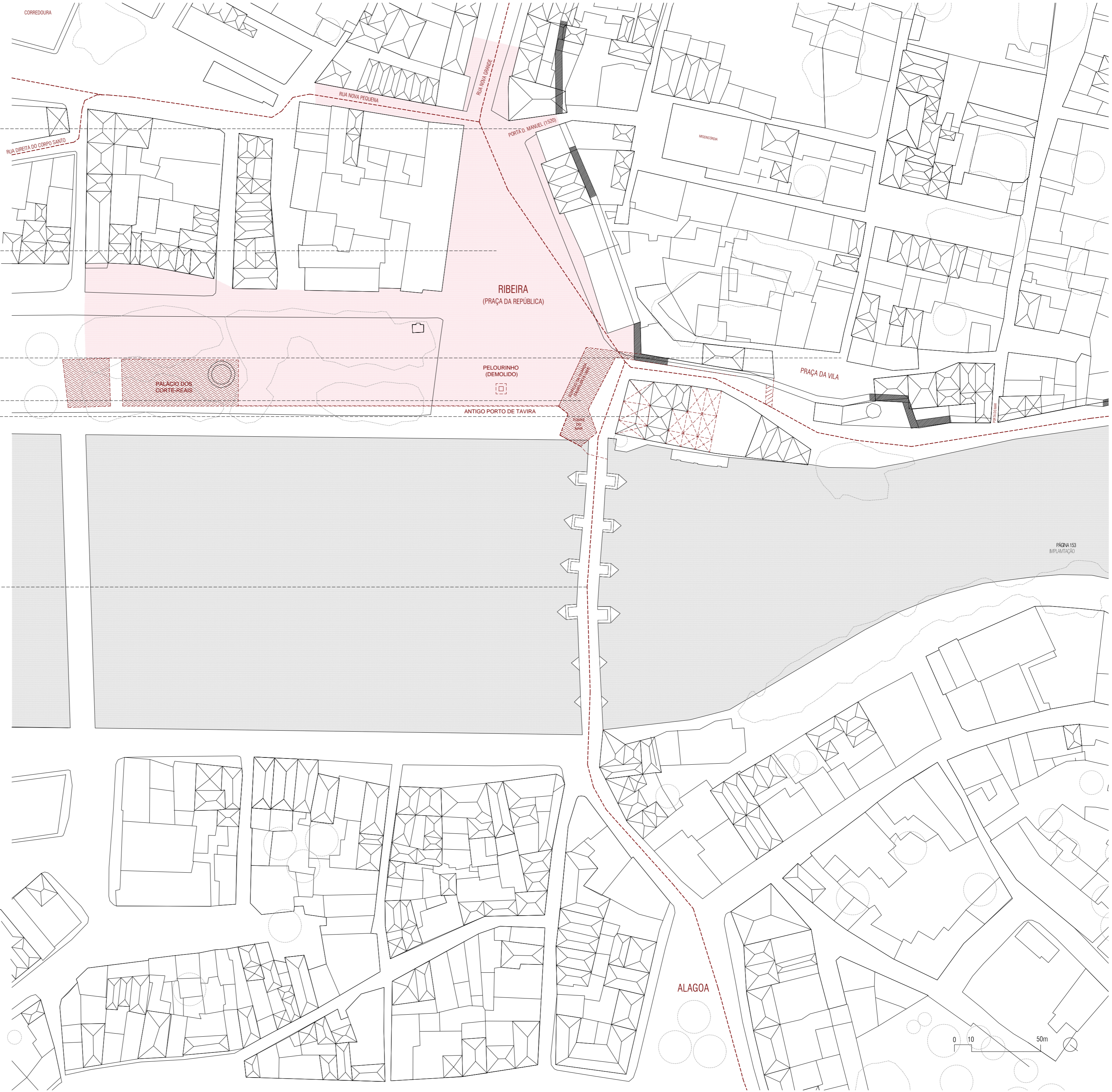
| 47 | Castelo e Edifício da Principal (Guarda) demolidos em 1888.



| 48 | Planta da Praça da Constituição (anterior Praça da Ribeira e actual Praça da República), 1781.

ENQUADRAMENTO E IMPLANTAÇÃO

A praça a que se dava o nome da Ribeira, mais tarde da Constituição e hoje da República conjugava nos seus limites vários edifícios que auxiliavam o funcionamento do porto de Tavira. A torre do mar de origem islâmica (demolida em 1888) e localizada na planta ao lado como castelo controlava o tráfego à entrada da cidade. O palacete dos Marques situa-se assim numa das zonas de tensão entre o perímetro amuralhado e a construção militar. É à data da sua construção o edifício que se localiza mais próximo do rio e com isto o primeiro contacto de quem chegava por terra e por mar. Com ele organizavam-se na praça a casa da câmara, o edifício da Príncipe (Guarda) entre outras dependências do porto como a allandega e as bancas do mercado. O local privilegiado para o contacto e a vida em comunidade juntava no século XVI numa mesma área as funções de mercado, porto, allandega, praia e estaleiro. Convergiam nesta praça a estrada de ligação entre Castro-Marim e Faro, a principal rua de comércio da cidade, a Rua Nova Grande, a Rua Nova Pequena que continuava na Rua Direita do Corpo Santo até aos estaleiros navais e a porta da vila aberta por D. Manuel à ocasião da elevação a cidade em 1520.



ACESSO CASTELO

ANTIGA PRAÇA DA RIBEIRA

ACESSO VILA-A-DENTRO (ANTIGA PRAÇA DA VILA)

EDIFÍCIO DA PRINCIPAL (GUARDA) E TORRE DO MAR DEMOLIDOS EM 1888 PARA MACADAMIZAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL  
PALACETE DOS MARQUES (RECONSTITUIÇÃO DO ORIGINAL)

PONTE ANTIGA



|49| Vista Aérea

#### PALACETE DOS MARQUES

Casa Nobre construída possivelmente na época de maior expansão urbana da cidade (Séc. XVI). O palacete segue influências presentes em muitos dos edifícios de arquitectura civil nobilitária construídos no final do século XV e início do XVI. Exemplo paradigmático das casas nobres mais antigas tem na sucessão de câmara e antecâmaras a sua estrutura. O piso nobre apresenta uma estrutura modular formando uma sucessão de espaços que vão diminuindo à medida que a privacidade aumenta.

O piso nobre, normalmente de sacada e com um pé direito aumentado, onde se situavam os compartimentos principais da casa como as salas, os quartos e uma capela privada, hoje inexistente. O piso térreo, zona de armazéns que se relaciona da mesma forma com o rio e com a rua acolhia o armazém, a zona do poço e a cozinha.

Segundo o Sr. Marques, proprietário e herdeiro do palacete, desabitado desde a morte dos seus pais e em crescente estado de degradação, foi mandado edificar anteriormente ao grande terramoto de 1755 (sem data definida) por um comerciante nobre natural de Gondomar que se desloca para a cidade quando esta era um importante interposto comercial do Reino de Portugal tendo vindo a casar com uma nobre natural de Tavira.

Casa Nobre com telhados de tesouro situada na Ribeira de Tavira numa zona privilegiada pelas fortes relações com o rio, a principal via de comunicação da cidade desde tempos remotos, a Ponte Antiga que lhe é tangente, a antiga Praça da Ribeira (hoje da República) e junto ao antigo perímetro amuralhado hoje invisível pelas construções adossadas.

Anteriormente coberto por mais exemplares de telhados de tesouro hoje apenas contempla sete sendo que dois deles estão cobertos por um telhado de quatro águas virado para a praça. Construída em alvenaria de pedra, assenta numa arcaria paralela à linha do rio o que origina no piso de baixo espaços perpendiculares que convergem da rua lateral para o rio.



[50] Tráfego na ponte antiga de Tavira.



[51] Praça da Ribeira com o Palácio dos Marqueses ao fundo.



PÁGINA 158  
IMPLANTAÇÃO

Mercado da Ribeira (1887)

Jardim Público (1889)

Edifício da Câmara (1645)

Porta Antiga (islâmica)

Palacete dos Marques

PÁGINA 159  
IMPLANTAÇÃO



Palacete dos Marques

Porta Antiga (islâmica)

Audatório Exterior

Jardim Público

Mercado da Ribeira (1887)





14.20  
12.00  
09.20  
06.70  
05.60  
02.85

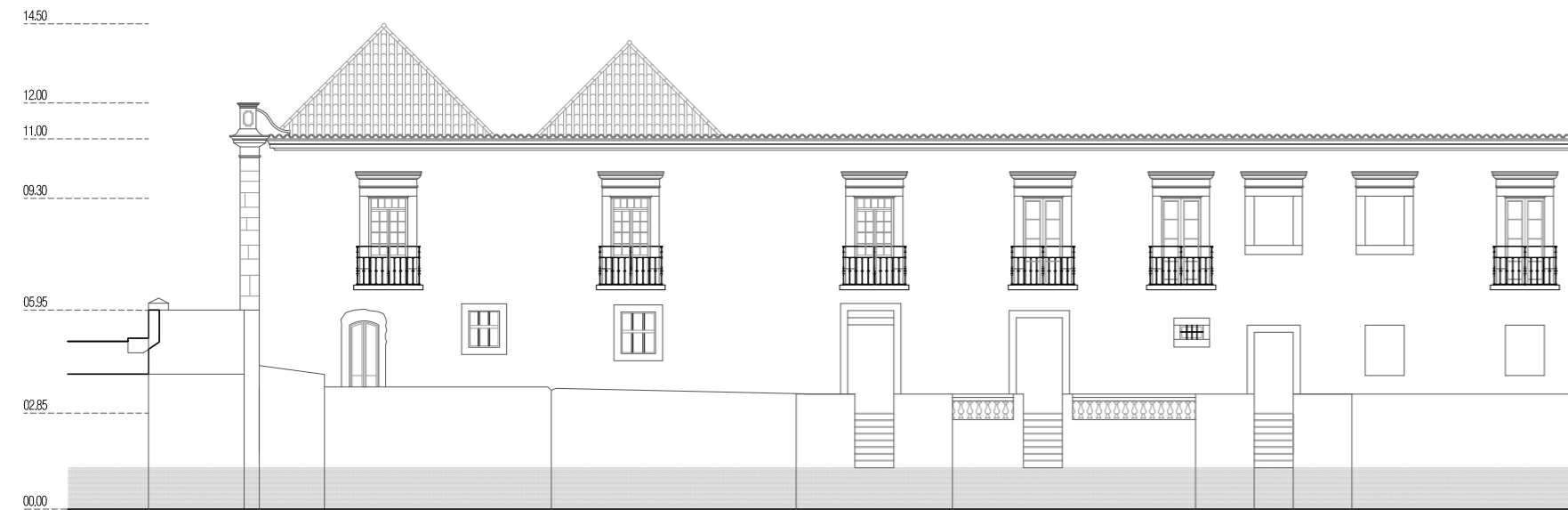


PÁGINA 160  
LEVANTAMENTO

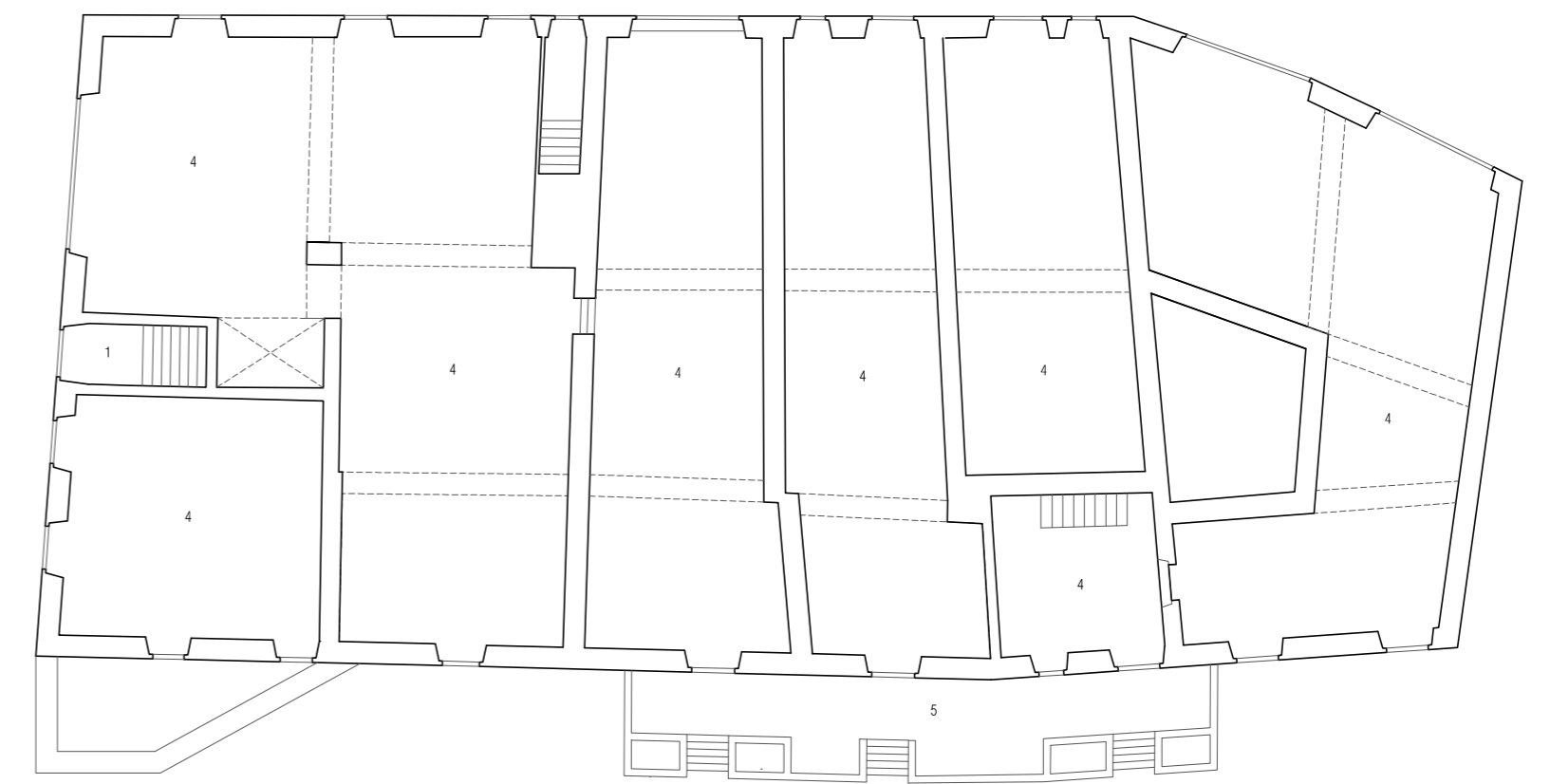


14.50  
12.00  
09.30  
05.95  
02.85  
00.00

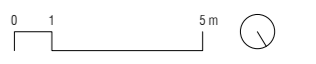
PÁGINA 161  
LEVANTAMENTO



14.50  
12.00  
11.00  
09.30  
05.95  
02.85  
00.00



- LEGENDA
- 1 CÂMARA DE ENTRADA
  - 2 CÂMARA
  - 3 COZINHA
  - 4 ARMAZÉM/LOJA
  - 5 TERRAÇO
  - 6 LOGRADOURO





[52] Palácio dos Marques em 1950/60.

CAS DAS LETRAS

Piso 0

ÁTRIO HOTEL

Átrio/Recepção (45m<sup>2</sup>)

Bar (45m<sup>2</sup>)

Terraço (15 m<sup>2</sup>)

Sala de Estar (120 m<sup>2</sup>)

RESTAURANTE

Átrio (25m<sup>2</sup>)

2 Salas de Reuniões (80m<sup>2</sup>)

Sala de Estar Rio (20m<sup>2</sup>)

Terraço (65m<sup>2</sup>)

Pátio (25m<sup>2</sup>)

Copa Limpa (25m<sup>2</sup>)

Cofreção (50m<sup>2</sup>)

Arquivos (25m<sup>2</sup>)

Piso 1

HOTEL-BIBLIOTECA

Sala de Estar Comum (45m<sup>2</sup>)

Sala de Estar Rio (35m<sup>2</sup>)

4 Salas-Biblioteca (25m<sup>2</sup>)

Suite 45m<sup>2</sup> + (25m<sup>2</sup>)

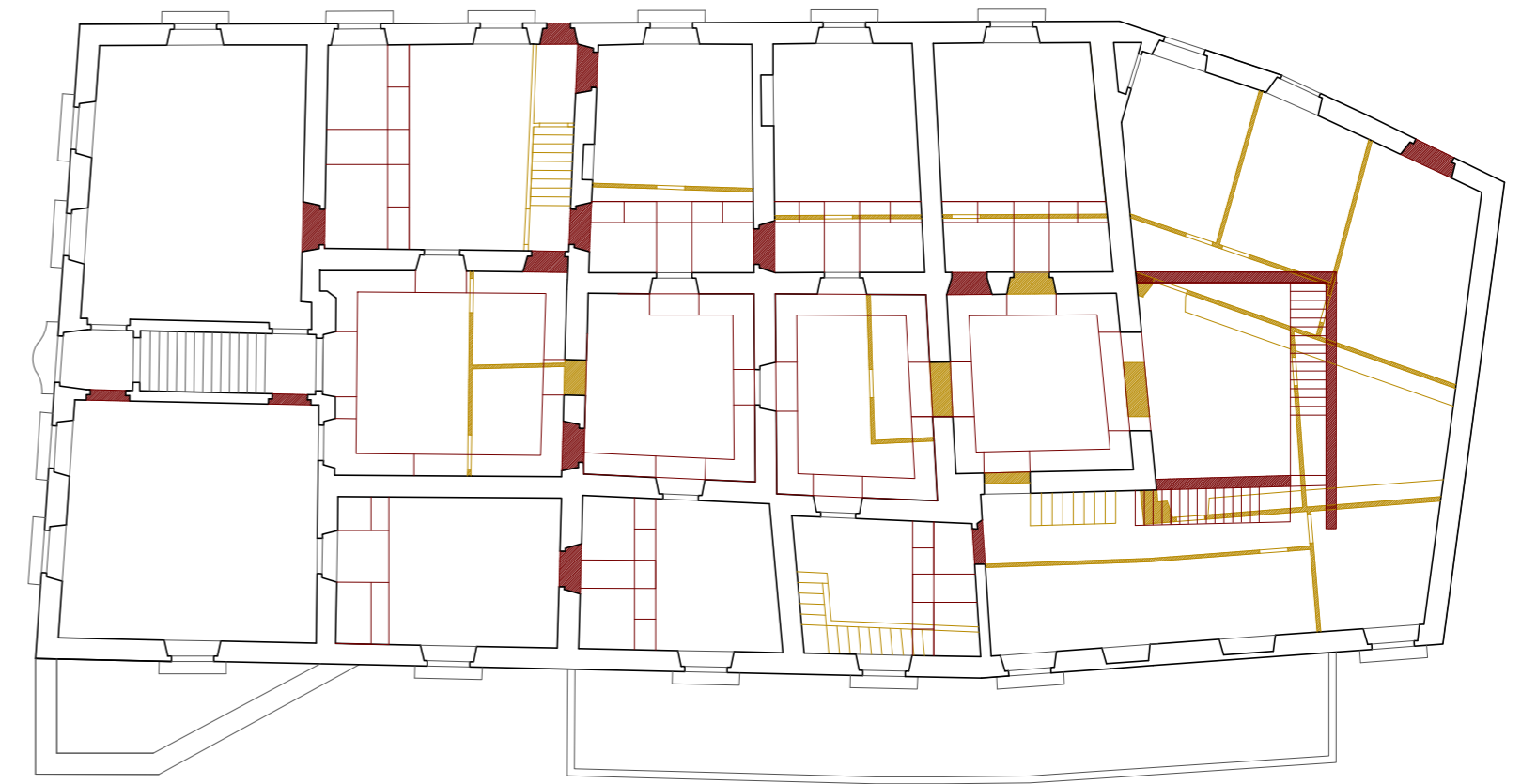
Quartos Rua (30m<sup>2</sup>)

Quartos Rio (20m<sup>2</sup>)

Serviços (75m<sup>2</sup>)



12.00  
09.20  
06.70  
05.60  
02.85



PÁGINA 164  
MAPA DE CORES



14.50  
12.00  
09.30  
05.95  
02.85  
00.00

PÁGINA 165  
MAPA DE CORES



14.50  
12.00  
11.00  
09.30  
05.95  
02.85  
00.00



- Elementos Existentes que são substituídos
- Elementos da Nova Construção
- Elementos Existentes que se mantêm





PÁGINA 16  
BILANÇO

PÁGINA 17  
BILANÇO

Irpa de Santiago (Bairro de Mércio)

Irpa de Santa Maria de Castelo (Bairro de Mércio)

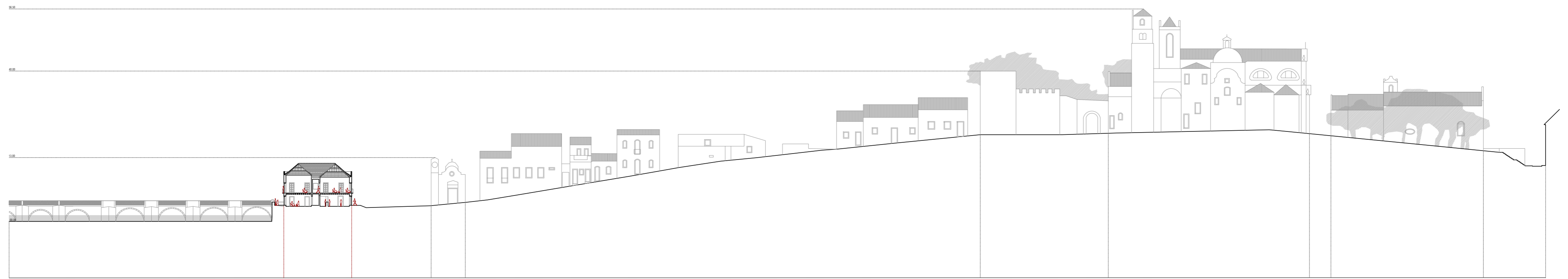
Paço de Santa Maria

Palácio de Santa Maria - Museu Municipal de Taveira

Castelo de Marvão

Palácio de Santa Maria - Casa dos Lóios

Rua de Santa Maria de Castelo de Mércio



Rua de Santa Maria de Castelo de Mércio

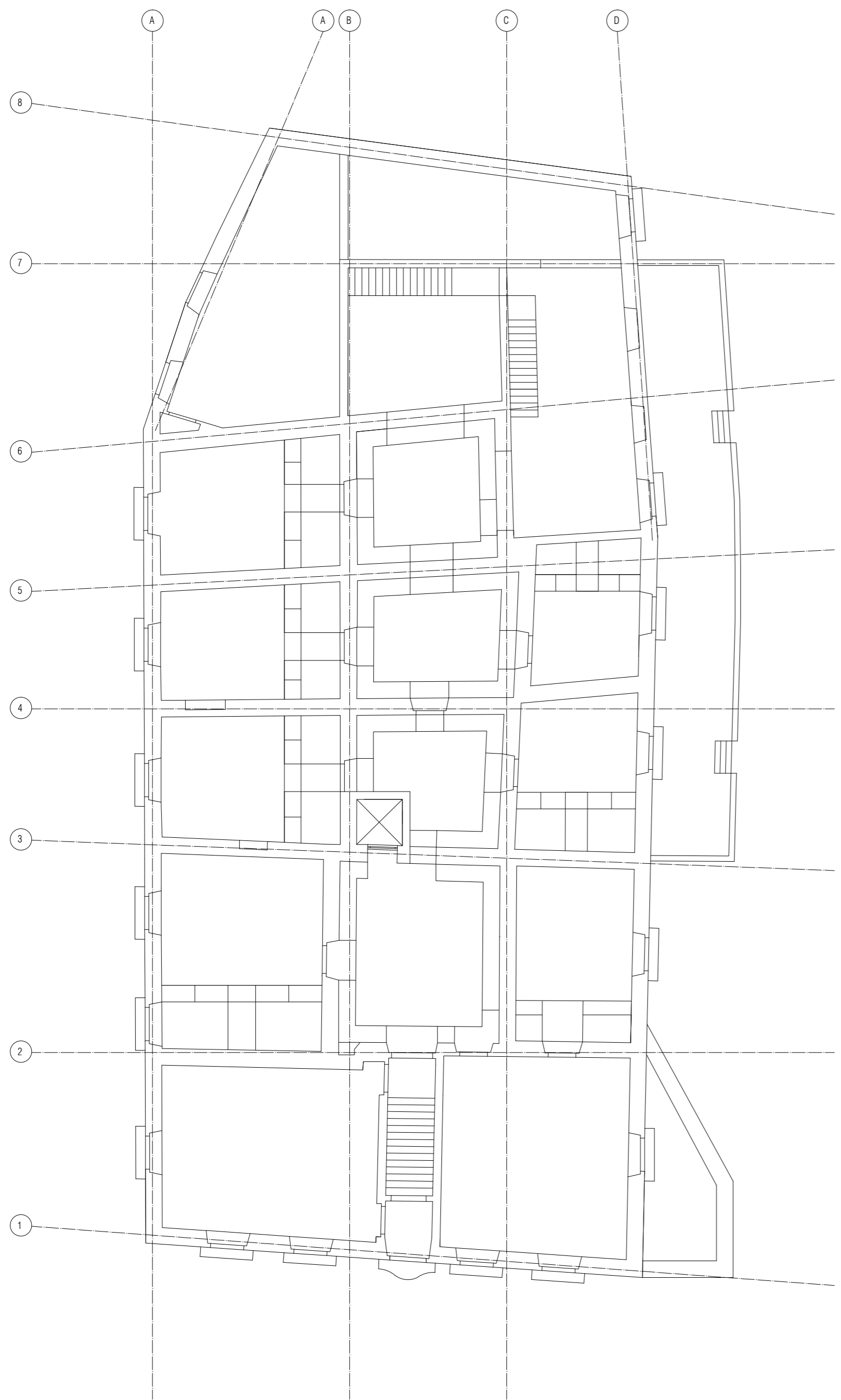
Palácio de Santa Maria - Casa dos Lóios

Castelo de Santa Maria de Castelo de Mércio

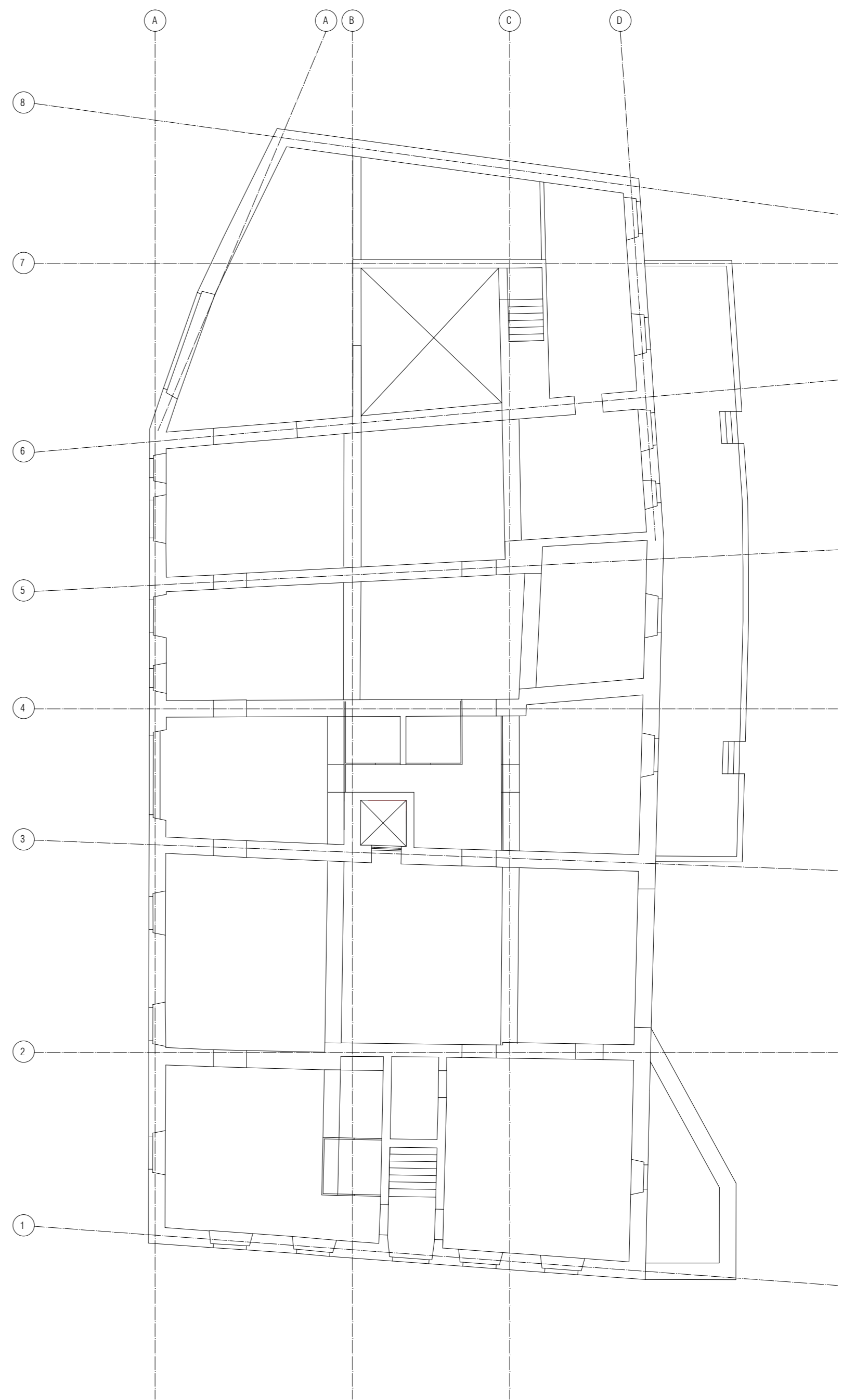
Castelo de Santa Maria

Irpa de Santa Maria de Castelo de Mércio

Irpa de Santa Maria de Castelo de Mércio

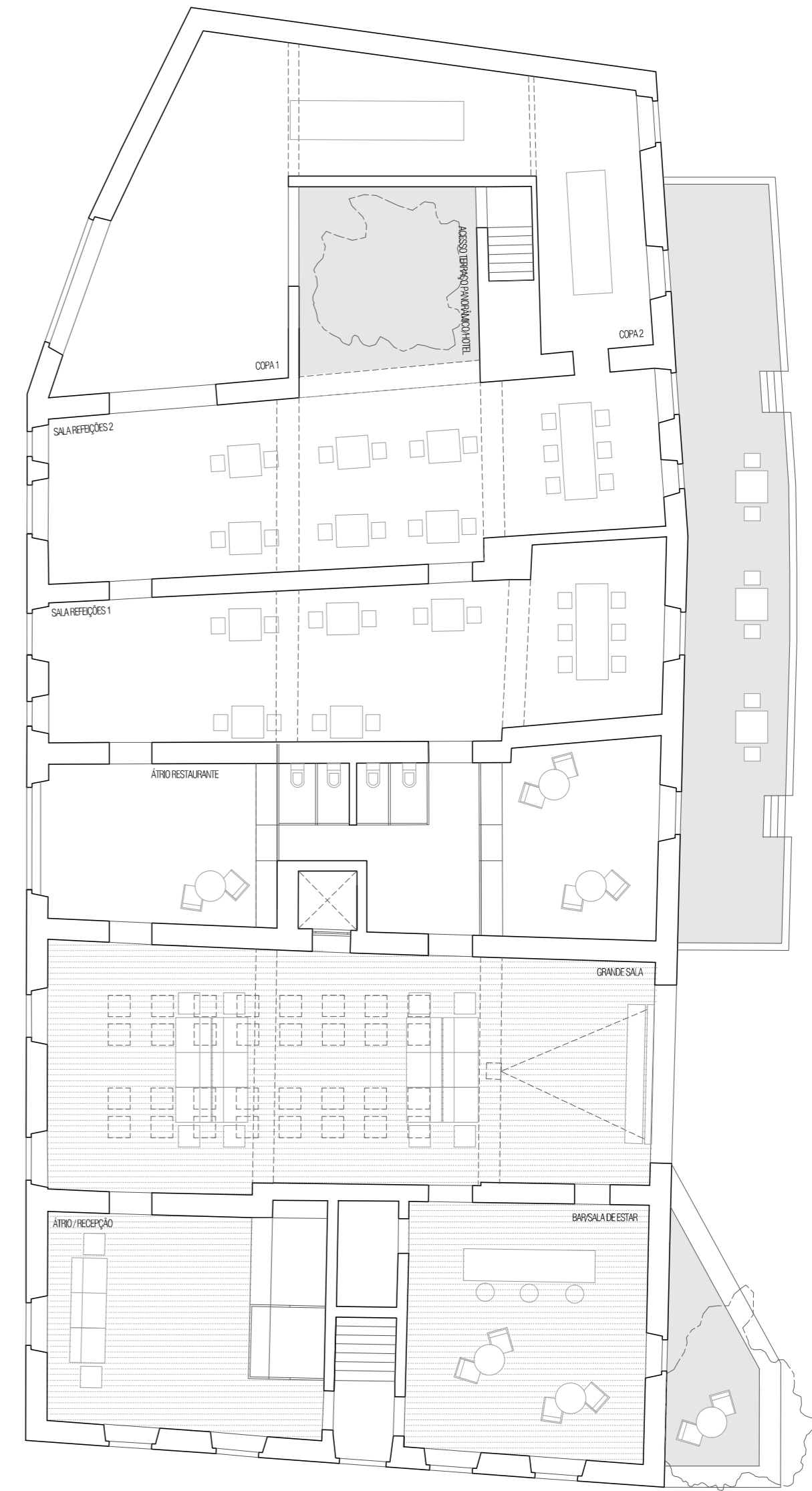


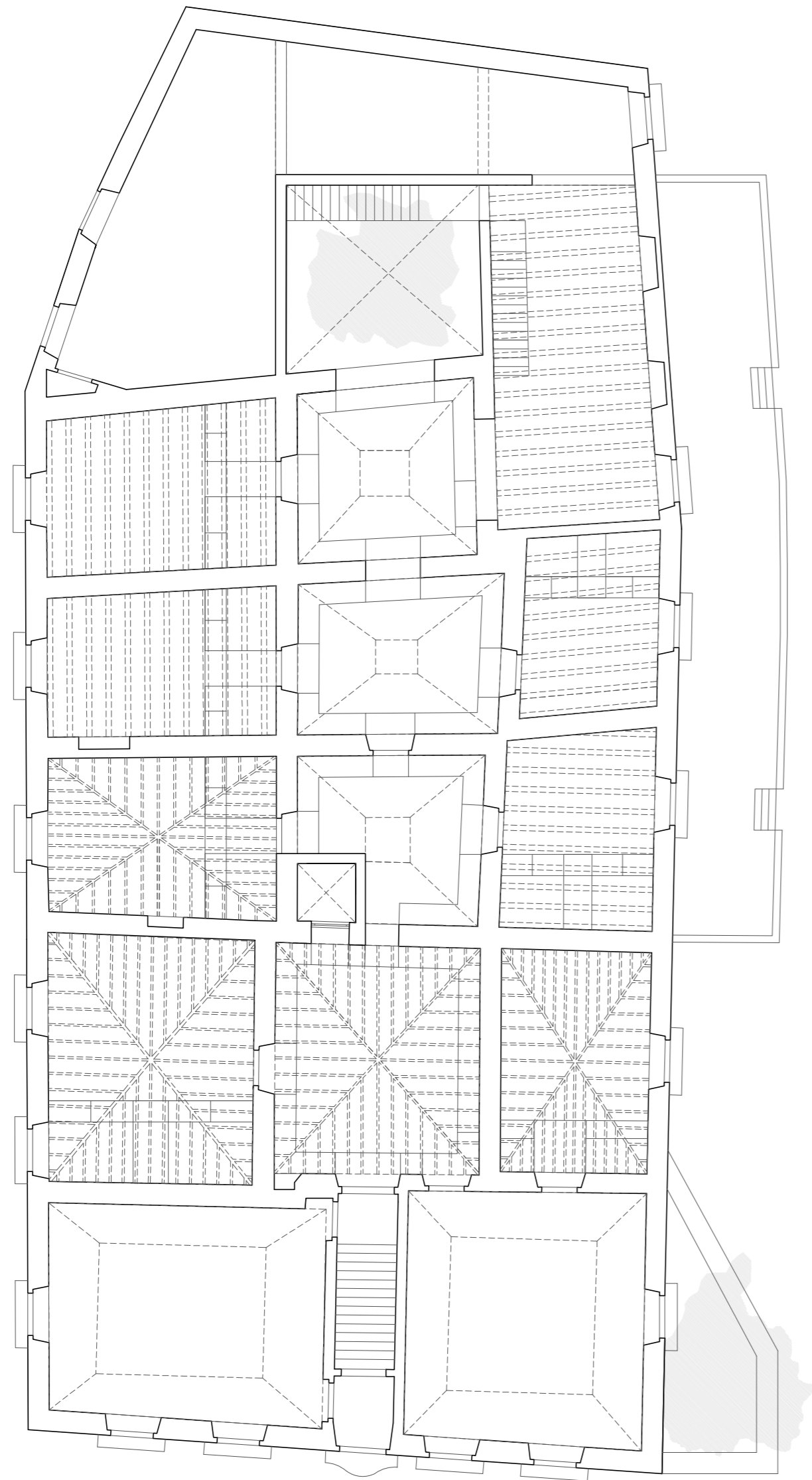
CAIS DAS LETRAS PISO 1  
ESTRUTURA PRINCIPAL



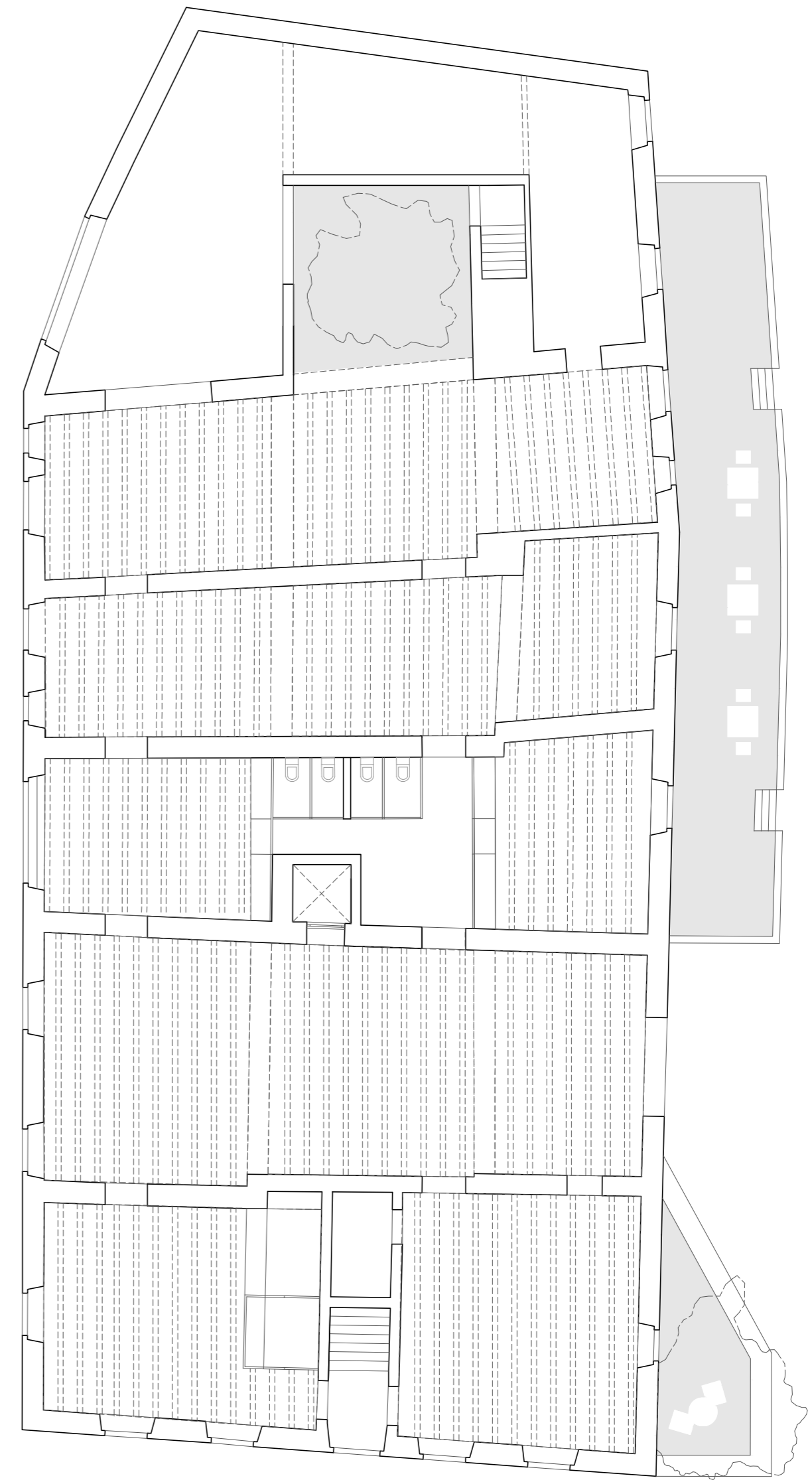
CAIS DAS LETRAS PISO 0  
ESTRUTURA PRINCIPAL





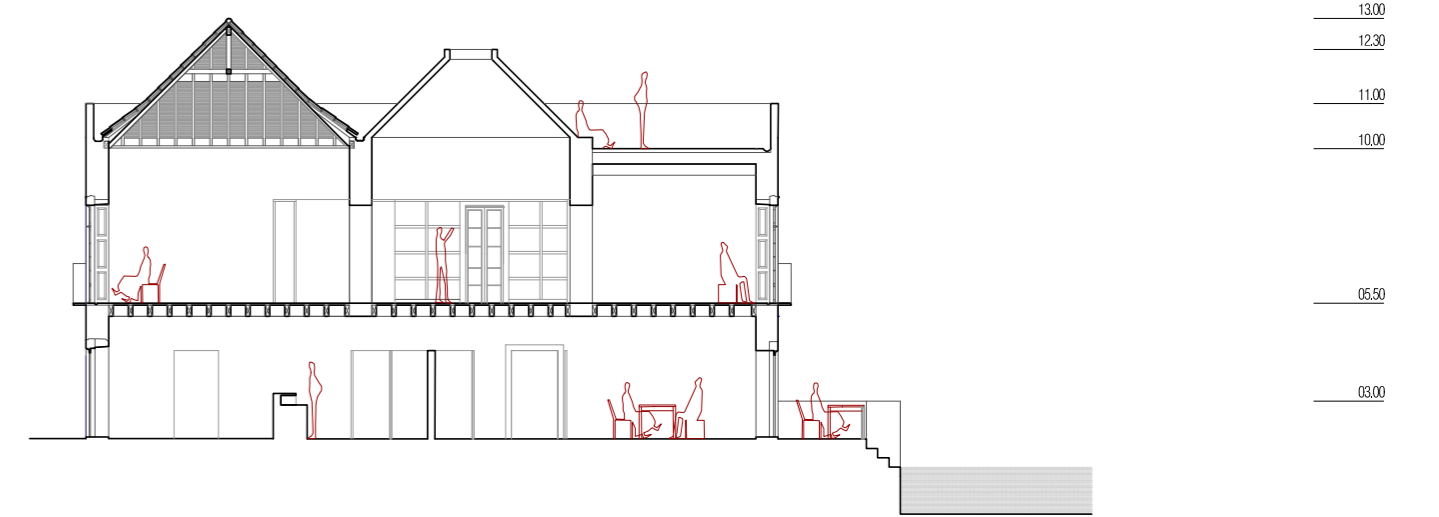
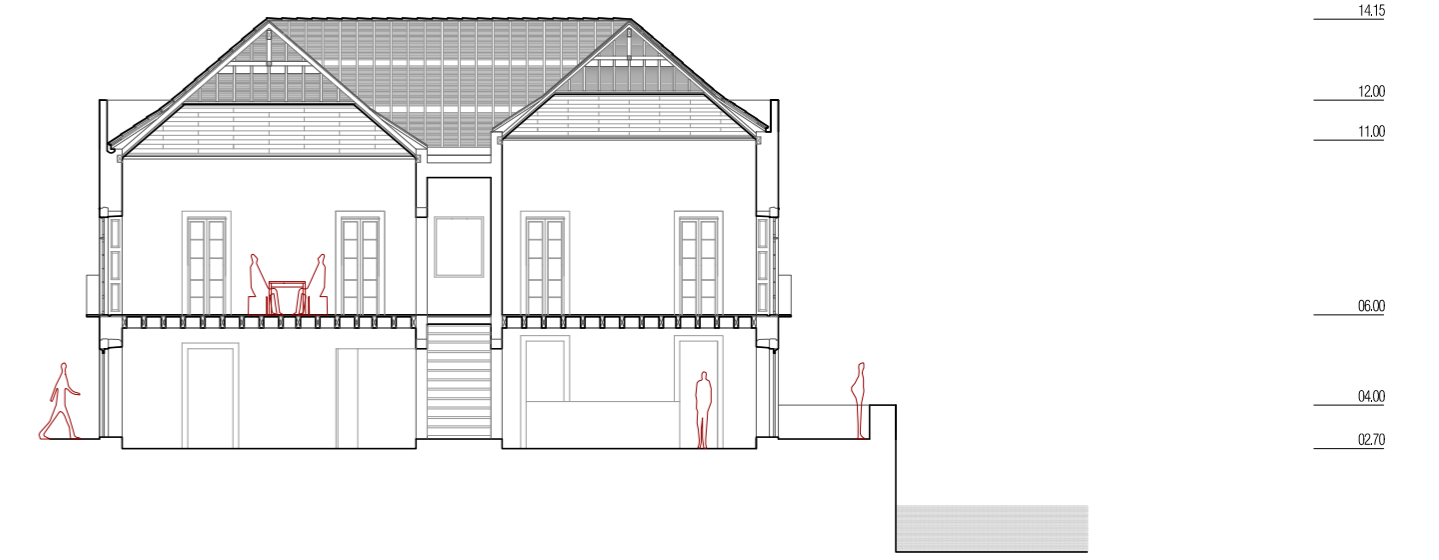


CAIS DAS LETRAS PISO 1  
PLANTA DE TECTOS



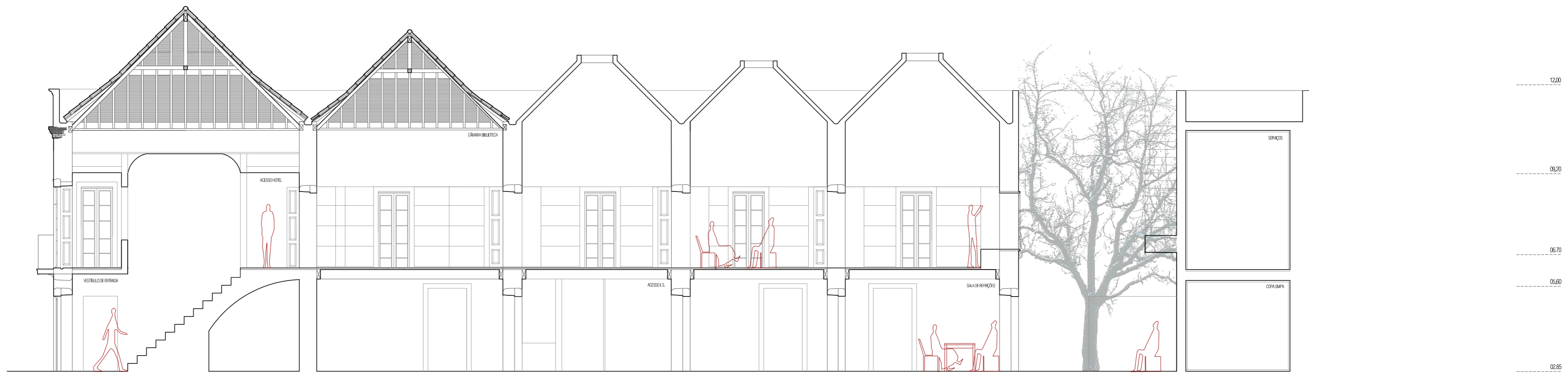
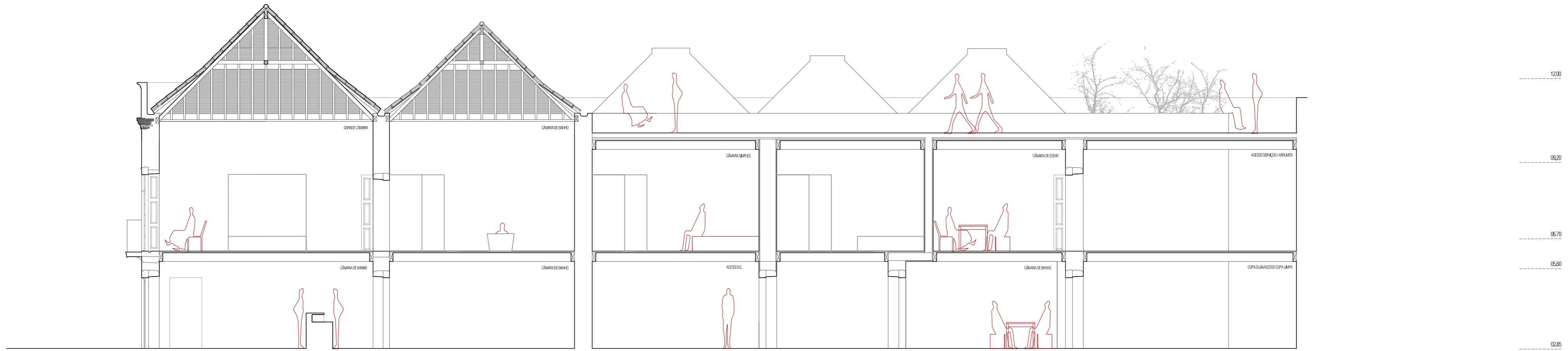
CAIS DAS LETRAS PISO 1  
PLANTA DE TECTOS

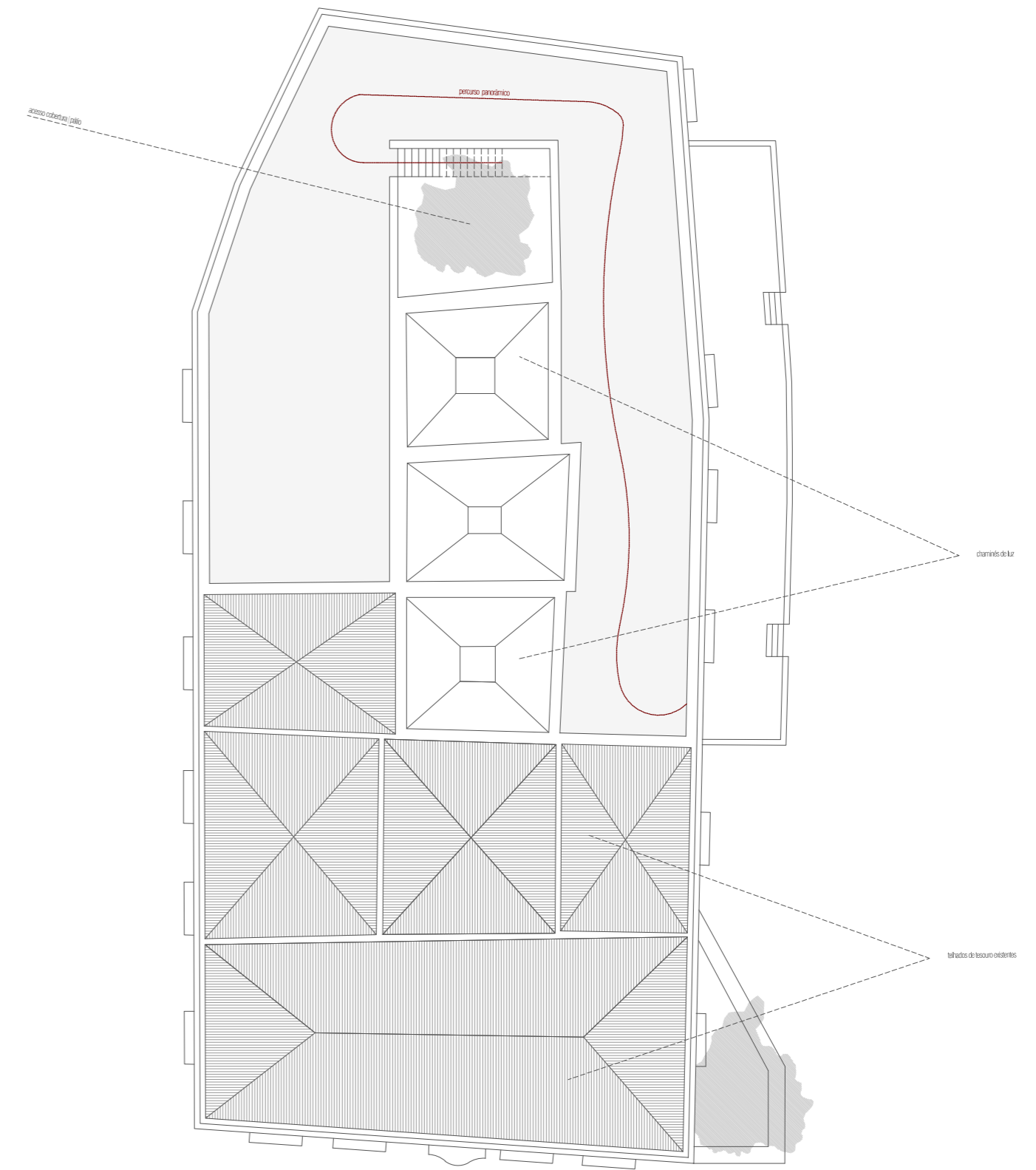


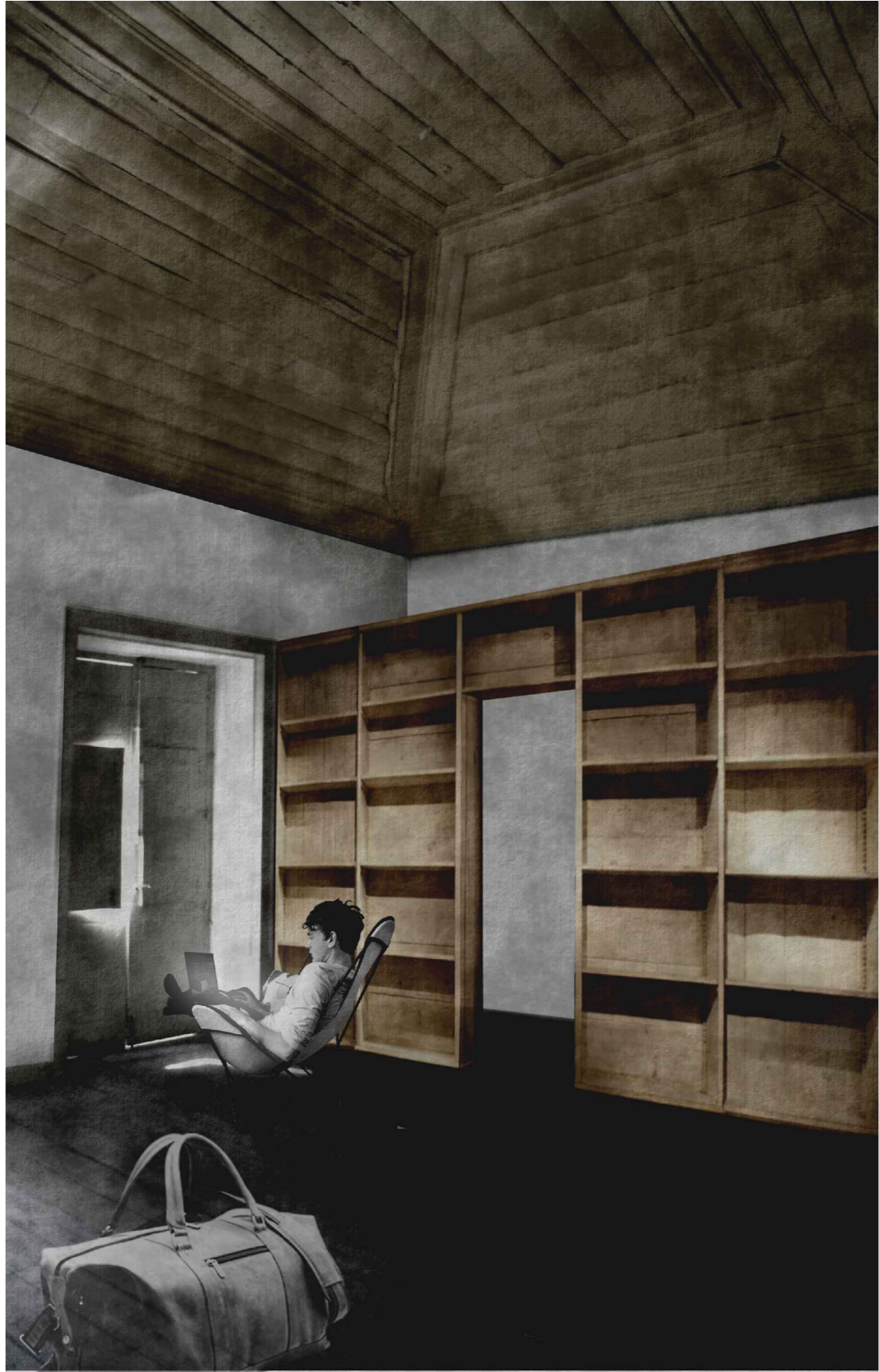


CAIS DAS LETRAS  
CORTEI GERAL 2





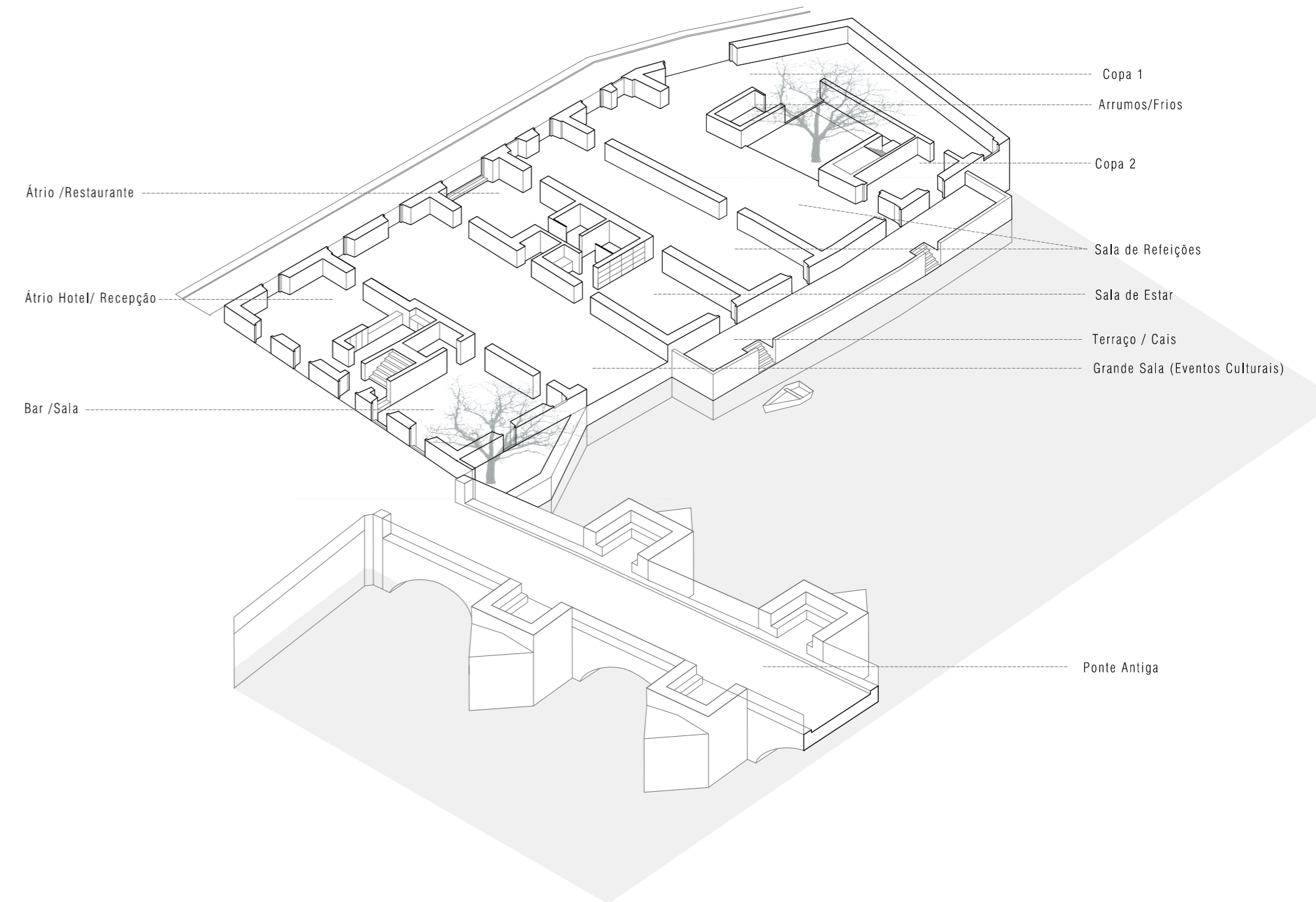
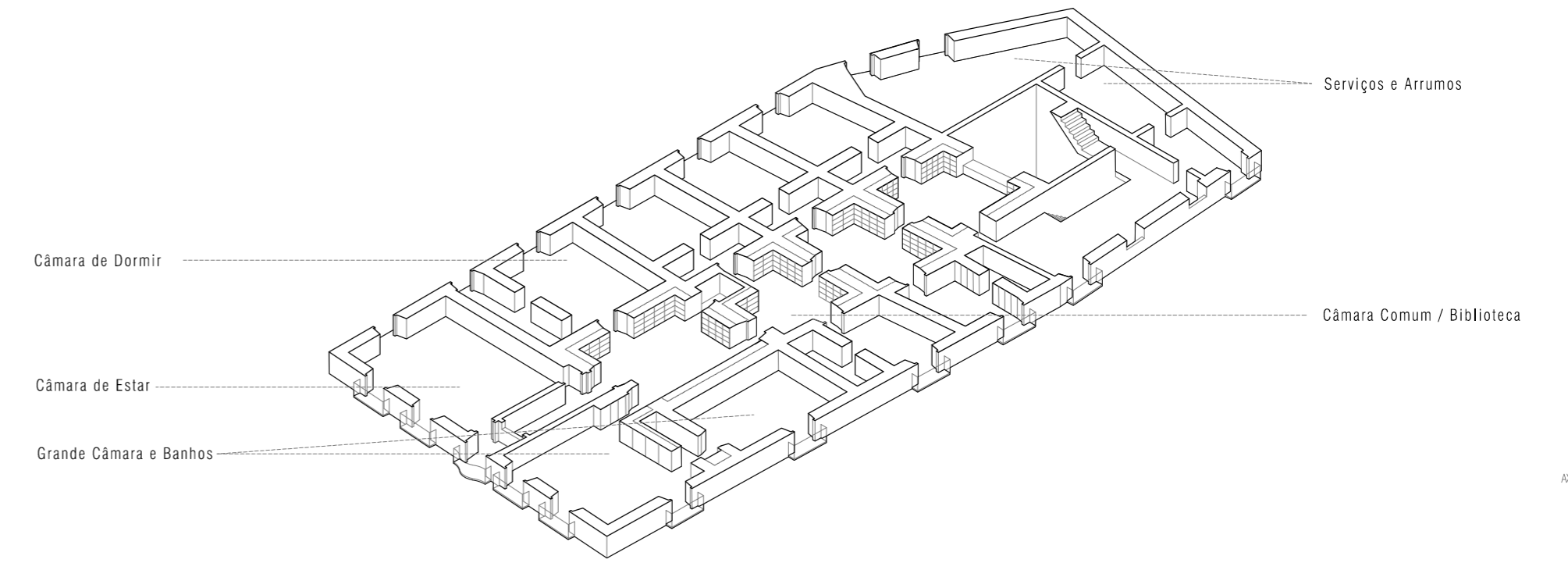
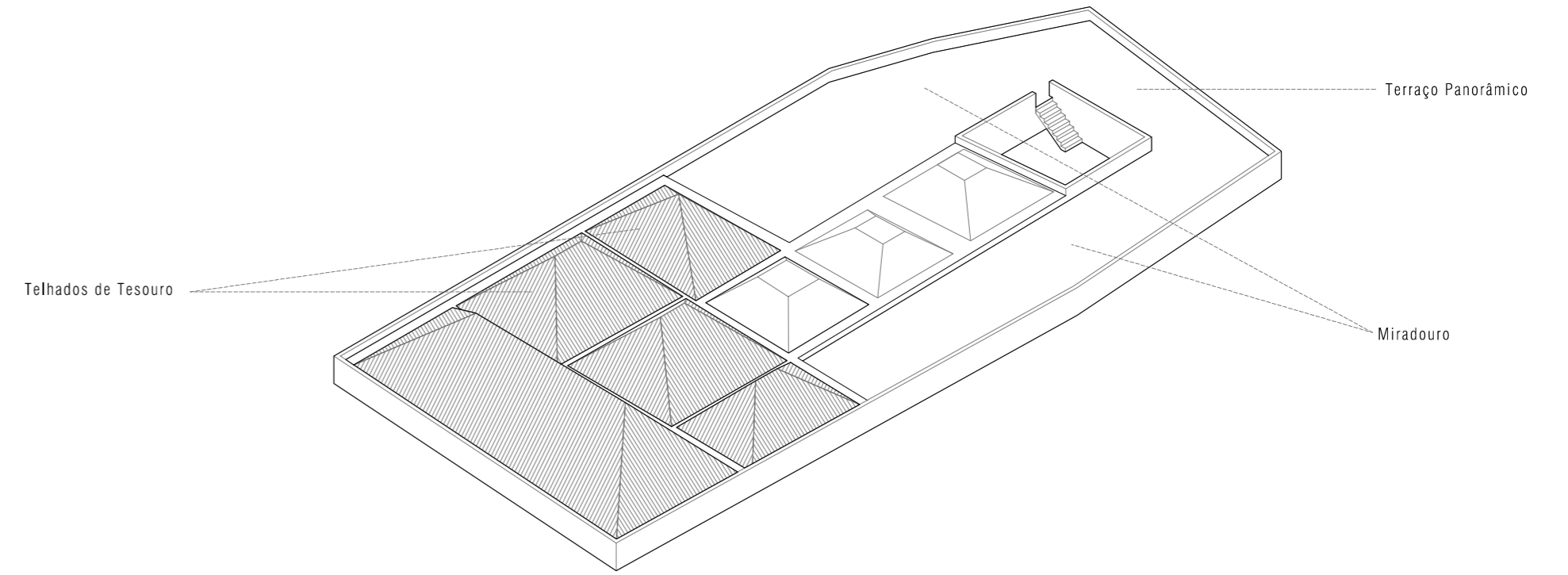




[53] Fotomontagem Sulta, Piso 1.



[54] Fotomontagem Grande Sala, Piso Térreo





Maqueta Territorial Tavira, Escala 1/2500.



Maqueta Estrutura Telhado Tesouro.

## BIBLIOGRAFIA

- AAP. *Arquitectura Popular em Portugal (Zona 6 - Algarve)*. Edição Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980. Lisboa. 2ª Edição.
- ANCA, Arnaldo Casimiro. *Távira e o Seu Termo. Memorando Histórico*. Távira, Edição CM Távira. 1993.
- APPLETON, J. , 2003 - Reabilitação de edifícios antigos. Patologias e tecnologias de intervenção. Edições Orion, p 455.
- AZEVEDO, Carlos; Solares Portugueses. *Livros Horizonte*. Setembro, 1988. 2ª Edição.
- AZEVEDO, Correia; Algarve Monumental. Trofa, Maio, 1997, Companhia Editora do Minho.
- BARRROCA, Mário Jorge; Em torno da Residência Senhorial Fortificada - Quatro Torres Medievais na região de Amares .
- BENÉVOLO, Leonardo. *O Último Capítulo da Arquitectura Moderna*. Edições 70.
- CAETANO, Carlos. *Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séc. XV - XVII)*. Edições Pandora, 2008.
- CARITA HÉLDER. *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa 1999.
- CARITA, Helder. *Palácio de Goa. Modelos de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa*. 2ª Edição. Quetzal Editores, Lisboa. 1996.
- CORREIA, José Horta; *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo*. Estúlio Chão, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- CORREIA, José Eduardo Horta. *O Algarve em Património*. Editora Gente Singular. 1ª Edição, Maio 2010, Oihão;
- CORREIA, José Horta; André Pillarte no centro de uma escola regional de arquitectura quinhentista, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988.
- COSTA Alexandre e ABREU Maria da Conceição ; 1755, Terramoto no Algarve, Edição Centro Ciência Viva do Algarve, 1 de Novembro, 2005.
- COSTA, F. P., 1930 - "Asas de madeira", Enciclopédia prática da construção civil, Vol. 1, Portugália Editora, p. 152.
- COUCEIRO, João. *Urbanidade e Património*. Lisboa, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional de Estado, 1998.
- ESTEVEENS, José e SINTRA, Filomena Pascoal. *Património Construído do Baixo Guadiana*. Rural Med.
- FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Ana. *A Casa Popular do Algarve, Espaço Rural e Urbano, Evolução e Actualidade*. Edições Afrontamento, Agosto, 2008.
- FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Ana; *Arquitecturas e Espaços Recuperados*. Abril, 2010, Edições Afrontamento, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- FERRO, Gastão. *L'Algarve*. Monografia Regionale. Génova, 1956;
- GALHANO, Fernando e OLIVEIRA, Ernesto Veiga; *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Portugal de Perto, Lisboa, 5ª Edição, Publicações Dom Quixote, 2003;
- GOTTA, Fernando Chueca; LIMA, Emilio Campos (trad.) - *Breve história do urbanismo*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1992, pp. 84-86 .
- JORGE, Filipe. *O Algarve visto do céu*. Argumentum Edições. 1ª Edição, Junho, 2005;
- LAMAS, José M. Ressoano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 1992, Edição Fundação Calouste Gulbenkian;
- LIND, Raul. *Casas Portuguesas*. Raul Lino. Livros Colóvia.5ª Edição, Lisboa, 1954;
- LINSCHOTEN, Jan Huyghen Van - *Itinerário. Viagem ou navegação de...* edição de Arie Pies & Rui Loureiro. Lisboa, 1997.
- MAIA, Maria Garcia Pereira. *Távira e o Mar na Antiguidade*. "Távira, patrimónios do mar" s.l., Edição CM Távira;
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Económico 1600-1773*. Editorial Estampa, 1993. Coleção História de Portugal, vol.3;
- MARQUES, Maria da Graça Maia; *O Algarve da Antiguidade dos nossos dias*. Edições Colibri, Lisboa, Abril, 1999;
- MARTINS, José António de Jesus; *O Reino do Algarve nos Fins da Idade Média - os concelhos algarvios do século XV*. 1ª Edição, Junho, 2007. Lagos;
- MATTOSO, José; *Enciclopédia História de Portugal, O Antigo Regime (1620 -1807)*, Editorial Estampa;
- MATTOSO, José; *História da Vida Privada em Portugal*, vol. II, 2011, Edição Temas e Debates;
- MATTOSO, José. *Património de Origem Portuguesa no Mundo*. arquitectura e urbanismo: América do Sul, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2010;
- MATTOSO, José. *Património de Origem Portuguesa no Mundo*. arquitectura e urbanismo: África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2010;
- OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto - *Cidade, plano e território...*, 1994, p. 13.
- PEREIRA, João Cordeiro - *Portugal na Era de Quinhentos: Estudos Vários*. Edições Patrimonia, Cascais 2003.
- PIREINE, Henri ; *As cidades da Idade Média*. Publicações Europa América. Mem Martins;
- RIBEIRO, Orlando. *Geografia e Civilização*. Temas Portugueses, 1961/1992. pp. 53, 146;
- RIBEIRO, Orlando; *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 1ª Edição, Novembro, 1993, Edições João Sá da Costa, Lisboa;
- ROSSA, Walter - *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, p.12.
- ROSSI, Aldo; *A Arquitectura da Cidade*. Edições Cosmos, 2001, Lisboa;
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Edições Afrontamento, 1992, Edição 434, Porto;
- TEXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida - *O Urbanismo Português...*, 1999, p. 30.
- TRAIN, M. T. *Casas Nobres de Portugal*. Edições DiNI, Lisboa, 1987;
- TRINDADE, Luísa - *Urbanismo na composição de Portugal...*, 2009, p 43.
- TOSCANO, Carlos e SANTANA, Carlos. *Távira, Vila Antiga. Cidade Renovada*. Edição CM Távira;
- VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito. *Notícias Históricas de Távira (1242/1840), o pórtico de Távira*. Edição CM Távira, 1989;

## FONTES

- Arquivo Museu Municipal de Távira. <http://museumunicipaldetavira.tavira.pt/>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Alameda da Universidade, Lisboa, <http://antt.dglab.gov.pt/>.
- Câmara Municipal de Távira, <http://www.cm-tavira.pt/>.
- Biblioteca Municipal de Faro, Faro, <http://biblioteca.cm-faro.pt/>.
- Biblioteca Municipal Alvaro de Campos, Távira, <http://bibliotecas.cm-tavira.pt/>.
- Biblioteca da Universidade de Évora, Évora, <http://www.bib.uevora.pt/>.
- Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa, <http://www.bnportugal.pt/>.
- Imprompto. Luis Fraga da Silva, <http://imprompto.blogspot.pt/>.
- Núcleo Arqueológico de Távira <http://www.arkeoctavira.com/>.
- PDM - Plano Director Municipal, Câmara Municipal de Távira, <http://sig.cm-tavira.pt/>.
- Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Távira, Câmara Municipal de Távira.

- [ 1 ] Palacete dos Marques; foto de autor (2015).
- [ 2 ] Ribeira de Tavira, 1960 - Tavira e Mundos Rurais, P.10 - original Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- [ 3 ] Carta de Lázaro Luiz, 1513.
- [ 4 ] Carta de Portugal, Alvaro Seco, 1561.
- [ 5 ] Cavename de barco em construção estaleiros de Santo Amaro (Ilha do Pico)
- [ 6 ] Iluminura de 1530-1534 (Londres, British Library, Additional Ms. 12531, pormenor ampliado, Museu Nacional Arte Antiga
- [ 7 ] Secção da Panorâmica de Lisboa posterior a 1535 - Leiden, Rijks Universitei, 1-17 J 29-15-7831-110, Museu Nacional de Arte Antiga
- [ 8 ] Lisboa. Amplissima Lusitania e Civitas, totius indiae orientalis et occidentalis emporium celeberrimum 1619 - autor: coleção magnus gabriel de la gardie (de 1622 a 1686) . fonte: biblioteca mundial digital.
- [ 9 ] Porto e Vila Nova no Séc. XVII - autor Pier Maria Baldi, 1669;
- [ 10 ] Imagem de Tavira Séc. XVII - autor: desconhecido fonte *Panorama. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*, 2ª Série, vol. 2, nº 80, Julho, 8, 1843
- [ 11 ] Pormenor do 'Prospecto da Cidade de Tavira tirado do pé da casa do registo' - autor: José Sande de Vasconcelos, 1797, 0.37x0.53m; fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1-G-41
- [ 12 ] Casa de Tavira com torre. Arquivo Família Andrade.
- [ 13 ] Palácio dos Cárcome Lobo. fig. extraída de Lopes Mendes , A Índia Portuguesa. vol.1.122-A.
- [ 14 ] Corte do Palácio da Inquisição. Primeira residência dos Vice-Reis em Goa. Desenho segunda metade do século XVIII. Gabinete de Estudos Históricos de Fortificação e Obras Militares.
- [ 15 ] Casas de telhados múltiplos; fonte: arquivo família Andrade.
- [ 16 ] Estrutura em asnaria de telhado de tesouro das casas acima; fonte: Sofia Teixeira.
- [ 17 ] Estrutura telhado de tesouro, Palácio da Galeria Tavira; foto de autor (2015).
- [ 18 ] Materiais construídos: pedra, tijolo e madeira.
- [ 19 ] A manufactura das telhas; fonte: Tavira e Mundos Rurais, edição CMTavira.
- [ 20 ] Carroça para transporte de canas destinadas à construção; fonte: Tavira e Mundos Rurais, edição CMTavira.
- [ 21 ] Estrutura em asnaria de telhado de tesouro; fonte: Sofia Teixeira.
- [ 22 ] Luanda. Angola. A Cidade Alta Vista da Fortaleza. (Bilhete Postal Edição Carvalho & Freitas Ida.) Acervo. Olga Iglesias Neves
- [ 23 ] Ribeira de Tavira, 1960.
- [ 24 ] Visita do Rei D. Carlos e D. Amélia a Tavira, 1889 - autor: Arquivo Família Andrade.
- [ 25 ] Portos do Reyno do Algarve, 1681 - autor: Johannes Van Keulen. Amsterdam; original: Nieuwe Paskaart van de Kust van Reino Do Algarve als mede een gedeelte Van Kust van Andaluzia. | fonte :www.raremaps.com/gallery/detail/22204/Nieuwe\_Paskaart\_van\_de\_Kust\_van\_Reino\_Do\_Algarve\_als\_mede\_een\_gedeelte\_VanVan%20Keulen.html
- [ 26 ] Planta da Cidade de Tavira, 1645 - incluída no Atlas do Marques de Heliche. Arquivo Militar de Estocolmo fonte <http://4gatos.es/editorial/atlas-del-marques-de-heliche/>
- [ 27 ] Planta da Cidade de Tavira do Século XVIII - autor: Brigadeiro José Sande de Vasconcelos fonte: Instituto Geográfico Português. <http://www.igeo.pt>
- [ 28 ] Borrão do Alçado da Planta de Tavira - autor: Brigadeiro José Sande de Vasconcelos; fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). <http://consorcio.bn.br/>
- [ 29 ] Tavira, lado oriental (postal); fonte: arquivo família Andrade.
- [ 30 ] Colina de Santa Maria; fonte: arquivo família Andrade.
- [ 31 ] Vista aérea de Tavira, 1960 - Algarve Visto do Céu, P. Argumentum; original: Arquivo Histórico da Cidade de Tavira
- [ 32 ] Casas junto ao rio, lado ocidental; foto do autor (2014).
- [ 33 ] Casas junto ao rio, lado oriental; foto do autor (2014).
- [ 34 ] Antiga Rua Nova Grande, Tavira (Atual Rua da República); fonte: arquivo família andrade.
- [ 35 ] Ribeira de Tavira, 1960; fonte: arquivo família Andrade.
- [ 36 ] Ribeira de Tavira, 1960; fonte: arquivo família Andrade.
- [ 37 ] Ribeira de Tavira, 1888 - fonte: Actas das Jornadas Históricas da Cidade de Tavira
- [ 38 ] Ribeira de Tavira, 1960; fonte: arquivo família Andrade.
- [ 39 ] Pedido alteração da fachada; fonte: Arquivo Municipal de Tavira.
- [ 40 ] Pedido alteração da fachada; fonte: Arquivo Municipal de Tavira.
- [ 41 ] Casa Nobre na Ribeira de Tavira (caso-estudo 4).
- [ 42 ] Vão de Sacada (caso-estudo 1).
- [ 43 ] Câmara da entrada (caso-estudo 2).
- [ 44 ] Arcaria do piso térreo (caso-estudo 4).
- [ 45 ] Sala (caso-estudo 1).
- [ 46 ] Logradouro (caso-estudo 4).
- [ 47 ] Castelo e Edifício da Principal (Guarda) demolidos em 1898.
- [ 48 ] Planta da Ribeira de Tavira, 1871 - lundo: Câmara Municipal de Tavira. Planta de parcela de terreno que a Câmara pede junto à margem e ponte do rio Gilão para construir o mercado e os barbacans a jusante da ponte, 1871. Obras Municipais, nº 5, cx. OP.11
- [ 49 ] Vista Aérea implantação do Palacete dos Marques - fonte: <http://www.algarve-portal.com/imgs/uploads/Tavira-Altstadt.jpg>
- [ 50 ] Trilgo na ponte antiga. fonte: arquivo família Andrade.
- [ 51 ] Praça da Ribeira com o Palacete dos Marques ao fundo. fonte: arquivo família Andrade.
- [ 52 ] Palacete dos Marques em 1950/60; fonte: Artur Pastor.
- [ 53 ] Fotomontagem Suite. Piso 1. realizada pelo autor.
- [ 54 ] Fotomontagem Grande Sala, Piso Térreo, realizada pelo autor.

## DISSERTAÇÕES

CALDAS, João Vieira Caldas, *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*, Tese Doutoramento, Publicação UTL - Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2007;  
TEIXEIRA, Sofia, *A Influência Mediterrânea no Algarve - Projecto de Carlos Ramos para o Bairro dos Pescadores em Orlhão*, Tese Mestrado Integrado, Universidade de Évora, 2010;  
BARÃO, Pedro; COMBRA Sónia, *A evolução Urbana de Tavira*, Trabalho académico no âmbito da cadeira de História da Arquitectura Portuguesa, Universidade de Coimbra, 1999  
CAVACO, Sandra, *O Arrabalde da Bela Fria. Contributos para o estudo de Tavira Islâmica* - Universidade do Algarve, Dissertação de Mestrado em Arqueologia

## REVISTAS

Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico "Centros Históricos";  
MESQUITA, José Carlos Vilhena; Tavira, Revista Trimestral, nº 18 Abril, Edição Câmara Municipal de Tavira, Crónica: Ascensão e Decadência de Tavira no Antigo Regime;  
MARCOS, Bianch Diniz, *Arquitectura Civil em Faro após o Terramoto de 1755*, Separata dos "Anais do Município de Faro, Faro, 1981;  
ISABEL, Maria Vieira Alonso; *Telhados de Tesouro em Faro*, Revista Monumentos, 24 de Março, 2006, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa;

## EXPOSIÇÕES /CONGRESSOS

CMT, *Tavira, Território e Poder*, edição CM Tavira, 2003;  
IDEM, *Tavira, Patrimónios do Mar*, Palácio da Galeia, Edição CM Tavira, 2008;  
IDEM, *Cidade e Mundos Rurais. Tavira e as Sociedades Agrárias*, edição CM Tavira, 2010;  
IDEM, *Tavira do Neolítico ao séc. XX*, Acta das II Jornadas de História do Clube de Tavira, Tavira, 1993, Edição Câmara Municipal de Tavira;  
CORREIA, José Eduardo Horta, "A Arquitectura Algarvia do Século XVI ao Século XX. Tentativa de Caracterização", in 4º Congresso do Algarve, Vol. I, S.L., Rocal Clube, 1986;  
IDEM, "André Pilarte no Centro de uma Escola Regional de Arquitectura Quinhentista" in Separata do IV Simpósio Luso-Espanhol de História de Arte, Universidade de Coimbra, 1988;

## REGULAMENTOS/GUIAS CONSTRUTIVOS /CARTAS

LAMAS, José e DUARTE, Carlos - *Regulamento Geral de Urbanização (P.G.U.)*, Diário da República, 11ª série, 1 de Abril, 1992;  
IDEM, - *Guia do Construtor no centro histórico de Tavira*, Edição CM Tavira;  
CARTA DE CRACÓVIA, 2000,  
CM TAVIRA, *Orientação Estratégica para o Centro Histórico*, 2002;  
CM FARO, *Manual de Reabilitação do Património de Faro*, Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património Histórico, Câmara Municipal de Faro, Faro, 1997, 2ª Edição;

## FOTOGRAFIA

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Tavira;  
Arquivo do Museu Municipal de Tavira;  
Arquivo da Família Andrade;

## DOCUMENTARIOS

Arquivo RTP, *A Alma e a Gente - IV #16 - Hoje o Herói é Tavira* - 6 Maio 2006 . José Hermano Saraiva